



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia



Paulo Fernando Jurado da Silva

**CIDADES PEQUENAS E INDÚSTRIA:
CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA DINÂMICA
ECONÔMICA NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

**Presidente Prudente
2011**

PAULO FERNANDO JURADO DA SILVA

**CIDADES PEQUENAS E INDÚSTRIA: CONTRIBUIÇÃO PARA A
ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA NA REGIÃO DE
PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Câmpus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Professor Doutor Eliseu Savério Sposito.

**Presidente Prudente
2011**

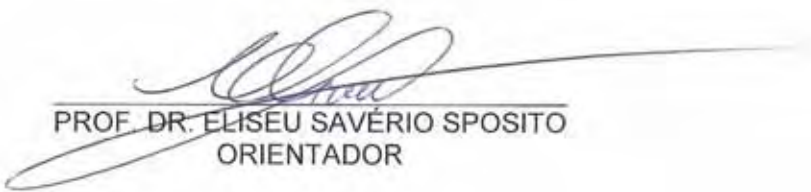
J95c Jurado da Silva, Paulo Fernando.
Cidades pequenas e indústria : contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP / Paulo Fernando Jurado da Silva. - Presidente Prudente : [s.n], 2011
xiv, 282 f. : il.

Orientador: Eliseu Savério Sposito
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

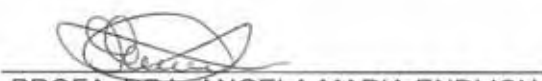
1. Cidades pequenas. 2. Indústria. 3. Dinâmica econômica. 4. Interações espaciais. 5. Estratégias espaciais. 6. Região de Presidente Prudente I. Sposito, Eliseu Savério. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Cidades pequenas e indústria.


CDD 910

BANCA EXAMINADORA


PROF. DR. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
ORIENTADOR


PROFA. DRA. BEATRIZ RIBEIRO SOARES
(UFU)


PROFA. DRA. ÂNGELA MARIA ENDLICH
(UEM)


PAULO FERNANDO JURADO DA SILVA

Presidente Prudente (SP), 27 de janeiro de 2011.

RESULTADO: APROVADO



Para minha mãe (Tereza Jurado) e por tudo que construímos juntos.



AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado da vivência nas cidades pequenas, sendo fruto da curiosidade do autor em melhor compreender esses espaços que apresentam diferentes características da vida social/econômica e que interessam à Geografia. Nesse percurso, encontrei algumas respostas para determinadas questões, e para outras não tenho sequer resposta. Por isso, só tenho de reconhecer a todos e todas que me acompanharam nessa trajetória, e que de algum modo contribuíram para minha formação.

A Deus, agradeço pela minha existência e por tudo que tem me proporcionado nessa caminhada de compreensão, desafio e busca.

A minha mãe (Tereza Jurado), agradeço pela vida, pelos ensinamentos, pela amizade, companhia, por ter confiado em mim: por tudo! Ao meu pai (*in memoriam*), por ter me incentivado a sempre estudar e a viver com dignidade. Aos entes próximos da grande família (Jurado e Silva) pela torcida positiva e especialmente a minha tia Maria do Carmo Silva (cidadã de Rondônia) pela presença na defesa de mestrado.

Ao meu orientador (Eliseu Sposito), agradeço pela compreensão, amizade, cumplicidade, além de ter me orientado e aconselhado desde o início da graduação com ética e respeito (como amigo e profissional competente), sempre me atendendo nos momentos em que precisava e me auxiliando na tarefa da produção do conhecimento.

Ao Carlos Bortolo, Eliane Santos e Miguel Benites pela amizade fiel e convivência fraterna desde 2005, quando do início da graduação, quer seja no ambiente acadêmico ou na vida pessoal.

À Maria Encarnação Beltrão Sposito pela indicação no PROCAD (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) realizado na UFU (Universidade Federal de Uberlândia) e a todos os colegas que se fizeram presentes durante a estadia em Minas Gerais (Flávia Araújo, Matteus Freitas, Lidiane Alves, Vitor Ribeiro Filho, Beatriz Ribeiro Soares, Yure Lima, Sonale Vasconcelos, Leonardo Barbosa, entre outros) e nos eventos nacionais e internacionais que participei.

Aos membros do GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais) e à seção de Pós-Graduação, principalmente à Ivonete Gomes de Andrade pelo profissionalismo e atenção dedicada durante o exercício de construção científica e pessoalmente (como vizinha de domicílio no bairro que fiz muitos colegas, ou seja, o Jardim Cinquentenário, em Presidente Prudente).



Aos professores da Pós-Graduação e Graduação em Geografia que cursei na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Presidente Prudente, com quem pude aprender a elaborar e a pensar na Geografia como Nivaldo Hespanhol, Rosangela Hespanhol, João Lima, João Osvaldo, Arthur Whitacker, Thomaz Júnior, Raul Guimarães, Everaldo Melazzo entre outros.

Aos amigos de distintas localidades e instituições que me auxiliaram em diferentes momentos da pesquisa com dados, debates e “diálogos geográficos”, como Vitor Miyasaki, Cássio Antunes, Adriano Amaro, Érica Ferreira, Elisabete Kawashi, Clayton Dal Pozzo, Wagner Batella, Oséias Martinuci, Paula Lindo, Elaine Cicero, Alyson Francisco, Denise Bomtempo, Edilson Júnior, Camila Santos, Livia Fioravante e Dhiego Medeiros.

À Tatiane Portela (colega jornalista e licenciada em Letras) pela revisão da língua portuguesa e por ter tornado essa obra mais leve e correta do ponto de vista da redação.

À licenciada em Geografia, Heloisa Damasceno Fagundes, pela arte em aquarela da capa da dissertação (Panorama) que representa uma visão de cidade pequena em perspectiva, numa relação com o campo, à natureza e à indústria; e do miolo da obra na divisão de capítulos (A Praça) que expressa o espaço público em transformação das cidades pequenas (visto como possibilidade do encontro e do desencontro).

Às professoras Beatriz Ribeiro Soares (Universidade Federal de Uberlândia) e Ângela Maria Endlich (Universidade Estadual de Maringá) pela participação na minha banca de defesa de mestrado e ao professor Luciano Antonio Furini (Universidade Estadual Paulista, Ourinhos) pelas contribuições oferecidas durante o exame de qualificação.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro concedido durante a execução da pesquisa na Pós-Graduação.

Por fim, agradeço a todos e a todas que manifestaram seu apoio na tarefa de me auxiliar nessa caminhada e que me instigaram a lutar e a mostrar minha capacidade como os profissionais que me atenderam ao longo da execução da pesquisa nas prefeituras, universidades, bibliotecas, estabelecimentos industriais, etc.



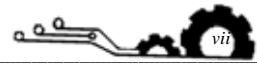
"Cada um deve fazer por si mesmo, com paciência e audácia, o estilo de análise que lhe parecer mais conveniente na luta pelo conhecimento, na luta por 'conhecer o mundo' e 'tentar mudá-lo', na medida que lhe permitirem as suas próprias forças e as forças sociais antes as quais se situa." (Maria da Conceição Tavares. In: Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira, 1998, p. 12).



RESUMO

Esta dissertação baseia-se em um recorte espacial centrado nas cidades pequenas da Décima Região Administrativa de Presidente Prudente-SP e tem como foco de contribuição a análise da dimensão territorial geográfica da indústria, no contexto econômico do interior paulista. O espaço produzido é acrescido por fatores econômicos na contemporaneidade, e compreender o arranjo de articulações arquitetadas em torno da questão industrial de determinada região é condição *sine qua non* para a reflexão das transformações que incidem direta ou indiretamente no mundo do trabalho, das finanças, do meio-técnico-científico-informacional, entre outros. Diante desses processos, o debate está ligado à necessidade de ampliar, na Geografia, a discussão das cidades pequenas e, aqui, especialmente, atentar-se-á para a dimensão desses centros no âmbito da “arena” capitalista do interior paulista, com ênfase na análise dos principais segmentos da indústria. Com esse intuito, entende-se que o estudo de determinadas particularidades geográficas também deve constar neste exame de maneira mais aprofundada e por esse motivo, elegeu-se a região administrativa de Presidente Prudente. Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa possa contribuir do ponto de vista qualitativo, para a análise do mapa da indústria no início do século XXI, tendo como referência a reflexão das cidades pequenas em relação à questão industrial.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Indústria. Dinâmica econômica. Interações espaciais. Estratégias espaciais. Região de Presidente Prudente.



ABSTRACT

This dissertation is based in small cities located in the Tenth Administrative Area of Presidente Prudente-SP, and it focuses on the geographical territorial dimension analysis of industry within economical context in São Paulo state. The produced space gets additional economical factors. Understanding the arrangement of articulations built around industrial issues of certain region is *sine qua non* condition for reflecting on the transformations that directly or indirectly happen in the world of job, finances, and milieu techno-scientific-informational, among others. Facing these processes, the debate is linked to the need of widening, in Geography, the discussion about small cities and, mainly, it will be intended to look at the dimension of these centers in the context of the capitalist scene of São Paulo estate. Emphasis will be given to the analysis of the main industrial segments. It is understood that the study of certain geographical particularities should also appear in this exam in a deeper way. And because of this the region of Presidente Prudente was chosen. It is expected that this research could contribute, from the qualitative point of view, to the analysis of the industrial map in the beginning of the twenty first century, taking the reflection about small cities in relation to industrial issues as a reference.

Key words: Small cities. Industry. Economic dynamics. Spatial interactions. Spatial strategies. Region of Presidente Prudente.



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios selecionados para estudo.....	19
Tabela 2 – Distribuição dos municípios com população total inferior a 50 mil habitantes no Estado de São Paulo, 2008.....	78
Tabela 3 – Distribuição do PIB segundo regiões administrativas do Estado de São Paulo, 2007.....	96
Tabela 4 – População dos municípios selecionados para a pesquisa segundo Censos Demográficos, 1950-1970.....	121
Tabela 5 – População dos municípios selecionados para a pesquisa segundo Censos Demográficos, 1980-2010.....	167
Tabela 6 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Dracena, 2008.....	184
Tabela 7 – Composição subsetorial da indústria em Dracena, 2008.....	187
Tabela 8 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Adamantina, 2008.....	199
Tabela 9 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Lucélia, 2008.....	199
Tabela 10 – Composição subsetorial da indústria em Adamantina, 2008.....	202
Tabela 11 – Composição subsetorial da indústria em Lucélia, 2008.....	202
Tabela 12 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Osvaldo Cruz, 2008.....	212
Tabela 13 – Composição subsetorial da indústria em Osvaldo Cruz, 2008.....	213
Tabela 14 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Álvares Machado, 2008.....	226
Tabela 15 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Pirapozinho, 2008.....	226
Tabela 16 – Composição subsetorial da indústria em Álvares Machado, 2008.....	227
Tabela 17 – Composição subsetorial da indústria em Pirapozinho, 2008.....	227
Tabela 18 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Rancharia, 2008.....	236
Tabela 19 – Composição subsetorial da indústria em Rancharia, 2008.....	237



Tabela 20 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Presidente Epitácio, 2008.....	243
Tabela 21 – Composição subsetorial da indústria em Presidente Epitácio, 2008.....	244

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cidades: critérios e definição em alguns países, 2007.....	49
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (PIB) em milhões de reais correntes segundo regiões administrativas no Estado de São Paulo, 2007.....	96
Gráfico 2 – Principais atividades desempenhadas no município de Rancharia, 1940.....	122
Gráfico 3 – Principais atividades desempenhadas no município de Presidente Prudente, 1940.....	123
Gráfico 4 – Principais atividades desempenhadas no município de São Paulo, 1940.....	124
Gráfico 5 – Setor de atividade de dependência da população economicamente ativa segundo municípios do recorte espacial da pesquisa.....	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos municípios selecionados para a pesquisa na Décima Região Administrativa de Presidente Prudente, 2009.....	18
Mapa 2 – Distribuição da população no mundo, 2000.....	43
Mapa 3 – Abrangência espacial dos municípios no Estado de São Paulo com menos de cinquenta mil habitantes, 2008.....	79
Mapa 4 – Distribuição da população urbana no Estado de São Paulo, 2000.....	82
Mapa 5 – Décima Região Administrativa de Presidente Prudente com suas Regiões de Governo (RG), 2009.....	98
Mapa 6 – A Alta Sorocabana e a Nova Alta Paulista.....	102
Mapa 7 – Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista: diferentes regionalizações.....	103



Mapa 8 – Rede urbana na Décima Região Administrativa de Presidente Prudente, 2007.....	133
Mapa 9 – Exemplo hipotético da rede urbana no período informacional na Região de Governo de Dracena-SP, 2009.....	134
Mapa 10 – Exportações e importações em Dracena, 2009.....	189
Mapa 11 – Exportações e importações em Adamantina, 2009.....	205
Mapa 12 – Exportações em Lucélia, 2009.....	206
Mapa 13 – Exportações e importações em Osvaldo Cruz, 2009.....	216
Mapa 14 – Exportações e importações em Pirapozinho, 2009.....	230
Mapa 15 – Exportações e importações em Álvares Machado, 2009.....	231
Mapa 16 – Exportações em Rancharia, 2009.....	240
Mapa 17 – Exportações e importações em Presidente Epitácio, 2009.....	247

LISTA DE FIGURAS

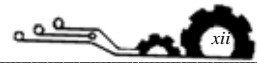
Figura 1 - As cidades pequenas na compreensão geográfica: uma proposição.....	56
Figura 2 – Produção de milho nas “calçadas” de Irapuru, 2009.....	59
Figura 3 – Máquina agrícola no espaço urbano do município de Flora Rica, 2009.....	59
Figura 4 – Vista parcial da unidade da Danisco em Pirapozinho, 2009.....	61
Figura 5 – Expansão urbana em Dracena-SP, 2007.....	91
Figura 6 – A região administrativa de Presidente Prudente e suas intersecções.....	101
Figura 7 – Antiga estação ferroviária em Presidente Epitácio.....	129
Figura 8 – Imagem de satélite da cidade pequena de Dracena e das Avenidas Presidente Roosevelt e Vargas.....	186
Figura 9 – Imagem de satélite de Adamantina e Lucélia e fotografias da Rua Osvaldo Cruz (Adamantina) e Vinagre Saboroso (Lucélia).....	200
Figura 10 – Imagem de satélite de Osvaldo Cruz e ao lado fotografias da antiga estação ferroviária e de uma praça.....	216
Figura 11 – Imagem de satélite de Presidente Prudente e entorno, além das fotografias da principal avenida de Álvares Machado e do estabelecimento Bracol em Pirapozinho.....	222
Figura 12 – Imagem de satélite de Álvares Machado.....	223
Figura 13 – Imagem de satélite de Pirapozinho.....	224
Figura 14 – Imagem de satélite de Rancharia e fotografias com vista parcial da entrada da cidade e do setor de vendas Better Beef.....	238



Figura 15 – Imagem de satélite de Presidente Epitácio e fotografias com vista parcial da Avenida Presidente Vargas e da guarita da JBS.....246

LISTA DE SIGLAS

- AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- AMNAP – Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CIESP – Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo.
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- EEB – Empréstimo Entre Bibliotecas.
- EUA – Estados Unidos da América.
- F.O.B – *Free on Board*.
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
- GAsPERR – Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.
- GAT – Grupo de Análise Territorial.
- GDI – Grupo de Descentralização Industrial.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- IPI – Imposto sobre Produto Industrializado.
- IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
- NIC – *Newly Industrialized Countries*.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- PIESP – Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo.
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.



PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

REGIC – Regiões de Influência das Cidades.

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

UNESP – Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP – Universidade de Campinas.

UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USP – Universidade de São Paulo.

VAFI – Valor Adicionado Fiscal da Indústria.

VTI – Valor de Transformação Industrial.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 A motivação, o recorte espacial e os objetivos.....	16
1.2 O tema, a pergunta geral e o problema de pesquisa.....	21
1.3 A hipótese.....	22
1.4 O detalhamento metodológico.....	24
1.5 A concepção geográfica e o delineamento da obra.....	28
2 AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO GEOGRÁFICO.....	32
2.1 Os estudos sobre cidades pequenas na Geografia.....	33
2.2 As cidades pequenas sob a óptica conceitual geográfica.....	44
2.3 Urbanização, transformações socioespaciais e cidades pequenas.....	62
3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE, AS CIDADES PEQUENAS E A DINÂMICA ECONÔMICA.....	83
3.1 A perspectiva do desenvolvimento desigual para a compreensão geográfica.....	84
3.2 A região administrativa de Presidente Prudente: uma avaliação crítica.....	94
3.3 A região suplementar-articulada no desenvolvimento desigual paulista.....	109
4 A DIFUSÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP, NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA.....	140
4.1 Industrialização e difusão espacial da produção industrial.....	141
4.2 Desconcentração industrial e redefinições regionais.....	158
5 CIDADES PEQUENAS E INDÚSTRIA.....	178
5.1 A interpretação.....	179
5.2 Dracena: uma cidade complexa de segmentos industriais variados.....	182
5.3 Adamantina e Lucélia no contexto da indústria de alta costura, alimentícia e de energia.....	197
5.4 Osvaldo Cruz e a indústria de confecções e vestuário.....	211
5.5 Álvares Machado e Pirapozinho no quadro da indústria de sementes forrageiras, alimentícia e química.....	221
5.6 Rancharia e a indústria de frigorífica de carne bovina e aves.....	235
5.7 Presidente Epitácio e a indústria de processamento da carne bovina e derivados...242	
5.8 Síntese e descrição do par geográfico cidade pequena-indústria.....	250



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	256
6.1 Para terminar.....	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261
APÊNDICE.....	278



1 INTRODUÇÃO



1.1 A motivação, o recorte espacial e os objetivos

A preocupação com a temática das cidades pequenas sempre foi uma constante na minha rotina pessoal e como pesquisador. De origem indígena, nordestina e hispânica (neto e filho de família ligada ao complexo cafeeiro paulista, no século XX), vivi entre o universo do campo e da cidade, acompanhando as transformações da paisagem nas cidades pequenas da região administrativa de Presidente Prudente.

A ocupação nas lavouras, o trabalho informal na cidade e o papel da gestão municipal me chamaram atenção desde cedo e foi nesse contexto que veio a maior certeza de cursar Geografia (numa tentativa de melhor compreender o espaço em que vivia e atuava), dando-se início à história acadêmica na Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, em março de 2005.

Logo que iniciei a graduação, a questão urbana já me interessava pelo fato de revelar enorme complexidade e heterogeneidade. Caminhos se abriram em torno desse enfoque e em fevereiro de 2006, entrei formalmente no Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), sob a orientação de Eliseu Savério Sposito.

Nesse sentido, foi construído o projeto de iniciação científica e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo esse que vigorou até o final de fevereiro de 2009. O tema era referente ao universo industrial e à dinâmica do emprego nas cidades pequenas na região administrativa de Presidente Prudente. Foi esse trabalho, elaborado com esforço individual e debatido coletivamente, que me possibilitou a formação necessária para o ingresso na Pós-Graduação em Geografia, em março de 2009, no eixo de Desenvolvimento Regional.

Como não poderia ser diferente, dei continuidade ao estudo das cidades pequenas e a sua relação industrial. Dessa vez, com a preocupação de se levar em consideração as estratégias espaciais das principais unidades de produção industrial da região, as escalas de exportação/importação e as relações estabelecidas a partir da dinâmica econômica, localizadas nos municípios (entendidos pelo par cidade/campo com enfoque prioritário para a dimensão do urbano e, por conseqüente, das cidades pequenas) de Álvares Machado, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Rancharia, Adamantina, Osvaldo Cruz, Lucélia e Dracena (vide mapa 1 com a ilustração do recorte espacial adotado).

Os quesitos utilizados para a eleição dos municípios se processaram com base na relevância que os mesmos alcançaram em variáveis como: caráter populacional, produto



interno bruto, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços arrecadados na indústria, imposto sobre produto industrializado, valor adicionado fiscal da indústria, número de estabelecimentos e vínculos empregatícios da indústria, exportações e papel na rede urbana (conforme demonstra a tabela 1).

Além disso, a dinâmica do empírico nesses centros já evidenciava a importância dos mesmos no contexto da região de Presidente Prudente sendo, portanto, uma decisão também fundamentada na observação e no enfoque qualitativo da investigação, uma vez que era sabido, por meio da pesquisa de iniciação científica anterior, quais os municípios que mais se destacavam na dimensão industrial (alvo prioritário da discussão).

Com isso, torna-se desnecessário esboçar um *ranking*, que objetive classificar os municípios ordinariamente seja na tabela que demonstra os municípios selecionados, seja no sentido de expor os dados concernentes a todos os municípios da região para estas variáveis, visto que, se refuta, neste trabalho, a idéia de que um centro possa ser mais importante do que outro em uma dada dimensão econômica. O que deve ser evidenciado, nesse sentido, é o seu caráter específico, sua particularidade e sua generalidade e aqui se teve de elaborar um recorte espacial de pesquisa, bem delimitado, para que a investigação fosse executável no âmbito do mestrado.

Para tanto, elegeu-se a escala municipal para que fosse possível a coleta de dados secundários, embora, o recorte teórico refira-se às cidades pequenas, ou seja, ao espaço urbano desses centros (a sede municipal). Esse posicionamento entende a cidade de maneira relacional ao plano analítico do campo e não exclui essa importante realidade – como visto em Soares (2008), Soares e Melo (2008) –, sendo trabalhada a dimensão campo/cidade de maneira integrada. Assim, a região não será isolada dessa argumentação, bem como outros arranjos espaciais e escalares (nacional, internacional) que vierem a se fazer presentes para o entendimento do tema. Quando se investiga a cidade, deve-se entendê-la pelas suas relações e não *per si*.

Além disso, a pertinência e relevância da pesquisa residem no fato de que tais cidades pequenas, por não contarem com nenhum estudo que verse de maneira aprofundada sobre a indústria, poderão se beneficiar com o subsídio teórico proveniente da investigação para aplicar ação de política pública futura.

Mapa 1 - Localização dos municípios selecionados para a pesquisa na Décima Região Administrativa de Presidente Prudente, 2009.

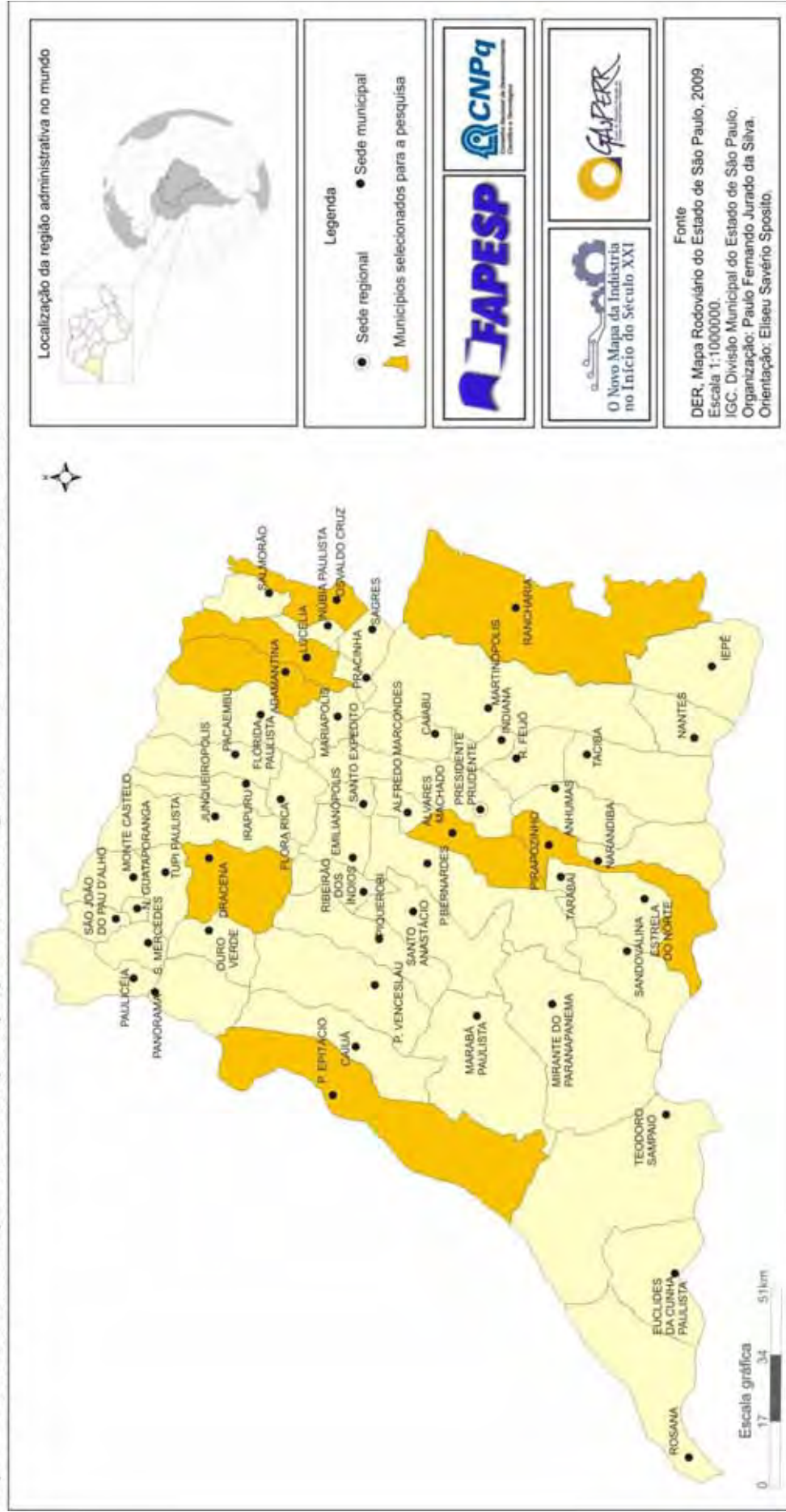




Tabela 1 – Municípios selecionados para estudo.

Municípios	População total, 2008	PIB (em milhões de reais correntes), 2006	ICMS arrecadado na indústria, 2002 ¹	IPI, 2006 ²	VAFI, 2005 ³	Número de estabelecimentos da indústria, 2005	Vínculos empregatícios na indústria, 2005	Exportações (US\$ F.O.B.), 2005	Hierarquia urbana
Adamantina	34.527	419,26	2.875.496	83.686	93.655.755	94	1.565	42.493.060	Centro de Zona A
Álvares Machado	23.957	152,43	1.042.884	Não disponível	38.928.512	31	231	41.63.054	Centro Local
Dracena	42.701	406,46	925.448	83.901	51.538.147	81	1.209	430.227	Centro de Zona A
Lucélia	19.194	157,25	2.608.733	52.320	78.042.256	33	1.014	5.475.340	Centro de Zona B
Oswaldo Cruz	29.950	304,13	5.320.600	68.508	50.668.203	62	1.733	9.159.450	Centro de Zona B
Pirapozinho	24.092	354,1	11.646.168	82.108	172.141.162	32	1.500	12.500.205	Centro Local
Presidente Epitácio	41.239	331,88	691.952	132.755	110.920.908	59	2.443	100.791.917	Centro de Zona B
Rancharia	29.789	607,58	1.019.222	142.737	149.794.414	46	1.727	38.268.301	Centro de Zona B

Fonte: SEADE (2009), MTE (2009), SECEX (2009) e REGIC (2008).

Org.: Jurado da Silva, 2009.

* O foco da pesquisa concentra-se nas cidades pequenas, muito embora se adote para extração dos dados na escala municipal.

1 Em milhões de reais de 2008.

2 Transferência da cota parte dos estados exportadores.

3 Valor adicionado Fiscal da Indústria em reais corrente de 2008.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, compreender e analisar as relações entre cidades pequenas e indústria na região de Presidente Prudente, contribuindo de maneira qualitativa para a reflexão de sua dinâmica econômica. Nesse sentido, levar-se-á em conta a caracterização subsetorial (principais segmentos no período atual, de acordo com a disponibilidade dos dados) dos estabelecimentos industriais, além da atuação espacial (relações comerciais, exportações, análise do setor produtivo e interações espaciais) dos estabelecimentos industriais mais relevantes economicamente em Adamantina, Álvares Machado, Dracena, Lucélia, Osvaldo Cruz, Pirapozinho, Presidente Epitácio e Rancharia.

Já os objetivos específicos são os seguintes:

- ✓ Refletir sobre o conceito de cidade pequena e a sua implicação na Geografia para o entendimento do contexto urbano atual, posto que há poucos estudos aprofundados relacionados a este assunto;
- ✓ Discutir a dinâmica econômica regional com enfoque prioritário nos municípios selecionados para a investigação;
- ✓ Identificar as estratégias espaciais das empresas selecionadas para a pesquisa no que diz respeito ao processo de comercialização de mercadorias, interações espaciais, etc.;
- ✓ Auxiliar no desenvolvimento do projeto temático da FAPESP intitulado *O mapa da Indústria no início do século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no estado de São Paulo*, com a análise da indústria nas cidades pequenas.

A empreitada não é fácil, principalmente, pelo fato de que esta pesquisa apóia-se no universo qualitativo e nas relações do empírico. Não se deseja que o leitor despreze a obra em função da pouca densidade industrial na região e muito menos pelo fato deste trabalho se basear no estudo das cidades pequenas. Se estudar pequenos centros já inspira desafios, pesquisar as articulações entre indústria e cidade pequena em um espaço econômico com menor importância (se comparado a outras regiões do Estado) econômica é mais complicado ainda. O leitor não precisa concordar com tudo que está escrito e nem é essa a intenção, porém, há de se comentar que o debate é bem-vindo e que as críticas serão respondidas a contento. Se a obra pretendesse não levar em consideração a crítica, não teria razão de existir e de ser apresentada no âmbito científico. Seria uma composição abstrata, algo inerte.

A maioria das investigações procura fazer uma leitura de grandes corporações, da metrópole, negligenciando, em muitos casos, os espaços de rarefação econômica, como é o

caso da região administrativa de Presidente Prudente, por isso a sua eleição nesta pesquisa, e essa será tomada em seu sentido histórico, embora o recorte temporal priorize o seu momento atual, por justificar as transformações que esses centros urbanos e seus estabelecimentos industriais estão passando.

A obra tem, nessa referência, um sentido dialético e não está colocada de maneira linear, historicamente mecânica e evolucionista-determinista. A essência será revelada paulatinamente de acordo com o processo de avanço e superação do conhecimento.

1.2 O tema, a pergunta geral e o problema de pesquisa

Escrever sobre cidade pequena é um assunto que já preocupou diferentes autores brasileiros da Geografia, desde meados do século XX. Não é algo novo, porém é um tema e uma noção que se encontra em construção/transformação, visto que a realidade é dinâmica e complexa, comportando movimentos de superação, adaptação, reconfiguração, etc.

A cidade pequena é um tema, porque seus estudos se referem a uma proposição, assunto que se pretende desenvolver, elaborar e construir analiticamente. Pode elevar-se ainda a um conceito, quando se coloca um conjunto de idéias para tentar discutir essa realidade que está inserida no âmbito da teoria geográfica.

Não deixa de ser relevante comentar que as cidades pequenas são um recorte empírico/teórico e que têm sua dimensão específica, pois estão envolvidas em uma totalidade em que se inserem a sociedade e o mundo e, por extensão, as cidades e o fato urbano. Apesar da dimensão espacial específica, a cidade pequena possui ainda uma totalidade particular que a anima e a movimenta no processo de produção capitalista, na formação socioespacial e no desenvolvimento desigual e combinado, a que se referiu Trotsky em vários trabalhos.

Para Arroyo, por exemplo, a cidade representa, em sentido amplo, ao menos duas totalidades, ou seja: “[...] é uma totalidade dentro de outras duas totalidades – o mundo e a formação socioespacial, se expressam e se concretizam na cidade [...]” (ARROYO, 2006, p. 82). Com isso, os pequenos centros entendidos enquanto cidades – no seu sentido básico – representam também o mundo e uma formação socioespacial, construída contraditoriamente pela sociedade ao longo do tempo.

A cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente, porém no plano de suas relações com outros centros e como aspecto material da sociedade. Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas, algo consensual e/ou reconhecido/negado para a compreensão do urbano e da estruturação da sociedade.

Essa constatação oferece, igualmente, subsídio para a formulação de questões de fundo que se fizeram presentes, direta e/ou indiretamente, no desenvolvimento da investigação como: O que são as cidades pequenas? Como representá-las conceitualmente? Por que valorizar essa dimensão do espaço urbano? Como compreendê-las pelo seu viés econômico? As cidades pequenas são resultado do desenvolvimento desigual do espaço? Por seu turno, tais indagações têm como orientação uma questão mais geral que as sintetizam, no contexto deste trabalho, isto é, como compreender as relações entre cidades pequenas e indústria (tendo como foco prioritário a região administrativa de Presidente Prudente)?

Assim, essas questões se somam a outras preocupações que foram pensadas a partir da construção textual. As mesmas serão respondidas, em diferentes momentos, mas não devem representar a cristalização teórica, condensada ao longo do tempo. Como a expressão do movimento teórico-conceitual que se elaborou, o texto se coloca no sentido de debater os aspectos diretamente ligados a tais indagações e que se configuram como pontos de interpretação para o problema da pesquisa que se refere às relações entre indústria e cidades pequenas, no contexto geográfico da região administrativa de Presidente Prudente-SP, algo que não foi debatido diretamente nas teses, dissertações, segundo levantamento bibliográfico efetuado.

1.3 A hipótese

A hipótese lançada é que as cidades pequenas (selecionadas para a pesquisa) da região administrativa de Presidente Prudente representam, em seus diferentes contextos, locais não somente da reprodução da vida humana, mas também da produção industrial, tendo como perspectiva de que esses centros são potencialmente espaços da economia e da divisão territorial do trabalho em escala internacional.



A idéia central a ser defendida, portanto, é que houve um processo de *difusão espacial da produção industrial em caráter não adensado* na região de Presidente Prudente. Isso significa dizer, em outras palavras, que houve apenas a instalação de estabelecimentos industriais na região sem que necessariamente tenha ocorrido um processo amplo de industrialização, sendo mais um resultado da iniciativa local do que propriamente uma ação de grandes corporações e de enorme concentração industrial. Embora, existam grandes estabelecimentos industriais atuando regionalmente e produzindo transformações socioespaciais. Não há um ambiente do tipo industrial forte, mas pontos de transformação industrial conectados à escala da produção da mais-valia mundializada, numa região que aqui será denominada de *suplementar-articulada*, como será discutido mais adiante.

Desse modo, o recorte espacial selecionado para a pesquisa permitiu verificar que alguns estabelecimentos industriais tendem a se modernizar e a romper o universo de interação regional, comercializando com outros espaços em escala internacional, no contexto da produção econômico-industrial paulista. Tal movimento coloca em “xeque” alguns modelos explicativos que outrora foram usados para a compreensão da hierarquia urbana regional e insere os pequenos centros na discussão de uma nova rede urbana baseada, sobretudo, na era da informação e da comunicação.

Apona-se, por conseguinte, que a realidade urbana comporta mais de um modo de tratamento e, assim, há cidades de tamanhos diferenciados, com papéis específicos na divisão territorial do trabalho (cidades grandes, médias). As metrópoles continuam a hegemonizar as relações políticas, econômicas e culturais dos países; as cidades médias suprem determinadas demandas de consumo de sua área de influência; e as cidades pequenas expressam a escala básica da rede urbana.

Esses últimos centros são entendidos como o patamar inicial para a compreensão da cidade, mesmo que se esteja visualizando, nessa questão, as demandas necessárias da população. Assim, as cidades pequenas são a maioria dos centros urbanos no caso brasileiro e representam uma importante fatia do total de cidades no cenário mundial.

1.4 O detalhamento metodológico

A análise teórica não se deve colocar de maneira paralela à elaboração das idéias, porém, deve articular-se à vivência e à experiência da realidade. Parte-se, dessa forma, da realidade material e das relações sociais de produção no ambiente das cidades pequenas, no contexto da exploração da mais-valia e da acumulação do capital.

Nesse sentido, como não poderia ser diferente, a investigação tem também como base o levantamento e a revisão bibliográfica das obras relacionadas ao tema de pesquisa, como as concernentes à reflexão do urbano, em especial as que tratam das cidades pequenas; à contextualização da indústria, focada especialmente no território paulista; à reflexão de conceitos balizadores da Geografia, como espaço, região e território; ao debate sobre desenvolvimento desigual, fundamentado na concepção marxiana. Tais leituras foram aplicadas em distintos momentos da construção textual e auxiliam no processo de compreensão da realidade.

A partir desses estudos prosseguiu-se com a pesquisa e com o levantamento de dados em *sites*, como o do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados). Tais dados foram úteis para a interpretação de variáveis relacionadas ao universo das cidades pequenas, como população urbana, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, produto interno bruto, índice de desenvolvimento humano, imposto sobre produtos industrializados.

Do IBGE também se extraiu dados e informações a partir de publicações tradicionais da instituição, tais como: Regiões de Influência das Cidades (REGIC), censos demográficos, econômicos e industriais, observando informações relacionadas aos municípios de pesquisa como número de estabelecimentos e pessoal ocupado, por exemplo.

No sistema SEADE/FIESP, teve-se a possibilidade de consultar o Atlas de Competitividade da Indústria Paulista, tendo este como um dos principais objetivos oferecer dados referentes às indústrias do Estado de São Paulo e também dos municípios paulistas. O Atlas condensa dados atinentes aos 645 municípios do Estado de São Paulo, 287 setores da indústria e foi elaborado pela Fundação SEADE em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em outra frente interpretativa, efetuaram-se levantamento de dados na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o intento de visualizar os números de estabelecimentos por município, principais segmentos da indústria, vínculos empregatícios ocupados na indústria etc. sobre o período mais atual, no que diz respeito ao recorte espacial de pesquisa. A RAIS possui um caráter nacional e foi instituída a partir do decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Segundo a portaria do MTE, de 18 de dezembro de 2002, ficam obrigados a responder à RAIS aqueles estabelecimentos que possuam ou não vínculos empregatícios inscritos no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), todos empregadores públicos ou privados e todas as formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica, abrangendo completamente os setores da economia brasileira (sendo colocados na informalidade aqueles estabelecimentos que não declararem as informações necessárias ao MTE).

Salienta-se, ainda, que a metodologia utilizada neste trabalho para exploração de dados na RAIS se assemelha, em partes, à pesquisa: “Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil,” produzido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e coordenado por Marcos Aurélio Bedê, em 2006. Nesse estudo, foi possível realizar uma caracterização das micro e pequenas empresas, demonstrando algumas de suas especificidades e diferenciações no contexto nacional.

De acordo com o SEBRAE, são caracterizados como micro e pequenas empresas (MPEs) os estabelecimentos com até 99 vínculos empregatícios na indústria, já aqueles que contam com 100 ou mais vínculos foram considerados como médias e grandes empresas (MGEs) (BEDÊ, 2006, p. 12). Tais parâmetros se referem à análise da indústria, enquanto que se tomados outros setores da economia, como o comércio, esses números sofrerão uma alteração em razão da escala de comparação.

Os dados referentes à RAIS são concernentes sempre à data de 31 de dezembro do ano de declaração, observando a quantidade relativa aos estabelecimentos e vínculos empregatícios daquele dia e não do ano como um todo. Se optasse por trabalhar com variações numéricas de admissão e demissão de vínculos empregatícios deveria se utilizar o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), também pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego, algo que não foi empregado no procedimento metodológico desse trabalho, em razão dos objetivos da pesquisa.

Assim, para a realização deste estudo, a principal desagregação utilizada para a indústria se baseou na classificação dos subsetores do IBGE. Tal organização se fundamenta em 12 principais subsetores, sendo eles:

- 1) Indústria de produtos minerais não metálicos;
- 2) Indústria metalúrgica;
- 3) Indústria mecânica;
- 4) Indústria do material elétrico e de comunicações;
- 5) Indústria do material de transporte;
- 6) Indústria da madeira e do mobiliário;
- 7) Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica;
- 8) Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas;
- 9) Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria;
- 10) Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos;
- 11) Indústria de calçados;
- 12) Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

A eleição desse princípio classificatório da indústria se deu porque não houve variações metodológicas em termos de diferenciação das divisões subsetoriais desde 1985, favorecendo o uso de séries históricas, sem cometer equívocos conceituais e tendo como meio orientador o parâmetro da indústria de transformação. Além disso, apresenta um maior nível de desagregação de dados do que as classificações dos setores e grandes setores, segundo o IBGE.

Nesse caminho operativo, foram selecionados apenas os estabelecimentos com CNPJ e que possuíssem pelo menos um vínculo empregatício na data de trinta e um de dezembro do ano hipotético (em outras palavras, excluiu-se a chamada “RAIS negativa”) e os resultados totais da indústria quando citados, referem-se à somatória dos doze subsetores selecionados, excluindo-se, por exemplo, a indústria extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública. Oportunamente, também foram explorados dados relativos aos grandes setores do IBGE, objetivando demonstrar uma visão mais geral na análise das cidades pequenas, no que tange ao ano mais recente disponibilizado na base de dados (2008), selecionando os estabelecimentos com CNPJ e excluindo-se a RAIS Negativa.

No que tange ao exame das exportações/importações, consultou-se o *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) por meio da Secretaria de

Comércio Exterior (SECEX), visando angariar informações mais recentes sobre os produtos da indústria exportados/importados, valor total comercializado em termos de exportação/importação F.O.B. (*Free on Board*), além dos países parceiros comerciais mais frequentes na balança comercial dos municípios selecionados. Esse procedimento também foi qualificado e complementado com os dados obtidos nos trabalhos de campo.

Nas atividades de campo foram aplicados questionários, entrevistas e visitas nos estabelecimentos industriais mais relevantes¹ das cidades pequenas de Adamantina (Portage, Camda); Álvares Machado (Matsuda); Dracena (Coimma, Fruteza, Medral); Lucélia (J. Rapacci & Cia); Osvaldo Cruz (Linoforte, Trinys); Pirapozinho (Bracol, Danisco S/A); Presidente Epitácio (JBS Friboi S/A e Rousselot Gelatinas S/A); e Rancharia (Better Beef e Palmali); objetivando a compreensão da atuação dos empreendimentos, distribuição das mercadorias, à produção, à exportação/importação, etc. Com isso, teve-se a oportunidade de dialogar com vários empregados sobre o funcionamento das unidades industriais. Tais informações são utilizadas textualmente no campo qualitativo e não foram mensuradas com valor estatístico, tendo significado interpretativo-descritivo e não quantitativo.

Além disso, nas atividades de campo evidenciaram-se as dinâmicas espaciais específicas do urbano dos centros selecionados para a pesquisa, com visitas em prefeituras e em outros pontos de interesse, relacionados à indústria e ao planejamento. Foram fotografados alguns dos locais visitados, gravadas determinadas conversas com profissionais da indústria e registrada parte das experiências vivenciadas por escrito.

Por fim, foram sistematizados os dados e informações obtidos, bem como as leituras teóricas efetuadas, objetivando: construir a análise sobre as relações entre cidades pequenas e indústria; refletir sobre a atuação dos estabelecimentos industriais mais relevantes; além de compreender a dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP, que se constitui, nesta dissertação, o produto final da investigação.

¹ O critério para a definição foi a relevância econômica (número de vínculos empregatícios criados, valor de mercado, etc.) face aos demais estabelecimentos dos municípios do recorte espacial da pesquisa. O mesmo foi obtido por meio de visitas às secretarias de planejamento dos municípios. Os modelos de questionários aplicados nas prefeituras municipais e nos estabelecimentos industriais são apresentados na parte final (apêndice) da dissertação.

1.5 A concepção geográfica e o delineamento da obra

Esta obra foi pensada a partir do estudo das cidades pequenas e da indústria e, portanto, é um híbrido entre a Geografia Urbana e Econômica, além de transitar proximamente à Geografia Regional (em algumas passagens) e em outros momentos, sugerir uma Geografia das interações e da diferenciação espacial, produzida a partir da sociedade. Em linhas gerais, é a forma como o autor concebe a leitura do espaço e entende a Geografia como Ciência Social para estudar o fenômeno da urbanização, da indústria e das cidades pequenas.

Com isso, pondera-se que a empreitada de estudar a sociedade e seu movimento é uma tarefa bastante árdua. A iniciativa não pertence somente a um domínio da ciência, mas perpassa por um espectro complexo que abarca, entre suas várias dimensões, a Geografia, História, Economia, Sociologia, Antropologia, entre outras. Não cabe a uma delas decretar uma verdade ou posse, mas estudar com acuidade, discernimento e ética as transformações ocorridas no espaço e no tempo, embora os enfoques, objetivos e procedimentos metodológicos sejam, em muitos casos, diferenciados apesar de tratarem/pensarem sobre a sociedade.

Quando da sistematização da Geografia Moderna, Humboldt e Ritter, na Alemanha, colocaram grandes desafios a essa ciência. Ali já se expunha nitidamente as diferenças na forma de compreender o espaço.

Acompanhando tal raciocínio, não seria impreciso afirmar que foi com Humboldt e Ritter que a Geografia pôde ser sistematizada e, portanto, ganhou corpo científico e a eles se atribuem o sentido putativo da Geografia, em uma visão reducionista. O que havia antes deles era um conhecimento geográfico engendrado desde a Antiguidade, por pensadores como Heródoto, Eratóstenes, Estrabão e que se circunscrevia mais diretamente à descrição dos lugares e das viagens do que necessariamente apresentava soluções metodológicas, preocupações conceituais e paradigmas. Todavia, tal processo não foi linear e o conhecimento geográfico foi caracterizado por diferentes conotações e formas de tratamento, implicando em avanços, retrocessos e movimentos de superação na contradição do desenvolvimento desigual do espaço e da sociedade.

Em seu sentido amplo, a Geografia expressa *registro da Terra* (*Geo + Graphia*) e, ao longo de sua tradição, estiveram presentes os estudos concernentes à relação entre sociedade e

natureza na construção do espaço geográfico e do ambiente como um todo. Com isso, credita-se a Kant, por exemplo, a idéia de Geografia como disciplina e de ciência que estuda o espaço e, atualmente, compreende-se que: “[...] Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou.” (SANTOS, 1982b, p. 10).

Além disso, o homem não está dissociado da natureza, sendo também integrante dela e, por isso, a análise desta pesquisa leva em conta o espaço, esse sendo centrado nas cidades pequenas, que aqui se trata de um recorte espacial da realidade, fruto da discussão científica, mas que não está descontextualizado do todo, apresentando sua essência e devendo ser entendido pelo plano de suas relações.

Tal posicionamento é contrário, portanto, à noção de que haveria uma natureza pura e o homem estivesse fora dessa realidade, como as concepções de mundo da Idade Medieval. As cidades pequenas, por sua vez, comportam suas relações entre homem/natureza na produção do espaço e na reprodução da vida como conteúdo geográfico, mesmo se tratando de uma escala particular no universo da urbanização e do movimento em espiral da sociedade, para o estudo da indústria.

Eis, pois, a contribuição geográfica a ser visualizada, nessa obra, e que se conecta com a espacialidade da economia, sobretudo no universo da indústria. Se para produzir espaço é necessário trabalho, é mister pensar os processos que acompanham essas relações, visualizar as estratégias espaciais das empresas, a reprodução espacial do capital, etc.

Por seu turno, a produção traz em seu bojo a expropriação da classe trabalhadora, a subordinação ao capitalista e a apropriação da mais-valia, como considerou inicialmente Marx (1985a, 1985b). Na Geografia bem como na Sociologia, a tradição sobre esses estudos é bem vasta, como se evidenciou em vários autores, tais como David Harvey (1982) em sua obra *The limits to capital*; Soja (1993) em *Geografias Pós-Modernas*; Neil Smith (1988) no livro *Desenvolvimento Desigual*; em Castells (1992) na obra *The informatonal city*. Para esse último, por exemplo, a produção é entendida como:

[...] a ação da humanidade na matéria para apropriar e transformar em razão do seu benefício por obter um produto, consumir parte dele (de maneira desigualmente distribuída), e acumular a mais-valia para investimento em

acordo com objetivos determinados socialmente. (CASTELLS, 1992, p. 8, tradução nossa).²

Então, a argumentação de Castells se faz relevante para que se compreenda a produção e seu sentido e, por isso, tenha-se pelo menos uma contextualização básica sobre o desafio que se pretende desencadear com o debate da indústria na região administrativa de Presidente Prudente. A abordagem é, portanto, a geográfica, mas isso não significa dizer que outras não compareceram, visto que a realidade, assim como os saberes é múltipla; não sendo rígida e estanque analiticamente como será verificado nas diferentes seções que compõem a dissertação.

A obra é composta por quatro grandes capítulos que versam sobre o assunto das cidades pequenas e da indústria na região administrativa de Presidente Prudente; além dessa introdução que aborda as idéias iniciais da dissertação, o problema de pesquisa, a hipótese, objetivos, a relevância e a justificativa; e na última parte as considerações finais que buscam realçar as principais idéias trabalhadas e apontar para um quadro final da discussão levantada.

No primeiro item, “As cidades pequenas no contexto geográfico”, será delineado a revisão bibliográfica do assunto das cidades pequenas, demonstrando os principais autores que trabalham com a temática, bem como as mudanças teóricas utilizadas na forma de investigar tais espaços, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Tal debate ainda será acompanhado da análise das cidades pequenas, enquanto conceito usado na Geografia e de seus potenciais e limites no estudo da urbanização da sociedade e das transformações socioespaciais que o Brasil vem passando recentemente, especialmente com o papel da informação e das telecomunicações.

No capítulo “A região administrativa de Presidente Prudente, as cidades pequenas e a dinâmica econômica” serão desconstruídas a idéia de região Administrativa de Presidente Prudente à luz da interpretação de seu sentido histórico e geográfico, tendo como principal preocupação a reflexão das cidades pequenas e da dinâmica econômica regional. Nesse sentido, a região administrativa, comumente conhecida como região de Presidente Prudente e aqui emprestando nome ao título dessa dissertação, será pensada criticamente a partir de uma nova leitura de sua inserção na divisão territorial do trabalho e propondo a idéia de *região*

² “[...] the action of humankind on matter to appropriate and transform it for its benefit by obtaining a product, consuming part of it (in an unevenly distributed manner), and accumulating the surplus for investment in accordance with socially determined goals.” (CASTELLS, 1992, p. 8).



suplementar-articulada para a interpretação de seu papel na dinâmica econômica capitalista, no bojo do desenvolvimento desigual.

Com isso, a partir da discussão da indústria e da dinâmica econômica serão apresentadas no capítulo “A difusão espacial da produção industrial na região de Presidente Prudente no contexto da industrialização paulista” as idéias mais importantes para a compreensão do fato industrial na região de Presidente Prudente, com o exame conceitual do tema da indústria e da industrialização. Desse modo, indicar-se-á uma leitura geográfica da relação entre cidades pequenas e indústria com a noção de *difusão espacial da produção industrial* como um esforço de síntese para a interpretação do processo econômico estudado. Tal discussão será apoiada no exame da indústria no Brasil, em São Paulo e na região de Presidente Prudente, procurando demonstrar as diferenciações escalares e econômicas no entendimento de uma realidade que se encontra em transformação, na tentativa de expor as particularidades da região de Presidente Prudente e a maneira como o fato industrial é implantado, dinamizado e produzido.

Em “Cidades pequenas e indústria”, o leitor entrará em contato com as cidades pequenas selecionadas de maneira mais aprofundada, buscando oferecer subsídios para o movimento de formação socioespacial que as edificaram, a caracterização setorial e subsetorial da indústria, além da leitura acurada das principais interações e estratégias espaciais das empresas mais relevantes. Nesse item, serão avaliadas as exportações e importações da indústria, os principais parceiros comerciais e as novas lógicas de configuração das interações espaciais promovidas a partir da economia industrial.

Pretende-se, por fim, apresentar a partir do estudo das relações entre cidades pequenas e indústria uma maneira diferenciada de compreender a espacialidade da economia e da rede urbana, baseadas nas múltiplas interações espaciais que tanto os pequenos centros quanto os estabelecimentos industriais instalados nesses desempenham na economia contemporânea e nos arranjos e/ou combinações da produção capitalista no desenvolvimento desigual.



2 AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO GEOGRÁFICO



2.1 Os estudos sobre cidades pequenas³ na Geografia

O termo “cidade pequena” em seu sentido etimológico traz a expressão cidade⁴ que advém, segundo o dicionário da língua portuguesa Houaiss⁵, do latim *civitas*, *Átis* que significa “reunião de cidadãos” e o adjetivo pequena que conforme a mesma referência: “[...] parece ser produto do cruzamento do latim vulgar *pittinnus* com o radical *pikk*” expressando (dentre as suas diversas acepções) “tamanho reduzido”, “pouco extenso”.

A noção de “cidade pequena” tem muita dificuldade para se firmar como conceito. Seu uso é bastante fluido e não está atrelado somente ao domínio da ciência, sendo utilizado freqüentemente, tanto pelo Estado quanto pelo senso comum; diferentemente de conceitos científicos empregados para explicarem processos como etchiplanação (empregado na Geomorfologia e áreas afins) e outros que têm seu uso restrito ou senão exclusivo da comunidade científica. Quem nunca ouviu indagações a respeito das cidades pequenas, tais como: cidade pequena pacata, cidade pequena miserável, cidade pequena que vivi, nasci ou que conheci? Contudo, esse movimento não cessa e possui uso muito amplo, reproduzindo-se como recortes espaciais e como uma percepção do espaço, baseada na vivência e no sentido prático da construção social e econômica empregada pelas pessoas corriqueiramente.

Utilizada amplamente pela mídia e pelos leigos a idéia de “cidade pequena” ganha uma conotação muitas vezes vaga e o sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Por isso, em muitos casos, diz-se que tais locais são pacatos e seguros, são pólos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos estabelecer uma investigação acurada para provar ou não tais afirmações. O que se quer chamar atenção é para o fato de que há uma realidade rica do ponto de vista empírico e social a ser investigada e que o debate geográfico pode contribuir para a sua compreensão.

Nesse sentido, o enfoque deste trabalho deverá ser uma contribuição geográfica brasileira do assunto, uma vez que a cidade pequena não é alvo somente de estudos por parte da Geografia, mas por outras ciências ainda. Destarte, as demais dimensões (senso comum e política) serão afastadas, procurando demonstrar as particularidades presentes na reflexão

³ O termo cidade pequena será explorado textualmente no plural e singular, dependendo da nossa intenção, não implicando em prejuízos conceituais, já que estamos tratando do mesmo objeto.

⁴ A expressão “cidade” será mais bem elucidada adiante quando se abordará pelo viés geográfico a diferença entre definição e conceituação, juntamente com a discussão analítica das cidades pequenas.

⁵ Disponível em: <<http://www.uol.com.br/dicionario>>. Acesso em: 5 mai. 2009.

destes centros, por meio do caráter analítico-conceitual da Geografia (entendida como ciência).

Na Geografia, o estudo das cidades pequenas não tem sido um dos temas prioritários na produção do conhecimento sobre a cidade. Isso porque, ao verificar parte dos estudos da Geografia Urbana e Geografia Econômica (campos tradicionais de análise) no Brasil e no mundo, constatou-se que o número de trabalhos tem sido reduzido, embora os esforços conceituais, metodológicos, nessa área, sejam também relevantes para o entendimento do fato urbano.

Conforme se verifica na produção geográfica sobre o espaço urbano, as pesquisas tendem a se direcionarem para a avaliação das grandes cidades e, mais recentemente, às cidades médias. Corrêa (1999, p. 45), por exemplo, já havia oferecido subsídios para avaliar esse contexto ao expor que: “[...] os esforços de reflexão empreendidos sobre o espaço urbano e a cidade têm preferencialmente, privilegiado as grandes cidades.” Santos⁶ (1982b), em momento anterior a Corrêa, foi outro pesquisador que considerou a importância de se estudar esses centros, elucidando que se analisada a realidade urbana com acuidade “[...] vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente.” (p. 69, grifo do autor).

No caso da literatura internacional, há destaque para David Bell e Mark Jayne que são professores de Geografia Humana, respectivamente da *University of Leeds* e da *University of Manchester* na Inglaterra. Esses foram responsáveis pela publicação de vários artigos a respeito do assunto e mais recentemente editaram o livro *Small Cities: urban experience beyond the metropolis*⁷, publicado com a colaboração de pesquisadores de vários países que escreveram artigos para a composição da obra. No que tange à obra em análise há diversas abordagens a serem enfocadas no debate sobre cidades pequenas, possuindo destaque para a dimensão política, cultural, econômica e aos processos socioespaciais que envolvem essa realidade do fato urbano mundial.

No entanto, faz-se necessário citar que há outros trabalhos levantados que também merecem menção, como os estudos da *Review of Urban & Regional Development Studies*

⁶ Mais adiante será exposto, com mais propriedade, o que Santos compreendia por *cidades locais* e a sua vinculação com a temática das cidades pequenas.

⁷ O livro faz parte de uma série publicada pela *Routledge* que procura discutir o urbano em diferentes escolas de pensamento, como aquelas relacionadas ao planejamento, aos aspectos econômicos e à análise crítica. São ainda apresentadas na série obras referentes ao debate étnico nas cidades e a formação de guetos, espaços públicos, a realidade metropolitana e o capitalismo mundial, a natureza nas cidades, etc.

com o artigo denominado: *Building small city and town sams and cge models*, de autoria de Walter Schwarm e Harvey Cutler (2003) que tratam das cidades pequenas com o refinamento estatístico e econômico. Alguns textos da *Journal of Economic Geography*, como o de Mark D. Partridge et al. (2008) intitulado: *Lost in space: population growth in the American hinterlands and small cities*, abordando principalmente as áreas metropolitanas e as cidades pequenas na América.

No universo europeu é relevante citar o periódico ligado ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de Portugal, conhecido como *Cenários* que apresenta na sua versão de número 11, publicada em 2008, um conjunto de artigos que debatem as pequenas e médias cidades e o crescimento urbano, trazendo estudos de caso realizados por diferentes autores no contexto da Áustria, Alemanha e Itália.

No que diz respeito à África, pode-se mencionar um artigo da *African Studies Quarterly*, escrito por George Owusu em 2005, designado: *Small Towns in Ghana: Justifications for their promotion under Ghana's Decentralisation Programme*. O texto reflete sobre a importância do crescimento das cidades pequenas como positivo para a diminuição da migração rural-urbana, para o desenvolvimento rural e no sentido de desconcentrar as áreas com maior nível populacional por meio de programas de descentralização em Gana.

Mal-Soon Min (1990), na dimensão asiática, com o artigo *Growth of Small and Intermediate Cities in Korea, 1975-1980*, traz, semelhantemente a George Owusu, interpretações sobre o crescimento populacional nas cidades pequenas e intermediárias, examinando um grupo de cidades selecionadas, apontando seus tamanhos e algumas relações de distância em relação às metrópoles, etc.

Outro oriental que deve ser destacado nesses estudos é Yuhong Zhu (2006) que foi orientado por Jean-Paul Laborie, na França, na tese “Urbanisation et Urbanisme des Petites Villes en Chine” que trata da temática das cidades pequenas no contexto chinês, discutindo o processo de urbanização, os qualificativos necessários para a caracterização desses centros urbanos e os limites estatísticos para a classificação dos burgos e das cidades pequenas.

Agora, quando se passa para o domínio da Geografia Brasileira, Aroldo de Azevedo (1957) em “Vilas e cidades do Brasil Colonial – ensaios de Geografia Urbana retrospectiva” faz um dos primeiros⁸ trabalhos sobre o que hoje pode ser considerado o assunto relacionado às cidades pequenas, alertando para a discussão do patamar demográfico para a existência de

⁸ Informação baseada no levantamento bibliográfico realizado nas principais bases conhecidas sobre o assunto, tratando-se, no caso específico, das bibliotecas das universidades brasileiras.

cidade no Brasil. Davidovich e Geiger (1961) foram outros autores que oferecem qualificativos para o debate inicial das cidades de menor porte ao apontarem os problemas decorrentes da definição legal de cidade no Brasil.

Marcos Alegre (1970), embasando-se em técnicas de cartografia para a análise do urbano no Brasil, traz contribuição para o assunto das cidades pequenas mesmo não sendo a preocupação central do trabalho. Juanico (1977) destacou a relevância de se ter cidades pequenas economicamente viáveis no contexto do terceiro mundo. Silva (1978) também examinou a temática ao preocupar-se com os aspectos técnicos de pesquisa visando subsidiar a leitura das cidades pequenas com a elaboração de planos de desenvolvimento.

Esse primeiro momento foi caracterizado pelo esforço dos pesquisadores em debater um assunto novo (mesmo que realizado de maneira pontual e sem continuidade sistemática) na Geografia Brasileira, face às próprias condicionantes de institucionalização (reduzido número de institutos superiores, universidades e de centros de pesquisa dedicados à produção da Geografia). Embora, já se tivesse observado a partir da década de 1930, sob a égide de Getúlio Vargas, a criação do curso de Geografia da USP (Universidade de São Paulo), no Rio de Janeiro no que hoje se conhece pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e também do que se relacionou à existência do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e, posteriormente, com a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) e de outras universidades.

Entretanto, cabe mencionar que só foi verificada uma ampliação das pesquisas desse assunto, no caso brasileiro, a partir da década de 80 do século XX. Tal movimento foi animado pela renovação da Geografia e pela adoção predominante do enfoque crítico-analítico, sendo acompanhado, em contrapartida, pela diminuição das pesquisas de cunho estatístico-demográfico.

Esse período foi qualificado como um segundo momento na construção dos estudos sobre as cidades pequenas na Geografia brasileira. Isso porque se passa a observar uma maior ampliação sobre as análises referentes às cidades pequenas, realizadas de forma mais sistemática e continuada. Tal afirmação, ganha sentido ao confrontar o levantamento bibliográfico sobre o assunto com a interpretação mais cautelosa das obras.

Nessa época, nasceram alguns dos primeiros trabalhos, embora com tendências doutrinárias diferenciadas, desenvolvidos na pós-graduação da Geografia brasileira sobre o assunto, tais como os trabalhos de Eliseu Savério Sposito (dissertação de mestrado, datada de



1982, na Universidade de São Paulo), Maria Silvia Carreiro Jorge Santos (dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista - Rio Claro, 1988), Wilson dos Santos (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1989) e Tânia Maria Fresca (dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1990). Esses trabalhos podem ser considerados juntamente com a discussão inicial de Milton Santos (1982b) como algumas das principais referências da Geografia urbana brasileira sobre a temática, sendo empregados até hoje na construção das pesquisas.

Eliseu Savério Sposito (1982) trabalhou com as cidades pequenas de Pirapozinho e Álvares Machado (localizadas na Alta Sorocabana) no contexto das migrações, percepção do espaço e a formação do horizonte geográfico. Maria Silvia Carreiro Jorge Santos (1988) explorou o que é básico e não básico nas cidades pequenas, destacando que as cidades pequenas encontram-se na posição inferior da rede urbana. Wilson dos Santos (1989) retratou as cidades locais na dinâmica regional de Campinas e a urbanização. Tânia Maria Fresca (1990) abordou a questão das cidades pequenas de Inúbia Paulista e Osvaldo Cruz pela análise da rede urbana do Oeste Paulista.

Paulatinamente, os estudos de realidades não metropolitanas vão sendo colocados em curso e isso pode ser explicado, entre outros fatores hipotéticos, pelo crescimento de cursos de pós-graduação em Geografia em áreas interioranas com características diferenciadas daquelas encontradas nos grandes centros e que necessitavam ser estudadas com mais acuidade. Alguns alunos que viveram nas cidades pequenas também querem contribuir para o estudo desses centros, alargando, por conseguinte, o circuito de reflexão sobre o fato urbano.

Como ilustraram Medeiros et al. (2008) acerca do quadro das pesquisas desenvolvidas sobre cidades de pequeno porte, no âmbito da pós-graduação em Geografia brasileira, evidenciou-se apenas uma maior expressividade numérica sobre esse universo somente no início do século XXI. As investigações, presentemente, diversificaram-se e ainda segundo o quadro apresentado pelos autores se destacam dentre as principais instituições acadêmicas em termos de pesquisas desenvolvidas na produção sobre cidades de pequeno porte: a Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente), a Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal de Uberlândia.

Poderia também acrescer a essa dimensão, os trabalhos desenvolvidos por determinados pesquisadores na Universidade Estadual de Maringá⁹, Universidade Estadual Paulista (Rio Claro), além da Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Goiás, entre outras.

Paulatinamente, os estudos são incrementados com novas abordagens, incorporando temas como planejamento ambiental (NASCIMENTO, 2004); reprodução social e produção de moradias (BERNARDELLI, 2004); globalização (DAMIANI, 2006); papéis e significados urbanos (ENDLICH, 2006); espaços de medo e castigo (SORIANO, 2007); segregação socioespacial (ROMA, 2008); perfil de desenvolvimento e qualidade de vida (FIGUEIREDO, 2008); especificidades sócio-políticas (BACELAR, 2008); a discussão do plano diretor (SOARES, 2008); o debate conceitual das cidades pequenas (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009b); a contextualização histórico-geográfica (JURADO DA SILVA, 2009).

A temática das cidades pequenas é, logo, um grande desafio, pois inspira várias dificuldades. Isso, porque há um horizonte bastante largo para ser explorado na construção conceitual dessa expressão real do fato urbano. Os caminhos são os mais variados possíveis, mas as proposições metodológicas para o estudo desses núcleos urbanos já começam a surgir, como evidenciado no trabalho de Melo (2008).

Portanto, é preciso explorar qualitativamente cada vez mais os estudos nessa área e contribuir de maneira exemplar para o exame dessa realidade, embora os objetivos analíticos sejam diferenciados no empenho de avaliar uma dimensão espacial complexa, diversa e ampla. No Brasil, essa dificuldade se apresenta com intensidade, dada às dimensões continentais do país, ao quadro natural, às disparidades sociais e econômicas, sobretudo, na complexidade do quadro urbano e entre as regiões que guardam diferenciações expressivas entre si e, por isso:

Historicamente, a urbanização brasileira, entendida como processo socioeconômico e político, ocorreu de forma desigual e concentrada, em relação à distribuição espacial das pessoas e dos equipamentos urbanos. (FREITAS et al., 2006, p. 45).

⁹ Dessa universidade decorre a realização, em 2008, do Primeiro Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local que culminou com a publicação do livro “Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local”, organizado por Ângela Maria Endlich e Márcio Mendes Rocha, com textos provenientes de algumas das contribuições científicas do evento.

Há, nesse universo, cidades pequenas muito distintas entre si e que apresentam particularidades e singularidades que devem ser estudadas com prudência. Isso para que não se venha proferir generalizações e simplificações propondo uma regra universal e categórica para a definição desses centros.

Como escreveu Santos (1996): “Hoje cada cidade é diferente uma da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças.” (SANTOS, 1996, p. 53). Santos (1996) apontou ainda que, no momento presente, a configuração territorial do país se desenvolve de maneira intensa, abrangendo o conjunto de sistemas de engenharia de energia, transporte e telecomunicações. A esses fatores materiais se somam também a produção dita não material, nas escalas “[...] da saúde, da educação, do lugar, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não material que se disseminam sobre o território.” (SANTOS, 1996, p. 38).

Desse modo, os correios, telefones, telex e as novas formas de transmissão da informação como a *internet*, telefonia celular, TVs com tecnologias digital/*laser/high definition/3D/holográfica*, comunicação *wi-fi* e *Bluetooth*, etc. dão sustentação a uma moderna arquitetura de telecomunicações que, por sua vez, transportam não somente dados, mas também algo que representa conteúdos diversos, dentre os quais se inserem a categoria do dinheiro e das ordens e, por fim, mensagens da tirania, normas e do controle do capital que se direcionam às cidades em suas diferentes magnitudes.

Esse processo de ampliação e incorporação tecnológica também imprime transformações no território nacional e essas condições se somam ao quadro de produção das cidades, na formação socioespacial que as engendram e na manifestação de singularidades/particularidades. Acerca dessa diversidade dos espaços urbanos, Fresca (1990) concedeu o devido suporte para o entendimento das singularidades, no que tange às cidades pequenas, pois:

[...] um lugar não pode acolher nem todas, nem as mesmas variáveis. E quando as acolhe, as combina de maneira singular embora muitas vezes as variáveis sejam comuns a vários lugares.

Há, pois, uma receptividade específica de cada lugar em relação aos processos emanados do momento da totalidade social. (FRESCA, 1990, p. 212).

Por conseguinte, interpreta-se que apesar das cidades pequenas guardarem determinadas especificidades, a movimentação teórica deve ser articulada a processos mais

ampos de compreensão analítica do real e que envolvem a discussão da rede urbana, como considerou Fresca (1990, 2001).

Nesse raciocínio, a leitura não deve obedecer a uma lógica hierarquizante, como elucidou Bacelar (2008), e tão pouco ser “medida” somente pela escala das metrópoles e grandes cidades e, por isso:

Na medida em que o diagnóstico da realidade da pequena cidade mostra uma realidade conflituosa e provocadora, temos de, na medida do possível, e a partir dos limites da análise geográfica, também propor alternativas [...]. (BACELAR, 2008, p. 343).

Dessa maneira, uma das alternativas propostas por esse autor, bem como por Soares e Melo (2008), é a adoção da “escala municipal” para a compreensão das cidades pequenas. A partir disso, ela é entendida por suas relações na perspectiva campo-cidade, na escala político-administrativa e na sua dependência em relação às demais esferas governamentais. Entretanto, é preciso ressaltar que não há confusão entre município e a noção de cidade, sendo mais um esforço científico de apreender essa realidade e de facilitar a obtenção de dados por meio do município.

Há, conseqüentemente, o fenômeno urbano sendo interpretado à luz do movimento da formação socioespacial brasileira, embasada nas concepções postuladas por Santos (1982b)¹⁰, como proferiram Soares e Melo (2008) e Melo (2008). Coerente também é afirmar que quando se trata do urbano e de uma formação socioespacial não há homogeneidade, mas heterogeneidades, particularidades e contradições. Isso ficou evidenciado, em tempo mais anterior a Soares e Melo (2008), no trabalho de Corrêa, ao expor que: “[...] É na formação espacial que se entrecruzam determinações gestadas em diversas escalas, do geral e do particular, assim como emergem contingências.” (2006, p. 279).

Com isso, cumpre salientar que mais da metade da população mundial se concentra nas cidades e quando se observa o fenômeno da urbanização, verifica-se que esse apresenta diferentes configurações no mundo. Nas palavras de Bell e Jayne:

[...] mais da metade de toda população urbana no mundo vive em cidades com menos de 500.000 habitantes e 40-45% em cidades e em núcleos

¹⁰ Na realidade, a noção de formação socioespacial é uma expressão que foi refinada a partir das proposições de Santos (1992b), mas o seu tratamento conceitual já havia sido embasado no caráter da formação social de Lênin e na discussão de formação econômica de Karl Marx.

urbanos de menos do que 100.000. Desta forma, nos chamados países desenvolvidos, dois terços da população urbana vivem em locais com menos de um milhão de pessoas. Mesmo nos Estados Unidos, onde aproximadamente 45 milhões de pessoas vivem em cidades com população superior a 250.000, outros 40 milhões vivem em locais entre 50.000 e 250.000 e, além disso, 40 milhões em cidades entre 10.000 e 50.000 (Clancey, 2004) [...]. (BELL; JAYNE, 2009, p. 689, tradução nossa).¹¹

Nessa compreensão, torna-se mister destacar que a urbanização na Europa apresenta uma face mais antiga se comparada àquela das Américas. Assim, observam-se diferenças na urbanização entre os países centrais da economia se comparado aqueles da dita periferia, embora as cidades pequenas estejam presentes em ambos os contextos.

O mapa 2, por exemplo, retrata a distribuição da população no mundo e, segundo se interpreta, os países com maior número populacional se concentram na Ásia com destaque, sobretudo, para a China e Índia que apresentam mais de um bilhão de habitantes cada uma. No continente asiático, se enfatizam também a Indonésia (especialmente a Ilha de Java), o Japão, seguidos por Formosa, Cingapura e Hong-Kong (incorporada ao domínio de Beijing).

Além disso, despontam, nesse cenário, países como Rússia, Estados Unidos, Brasil, entre outros. Na África, a área que incluiria Camarões e Nigéria, abrigando importante fatia da população da África Subsaariana e no que tange ao universo árabe-muçulmano o Egito, reunindo pelo litoral mediterrâneo, o Marrocos e em outra direção a Turquia e o Irã.

Na América Latina, a expansão da urbanização, ocorrida em meados do século XX, foi bastante acelerada face ao gradual processo que passou a Europa ao longo de séculos. Surgem metrópoles que coordenam uma densa área de influência, como ocorreu com São Paulo, no Brasil, ao compasso que se ampliam o número de centros de pequeno porte com o advento da economia cafeeira, da industrialização e da urbanização.

No contexto dessas dinâmicas espaciais, Jacobi argumentou sobre as causas recentes do crescimento populacional na América Latina, explanando que:

A dinâmica da urbanização latino-americana possibilita a definição de três formas de agrupamento, a saber: 1) cidades grandes que abrigam entre 500 mil e 1 milhão de habitantes e aquelas com mais de 1 milhão; 2) cidades intermediárias que incluem dois níveis – entre 50 mil e 100 mil habitantes e

¹¹ “[...] more than half of all urban-dwellers in the world live in cities of less than 500,000 and 40–45% in cities and towns of less than 100,000. In so-called developing countries, two-thirds of urban residents live in places of less than 1 million people. Even in the USA, where almost 45 million people live in cities with a population of over 250,000, another 40 million live in places of between 50,000 and 250,000 and a further 40 million in cities of between 10,000 and 50,000 (Clancey, 2004) [...]” (BELL; JAYNE, 2009, p. 689).

entre 100 mil habitantes e 500 mil habitantes – e 3) cidades pequenas que incluem três níveis – entre 10 mil e 20 habitantes; menos de 10 mil habitantes e entre 20 mil e 50 mil habitantes. (JACOBI, 1994, p. 74, tradução nossa).¹²

Desse modo, o limite estatístico de Jacobi (1994) para a classificação dos portes das cidades é uma variável que precisa ser mais bem discutida, uma vez que há generalizações nessa análise que deveria envolver grande complexidade. Entretanto, seguindo ainda o raciocínio do processo de urbanização na América Latina poderia se reconhecer três grandes faixas de urbanização.

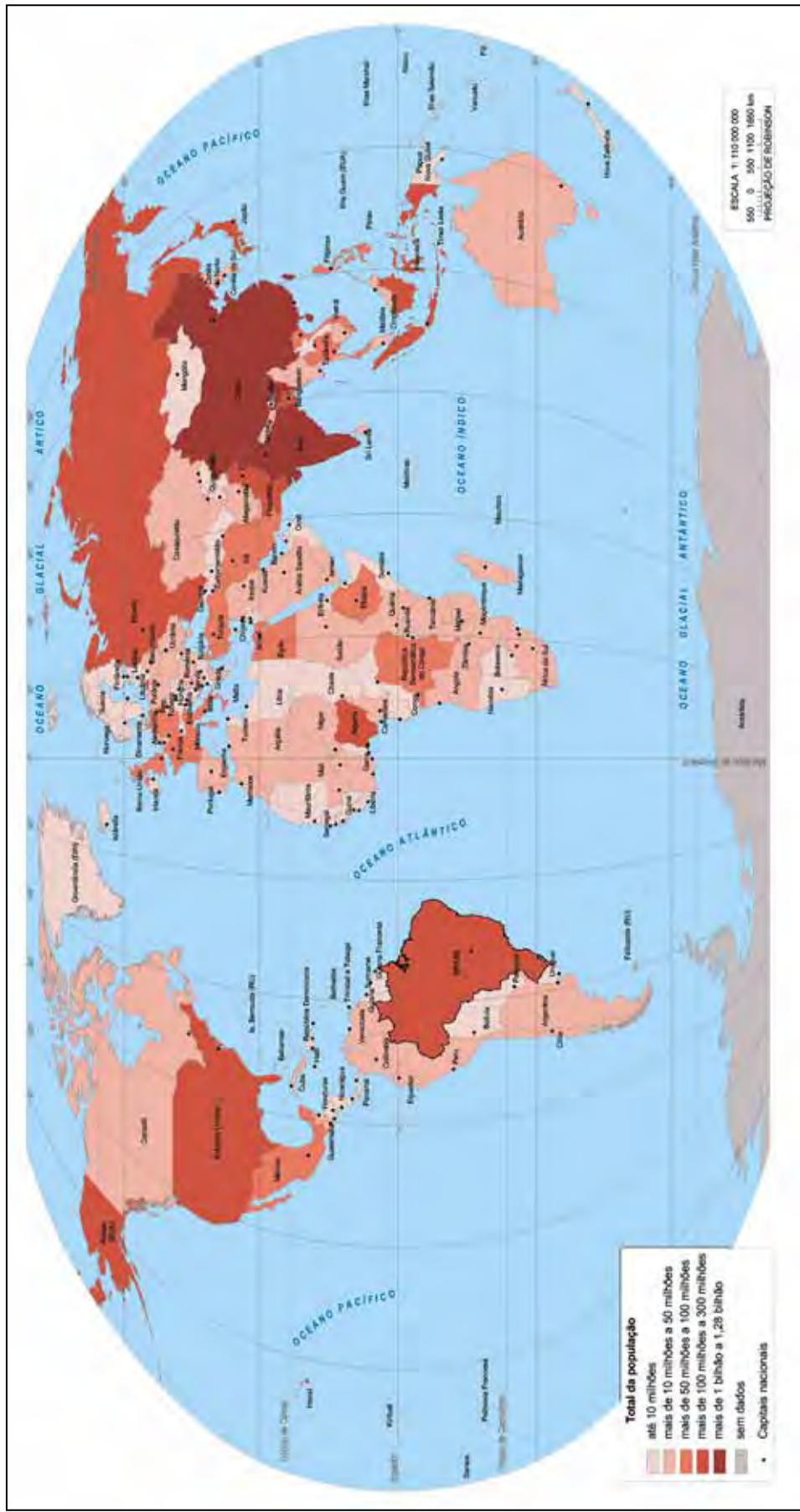
A primeira se refere ao Brasil, no que diz respeito à parte litorânea e imediatamente próxima e, numa visão mais geral, o sudeste brasileiro que é a região mais rica do país e que concentra maior contingente populacional, densidade informacional e infra-estrutural. A segunda se referiria ao contexto geográfico do estuário de La Plata que envolveria porções da Argentina e do Uruguai. A terceira que diria respeito ao planalto central mexicano, abrangendo desde a fronteira com os Estados Unidos até o eixo Neo-vulcânico ao Sul, concentrando a área mais relevante economicamente do país.

E, mais adiante, o autor supracitado mencionou que: “[...] as cidades pequenas concentram entre 10 e 20% da população total dos países mais urbanizados e menos de 10% nos países menos urbanizados”. (JACOBI, 1994, p. 74, tradução nossa).¹³ Assim, há uma heterogeneidade acentuada de centros nessa modalidade, embora haja distintos limiares espaciais de inserção espacial no contexto das cidades pequenas.

Há, conseqüentemente, centros com inexpressiva dinâmica econômica, demográfica e política, enquanto há centros que apresentam relativa importância econômica, demográfica e papel na rede urbana, o que colabora para a afirmação de que esses centros se encontram em transição, em transformação e que existe um desenvolvimento desigual do espaço orientando esse processo, pois “[...] A medida em que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital [...]”. (SMITH, 1988, p. 217).

¹² “La dinámica de la urbanización latinoamericana posibilita la definición de tres formas de agrupación, a saber: 1) ciudades grandes que abrigan entre 500.000 y un millón de habitantes y aquellas con más de un millón; 2) ciudades intermedias que incluyen dos rangos – entre 50 mil y 100 mil habitantes y entre 100 mil habitantes y 500 mil habitantes – y 3) ciudades pequeñas que incluyen tres rangos – entre 10 mil e 20 mil habitantes; menos de 10.000 habitantes y entre 20 mil y 50 mil habitantes.” (JACOBI, 1994, p. 74).

¹³ “[...] Las ciudades pequeñas albergan entre 10 y 20% de la población total en los países más urbanizados y menos de 10% en los países menos urbanizados.” (JACOBI, 1994, p. 74).



Mapa 2 – Distribuição da população no mundo, 2000.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/atlas/pag017.pdf>>. Acesso em junho de 2009.

Tendo em vista o contexto da produção e da desigualdade espacial do fenômeno urbano, fica difícil negar a relevância do estudo das cidades pequenas face à idéia de cidade no mundo. Elas representam expressiva quantidade de centros e possuem uma área espacial (se agregada a esses núcleos territorialmente) realmente importante, e isso se referindo a todos os continentes.

Como parte de uma totalidade, não devem ser estudadas isoladamente, visto que, estão inseridas no processo de urbanização. Entretanto, seu valor de cidade não se perde com o avanço do capitalismo, pois seus significados são transformados e cada vez mais esses núcleos ganham um papel econômico como centros de produção industrial, comercial, turística, etc.

Por isso, para que se tenha maior noção sobre a discussão dos pequenos centros e a sua implicação conceitual na Geografia são apresentadas no tópico seguinte informações a respeito do assunto, com a sugestão de um desenho interpretativo para a realização do feito, bem como a contribuição desta obra para o conceito de cidade pequena, visto também em conexão com os itens subseqüentes.

2.2 As cidades pequenas sob a óptica conceitual geográfica

A definição é um processo pelo qual não há, necessariamente, uma conceituação, tratando-se apenas de uma delimitação fixa e exata que visa estabelecer limites determinados, precisos e rigorosos. Geralmente está atrelada à questão política de um decreto, uma lei que orienta uma normativa específica, regras e modelos a serem seguidos. De modo geral, nas ciências humanas, busca-se superar as definições com a proposição de conceituações.

A conceituação ultrapassa a noção que está relacionada a uma idéia inicial sobre um problema que precisa ser discutido e respondido teoricamente. Na Geografia, por exemplo, afirma-se historicamente que *paisagem*, *lugar*, *região* e *território* são os principais conceitos trabalhados. Mas, não seria inoportuno comentar que existem muitos outros, além das noções que são utilizadas nas suas áreas específicas, embora haja conexões entre essas e os mais gerais.

Do latim *conceptum*, a palavra conceito expressa em seu significado mais amplo uma idéia, pensamento e, de acordo com Japiassú e Marcondes (1993, p. 53, grifo dos autores):

Em seu sentido geral, o conceito é uma noção abstrata ou idéia geral, designando, seja um objeto suposto único (ex.: o conceito de Deus), seja uma classe de objetos (ex.: o conceito de cão). Do ponto de vista lógico, o conceito é caracterizado por sua *extensão* e por sua *compreensão*.

Mais adiante, esses autores completam o raciocínio sobre a questão, observando que: “[...] quanto maior for a compreensão, menor será a extensão, quanto menor for a compreensão, maior será a extensão” (p.53), no que tange ao conceito e seu posicionamento. Tal fato pode se explicar porque *compreender* é intuir um significado e a *extensão* envolve determinado significado e alcance.

Com isso, o conceito supera uma classificação, enumeração. Busca contribuir para uma idéia sobre um objeto. No que toca à empreitada, a discussão será pautada em torno de um conceito específico, ou seja, *cidade pequena*. Essa idéia tem sido bastante cara e complexa e foi alvo de debate por diferentes autores. Tal conceito tem aparecido em muitos casos como pequena(s) cidade(s), porém neste estudo optou-se por utilizar a terminologia *cidade(s) pequena(s)* (já que na Língua Portuguesa usualmente o adjetivo – pequena – acompanha o substantivo – cidade –, diferentemente do inglês onde o adjetivo aparece antes do substantivo, a exemplo de *small city*).

A *cidade pequena* possui, portanto, uma *materialidade* no seu plano espacial, enquanto *forma* no processo de urbanização e uma *imaterialidade* que pode estar relacionada aos seus *fluxos* informacionais que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais, etc.

Essa realidade urbana não está dissociada de um ponto de compreensão maior, ou seja, a cidade, embora a adjetivação pequena retrate uma relação de *mensuração* e *qualificação* quanto ao seu tamanho, expresso no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global.

Nessa compreensão, a cidade pequena apresenta uma dimensão geral que é comum aos demais centros urbanos, na expressão da cidade e que abrange uma totalidade. De outro modo, revela particularidades, ou seja, predicados que são parte do todo em conjunto e pode conter singularidades, isto é, características únicas que se combinam na produção desigual do espaço de relações sociais na divisão territorial do trabalho.

Assim, quando se escreve sobre divisão territorial do trabalho, procura-se responder ao por que existem cidades pequenas. Para David Bell e Mark Jayne, por exemplo, há algumas questões de fundo que merecem ser pensadas a esse respeito, ou seja:

Por que pequeno é pequeno? E quais métodos de mensuração do tamanho são convenientes? Dada nossa alergia por generalização, nós decidimos ser contrários a quaisquer requerimentos mínimos ou máximos. Apenas como Thrift (2000) lembra-nos que ‘um tamanho não ajusta tudo’ nos poucos trabalhos prévios confirmar isto: em estudos dos Estados Unidos, uma cidade pequena é usualmente definida como tendo menos de 50 mil habitantes (Brenan e Hoene, 2003); em estudos de ‘países desenvolvidos’, um pequeno centro urbano pode ser classificado como um que tenha 5.000 a 20.000 habitantes, embora aqui a variação nacional e regional faça-a uma definição insustentável (Hardoy e Satterthwaite 1986b) [...]. (BELL; JAYNE, 2006, p. 4, tradução nossa).¹⁴

Contudo, antes de buscar refletir sobre esse quadro de questionamentos, devem-se efetuar algumas considerações a respeito das características dessa temática no caso brasileiro, realidade na qual se insere o recorte espacial da pesquisa, e também ao contexto mundial. Por isso, nesse encaminhamento, deduz-se que:

[...] as cidades pequenas oferecem o qualificativo inicial para a caracterização do urbano e da cidade porque, núcleos dessa magnitude, não apresentam dimensões populacionais muito complexas, o que permite avaliar com melhor clareza como se expressam as principais demandas da população. (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009b, p. 205).

Logo, se discutido o conceito de cidades pequenas, argumenta-se nesse sentido, sobre cidade e, por isso, há a necessidade de se comparar definição e conceituação, para que se tenha melhor clareza sobre a discussão geográfica desencadeada em torno da questão.

Faz-se interessante levar em conta as principais demandas da população e não somente o aspecto demográfico, uma vez que tal posicionamento acaba por afetar o debate conceitual que envolve a adoção de diversas escalas espaciais de compreensão geográfica. Por isso, como comentou Harvey:

¹⁴ “How small is small? And what ways of measuring size are useful? Given our allergy to generalization, we decided against any minimal or maximal requirements. Just as Thrift (2000) reminds us that “one size does not fit all” in ways of the scant previous work confirm this: in studies from the USA, a small city is often defined as having less than 50,000 inhabitants (Brennan and Hoene, 2003); in studies from “developing countries”, a small urban centre might be classed as one which has 5,000 to 20,000 inhabitants, although here national and regional variation make such a definition unsustainable (Hardoy and Satterthwaite 1986b) [...]” (2006, p. 4).

Parte da dificuldade que experimentamos em lidar com ela [a cidade] pode ser atribuída a sua complexidade inerente. Mas, nossos problemas podem também ser atribuídos à nossa falha em conceituar corretamente a situação. [...] Cada disciplina usa a cidade como um laboratório no qual testa proposições e teorias sobre a própria cidade. Este é o principal problema a ser superado se estamos decididos a entender (o controle à parte) a complexidade da cidade. (HARVEY, 1980, p. 13).

Isso tem ficado nítido quando se verificam os diversos parâmetros utilizados para a definição de cidade no mundo e no Brasil, o que acaba por implicar numa visão político-administrativa e/ou demográfica e, por outro lado, pouco sociológica, geográfica e histórica. Nesse caso, no panorama político tem-se uma definição e não uma conceituação.

A definição de cidade nos diferentes países é diversa e não obedece a uma regra geral e universal. Os critérios podem ser concernentes ao tamanho populacional; aspectos econômicos, funcionais e/ou infra-estruturais; serviços; político-administrativo, etc.

No Brasil, por exemplo, esse parâmetro é baseado no seu sentido político-administrativo que reconhece na sede municipal a cidade de acordo com o que ficou estabelecido no Decreto-Lei número 311, de março de 1938, em seu artigo terceiro.

No entanto, a preocupação com núcleos urbanos que apresentam baixo número demográfico (menos de vinte mil habitantes) por parte do poder público brasileiro não é evidente (a exemplo das formulações do Estatuto da Cidade). Tais centros não são obrigados a realizar plano diretor e nem sequer têm políticas específicas para o desenvolvimento econômico.

Entretanto, experiências bem sucedidas, realizadas no campo do planejamento multidisciplinar e na realização de Planos Diretores para as cidades pequenas mineiras, têm sido destacadas por Soares (2008). Com esse raciocínio, a autora explora tanto o universo político da questão quanto prático-conceitual, com a preocupação de elucidar o assunto pelo enfoque dos municípios de pequeno porte.

Por força de decreto, a cidade tem seu perímetro urbano, isto é, uma espécie de linha imaginária que separa a cidade do campo, visto como negação do urbano, e na maioria dos casos, não condiz com a realidade espacial e o conteúdo social vivenciado nesses locais. Por seu turno, a vila seria também a sede do distrito e essa pertenceria ao domínio administrativo do município.

Nesse bojo, o critério administrativo não tem sido muito útil para o avanço das discussões sobre o conceito de cidade pequena. Esta definição acaba por implicar, conforme

Jurado da Silva e Sposito (2009b) diretamente na: a) artificialidade da fronteira entre cidade e campo com a eleição arbitrária do perímetro urbano para delimitar tais espaços; b) na distorção do conceito de cidade, porque não toma como ponto de referência a dimensão histórico-geográfica desta realidade; e c) numa corrida pela arrecadação fiscal, seja ela decorrente da arrecadação de impostos (como o Imposto Predial Territorial Urbano) e/ou de fundos concedidos pela esfera governamental federal (como é o caso do Fundo de Participação dos Municípios – FPM).

Por outro lado, em momento anterior, Davidovich e Geiger já alertavam para o fato de que há mais problemas relacionados a essa definição, visto que:

[...] Esta generalização mascara, naturalmente, grandes contrastes: aí estão englobadas as sedes de extremos municípios da Amazônia, dotadas de população ínfima e centros importantes, como São Gonçalo e Nilópolis, cujos respectivos municípios possuem áreas reduzidas. Por outro lado, nem sempre a elevação de uma vila à categoria de cidade implica no seu desenvolvimento efetivo – muitas vezes é resultado de injunções políticas e financeiras. No entanto, algumas vilas apresentam população superior à de certas cidades: em 1950, São Gonçalo possuía 20000 habitantes aproximadamente e a vila de Neves acima de 50000 habitantes. (1961, p.3).

Essa constatação não fica restrita aos exemplos concedidos por esses autores e podem ser aplicadas a muitos outros centros no Brasil, em diferentes regiões. Na Amazônia, no Nordeste e no Centro Sul é verificada essa realidade. Os municípios e as cidades surgem, em alguns casos, para salvaguardar os interesses políticos e eleitorais de certas elites locais do que propriamente pelo horizonte de sua real significação e importância social. Isso favorece, na mesma medida, a especulação do solo, a reprodução do espaço e a manutenção do poder nas mãos de poucos.

Recentemente, também foi colocada em pauta na assembléia legislativa estadual paulista o projeto de lei complementar 47/2010 que visa regulamentar a criação de municípios, baseando-se em estudos sobre “viabilidade municipal” que procuram direcionar uma série de requisitos para que haja a elevação de uma vila à categoria de cidade, e assim, valorizem-se outras dimensões da realidade social e material. Entretanto, há de se ressaltar que a cidade continua sendo decretada/definida por ordem político-administrativa e que tal medida possui o interesse de proteger os cofres públicos face à criação de novos municípios.

Com isso, é preciso também ressaltar que o quadro de definição político-administrativa da cidade não se restringe somente ao Brasil. Melo (2008), nesse caso,

sintetizou parte da literatura sobre o tema e elaborou o quadro 1, com as definições de cidade, em alguns países.

<i>País/ Organizações</i>	<i>Tipo de critério</i>	<i>Cidade</i>
Argentina	Tamanho demográfico	Localidade com 2.000 hab. ou mais
Brasil	Político-administrativo	Sede de município
Canadá*	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	Town - entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) City - entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
Chile	Tamanho demográfico ou tamanho demográfico mais ocupação da PEA	“ <i>Entidad urbana</i> ” com mais 2.000 habitantes ou 1.001 a 2.000 habitantes e 50% ou mais da PEA ocupada em atividades secundárias ou terciárias
Dinamarca	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 250 hab. ou mais
Espanha	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 10.000 hab. ou mais
Estados Unidos**	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	Town- entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) City- entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
França	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 2.000 habitantes
Islândia	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 300 hab. ou mais
Itália	Funcional	Deve conter áreas residenciais, industriais e comerciais, bem como desenvolver funções administrativas que envolvem uma área geográfica mais ampla, servindo de referência a municípios (<i>comuni</i>) vizinhos.
OCDE	Densidade populacional	Densidade populacional de 150 habitantes por km ²
ONU	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 20.000 habitantes
Paraguai	Político-administrativo	Sede de município
Portugal***	Número de eleitores e equipamentos urbanos	Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8.000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: i) Instalações hospitalares com serviço de permanência; ii) farmácias; iii) corporação de bombeiros; iv) casa de espetáculo e centro cultural; v) museu e biblioteca; vii) instalações de hotelaria; viii) estabelecimento de ensino preparatório e secundário; ix) estabelecimento de ensino pré-primário e infantários; x) transportes públicos, urbanos e suburbanos; xi) parques ou jardins públicos.

Quadro 1 – Cidades: critérios e definição em alguns países, 2007.

Fonte: Enciclopédia Wikipédia, 2007. Instituto Nacional de Estatística de Portugal, 2007. INDEC/Argentina, 2007.

Organização: Melo (2008, p. 441). Adaptado por Jurado da Silva, 2009.

*Com exceção da Província de Quebec.

**A elevação do estuado de *town* para *city* não é obrigatória em muitos dos estados dos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos muitas comunidades urbanas, de apenas 250 a 500 habitantes, são categorizadas como cidades. O principal motivo é que, durante a expansão americana rumo ao Oeste, ao Oceano Pacífico, no século XIX, os fundadores de novas comunidades urbanas nestas áreas escassamente povoadas, decidiram nomear essas comunidades como “cidade”. (ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA, 2007).

*** “Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitetônica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados” (Art. ° 14 da lei n. de 1982). O estatuto de cidade, em Portugal, não tem valor administrativo. Embora, a maior parte das cidades portuguesas sejam sedes de município, há cidades que não o são, e mais de metade dos municípios portugueses têm como sede, vilas. Apesar disso, o número de cidades e vilas existentes no território de um determinado município tem influência nas transferências financeiras que esse município recebe da administração central.

Acompanhando ainda esse raciocínio: O que afirmar de países que consideram cidades aqueles núcleos que atingem determinado tamanho demográfico, como é o caso de Espanha, Dinamarca, França? Na realidade, essa concepção engessa a discussão conceitual por se tratar apenas de uma definição ao compasso que é determinista, reduz a cidade a uma expressão

numérica e não leva em conta a diversidade regional e os vários recortes espaciais que poderiam ser empreendidos.

Tal preocupação também foi encontrada em Alegre (1970, p. 159-160), ao considerar que é “[...] evidente que não se pode usar sem perigo de graves erros uma definição apenas num critério numérico [...]” e complementa mais à frente que: “[...] É possível encontrar aglomerações com bom equipamento urbano e atividades caracteristicamente urbanas da maioria dos moradores, sem, todavia, possuir 10.000 habitantes. E o inverso também é verdadeiro.” (Idem).

Encaminhando esse debate e proferindo-se a busca de dados acurada sobre o universo de cidades pequenas em outras línguas, como a inglesa – que possui grande influência no cenário internacional – tem-se algumas peculiaridades a serem frisadas. Isso, porque não há consenso nos diversos países sobre o assunto. Todavia, quando uma cidade apresenta características geográficas como extensa área territorial, grande densidade demográfica, presença industrial, meios de comunicação, infra-estrutura complexa, entre outros, pode-se dizer que há uma *city*.

Mas, em alguns locais pode haver a utilização de *town*, ou para se referir ao centro da cidade (*downtown*), ou mesmo se empregar *city* para designar o centro financeiro a exemplo de Londres. No que se referem aos Estados Unidos da América, os estados acabam por utilizar legislações específicas para a classificação de cidade e de suas variações. Em alguns casos, *town* pode expressar cidade pequena, *township* uma cidade bem pequena com forte presença de ruralidades, ou mesmo se valer da terminologia *small city*, não implicando em um padrão para o conjunto da nação.

Já no universo da língua espanhola, a expressão designada para cidade é *ciudad*. Contudo, podem comparecer o uso das palavras *ciudades pequeñas* e *pueblos* para a denominação genérica de cidade pequena (guardado os devidos aspectos peculiares dos locais) e, nesse caso, pode-se ressaltar o caso argentino que conta com diversos *pueblos* que se configuraram como centros que perderam grande parte de sua população, ao longo do tempo.

Portanto, como se visualiza nas argumentações anteriores, a questão é bastante ampla e reflete os aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais da formação socioespacial dos distintos países que adotam diferentes expressões e classificações para a terminologia cidade, bem como de suas derivações para as cidades pequenas.

Com efeito, cabe ressaltar que a heterogeneidade de interpretações do termo cidade pequena também é presente e, por isso, tomou-se o cuidado de elucidar apenas alguns exemplos; e isso não diz respeito somente ao campo da sua significação, mas também na expressão do urbano e no aspecto material da cidade.

Geograficamente, as cidades pequenas diferem entre si, pois existem realidades particulares em cada centro; havendo distinções na inserção da rede urbana, no caráter demográfico, na economia, na estruturação urbana, entre outros. Embora, existam processos que possam ser considerados como mais gerais, como é o caso de citar a precarização do trabalho.

Entretanto, não se deve perder de vista a essência que permite afirmar que tais centros são cidades pequenas. Há um conjunto de idéias que pode ser geral a todas, mesmo que existam singularidades. Quanto a esse diálogo conceitual, Milton Santos (1982b) apresenta algumas orientações interessantes para o debate.

Santos (1982b) preferiu utilizar a expressão *cidade local* ao invés de cidade pequena. Nas palavras do autor: “A pequena cidade, que preferimos chamar de *cidade local*, torna-se o centro funcional mas não dinâmico da região circundante [...]” (SANTOS, 1982b, p. 51, grifo do autor). Para ele, dentre os diversos motivos que o fizeram optar por essa nomenclatura de cidade local, destaca-se a noção de volume que logo comparece ao debate.

Por isso, acabou por destacar que: “[...] Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização [...]” (SANTOS, 1982b, p. 69). Santos ainda exemplificou que:

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população*, com verdadeira especialização do espaço. (p.71, grifo do autor).

E, como definição o autor buscou também precisar sua argumentação, avaliando que:

[...] Poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações. (SANTOS, 1982b, p. 71).

Para tanto, se é preciso responder às *necessidades vitais mínimas da população* considera-se, portanto, o que é cidade ou aquilo que pode vir a não ser urbano e, assim, está se lidando com o *patamar mais básico*.

Santos (1982b, p. 70) escreveu a este respeito que: “Poderíamos então falar da existência de verdadeiras cidades: as cidades, simplesmente falando, e as pseudocidades. Teríamos ainda que distinguir estas últimas por suas relações com o meio ambiente”, não se tratando de cidades locais, visto que: “[...] as cidades locais dispõem de uma atividade polarizante [...]”. (Idem).

A expressão *pseudo* que se juntou à palavra cidade para dar origem ao termo *pseudocidade* de Santos, segundo nossa interpretação, apresenta uma ordem de significação que pode se conectar àquilo que é falso e enganoso (no sentido etimológico). Com isso, aventa-se a hipótese que esse autor talvez considere essa realidade como não sendo propriamente uma cidade, ou seja, faz pensar que é, mas não é.

No caminho de compreensão analítico-conceitual, Milton Santos abordou ainda a temática das cidades locais em outros trabalhos realizados ao longo de sua vida acadêmica. Contudo, suas considerações não foram alvo de uma reflexão metodológica mais aprofundada dessa realidade.

Encontram-se esforços para pensar na continuidade dos estudos sobre cidades locais, sobretudo, em Oliveira e Soares (2002). As autoras elencam nove indicadores principais para os estudos desses centros, procurando detalhá-los à luz de preceitos teóricos e de informações extraídas em bases diversas, tendo como universo empírico a realidade mineira.

As idéias de Milton Santos tiveram uma importante contribuição para o enriquecimento do debate das cidades pequenas. Como fez esse autor, optando pela expressão cidade local e lançando o debate das pseudocidades, esse trabalho selecionou, por outro lado, para a discussão a *cidade pequena*, pois é assim que ela é tratada com maior ênfase no âmbito acadêmico e em outros setores da sociedade; visando facilitar a compreensão e o alcance dos resultados da pesquisa.

Outra dificuldade é com relação à adoção da terminologia *cidade local*, pois essa pode induzir a pensar que esses centros são apenas locais e não possuem comunicação com outros núcleos, mesmo que isso ocorra, em alguns casos, de maneira unidirecional quando tratado dos serviços de saúde especializados (em geral, as cidades pequenas partem para centros maiores).

Entretanto, há de se ressaltar que a difusão da terminologia cidade local já foi incorporada no discurso científico da Geografia e não representa grandes prejuízos¹⁵ a quem dela se utilizar, sendo mais uma convicção deste trabalho, no momento, do que necessariamente uma posição rígida a ser seguida por outros pesquisadores.

Um caso que pode melhor espelhar a realidade das cidades pequenas que chegam a posição de centro com influência regional são as cidades de Dracena e Adamantina, localizadas na região Oeste do Estado de São Paulo, comunicando-se economicamente com diversos centros, não sendo apenas *locais*, mas cidades com alcance espacial mais amplo; participando do circuito internacional de exportações, com destaque para o setor industrial.

Com essas indagações, entende-se a complexificação do termo cidade pequena. Esse centro pode ser, então, compreendido como o nível mais básico do urbano, embora existam particularidades a serem consideradas nessa afirmação, dependendo do contexto geográfico. As cidades pequenas estão ligadas à noção de cidade e se tem, na realidade, que efetuar uma articulação espacial para se compreender a urbanização da sociedade. Desse modo, compreende-se que a cidade pode ser pensada como:

[...] *locus* da concentração de meios de produção e de concentração de pessoa; é o lugar da divisão econômica do trabalho (o estabelecimento industrial num determinado lugar, os galpões, os escritórios em outros), é o lugar da divisão social do trabalho na totalidade do espaço (tanto no nível local, regional, nacional, como no internacional). (CARLOS, 1994, p. 83).

Pensando a cidade e a sua significação têm-se alguns questionamentos, pois a partir dessa postura poderia se ressaltar que:

[...] além do questionamento se são ou não cidades as pequenas aglomerações, interrogações da mesma natureza podem ser feitas quanto às imensas periferias, em geral parte não formal das grandes cidades; os condomínios fechados e o encerramento que eles representam em relação à diversidade social que deveria caracterizar a vida urbana e os loteamentos urbanos dispersos nos entornos metropolitanos. Portanto, são várias as manifestações contraditórias do urbano, sendo as pequenas cidades parte do mesmo processo. Esse questionamento pode ser compreendido pela adoção, ainda que involuntária, de um parâmetro ideal de cidade, que não alcança as

¹⁵ Já havia me referenciado na expressão *cidade local* para discutir a significação da cidade pequena na Geografia no artigo: “Discussão geográfica sobre cidades pequenas”, publicado em 2009, em parceria com Eliseu Savério Sposito. Todavia, é preciso rigor quanto à adoção do termo, já que o seu uso tem-se tornado polissêmico e sendo utilizado para compreender diversas realidades (muitas vezes tais iniciativas têm-se afastado das proposições de Santos) e levado as pesquisas a distorções analítico-conceituais.

expressões concretas do processo. A manutenção do pensamento utópico é outra fonte de indagações sobre as formas e condições humanas da urbanização. (ENDLICH, 2006, p. 86).

Nessa conjuntura há mudança de enfoque, pois, na realidade, são as contradições que necessitam ser mais bem explicadas e entendidas. Na cidade pequena há a presença do urbano - enquanto conteúdo - há complexidade, há vida. Por outro lado, há um pequeno número de pessoas e extensão territorial se comparada aos grandes centros. Cidades dessa magnitude também abrigam funções político-administrativas; residencial; econômicas (serviços, indústrias, comércio, etc.); social (educação, saúde, segurança, etc.).

Apesar de se encontrarem no patamar inferior das relações urbanas, apresentam-se como pontos de comunicação com outros centros, não sendo *locus*, por excelência, da produção agrícola e da dependência total econômica.

Deve-se, portanto, analisar o contexto geográfico onde se inserem tais núcleos, observando a presença de apoio logístico que pode ser explorado por meio de rodovias; ferrovias; rios; mares; portos; aeroportos; universidades; escolas técnicas; fibra ótica; centros de pesquisas; grandes corporações; áreas de serviço; comércio; etc.

Além disso, a cidade pequena que se encontra próxima a um grande centro, por exemplo, mesmo estando bem localizada, pode ter seu crescimento estagnado em razão de ter sido drenada economicamente pelo centro maior, configurando-se como uma parte acessória do núcleo polarizante; ou mesmo ampliar seu crescimento demográfico e incrementar a sua dinâmica econômica em razão dos fluxos de pessoas e dinheiro no tecido urbano da aglomeração.

Enquanto conceito, as cidades pequenas são, então, núcleos urbanos que representam uma extensão menor se comparada a centros de outro porte e atendem ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho em escala internacional.

Sua compreensão vincula-se ao quadro da urbanização da sociedade, sendo pontos de comunicação econômica com outros centros. Como expressões do cotidiano, apresentam uma relação com o campo intensa, sobretudo, em seu limiar inferior (embora isso difira em termos de intensidade, de acordo com o contexto a ser estudado). O espaço urbano tende a ser mais bem conhecido por seus habitantes, menos complexo e menos segmentado/fragmentado. Entretanto, em alguns casos, já é perceptível a instalação de condomínios e/ou loteamentos

fechados como ocorre em Panorama, Presidente Epitácio (entre outras cidades pequenas) no Oeste Paulista. Esse processo, para alguns autores, tem culminado na segregação socioespacial, como verificou Roma (2008) em seu estudo sobre algumas cidades pequenas na região de governo de Adamantina. Em outros casos, já é perceptível a ocupação irregular do tipo favela como ocorre na cidade de Paraguaçu Paulista, localizada na região Administrativa de Marília (FERREIRA, 2008).

Portanto, quando se indaga sobre as cidades pequenas deve-se ter em mente a resposta à questão, inicialmente: onde e quando? Isso porque “onde” se refere à inserção geográfica da análise da cidade e “quando” a uma expressão temporal, da realização da urbanização e de seu entendimento em compreensão histórica.

Torna-se necessário partir para uma reflexão cuidadosa que vise expor o sentido de processo na conjuntura da formação socioespacial, aliada aos marcos da urbanização da sociedade. A cidade pequena é, portanto, marca de uma escala da dimensão de cidade na divisão territorial do trabalho e da transformação do espaço em relação dialética e contínua com a luta de classes, inserindo-se no processo reticular da desigualdade geográfica do espaço, como procura demonstrar o esquema da figura 1.

O esquema não é uma proposição estanque, e não deve ser entendido como modelo para outros centros, sendo apenas uma idéia inicial do processo de construção teórica da pesquisa. Ao longo das linhas seguintes, ele é pensado em sentido crítico.

A extensão das cidades pequenas está relacionada à compreensão do sítio e da situação, à análise da rede urbana, ao papel e ao significado do núcleo urbano face às contradições do capitalismo e à divisão territorial do trabalho (em ampla relação/contato com núcleos de outros portes como cidades médias e grandes, em planos de intersecção socioespacial do fato urbano). Isso leva em conta, o atendimento das demandas rotineiras à realização da vida, à reflexão do espaço urbano e de seu conteúdo. Nessa dimensão, admite-se que devam ser observadas as relações cidade/campo, urbano/rural na escala do município, mas, por outro lado, a articulação de escalas local, nacional, internacional, pensadas à luz dos pressupostos conceituais e analíticos da Geografia.

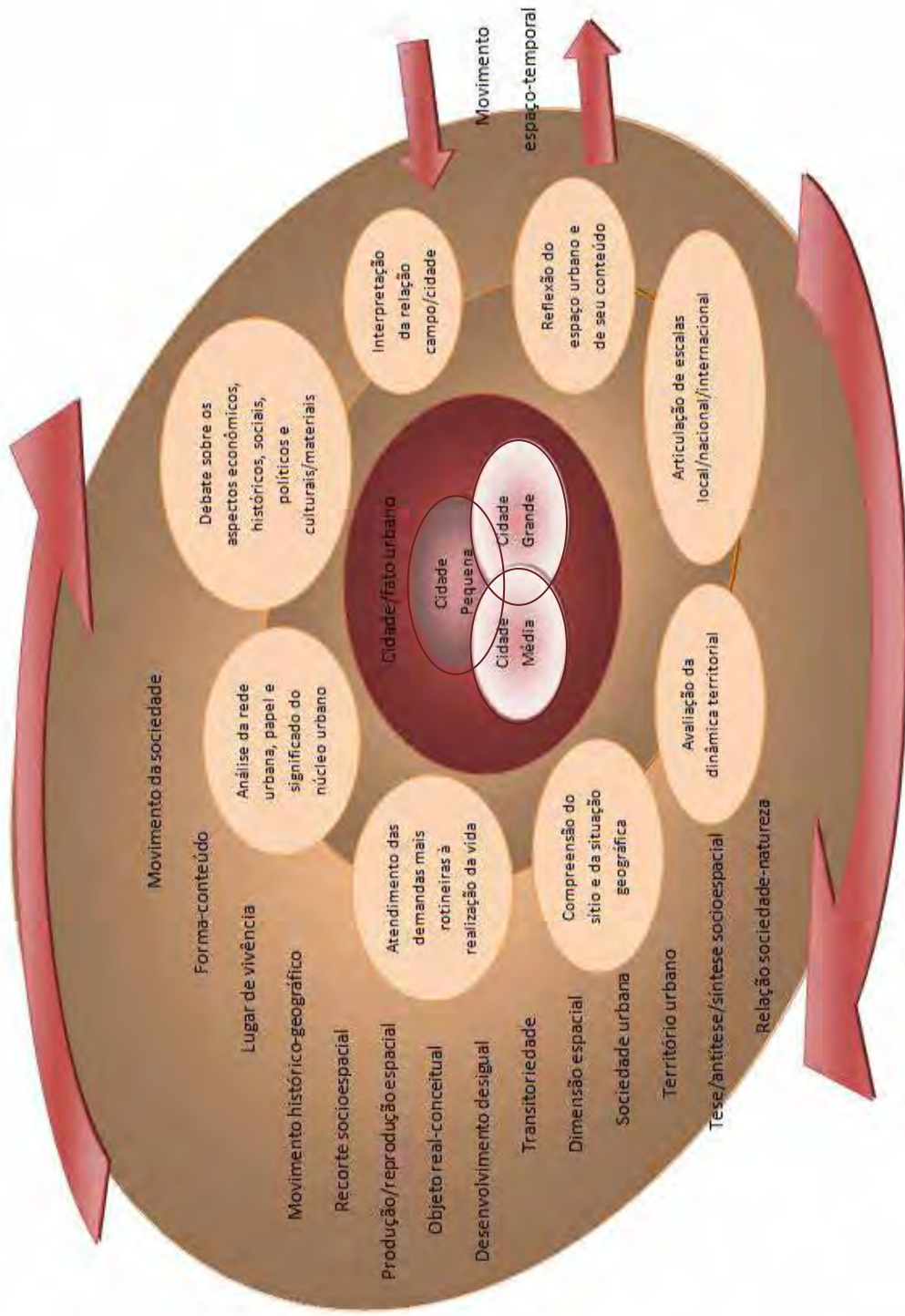


Figura 1 - As cidades pequenas na compreensão geográfica: uma proposição.
Fonte: Jurado da Silva, 2010.

Tem de se observar que a cidade pequena oferece uma gama mais restrita de serviços aos seus moradores e isso difere no gradiente de consumo e no acesso aos bens mais necessários e imprescindíveis à realização da vida, se comparado aos centros de porte superior. Se bem que, hoje, a *internet* pode facilitar a vida daquele consumidor das cidades pequenas, visto que pode comprar produtos sofisticados de variadas partes do mundo sem sair de sua casa, bastando que se tenha recursos financeiros a serem disponibilizados numa transação virtual que envolva, por exemplo, cartão de crédito e se pague em alguns casos pelo frete.

Esse quadro não é estático, sendo acompanhado por superações e crises no desenvolvimento desigual e combinado da sociedade capitalista e que perpassa como uma diretriz ao longo do tempo, a redimensionar a lógica da valorização/desvalorização espacial e o quadro de apropriação da mais-valia em escala mundial, produzindo e reproduzindo o espaço, movimentando contradições e construindo transitoriedades, permanências e transformações socioespaciais.

Assim, a cidade pequena emerge como território da manifestação do urbano e como *locus* econômico na realização da mais-valia. Nela, produz-se espaço pelo trabalho e a política se sustenta como magnitude do poder, em escala demarcada. Conseqüentemente, há um atrito constante, pois as pessoas mais providas financeiramente podem se utilizar delas como plataforma de absorção de capital e de benesses políticas, realizando em outras dimensões espaciais as suas vontades mais urgentes.

Cidades pequenas podem se tornar espaços com expressiva presença de mão-de-obra barata, assim como locais mais centrais na lógica da produção capitalista. Podem se tornar centros da produção industrial especializada. Há, portanto, diversas combinações e arranjos na trama espacial da vida.

O tempo mecânico da indústria tende a orientar as relações mais gerais de cunho econômico nesses centros, mas é colocado um sentido também de natureza, de tempo mais lento em confronto/coexistência nesses espaços. Em estudos sobre o tempo da economia e das cidades, Veltz (2009) já tinha colocado essa discussão em outro patamar argumentativo quando considerou que:

Os tempos da cidade são inúmeros. Se a vida cidadina se inscreve em primeiro lugar nas temporalidades curtas – os ritmos cotidianos ou semanais que cadenciam as práticas ordinárias -, a cidade é também o lugar onde essas temporalidades curtas se ligam a outras mais amplas: tempo da memória

histórica e/ou mítica, tempo dos objetos e dos sistemas materiais cuja duração ultrapassa a dos atores, tempo longo de demarcação social dos espaços. (p. 155).

Assim, tanto o tempo lento quanto o mais rápido tendem a se combinar/atritar em arranjos particulares da vida cotidiana e econômica, na produção do espaço e na vida de relações estabelecidas a partir do movimento da sociedade. Todavia, há de se destacar também que há descontinuidades, rupturas e contradições nesse processo, onde há ausência/reduzida de energia para dinamizar o cotidiano e as atividades econômicas se conectam marginalmente no mercado nacional.

Na Amazônia, por exemplo, há relatos onde a energia é liberada via gerador por apenas algumas horas e depois desligada e, desse modo, a vida noturna praticamente inexistente (o esquema é tocado à luz de velas...) tal como se conhece no Centro Sul. Sem falar que a rede urbana (em geral) acompanha a margem dos rios e o território possui densa vegetação, sendo cidades da selva movidas por feiras de abastecimento; produção artesanal; pesca; coletas de frutos; e sementes. Tem-se, portanto, um tempo da natureza a orientar a dinâmica econômica: há o momento das cheias dos rios e da fartura e, por outro lado, o momento da seca, de andar pela floresta ao invés de utilizar a canoa e lutar pela sobrevivência.

Já no Nordeste a dependência econômica é uma característica de determinados centros que sobrevivem somente em razão do Fundo de Participação dos Municípios, repassados pelo Governo Federal. Com isso, ampliam-se os laços clientelísticos e a prefeitura é vista como “mãe” social do povo, alimentando todo tipo de assistencialismo em troca da manutenção do poder e dos laços hierárquicos eleitorais.

Em outros casos, as cidades pequenas funcionam como *locus* residencial dos trabalhadores do campo. No Estado de São Paulo, especialmente, na região administrativa de Presidente Prudente essa situação é fortemente encontrada. Algumas pessoas trabalham durante o dia no espaço rural e retornam no início da noite para suas residências. Tal realidade também tem sido incrementada por vínculos migratórios provenientes do Nordeste que ampliam o exército de mão-de-obra reserva em determinados municípios, com o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar.

Como já afirmado anteriormente, nas cidades pequenas a relação campo-cidade e urbano-rural ganha um significado especial, sobretudo, no limiar inferior dessa categoria de núcleos urbanos e por isso a questão de valorizar a escala municipal. O que pensar, por

exemplo, de núcleos que possuam grande quantidade de trabalhadores do campo morando na cidade? Ou mesmo de pessoas que tiveram de migrar para cidade e ainda não incorporaram hábitos urbanos? Isso acaba por refletir na dimensão do vivido e no modo antropológico/sociológico das condições experimentadas no cotidiano. Conforme se observa nas figuras 2 e 3, têm-se exemplos da produção de ruralidades no espaço urbano de dois municípios (Irapuru e Flora Rica), situados na região Administrativa de Presidente Prudente.



Figura 2 – Produção de milho nas “calçadas” de Irapuru, 2009.
Fonte: Jurado da Silva, 2009.



Figura 3 – Máquina agrícola no espaço urbano do município de Flora Rica, 2009.
Fonte: Jurado da Silva, 2009.

Visualiza-se fortemente nas duas figuras a presença de ruralidades no espaço urbano dos municípios de Flora Rica e Irapuru. Na figura 2, a calçada que deveria ser utilizada logicamente para os pedestres caminharem, acabou sendo empregada para plantação de milho e de outras hortaliças.

Nesse sentido, recuperam-se os hábitos do campo, mas se coloca também uma questão de subsistência das pessoas que moram na cidade e precisam se alimentar, tendo que cultivar o solo até mesmo no que seriam as calçadas (não pavimentadas). Já no exemplo da figura 3, verifica-se a passagem de uma máquina agrícola no espaço urbano do município de Flora Rica, revelando as relações campo-cidade e o movimento diário dos trabalhadores do campo que moram na sede municipal. Tais trabalhadores são rurais ou urbanos e a que tipo de interesse econômico estão submetidos? Pergunta difícil de responder no momento em que o urbano se complexifica e se relaciona com demais dimensões da vida social, produzindo contradições na dinâmica das formas e conteúdos.

Entretanto, é preciso ter cautela com a maneira como se compreende as relações entre o urbano e o rural em cidades pequenas, já que o fenômeno das ruralidades não é exclusividade das cidades pequenas, sendo também encontrado em centros de maior porte¹⁶ como nas cidades médias e grandes, embora se deva reconhecer que as escalas de interpretação são distintas.

Em Uberlândia (localizada no Triângulo Mineiro), por exemplo, observam-se grandes áreas de produção agrícola de soja em contraste com o tecido urbano da cidade. Nesse caso, o assunto deve ser igualmente visualizado pela especulação e perspectiva de valorização imobiliária por parte dos produtores do espaço urbano, visto que essas áreas poderão ser loteadas e transformadas em solo urbano na lógica de expansão territorial da cidade. Assim, no pano de fundo da paisagem agrícola se ocultam interesses dos produtores imobiliários urbanos e de reprodução do capital.

Desse modo, a análise do empírico e da realidade concreta é que deve melhor orientar tais reflexões, buscando expor as singularidades, particularidades e os nexos mais gerais e contraditórios do processo de urbanização da sociedade. A ruralidade pode ser entendida, então, como condição de vida no caso de algumas das cidades pequenas, exploradas na ordem

¹⁶ Em países como Cuba a agricultura tem sido praticada em áreas urbanas de grandes capitais a exemplo de Havana com a denominação de “agricultura urbana”, visando suprir as necessidades da população em um território reduzido (uma ilha caribenha). Mesmo no Brasil (país de extensão continental) a agricultura também tem sido praticada no perímetro urbano de várias cidades como no caso da produção de gêneros perecíveis (em geral hortícolas) e de consumo imediato pela população.

de exemplificação da argumentação textual, e em outros sentidos expressar a especulação imobiliária e representar os interesses dos produtores do espaço urbano.

O importante é destacar que a ruralidade não é somente encontrada em cidades pequenas, mas também em outros centros para que não se venha a cometer um reducionismo epistemológico e se perca de vista a dimensão de totalidade. Com isso, evidencia-se que a presença de ruralidades em cidades pequenas não é uma regra e que pode estar ainda presente nos grandes centros como expressão da condição de vida e/ou mesmo de especulação imobiliária.

Por outro lado, há cidades pequenas que se fortalecem na dimensão urbano-econômica em função da instalação de grandes estabelecimentos industriais e que possuem outras particularidades animadas pela ampla divisão territorial do trabalho, a exemplo da cidade de Pirapozinho (localizada na região administrativa de Presidente Prudente) que apresenta em seu espaço urbano estabelecimentos do setor secundário de capital internacional e nacional importantes, como é o caso de ressaltar a produção industrial da Bracol/Bertin e da Danisco (empresa com sede na Dinamarca, consulte a figura 4 com a ilustração da sua entrada principal) e que operam no segmento químico, trazendo maior arrecadação para o município e criação de vínculos empregatícios.



Figura 4 – Vista parcial da unidade da Danisco em Pirapozinho.
Fonte: Jurado da Silva, 2009.

Como se interpreta, as distinções socioespaciais entre tais centros são acentuadas. Entretanto, isso não inviabiliza o avanço de estudos sobre essa realidade urbano-concreta, possibilitando colocar em “xeque” (em alguns casos) o próprio conceito de cidade que alguns pequenos centros levam por força político-administrativa e não pelo caráter histórico-geográfico que deveria orientar tal conceituação.

Em cada região as cidades pequenas tendem a assumir feições particulares no arranjo da rede urbana, há, destarte, centros turísticos; religiosos; locais centrais na produção industrial; cidades do campo; cidades de serra; cidades de portos marítimos; fluviais; etc.

Tais centros não estão desarticulados no processo de produção capitalista e possuem em alguns exemplos funções estratégicas na produção de determinados bens e matérias-primas industriais, como ocorre com Panorama (região de Presidente Prudente) que se especializou na produção de telhas e tijolos, aproveitando-se das riquezas naturais do município que está localizado às margens do Rio Paraná, com a extração de minerais não metálicos que abastecerão diversas olarias.

Por isso, torna-se necessário avançar analiticamente nessas discussões e o sentido da urbanização pode ser entendido como o caminho para o debate das recentes transformações socioespaciais a que vem passando tais centros.

Nessa perspectiva, é encaminhada, no próximo tópico, a discussão sobre as cidades pequenas e o processo de urbanização para que se venha entender o processo de inserção das cidades pequenas no contexto brasileiro (paulista principalmente) econômico. Serão demonstradas as recentes transformações em curso nos pequenos centros, no âmbito das relações capitalistas e da dinâmica territorial; assim como alguns exemplos de inserção das cidades pequenas na divisão territorial do trabalho, entre outros pontos que estão relacionados a essas dinâmicas espaciais e que se ligam à realização dos objetivos específicos deste trabalho.

2.3 Urbanização, transformações socioespaciais e cidades pequenas

Ao estudar a cidade e o processo de urbanização não se devem desvincular as dimensões práticas da relação entre espaço e tempo, como também dos aspectos sociais; culturais; econômicos; políticos; e ambientais que se produziram no movimento em espiral da

sociedade, na história como motor da luta de classes e que estão presentes na constituição do espaço geográfico.

Nesse contexto, a diferenciação geográfica dos espaços deve ser elucidada, para que não se venham proferir reduções e/ou generalizações descabidas analiticamente, o que permitirá pensar sobre as contradições existentes, levando-se em conta não somente a aparência, mas a essência.

Com isso, é importante não perder o enfoque do aspecto genético da formação da cidade, pois tal procedimento também se deve articular a outros mais, como a análise da rede urbana, possibilitando oferecer um significado geográfico à interpretação do fato urbano. Dessa maneira, preocupa-se com a dimensão qualitativa da cidade, buscando confrontar as relações estabelecidas no plano social/econômico e que as movem na divisão territorial do trabalho em diferentes escalas espaciais ao longo do tempo.

Por isso, se as cidades da Antiguidade apresentavam-se como expressão monumental, na Idade Média, muitas delas desapareceram, perderam papéis e/ou ganharam novos (algumas se tornaram cidades episcopais, sede do poder religioso). Mas foi com a ascensão do capitalismo que as cidades adquiriram um caráter estritamente econômico, sendo, logo, locais de mercado e da comercialização de produtos diversos; da especialização funcional; da desigualdade.

Portanto, a urbanização não se trata de um processo recente. Ao longo da história, seu desenvolvimento e abrangência espacial se deram de maneira diferenciada, entretanto, a magnitude desse processo no tempo atual é um dos marcos para a compreensão da cidade e de seu papel no mundo capitalista.

Na contradição, surgem centros com grande poder econômico e alguns totalmente dependentes, cidades pequenas com grandes estabelecimentos industriais e outras fortemente conectadas à economia agrária. Como produto, a cidade apresenta um caráter econômico e, por sua vez, sua existência vincula-se a um quadro bastante complexo das relações entre os agentes sociais que a produzem, dinamizando a lógica de valorização/desvalorização e especulação do solo. Por isso, as cidades, nas suas diferentes escalas, são variadas e os papéis que elas assumem são diversos.

Assim, “O processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades [...]” (DAMIANI, 2006, p. 145). A rede urbana nunca foi homogênea e,

conseqüentemente, a interação entre cidades de diferentes portes demarcou o espaço de relações do fato urbano, colocando nessa arena cidades grandes, médias e pequenas.

Uma realidade não anula a outra, contudo coloca-a no princípio de estruturação desigual e combinada da formação socioespacial, que dimensiona o poder e o nexo econômico de cada período. Como a rede urbana comporta em sua dimensão constitutiva ligações entre diferentes lugares, isso implica na realização de fluxos e no fortalecimento de fixos e, por fim, na densa e complexa divisão territorial do trabalho que rivaliza as relações entre os pobres e os ricos na esfera de produção, circulação e drenagem da renda entre os diferentes centros.

Na rede urbana, conectam-se pontos, fortalecem-se nós, interações espaciais ocorrem e trocas econômico-financeiras se multiplicam, reproduzem-se. Tessituras e tramas espaciais são tecidas, favorecendo a subordinação dos centros menos providos¹⁷, à medida que se fortalece o domínio e o poder dos núcleos com maior grau de centralidade econômica e expressão política; emaranhando-se ordens e desordens, arranjos e desarrajos territoriais, continuidades e descontinuidades espaciais e, por fim, acumulação, expansão, reprodução do capital, crise econômica em prol da manutenção do poder da elite (sob a forma diferenciada de diversos agentes sociais).

Contudo, a abordagem da rede urbana nem sempre foi interpretada pelo seu caráter dinâmico. As caracterizações analíticas têm-se alterado com o passar do tempo, sobretudo, com o avanço da internacionalização do capital e com a ampliação do papel da informação na sociedade atual, como será destacado mais adiante no caso da região administrativa de Presidente Prudente.

Torna-se preciso reconhecer tais alterações teóricas e reais, mas também levar em conta as discussões clássicas das localidades centrais, como as proferidas por Walter Christaller, em 1933. Tal contribuição foi complementada por August Lösch, em 1940, bem como retrabalhada por um conjunto expressivo de autores no século XX e início do XXI, que a adaptaram em seus respectivos estudos de Economia Espacial e de Geografia Urbana e Econômica, influenciados por teorias geométricas de localização, na perspectiva do espaço homogêneo.

¹⁷ Nesse caso, deve-se atentar para o fato de que não há um fetichismo espacial em questão, mas as cidades ao serem produzidas e apropriadas de diferentes maneiras expressam em diversos sentidos os interesses de dominação das diferentes classes que as utilizam para a manutenção de seu *status quo* e para sustentar a desigualdade, quer seja social ou espacial. Os conflitos são de ordem social.

Na realidade, não seria inoportuno afirmar que os estudos sobre rede urbana têm origem na teoria das localidades centrais de Walter Christaller, quando do lançamento de sua obra denominada: *Die Zentralen Orte in Süddeutschland* (cujo título em inglês ficou conhecido como *Central places in Southern Germany* e sua publicação data de 1966).

Tributária dessa visão, algumas abordagens sobre rede urbana procuram avaliar a distribuição de bens e serviços das localidades centrais, atentando para a distribuição hierárquica dos centros e, conseqüentemente, para o tamanho das localidades, a distância entre os centros, a hinterlândia, etc. Para Christaller, por exemplo: “*Local central* não é equivalente a cidade, porque se refere somente a uma importante característica do assentamento, isto é, sua posse de função central”. (CHRISTALLER, 1966, p. 139, grifo e tradução nossa).¹⁸ Em outras palavras, deve-se ter cautela na associação do local ao seu grau central, pois é preciso avaliar a função que ele exerce no sistema urbano e na produção de centralidade.

Christaller (1966) remete-se também ao tamanho dos centros e a sua influência na ordem de oferta de determinados serviços e bens, esclarecendo que:

O fato que o local central ser maior ou menor tem uma influência imediata no nível central de bens, porque mais tipos de bens centrais são oferecidos no local central de ordem mais alta que o local central de menor ordem [...]. (CHRISTALLER, 1966, p. 50, tradução nossa).¹⁹

Um exemplo clássico, encontrado no livro do autor, é o estudo sobre centralidade, fundamentado na análise dos fluxos telefônicos, no sul da Alemanha, e no grau de concentração em termos de nós que algumas localidades centrais produziam em relação ao seu grau ótimo de chamadas telefônicas discadas/recebidas, em razão da comunicação com outros locais. Para tanto, o autor toma como princípio a formulação matemático-estatística para lhe auxiliar nesse processo em que “A centralidade do local é igual ao seu saldo positivo de importância, que é, igual à importância relativa deste local em relação à região onde se insere [...]”. (CHRISTALLER, 1966, p. 147, tradução nossa).²⁰

¹⁸ “[...] *Central place* is not equivalent to *town*, because it refers to only one important characteristic of a settlement, namely, its possession of a central function.” (1966, p. 139, grifo do autor).

¹⁹ “The fact that a central place is larger or smaller has an immediate influence on the range of a central good, because more types of central goods are offered at a central place of a higher order than at a central place of a lower order [...]”. (CHRISTALLER, 1966, p. 50).

²⁰ “The centrality of a place is equal to its surplus of importance, that is, equal to the relative importance of this place in regard to a region belonging to it [...]”. (CHRISTALLER, 1966, p. 147).

Acompanhando tal raciocínio, bem como com base no uso de diversas variáveis para denominar a composição hierárquica entre diferentes localidades centrais, na hierarquia urbana, algumas expressões como centro de zona, capital regional e centro local têm sido encontradas na literatura nacional e estrangeira, oferecendo a noção de polarização e de ordem urbana na configuração da rede.

Uma das falhas do pensamento teórico christalleriano está relacionada à tentativa de formulação de uma lei geral para a compreensão dos *central places*, não levando em consideração as contradições e o movimento de desigualdade socioespacial. Além disso, os estudos sobre rede urbana avançaram, especialmente, com a incorporação do marxismo na Geografia revelando que o espaço da obra de Christaller (por ser abstrato) não representa de maneira adequada a realidade, sendo homogêneo e estático. Nessa composição, a distância entre os locais são iguais, assim como a distribuição de recursos, a população e o alcance espacial máximo/mínimo é rígido/estanque. Outro equívoco é a não consideração acerca da escala temporal, deixando o espaço como operação inerte e não relacional no plano histórico.

No caso brasileiro, acerca da interpretação da rede urbana, Corrêa (2006) tem sido um dos autores brasileiros mais utilizados sobre o assunto. Tal pesquisador, apesar de influenciado pela teoria christalleriana (em primeiro momento) admite que a teoria possui suas limitações e tem de ser repensada à luz das transformações sociais, econômicas e políticas recentes, buscando oferecer um caráter genético do ponto de vista histórico-geográfico. Nas suas palavras:

A rede urbana entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma de rede [...]. (CORRÊA, 2006, p. 311).

Daí a necessidade de se pensar na rede urbana como espaço de circulação do capital, onde é reinvestido o lucro do circuito da exploração econômica em pontos estratégicos na ordem da seletividade espacial e nas interações espaciais advindas desse processo, circulando e liberando novos fluxos, pois: “[...] No bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente

[...].” (CORRÊA, 2006, p. 15). Em outras palavras, é a mais-valia sendo apropriada e inserida espacialmente, transformando a paisagem e os lugares, ao ritmo da produção de novas dinâmicas territoriais e econômicas.

Enquanto os grandes núcleos urbanos tendem a concentrar maior número populacional e densidade econômica, os pequenos centros abrigam menor patamar demográfico e aspectos econômicos diferenciados. Nessa condição, os centros locais apresentam apenas determinados bens e serviços, os quais são consumidos com maior nível de frequência e, há uma redução nas possibilidades de alcance máximo e mínimo, visto que: “[...] Via rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial.” (CORRÊA, 1989, p. 5).

Os centros locais, em alguns casos, têm dificuldades em assegurar maior nível de ofertas de serviços sofisticados/diversificados e apresentam aquelas mercadorias que são mais rotineiras no processo de consumo humano, havendo uma menor abrangência no seu alcance máximo espacial e isso quando se trata de uma área de influência restrita ao espaço rural. Em outro sentido, as cidades com porte superior (em grande parte dos casos) tendem a possuir um maior alcance espacial e uma gama mais diversificada de serviços para a sua população e no contexto espacial onde se inserem, produzem e influenciam.

Exemplos espaciais dessa afirmação não faltam. Londrina e Maringá acabam por funcionarem como nós da rede urbana de vasta área no Norte do Paraná. Tais cidades atendem as demandas da população regional, com bens e serviços; hegemonizando as relações estabelecidas a partir da rede urbana. Nasce centros funcionalmente especializados na produção de determinados bens, mas a subordinação a estes centros maiores não é negada, sendo fortalecida, complementada, ampliando-se o grau de reprodução do capital e da produção de desigualdades socioespaciais.

Nessa perspectiva, poderia se considerar a rede urbana como resultado da integração/desintegração entre os centros urbanos de diferentes dimensões. Com isso, representa, em outro sentido, a desigualdade de relações entre os lugares, demonstrando as áreas de dispersão e concentração; decretando a contradição e o movimento diferenciado entre as esferas de produção e apropriação da mais-valia nas escalas local, regional, nacional e mundial, o que implica, por outro lado, no desenvolvimento desigual do espaço.

Assim, é preciso ter em mente que esses processos alteram/transformam/redefinem a dinâmica econômica e devem ser pensados a partir da articulação espaço-temporal. Se com o

advento do capitalismo a Europa figurava como motor da urbanização, pode-se afirmar que hoje são Ásia, América Latina e África que impulsionam o movimento ascendente de ampliação do número e tamanho das cidades, bem como de população, onde:

A maioria das cidades pertence ao mundo em desenvolvimento. A Ásia do Sul concentra um quarto delas, enquanto a China e a América Latina, um quinto do total. Ao inverso, o continente africano conta ainda com um número reduzido de aglomerações urbanas. (EGLER, 2001, p. 9).

Há grandes metrópoles que coordenam a gestão territorial no universo urbano, a exemplo de Mumbai e Délhi, na Índia; Tóquio, no Japão; Johanesburgo, na África do Sul e Buenos Aires, na Argentina. As metrópoles coordenam a rede de relações sociais e econômicas que são produzidas em um país, regulando a economia e a política na rede urbana. Já as cidades pequenas inserem-se no quadro básico da urbanização e, por isso, tornam-se o resultado das transformações sociais ocorridas em diversas escalas.

Mas, é preciso ressaltar que esse fenômeno não foi simples e que: “A concentração em grandes cidades com dinâmica metropolitana é o marco mais acentuado da urbanização” (JACOBI, 1994, p. 75).²¹. Tais cidades acabam por abrigar também expressivo papel de comando nas dimensões: política, econômica, financeira e cultural. Concentram, por via das vezes, a indústria, as atividades terciárias e comerciais de seus países, abarcando em seu território a sede de empresas importantes, bancos, bolsas de valores, serviços relacionados ao setor público e grandes empreendimentos comerciais. Por outro lado, poder-se-ia considerar no quadro da urbanização que: “[...] O crescimento de grandes cidades com atividades diversificadas como Xangai, São Paulo ou Casablanca, originou a destruição da solidariedade regional, ao mesmo tempo que fez progredir a integração do mercado nacional.” (SANTOS, 1989, p. 131).

Foi justamente o que ocorreu com o território brasileiro no século XX. São Paulo assumiu a hegemonia econômica do país, o Rio de Janeiro entra em um processo de decadência econômica, pois a capital política do país é transferida para Brasília, assegurando-se, a essa última determinadas vantagens. Porém, a tentativa de elevar ainda a economia do Rio de Janeiro e de dinamizar seu espaço urbano é tida como um projeto ambicioso, levado a cabo até mesmo no início do século XXI. Basta citar a vitória dessa capital na competição

²¹ “La concentración en grandes ciudades com dinámica metropolitana es el rasgo más marcante de la urbanización [...]” (JACOBI, 1994, p. 75).

pela sede das Olimpíadas de 2016, com investimentos orçados em mais de vinte bilhões de reais, visando a transformação do território e a diminuição das desigualdades socioespaciais, algo muito longe de ser alcançado.

No que concerne ao caso de Brasília, depreende-se que o conteúdo alterou a forma do espaço urbano, distorcendo grande parte da concepção idealizada da obra. Há a presença intensa de comércio informal no núcleo urbano, contrastando com imponentes construções privadas (hotéis, escritórios, *shoppings centers*, estabelecimentos comerciais, etc.) e as diversas instalações palacianas do poder público. Fealdade e ostentação se mesclam na produção do espaço, combinando e segregando contraditoriamente diversos tempos, pessoas (oriundas de várias parcelas do país e do mundo), construções; reproduzindo e ampliando o ritmo da desigualdade em um híbrido de concentração de renda e marginalidade social.

Assim, salienta-se, no conjunto dessas informações, que o século XX e início do século XXI foram caracterizados por grandes transformações que possibilitaram interferir na lógica pertencente à dinâmica territorial do país e do mundo. No exemplo brasileiro, esse processo não foi simples e contou com vários fatos que permearam na construção de uma sociedade urbana e industrial, bem como na formação de diversas cidades pequenas. Todavia, nem o mundo e muito menos o Brasil estavam imunes a crises e movimentos de euforia econômica, guerras mundiais, tensões geopolíticas, conflitos sociais/culturais/políticos e ideológicos que demarcaram o espaço de contradição da acumulação do capital e da realização do lucro, visto agora, em escala planetária pelo fortalecimento do capital financeiro e do processo de mundialização da economia, entenda-se a internacionalização do capital e o crescimento das empresas globais.

Baseando-se ainda nesse entendimento, é possível sintetizar parte das transformações socioespaciais em alguns pontos principais teórico-geográficos que demarcaram o contexto de inserção do Brasil no processo de mundialização e de crescimento econômico, rumo à integração territorial. Como esse processo de transformação socioespacial é dinâmico e ainda encontra-se em curso, as argumentações relativas a ele não envolvem o *todo*, visto que isso poderia produzir uma tese e ser alvo de uma intensa investigação e, por isso, essa reflexão apresenta apenas o caráter ilustrativo, envolvendo os aspectos seguintes:

- a) ampliação do processo de urbanização; do número do tamanho e de população das cidades; de degradação ambiental; de ampliação da população nos grandes centros; de

- precarização das condições de vida e de emprego; de expansão dos processos migratórios; de desemprego; etc.;
- b) industrialização, tecnificação, cientifização, informacionalização e bioengenharia do território, opondo/complementando eixos/áreas/pontos/subespaços de valorização do capital aos de marginalização econômica, ao mesmo tempo que possibilita o maior consumo e a criação de espaços standardizados pela lógica monopolista do capital e da mundialização, conformando corredores de produção industrial e espaços de estagnação;
 - c) “modernização conservadora” do campo sem a promoção da reforma agrária; destruição ambiental em larga escala; concentração fundiária; êxodo rural e fortalecimento da gestão do espaço rural pela cidade; mecanização e incorporação técnico-científica do campo com a expansão das formas de urbanização da sociedade; ao ritmo que altera, complementa e/ou se combina/mescla/atrita desigualmente os conteúdos espaciais pré-existentis;
 - d) expansão dos transportes e infra-estrutura, traduzindo-se em maior fluidez ao território e ao processo de escoamento e circulação de mercadorias, expressando-se no fortalecimento dos fluxos e fixos, ao compasso que se observa o sucateamento de várias ferrovias, rodovias em péssimas condições de tráfego, portos estrangulados, etc.;
 - e) maiores desigualdades entre ricos e pobres, sobretudo, no período de 1960 a 1990. Isso é representado não somente na relação de renda e consumo, mas no acesso diferenciado à educação, ao mercado de trabalho, à saúde e às diversas dimensões da vida. Nessa questão, o Brasil é colocado na lista dos países que pior apresentam distribuição de renda do mundo, fortalecendo a elite e o seu *status quo*, expondo, no outro extremo, à mendicância grande contingente populacional;
 - f) dinamização dos serviços econômicos, do sistema informacional, grosso modo, da tecnosfera, propiciando a comunicação física e virtual do território, embora esse processo seja restrito e segregador, pois não atingiu a todos os cidadãos de forma equânime e algumas parcelas do espaço, produzindo um misto de viscosidade, rarefação, fragmentação da vida cotidiana e opacidade territorial;
 - g) fortalecimento dos bancos, instituições privadas, grandes corporações e redefinições financeiro-capitalistas, principalmente nos anos 2000, propiciando a concentração e a

centralização do capital por parte das corporações transnacionais e nacionais, capitaneada pela ideologia neoliberal e pelo papel especulativo da bolsa de valores com destaque para a fusão recente da BM&F e da BOVESPA, dos bancos Itaú e Unibanco, das empresas Sadia e Perdigão, do Grupo Pão de Açúcar, Ponto Frio e Casas Bahia, etc.;

- h) eclosão de movimentos sociais, quer seja na cidade ou no campo; ampliação da corrupção política; reestruturações sindicais; preocupação ambiental (vide a realização das COPs que são as conferências da ONU – Organização das Nações Unidas – sobre as mudanças climáticas e meio ambiente, além da proposição de um novo protocolo de intenções para redução de emissões de gases danosos à camada de ozônio; eleição de líderes políticos ligados à esquerda na América Latina; a vitória de Barack Obama na presidência dos Estados Unidos da América (no início do século XXI); crises econômicas; falência de corporações e grandes bancos; entre outros processos que se somam na ordem diária do processo de normatização do território em escala planetária. Com isso, o mundo do “Sul” continua mais desigual ainda, apesar de ter se integrado mesmo que precariamente no processo de mundialização. Formam-se plataformas de exportação no modelo de ilhas, pontos, eixos, “*cybers-territórios*”, subespaços de crescimento econômico e o capital se torna mais concentrado em processos de fusão e aquisição, inseridos nos movimentos de valorização e desvalorização dos ciclos econômicos de crise e de expansão do capital, orquestrados pelo capital financeiro, pelas grandes corporações e pelo papel das inovações tecnológicas.

No universo brasileiro, parte desses acontecimentos teve origem em processos que remontam ao complexo cafeeiro, ao processo de industrialização e urbanização. Pois, nesse período foram dadas as condições para que o território paulista fosse ocupado. Ferrovias foram nascendo para escoar a produção, cidades surgindo, São Paulo concentrando capital e o processo de crescimento demográfico colocado em curso.

Por outro lado, como considerou Martins (1979) ao avaliar as alterações de ordem econômica e social paulista do período, precisa-se ter cuidado na associação da cultura cafeeira à industrialização, evitando-se o reducionismo analítico-conceitual da interpretação, visto que: “[...] na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria.” (p. 106).

Porém, pode-se afirmar que foi no quadro do complexo cafeeiro que São Paulo se tornou o estado mais forte da economia nacional. O país rompeu o modelo agrário-exportador, que embasava sua economia e se tornou urbano e industrial, integrando-se ao sistema de exploração da chamada mais-valia mundializada, protagonizada pelo domínio das grandes corporações e unindo a política de Brasília à economia paulista. Entretanto, é preciso ainda ressaltar que esse processo não foi fácil e simples e que existem permanências, rugosidades que relacionam o novo e o velho na produção do espaço e da vida cotidiana.

No Estado de São Paulo, numerosas cidades surgiram em decorrência do complexo cafeeiro que reunia não somente a produção do café no território, mas a instalação da ferrovia, a criação de centros de habitação humana, mercados, entrepostos, etc., o que permitia dar apoio e dinamicidade ao processo de incorporação econômica de áreas até então pouco exploradas, a exemplo do Oeste Paulista, como será demonstrado no próximo capítulo com a formação da região *suplementar-articulada* de Presidente Prudente.

As cidades surgiam para oferecer sustentação às atividades do campo, o que possibilitava ampliar as relações sociais e econômicas, mas, sobretudo aumentar os processos de especulação fundiária e imobiliária. Certas regiões são incorporadas ao domínio central de São Paulo, como elucidou Armando Corrêa da Silva, 1975, no caso do Litoral Norte de São Paulo; outras passam por um processo de redefinição, esse é o caso da região de Presidente Prudente; e algumas entram em crise, conforme ocorreu com a economia nordestina.

Nesse contexto, as cidades pequenas também se inserem no processo de transformação socioespacial e aos poucos comparecem alterações nos seus conteúdos e se:

[...] Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. As cidades dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, a telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (o que antes viviam nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. (SANTOS, 1996, p. 56).

Entretanto, esse processo pode ser compreendido à luz do intenso êxodo rural que ocorreria nos países com menor desenvolvimento econômico. O campo se moderniza sem a promoção da reforma agrária; incorpora-se o pacote de tecnologias da mecanização químico-científica e bio-informacional; aumenta-se o endividamento dos produtores e o resultado

desse processo é a concentração de terras, a expansão da fronteira agrícola, a expulsão de milhares de trabalhadores do campo para a cidade etc.

O *push-factor* (grau de atração que a cidade exerce) está ligado, logo, a um quadro muito amplo de transformações socioespaciais nos países considerados como periféricos e há fatores de ordem demográfica, econômica, político-social e cultural que impulsionam/desencadeiam/ limitam esse fenômeno.

Soma-se a esse fato, avanços da medicina, da higiene e da nutrição que permitiram reduzir as taxas de mortalidade da população e elevar a perspectiva do *baby boom*, embora nem toda a população tivesse acesso a essas melhorias nas condições de vida. Como escreveu Milton Santos (1989, p. 38): “o crescimento da população urbana se faz sempre em detrimento do campo ou das pequenas cidades”. Para tanto, basta observar como foi importante o nascimento de cidades pequenas no processo de formação das regiões de Marília e Araçatuba, no que se refere ao circuito de incorporação econômica delas ao território paulista, assegurando-se as condições necessárias para a fixação da população do interior, abastecendo-as com os bens necessários e essenciais.

Alguns centros²² emergem também da fragmentação territorial-municipal e outros se inserem na rede urbana de maneira similar a um anexo/apêndice dialético dos grandes centros, como ocorreu com Rio Grande da Serra²³ (na região metropolitana paulista) que abriga um exército de pessoas que se deslocam diariamente desse núcleo urbano a outros, para trabalhar e realizar compras cotidianas. Isso é facilitado pela estrutura de transportes com a presença de via férrea e ligações rodoviárias que conectam essa cidade a outras de porte maior, favorecendo a integração dos espaços, ao mesmo compasso que fragmenta a vida cotidiana das pessoas que se deslocam diariamente.

Acerca da dinâmica das cidades pequenas próximas aos grandes centros Endlich (2006, p. 189) registrou que:

As pequenas cidades próximas a áreas metropolitanas ou aglomerados urbanos mantêm ou ampliam os volumes demográficos, mas amiúde perdem a autonomia e funcionam como extensões daquelas áreas. Assim, além das

²² Há a necessidade de destacar que o autor optou por retratar exemplos de cidades pequenas que não estão contidos no recorte espacial da pesquisa da região de Presidente Prudente, visando ampliar o grau de argumentação do assunto e possibilitar ao leitor, das distintas partes do país, a contextualização de especificidades geográficas complexas. Assim, a leitura analítica do recorte espacial de pesquisa será proferida gradativamente de acordo com o desenvolvimento da dissertação. Essa postura implica articular diferentes escalas do fenômeno da urbanização e atentar para a totalidade e para o uso do território.

²³ Conforme o IBGE, a estimativa da população para este município em 2009 era de 41.602 habitantes.

pequenas cidades funcionarem como locais de moradia dos trabalhadores que atendem tanto a agricultura moderna como as agroindústrias, elas também abrigam trabalhadores cujos postos de trabalho estão localizados em cidades maiores. Tal como Veltz (1998, p. 37) já assinalara, em tal situação o emprego é mais concentrado do que o local de moradia da população, o que provoca intensos deslocamentos cotidianos entre proximidades metropolitanas e de aglomerados urbanos.

[...] A multiplicidade e a diversidade de situações destas cidades indicam que o entendimento das mesmas no âmbito da rede urbana precisa considerar vários elementos, denotando certa complexidade. De qualquer maneira, os papéis das pequenas cidades são reafirmados.

Já outras tantas cidades pequenas se consolidam somente como cidades do campo, ou seja, são os centros urbanos que irão abastecer a agricultura beneficiada com insumos, máquinas, reformas e consertos de implementos, mas também com os profissionais vinculados ao processo de modernização do campo como agrônomos, zootecnistas, químicos, biólogos, veterinários, etc.

Isso é facilmente observável em núcleos goianos, como Campo Alegre²⁴, que pode ser considerado, nessa óptica, como uma cidade do campo modernizado. Essa acaba possuindo em seu espaço urbano dependência em relação à economia agrícola, ao mesmo ritmo que reúne objetos materiais envolvidos na realização da tecnosfera. Na cidade, há a presença de *lan houses*; casas especializadas na venda de implementos agrícolas modernos; conectando a cidade ao movimento informacional, reunindo os sistemas de objetos e de ações na trama espacial/social da vida diária. Por isso, torna-se nítido afirmar que: “[...] A difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem [...]” (CASTELLS, 2000, p. 51). Por seu turno, a cidade do campo modernizado é considerada como:

[...] o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas [...]. (SANTOS, 2006, p. 209, grifo do autor).

Por outro lado, há determinados centros pequenos, no final do século, como é o caso de Ametista do Sul²⁵, que nascem no território brasileiro a partir da intensificação dos fluxos

²⁴ De acordo com o IBGE, a estimativa da população em 2009 era de 6.286 habitantes.

²⁵ Segundo o IBGE, para o ano de 2009, o município de Ametista do Sul contava com 8.058 habitantes e a economia do núcleo girava em torno da extração mineral, sobretudo, da ametista. Assim, o sítio demarca sua

econômicos, fragmentação territorial-municipal, incorporação de áreas já exploradas pela razão de sua riqueza mineral, diferentemente do que ocorria com o fenômeno da pecuária, no Mato Grosso do Sul, e do café, em São Paulo, que deram origem a um número considerável de cidades pequenas, em momento antecedente.

Seria possível compor, portanto, diversas tipologias de cidades a partir dessas transformações socioespaciais (no período em análise), principalmente quando se leva em consideração o fenômeno da mundialização. Objetivando propiciar uma visão de futuro sobre tais tipologias, Corrêa (2007) demonstrou cinco possíveis padrões funcionais para as cidades pequenas, nos primeiros anos do século XXI, podendo haver combinações entre essas das quais se citam, segundo a interpretação resumida de sua obra, as seguintes:

- I) prósperos locais centrais ligados às áreas submetidas à intensa industrialização do campo, como ocorre no centro-sul brasileiro;
- II) pequenos centros funcionalmente especializados relacionados, sobretudo, à produção industrial de uma determinada mercadoria como Telêmaco Borba (destaque para o segmento de papel e celulose), no Paraná e Ibitinga (confeccões), no Estado de São Paulo;
- III) cidades pequenas que foram transformadas em subúrbio-dormitórios como acontece em núcleos que estão em contigüidade a centros economicamente expressivos, como Londrina, no Paraná;
- IV) focos de concentração de trabalhadores agrícolas derivados do processo de modernização do campo, do aumento da concentração fundiária, etc.;
- V) núcleos dependentes de recursos externos que são típicos de áreas agrícolas muito pobres e esvaziadas demograficamente, sobrevivendo pelo envio de recursos externos, oriundos principalmente do governo federal e estadual.

Dado o caráter diverso das cidades pequenas e a sua expressividade no fenômeno urbano mundial, fica complicado estabelecer parâmetros, contudo, como ponderou Corrêa é possível colocar alguns exemplos. Logo, quando se tipifica, acaba-se implicando em escolhas e isso interfere no universo conceitual da avaliação, mas esse esforço também é válido para que se tenha ao menos noção de algumas das dimensões que pode assumir essa realidade urbana.

Assim, para que se tenha maior compreensão das diferenciações entre cidades de mesmo porte e para que se ilustre a dinâmica espacial das cidades pequenas elegeu-se como recorte o Estado de São Paulo para a leitura geográfica. Antes de tudo, cabe pontuar que esse feito não está baseado meramente em universo estatístico, mas apresenta como recorte espacial a dimensão demográfica (para efeito de discussão e não como ponto final) de amostra dos mesmos, pois o enfoque desse trabalho é o crítico/qualitativo/analítico. A respeito dessa questão delicada, Melo (2008) concedeu o devido suporte ao expor que:

O tamanho demográfico, por mais problemático que seja, deve ser considerado. Entretanto, não deve ser empregado como o único elemento que identifica uma pequena cidade. Também não pode ser tomado como uma medida rígida e válida para os diferentes contextos espaciais e temporais. (MELO, 2008, p. 483).

Com essa intenção, nesse trabalho não há objetivo de reduzir a análise da cidade a uma expressão numérica e de fim meramente demográfico, mas somente debater a questão da população, da localização e dos papéis que as cidades vêm assumindo no território paulista nos últimos anos. Isso deve ser feito pela adoção de um critério, uma vez que a ampliação do tamanho da amostra inviabilizaria a aferição de dados mais qualificados sobre a proposta levando a pesquisa de mestrado a outro patamar, distante de ser alcançado no pouco tempo de elaboração que se tem para realizar este trabalho. Assim, o caráter demográfico apesar de não definir as cidades pequenas não pode ser desqualificado e deve comparecer no debate.

O primeiro ponto desse critério - conforme discussões com o orientador da pesquisa, e pautado em determinados referenciais como o de Corrêa (1999) e Fresca (2001) - é o número máximo de 50 mil habitantes no município, para que faça parte da amostra. De acordo com essa explanação, Fresca (2001) proporcionou o apoio teórico ao expor que:

Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes e ambas sejam consideradas pequenas [...]. (FRESCA, 2001, p. 28).

Mediante tal cenário, pode-se, inicialmente, apontar para um quadro da discussão que se pretende desencadear com esse desafio, visto que:



[...] no mundo da economia que inclui a cidade francamente, ela se eleva a sujeito. Cidades populares, especialmente as pequenas, de inserção mais residual, passam a se tornar: econômicas – verdadeiros complexos produtivos [...]. (DAMIANI, 2006, p. 144).

Com isso, as cidades pequenas ganham cada vez mais um papel econômico importante no território, abrigando indústrias variadas e empreendimentos de grande porte, dinamizando as relações sociais e econômicas que produzem o território e a dominação espacial. Para ilustrar esse fato, basta atentar para a ação de grandes cooperativas instaladas em Inúbia Paulista e Adamantina, respectivamente com a Cooperativa de Consumo de Inúbia Paulista (COCIPA) e da Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina (CAMDA), na região de Presidente Prudente.

Em 2008, conforme os dados obtidos junto à Fundação SEADE, o Estado de São Paulo contabilizava 645 municípios. Desse montante, cerca de 522 apresentavam menos de cinquenta mil habitantes, ou seja, 80,9% do total, sendo que o restante compunha cerca de 123 municípios com aproximadamente 19,1% do total. Não se quer afirmar que todos esses municípios comportem cidades pequenas em seu espaço urbano, mas uma boa parte deles deve guardar tal especificidade, em razão da dinâmica da rede urbana paulista.

Analisando espacialmente esse dados, por meio do mapa 3, pôde-se evidenciar a importância relativa dos municípios que apresentam esse quociente populacional no conjunto da fração espacial do Estado. A presença deles é acentuada em quase todas as regiões, sobretudo, nas porções Oeste e Sul. Entretanto, quando se passa para a análise da região metropolitana e de Campinas observa-se a relevância de centros de maior porte e outro panorama demográfico-estatístico.

A abrangência espacial dos municípios com menos de cinquenta mil habitantes é muito expressiva (conforme evidenciado na tonalidade de cinza mais escuro no mapa 3), totalizando a maior parte do território paulista em detrimento dos núcleos com número maior de cinquenta mil habitantes (tom de cinza mais claro no mapa). Não significa dizer que todos estes sejam constituídos por cidades pequenas, mas apontar que a realidade urbana micro-escalar (ou seja, dos pequenos centros) deve ser valorizada. O critério demográfico não deve ser um fim, mas deve comparecer na discussão.

Visando ilustrar ainda mais essas considerações é demonstrada a tabela 2, onde se verifica uma decomposição do patamar demográfico desses centros em cinco grandes classes. A faixa de municípios com menos de dez mil habitantes é a mais expressiva, com 44% e onde

está o município com menor número populacional do Estado, ou seja, Borá. Tal centro está localizado na região de Marília e contava em 2008 com 840 habitantes, sendo que sua economia assenta-se, sobretudo, nas atividades primárias, com destaque para a produção da cana-de-açúcar.

Tabela 2 - Distribuição dos municípios com população total inferior a cinquenta mil habitantes no Estado de São Paulo, 2008.

Patamar demográfico	Número de municípios	Percentual no conjunto de municípios	Extremos do patamar demográfico	
			Inferior	Superior
Até 10.000	284	44	Borá	Taguaí
10.001 a 20.000	114	17,7	Palmeira d'Oeste	Monte Aprazível
20.001 a 30.000	60	9,3	Pariquera-Açu	Oswaldo Cruz
30.001 a 40.000	34	5,3	Ibaté	São Manuel
40.001 a 50.000	30	4,6	Vargem Grande do Sul	Campos do Jordão
<i>Total</i>	<i>522</i>	<i>80,9</i>		

Fonte: SEADE, 2009.

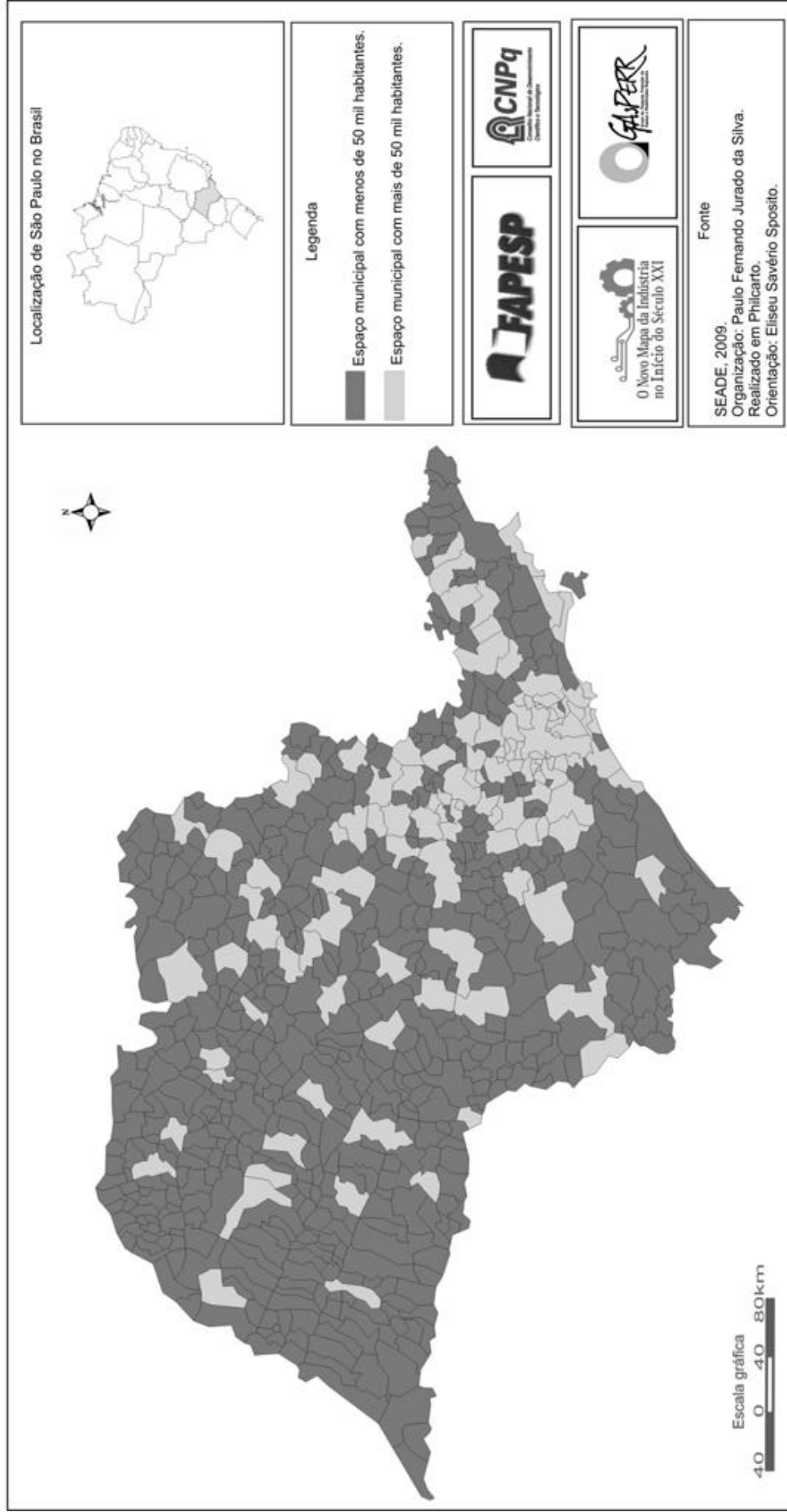
Organização: Jurado da Silva, 2009.

O município que apresenta maior contingente populacional, nesse cenário, é Campos do Jordão com 49.356 habitantes, sendo esse, um importante centro turístico do Estado, localizado na região da Serra da Mantiqueira e uma das sedes municipais em altitude mais acentuada do Brasil, favorecendo as baixas temperaturas.

Em face desses dados e de outros mais que se somaram ao longo da argumentação do trabalho, fica impossível negar a importância das cidades pequenas nos estudos de Geografia Urbana. Isso, porque ao considerar esses municípios com menos de cinquenta mil habitantes, está partindo da hipótese de que nesse contingente há expressiva quantidade de cidades pequenas. Assim, mesmo excluindo aquelas que não apresentam os qualificativos necessários para serem consideradas como cidades, ainda sim, esse valor será representativo.

Nesse processo, há um limiar inferior e superior dessa categoria de cidades. No limiar inferior, a presença de ruralidades no espaço urbano é uma constante a ser evidenciada. O perfil econômico é bastante frágil e dependente, tanto no que diz respeito ao envio de recursos externos quanto da geração de renda no campo por parte de uma produção agrícola, seja ela moderna ou arcaica.

Mapa 3 - Abrangência espacial dos municípios com menos de cinquenta mil habitantes no Estado de São Paulo, 2008.



Por outro lado, há de se considerar que um conjunto de núcleos urbanos expressa relativa influência econômica e centralidade na rede urbana. Esses se situam no limiar superior, com alcance espacial mais forte, se comparado a centros da mesma categoria, como é o caso de mencionar a cidade de Dracena, localizada na região Oeste do Estado de São Paulo.

Destarte, torna-se mister salientar que este estudo deve-se fazer alicerçado pela análise da rede urbana. Observar-se-á que tais cidades ocuparão o patamar inferior na base das relações entre os centros que apresentam outros portes. Ressalta-se que há diferentes dimensões para a compreensão deste universo. Uma cidade pequena pode ser, então, um sub-centro regional ou centro zonal (dependendo de sua posição na hierarquia urbana), sem com isso perder de vista o horizonte geográfico de sua conceituação.

Caso tal limite seja ultrapassado pelo patamar intermediário hierárquico da rede urbana, sua significação vincular-se-á à denominação de cidade de porte médio, podendo ser também conhecida como capital regional. Estabelecerá, logo, um nó na rede, o que colocaria tal centro em outro patamar. Pode-se afirmar que esta realidade urbana encontra-se em constante transformação e, por isso, a necessidade de avaliar a cidade pela relação sítio/situação e por meio da análise da formação socioespacial.

Em outro caso, se fosse tomado somente o aspecto reduzido da dimensão territorial de determinado núcleo, cometeria aí grande reducionismo. Isso se dá porque uma cidade pode apresentar pouca extensão territorial (dado o seu grau de verticalização e de adensamento) e ser considerada de outro porte. Esse fato se torna mais nítido, quando se avaliam realidades geográficas como aquelas concernentes a alguns países asiáticos (em muitos casos, cidades com diminuta extensão territorial têm forte adensamento humano). Portanto, o critério da pouca extensão territorial não pode ser tomado como ponto balizador e generalizante para o estudo das cidades pequenas.

No outro extremo, quando o núcleo apresenta baixo patamar demográfico e poucos aspectos qualitativos (infra-estrutura e serviços reduzidos, dinâmica cotidiana assentada na concepção de ruralidades, etc.) que não permitam considerar este centro como cidade, instauram-se problemas para ponderar a questão urbana. Na realidade, tal quadro se aplicaria com mais propriedade ao contexto dos vilarejos, aldeias e povoados (guardadas as devidas proporções e o universo de conceituação dessas realidades socioespaciais). Competiria se falar, por conseguinte, de centros de subsistência e com dinamicidade econômico-urbana marginal, sendo estas expressões residuais/contraditórias do fato urbano.

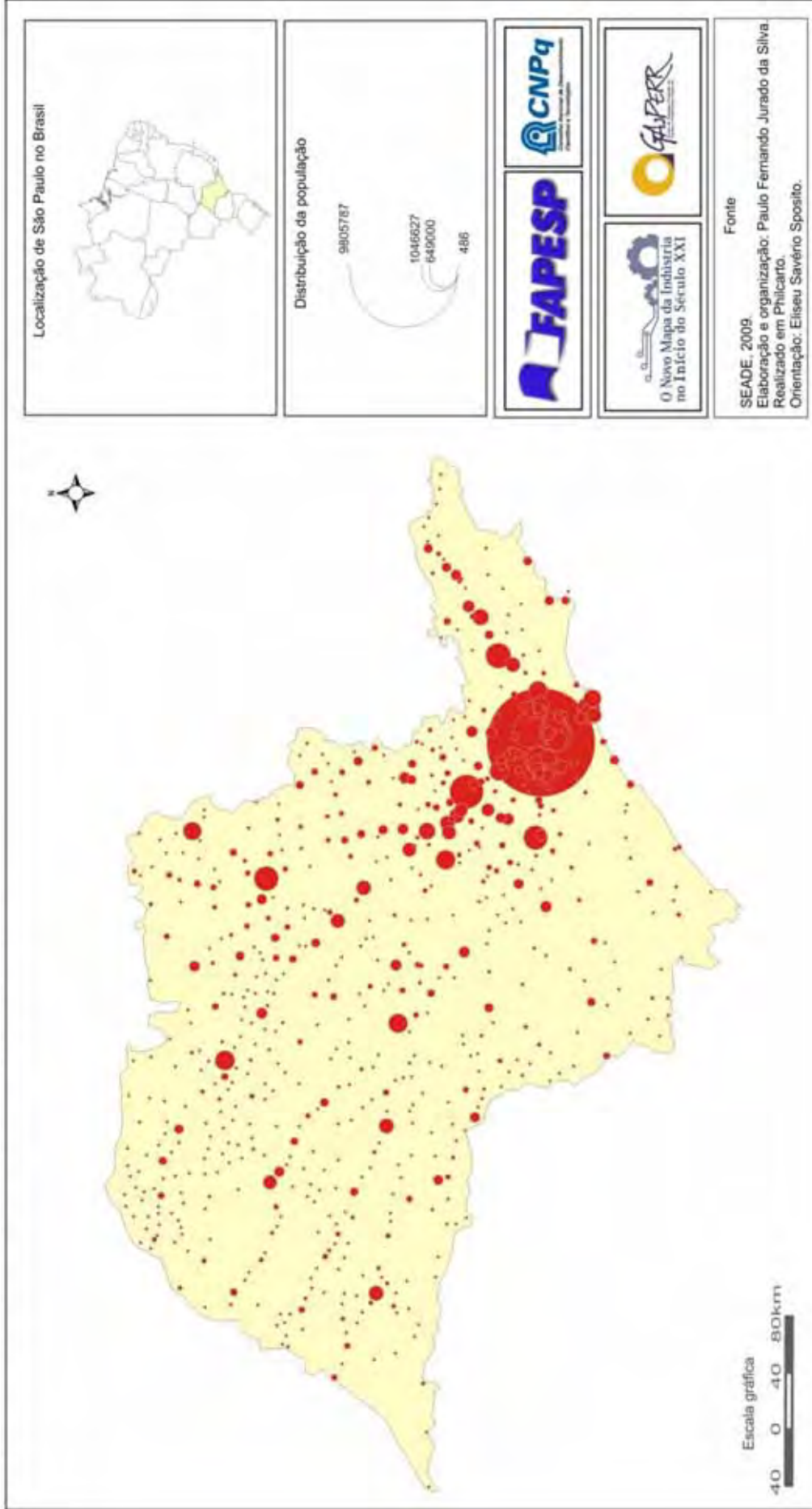


Quando se parte para a análise da distribuição da população urbana paulista (vide mapa 4), evidencia-se maior concentração na região metropolitana e adjacências, sendo que a soma dos pequenos núcleos no interior acaba ficando um pouco dispersa e em patamar bem inferior, se comparado à região metropolitana. Visualiza-se a presença mais intensificada de população urbana, sobretudo, na direção do Vale do Paraíba rumo ao Rio de Janeiro e nas regiões de Campinas e São Carlos. A porção Sul do Estado é a que menor apresenta cociente populacional urbano, distribuída espacialmente em suas sedes municipais.

Porém, não deixa de ser importante estudar as cidades pequenas, pois, mesmo assim, elas coordenam seus territórios municipais, bem como representam uma vasta porção espacial no território paulista. Como fato urbano, não se deve negar a presença desses centros na rede urbana e como realidade conceitual-concreta merece ser estudada e pesquisada.

Assim, haveria diversos exemplos a serem elucidados nesse trabalho e aos poucos alguns deles serão explorados na composição textual dos outros capítulos com o enfoque na região de Presidente Prudente. A preocupação sobre a discussão conceitual e prática das cidades pequenas acompanhará o pano de fundo da investigação que será vista a partir de agora em outro patamar, com a contextualização histórico-geográfica da região selecionada para o estudo, com a análise da dinâmica econômica do recorte espacial de pesquisa e com o aprofundamento teórico-empírico da redação em busca da interpretação industrial dos pequenos centros selecionados para a pesquisa. Com esse intuito, apresentam-se no próximo capítulo as relações econômicas encontradas na região de Presidente Prudente, buscando identificar o seu significado no processo de divisão territorial do trabalho e de reprodução do capital, ao longo do tempo.

Mapa 4 - Distribuição da população urbana no Estado de São Paulo, 2000.





3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE, AS CIDADES PEQUENAS E A DINÂMICA ECONÔMICA

3.1 A perspectiva do desenvolvimento desigual para a compreensão geográfica

Nesse capítulo não há a intenção de formular uma teoria da dependência, porém procurar analisar criticamente o sentido econômico da região administrativa de Presidente Prudente e a formação das cidades pequenas, no quadro da expansão urbana do século XX e início do XXI, tanto no que diz respeito ao debate inicial deste assunto, no presente tópico, quanto nos itens que o seguirão a partir dessa discussão. Para tanto, observar-se-á as conexões entre região, cidade pequena, aspectos geográficos e a dinâmica econômica, para mais adiante, propor a idéia de *região suplementar-articulada* e fornecer elementos teóricos para a defesa da idéia de *difusão espacial da produção industrial*, no sentido da configuração industrial da região de Presidente Prudente.

Tal argumentação sustentará os itens seguintes deste trabalho científico e auxiliará na compreensão geográfica acerca do recorte espacial e teórico, além de explicitar algumas de suas principais características econômicas e a relação com as cidades pequenas.

Esse capítulo e as seções que o compõem visam, portanto, responder ao objetivo específico de discutir a dinâmica econômica regional com enfoque prioritário nos municípios selecionados para a investigação, levantando e interpretando dados e informações secundárias em instituições como SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), etc.

Dessa maneira, as principais idéias dessa construção teórico-prática estão fundamentadas nas proposições clássicas de autores como Trotsky para a compreensão do desenvolvimento desigual e combinado; nos princípios teóricos de causação circular e acumulativa de Myrdal; na leitura do capitalismo efetuada por Karl Marx; na interpretação da obra de Armando Corrêa da Silva como ponto de apoio para a crítica analítica regional; e a proposição da noção de *região suplementar-articulada*, tentando compreender geograficamente a região de Presidente Prudente.

Enquanto Trotsky comunga teoricamente das idéias de Marx e propõe uma interpretação crítica de sua obra, Myrdal não se filia à corrente marxista e Armando Corrêa da Silva se aproxima da abordagem tradicional da Geografia. A proposição teórica que fundamenta este texto é, portanto, híbrida e crítica.

Antes de proferir a argumentação necessária para responder a tal proposição é preciso tecer algumas ressalvas quanto à utilização da expressão *desenvolvimento* e que aqui também será considerada. Isso porque essa idéia faz parte de um intenso debate científico e nesse trabalho há de se destacar que a opção teórico-metodológica quanto a sua conceituação

vincular-se-á à corrente marxiana (especialmente pela leitura conceitual de Trotsky). Em outras palavras, o desenvolvimento será debatido à luz da dimensão econômica e sua face espacial é a adjetivação desigual e combinada, produzindo sínteses e contradições sociais. Além disso, já é sabido que desenvolvimento é diferente de crescimento econômico, mas o primeiro não ocorrerá economicamente sem a presença do segundo, havendo uma unidade dialética e indissociável.

Discutir desenvolvimento no plano conceitual não é uma tarefa fácil e nem esse é objetivo desta empreitada. Isso porque sua discussão tem sido muito ampla, abrangendo diversas áreas da ciência e do pensamento social. Além disso, o termo desenvolvimento tem sido largamente empregado pela mídia e pelo senso comum para denominar diferentes aspectos da sociedade, dificultando sua apreensão, definição e objetivação, assim como ocorre com o conceito de cidade pequena (como destacado no capítulo anterior).

O que se verifica sobre o uso da expressão “desenvolvimento” (em defesa e/ou refutação) é que a mesma tem sido evitada por parte da comunidade científica, dada a sua dificuldade de precisão conceitual ou quando utilizada tem sido criticada, tornada imprecisa e ganhado um significado polissêmico, expressando-se como terreno instável de complicado trânsito teórico.

Esse termo é mais correntemente associado às ciências naturais, à biologia e às teorias evolucionistas. O desenvolvimento tem sido empregado para explicar os diferentes estágios dos organismos vivos. Quando transposto para o ambiente das ciências humanas, o grau de complexidade se amplia e muitos autores empregam o vocábulo para entender o espaço como um organismo que tende a nascer, crescer, reproduzir e morrer. Isso ficou constatado, grosso modo, na Escola de Chicago e nas teorias advindas da Ecologia Humana Clássica para explicarem a estruturação e o grau de funcionalidade das cidades, transformando os centros urbanos em células biológicas, não incorporando a dimensão dos processos sociais, da luta de classes, da apropriação da mais-valia, da divisão territorial do trabalho, da ampliação das desigualdades.

Mas, no pensamento econômico-político, a derivação da expressão desenvolvimento tem sido atribuída ao ex-presidente estadunidense Harry Truman (33º presidente ao assumir o posto, após a morte de Roosevelt e com mandato de 1945-1953) quando se referiu aos países pobres como subdesenvolvidos, no contexto político-econômico após a Segunda Guerra Mundial.

Tal expressão coloca desafios na cena geopolítica internacional e posicionou em lados antagônicos países desenvolvidos (Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão), ou seja, os

países capitalistas centrais ditos de primeiro mundo e, por outro lado, os países socialistas, apelidados de segundo mundo, com economia planejada e baseada fortemente no poder do Estado. Aos países subdesenvolvidos do Sul coube a alcunha de terceiro mundo.

Por outro lado, a discussão do desenvolvimento foi continuada e esteve ainda vinculada ao progresso, à modernidade e à industrialização. A concepção tem como embasamento o parâmetro de comparação entre países de primeiro mundo e o restante que pouco se industrializou, não possui alto grau de urbanização, apresentando em alguns casos instabilidade econômica e política. Aos países de terceiro mundo sobreveio a imagem de atraso e miséria, não levando em conta outros aspectos ditos mais qualitativos e não tão somente estatístico-econômicos para sua interpretação.

Na tentativa de mensuração do desenvolvimento e de transformá-lo num índice que facilitasse a comparabilidade de dados entre os diversos países a Organizações das Nações Unidas (ONU) criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no começo da década de 1990, levando-se em conta três dimensões consideradas como principais para compreensão do desenvolvimento humano, a saber: longevidade, escolaridade/alfabetização em valor ajustado, e PIB *per capita*. Em outras palavras, esse processo transcorreu após a queda do Muro de Berlim, isto é, após o final da Guerra Fria e em momento de menor tensão geopolítica, sendo quando as terminologias de primeiro, segundo e terceiro mundo caem por terra, assim como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Ao propor uma regra generalizante para a comparação entre países sobre o desenvolvimento humano, a ONU foi duramente criticada por amplas parcelas da comunidade científica. Porém, há de se ressaltar que a iniciativa da instituição possibilitou criar outro debate, ainda mais profundo sobre o desenvolvimento no ambiente acadêmico, procurando-o centrar em seu caráter qualitativo, mas sendo ainda utilizado o IDH em diversos estudos e por órgãos de planejamento governamentais como parâmetro para se buscar “medir” as desigualdades entre distintas parcelas do espaço.

O desenvolvimento pôde ser visualizado, então, em seu caráter qualitativo a partir de diferentes posições teóricas, ou seja, como liberdade (a exemplo do que fez Amartya Kumar Sen, 2000) ou mesmo ser desconstruído e repensado com a criação de outros índices como o de felicidade, prazer, ampliando a miscelânea de enfoques multidisciplinares do assunto, já que esse não é exclusivo da Geografia e da Economia, mas é parte constituinte de indagações que comparecem em outras ciências, tais como a Psicologia, Biologia, Sociologia, História, entre outras, acrescentando valor de riqueza ao debate e maior polissemia ao seu significado. Assim, como objeto multidisciplinar e social, essa idéia vem sofrendo transformações ao

longo do tempo e ampliando seu grau de discussão face às mudanças na sociedade e no espaço.

Ademais, a partir dessa discussão introdutória, contudo necessária, é importante frisar que a perspectiva analítica adotada é a histórico-geográfica, refletindo-se sobre os aspectos econômicos, articulados à incorporação da região de Presidente Prudente ao circuito capitalista e ao seu papel no processo de divisão territorial do trabalho no tempo e no espaço, bem como na formação das cidades pequenas e da instalação industrial. Ressalte-se, por isso, que há desigualdades a serem evidenciadas e por isso considera-se que:

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condição de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho [...]. (SMITH, 1988, p. 152).

Ainda, nesse debate, o mesmo autor esclareceu mais adiante que a:

[...] diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral. Mas a questão da divisão do trabalho é quase tão complexa quanto escamoteada, e quando tentamos colocar a divisão territorial do trabalho em seu contexto mais real, uma gama adicional de complexidade se acrescenta [...]. (SMITH, 1988, p. 159).

A partir das palavras de Smith, supõe-se que seu referencial só pôde ser postulado por meio da compreensão das idéias de Karl Marx oriundas, especialmente, da leitura e interpretação da obra *O Capital*.

Esse aporte teórico parte do pressuposto de que: “O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo e, esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido.” [...]. (MARX, 1985b, p. 154). Por sua vez, a categoria trabalho é compreendida como ponto importante para se examinar a relação de mediação com o espaço e a produção de desigualdades sociais.

Encara-se, por conseguinte, a perspectiva de que o modo de produção vigente atual é o capitalismo, embora haja de se convir que não existam linearidade e mecanicidade nesse processo. Lênin, a esse respeito, ofereceu consideração relevante ao caracterizar o sistema, afirmando que:

O capitalismo é produção de mercadorias no grau mais elevado do seu desenvolvimento, onde a própria força de trabalho se torna mercadoria. O

aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo, internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista [...]. (LÊNIN, 1982, p. 60).

Lênin explorou tal argumentação tendo em mente o caráter revolucionário da luta de classes e observando que o imperialismo constitui-se na fase superior do capitalismo. No trecho, por ora explorado, igualmente se abstrai a noção de desenvolvimento desigual e por saltos dos diferentes países, bem como das empresas e indústrias.

Em estudo clássico de cunho marxista, Trotsky (1967, 1978) observou também a visão da história por saltos, o movimento de superação do atraso, a descrição da combinação de formas mais modernas com outras mais atrasadas de produção. Na realidade, tal autor influenciou o pensamento nas ciências humanas, propondo a idéia de desenvolvimento desigual e combinado como lei da sociedade.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma das mais antigas da sociedade, sendo que as primeiras verificações em torno dela foram efetuadas por estudiosos e filósofos gregos há mais de dois mil anos. Isso não significa afirmar que ela foi sistematizada nesse tempo, mas que esse processo transcorreu de modo lento e gradual. Tal lei, apesar de utilizada para compreender o sistema capitalista por meio de vários autores, foi sistematizada e explicitada mais claramente no livro “A história da Revolução Russa” de Leon Trotsky, descrevendo que:

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardiamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica, que exigiram, no Ocidente, dezenas de anos [...]. (TROTSKY, 1967, p. 28).

A Rússia, por exemplo, ao longo da revolução socialista combinou diferentes variáveis no seu processo de desenvolvimento: destruiu o czarismo, os laços feudais do campo, instaurou novo regime, sendo que modernidade e atraso se combinavam, quer se tratando da agricultura ou da indústria. Isso significou afirmar que o processo de transformação socioespacial foi acompanhado por saltos, desigualdades espaciais, produção de sínteses e ampliação das contradições.

O campo russo era atrasado e se desenvolviam relações do tipo feudal. A indústria estava concentrada nas mãos de poucos e, conforme Trotsky (1978, p. 29), praticamente inexistia uma classe intermediária. O operariado russo que veio abastecer as fileiras da indústria não era proveniente das cidades, mas, principalmente do espaço rural, das aldeias e tal constatação se reproduz na forma como se processou o desenvolvimento desigual e combinado do país.

Um exemplo mais atual do desenvolvimento desigual e combinado pode ser observado no Brasil e na comparação entre as suas diversas regiões. Nesse caso, verificar-se-á, por um lado, a produção de alguns agricultores que ainda utilizam instrumentos técnicos “primitivos” e, por outro, o *high tech agrobusiness* dominando os avanços no campo nos segmentos da química, biologia animal/vegetal, mecânica, na expressão do latifúndio e das grandes agroindústrias, movidos pelo pacote tecnológico da revolução verde e da industrialização do campo.

Isso é facilmente apurado no Sudoeste goiano, na região de Rio Verde, com a produção tecnificada e científica de soja e frangos, sendo grande parte dessa dinâmica territorial desencadeada a partir de normatizações de grandes companhias nacionais e estrangeiras como a Cargill, Brasil Foods, Monsanto, bem como com forte apoio fiscal e financeiro do governo federal e estadual, convivendo no mesmo espaço com produtores rurais que nem sequer possuem tratores para produzir e acabam por utilizar técnicas manuais e rudimentares.

Entretanto, mesmo com essas constatações, as idéias de Trotsky pouco têm sido debatidas na Geografia e dever-se-ia resgatar, nessa concepção, um interessante embasamento para os estudos espaciais de reprodução do capital e da dinâmica econômica, algo que comparece na presente investigação.

Em linhas gerais, o desenvolvimento desigual e combinado “[...] significa uma aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas [...]” (TROTSKY, 1978, p. 25). Ou seja, expressa também uma síntese espacial, representada pela matéria e pelo plano concreto-social, mas também por uma forte componente geográfica.

No contexto de leitura dessas afirmações, o que se deseja questionar é o caráter do desenvolvimento desigual e combinado na região de Presidente Prudente para compreender a sua dinâmica econômica. Verificou-se tal peculiaridade entre as cidades que compõem a rede urbana, entre empresas, enfim, na produção do espaço e no papel da indústria.



O desenvolvimento desigual verificado no fato urbano pode revelar a ordem, papel e significação geográfica que os núcleos assumem historicamente no processo de urbanização. Há cidades grandes, médias e pequenas que compõem a dimensão espacial do processo de urbanização, expressando o desenvolvimento desigual e combinado na formação da hierarquia urbana e na rede de relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Além disso, o desenvolvimento desigual não é só observado no plano interurbano das relações entre as cidades pequenas, mas também na produção urbana das cidades e nas características genéticas e motoras da formação socioespacial. Essa afirmação tem a sua devida comprovação quando se analisa, por exemplo, a distribuição espacial industrial em uma determinada cidade pequena e constata-se que são realizadas escolhas em termos de localização para a instalação dos estabelecimentos industriais.

De certo modo, há a idéia de seletividade espacial e no cenário, mais geral, tal dinâmica tem influência na produção do espaço e na geração de desigualdades socioespaciais, engendrando e combinando espaços de pobreza/miséria e outros de maior dinamicidade e concentração econômica. Isso fica evidente ao analisar a dinâmica empírica da cidade pequena de Dracena e, nesse sentido, a figura 5 - realizado com base no plano diretor - ilustra melhor tais considerações, no âmbito espacial da expansão urbana e da instalação industrial.

Espacialmente, em Dracena verifica-se que a rodovia Comandante João Ribeiro de Barros tem figurado como marco para a expansão e abertura de novas atividades no âmbito do setor secundário, como é o caso de assinalar a presença dos distritos industriais, enquanto há áreas voltadas mais à residência e ao setor comercial da cidade, bem como à expansão urbana também em proximidade à rodovia.

Por outro lado, há espaços que concentram números não tão favoráveis em termos de indicadores sociais que abrigam parte da população pobre da cidade, como é o caso de citar o Bairro Jardim Brasilândia, uma vez que seus moradores têm dificuldade para consumir e circular no espaço urbano, expressando materialmente e socialmente a diferenciação espacial na produção da cidade.

Assim, espaços especializados emergem a partir desse processo, conformando diferenciações urbanas, particularidades e singularidades entre os núcleos de pequeno porte, mas não se deve marginalizar a articulação de outras escalas vigentes no arranjo da formação socioespacial, como a nacional e a internacional e a necessidade de se pensar na totalidade, no fato urbano geral e na produção material da sociedade, conforme estacado no capítulo anterior.

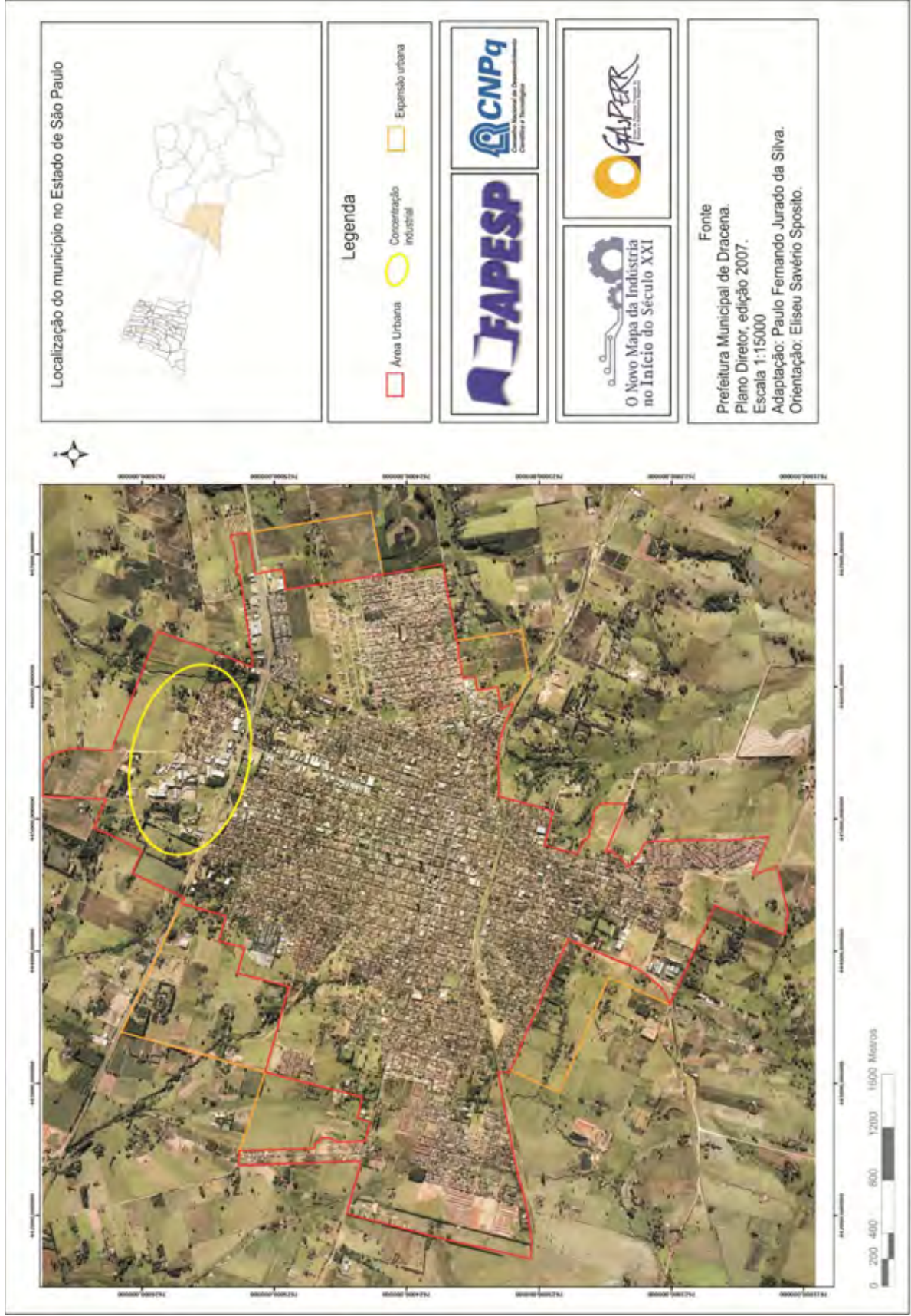


Figura 5 - Expansão urbana em Dracena-SP, 2007.

Com isso, Milton Santos (1982b) ofereceu contribuição para tal debate ao relacionar a idéia de necessidades *internas* e *externas* na interpretação da formação socioespacial quando descreveu que:

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades, “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades “internas”, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura de classes, isto é, a formação social propriamente dita. (SANTOS, 1982b, p. 14).

Na formação social, evidenciou-se que há centros de gravitação econômica que tendem a drenar parte da mais-valia produzida nos espaços mais pobres e distantes, convertendo-a em novos investimentos produtivos e/ou em atividades especulatórias. A capital, São Paulo, funcionou como um dreno, acumulando riquezas e ampliando seu papel político nacionalmente, enquanto o interior era incorporado a sua esfera de influência.

Com isso, a idéia de causação circular e acumulativa expressa no trabalho de Myrdal (1965) revelou, segundo nossa interpretação, algo que poderia figurar como interessante complemento à lei do desenvolvimento desigual e combinado, embora o autor não o faça no livro e sua funcionalidade para a compreensão espacial do quadro econômico paulista.

Após a leitura de Myrdal, constatou-se que há algumas lacunas que precisam ser mais bem exploradas na questão da causação circular e acumulativa, sobretudo, no debate concernente ao desenvolvimento desigual entre regiões. Porém, isso não inviabiliza que seu pensamento seja revisado e/ou sofra críticas, dadas as condições de mudança paradigmática e de enfoque na ciência.

Se há um espaço rico e dotado de infra-estrutura isso gera desequilíbrios espaciais, revelando a marginalização de tantos outros, bloqueando, em alguns casos, os níveis de crescimento dos demais ao mesmo compasso que pode vir a absorver a mais-valia das regiões mais pobres. A partir disso:

É fácil ver como a expansão em uma localidade produz ‘efeitos regressivos’ (*backwash effects*) em outras, isto é, os movimentos de mão-de-obra, capital, bens e serviços não impedem, por si mesmos, a tendência natural à desigualdade regional [...]. (MYRDAL, 1965, p. 53).

Embora a significação natural devesse ser substituída pela expressão econômica no capitalismo, retirando o sentido determinista da idéia e procurando revelar as minúcias do processo, numa visão crítica.

Em linhas gerais, tal movimento denota que os centros mais expressivos tendem a concentrar mais riqueza, pessoas e dinheiro, dando a noção de círculo vicioso ao movimento de causação circular e acumulativa, onde os ricos continuarão mais ricos e os pobres mais pobres (ainda que possa haver determinadas centralidades na periferia e periferização na centralidade em combinações dialéticas de tese e antítese, na produção de sínteses espaciais), podendo haver superação desse processo por saltos e pela combinação de fatores econômicos, sociais e políticos, com a intervenção dos diversos agentes envolvidos na lógica da formação socioespacial e das redefinições regionais. E, por isso:

Os movimentos de capital tendem a produzir efeitos semelhantes no aumento da desigualdade. Nos centros de expansão, o aumento da demanda dará um impulso ao investimento que, por sua vez, elevará as rendas e a procura, e causará um segundo fluxo de investimento, e assim por diante [...]. (MYRDAL, 1965, p.54).

A partir disso, verificar-se-á que nas regiões mais pobres, “A falta de novo impulso expansionista tem como conseqüência o fato de a demanda de capital permanecer relativamente fraca, que será pequeno, porque as rendas também o são e tendem a declinar [...]” (MYRDAL, 1965, p. 54). Foi algo semelhante o que ocorreu com a formação da região de Presidente Prudente, pois essa, ao ser engendrada, sofreu com o fortalecimento da capital paulista que tendeu a coordenar os fluxos econômicos e orientar a dinâmica territorial, constituindo-se em centro econômico hegemônico nacionalmente, desbancando o Rio de Janeiro, no século XX.

Conseqüentemente, não seria impreciso afirmar que ao verificar o desenvolvimento desigual e combinado espacialmente na região de Presidente Prudente, observar-se-á também a sua conexão em relação ao centro nacional e aos demais pólos internacionais, mas, numa via próxima ao espaço rural, com a formação socioespacial de diversas cidades pequenas.

Constata-se, por conseguinte, que a região passou por alterações socioespaciais e as cidades pequenas assumiram também, em muitos casos, a dependência face ao campo, produzindo relações entre conteúdos e ampliando a complexidade espacial para a compreensão do fato urbano (produção de ruralidades/urbanidades, etc.), demonstrando em sua paisagem diferentes produtos agrícolas, vinculados ao processo industrial e à dinâmica socioespacial desencadeada em cada período.

Se pensado na pecuária, logo se articula a idéia de frigoríficos, se citado o tomate na sua indústria beneficiadora de alimentos, na cana-de-açúcar nas usinas, no algodão na produção de óleo e descaroçamento. Na realidade, essas são apenas algumas das composições

que foram colocadas em curso dentre as várias existentes a partir da análise contextual da região.

As transformações vivenciadas no campo tiveram também relação com a dinâmica do espaço industrial e nas transformações ocorridas nas cidades pequenas, produzindo alterações nas paisagens e redefinições nas interações espaciais dos lugares e das empresas, nos distintos circuitos espaciais de produção e no desenvolvimento desigual e combinado.

Em contexto mais amplo, as cidades pequenas da região ainda mantêm resquícios de técnicas arcaicas no universo industrial e também indústrias de produção moderna e, de certo modo, ligadas à esfera da mundialização, notando tal realidade em diversos segmentos da indústria: quer seja, em alguns casos, na produção oleiro e cerâmica de telhas e tijolos nos municípios de Panorama e Paulicéia (empregando, em muitos casos, grande quantidade de mão-de-obra e parca tecnificação), quer seja no segmento alimentício moderno, com a produção de sucos em Dracena que tem ampla comercialização com empresas globais (Coca Cola, Dell Vale) e com o mercado externo, em plantas industriais compactas e flexíveis.

Contudo, mesmo apresentando tais contradições e o desenvolvimento desigual combinado em processo, observa-se que a composição subsetorial demonstra um perfil industrial tradicional, em âmbito regional. Em outras palavras, grande parte unidades industriais instaladas nas cidades pequenas são do segmento alimentício e confecção/vestuário, gerando, em muitos casos, pouco valor adicionado fiscal e não produzindo cadeias complexas de interação entre empresas ou elos de *joint venture*, *partner ship*, pelo menos no momento. Porém, há a necessidade de citar a importância de empresas que mesmo estando em segmentos tradicionais da indústria conseguiram sobressair-se no processo de inserção no mercado.

Com isso, entende-se que tais empresas não podem ser analisadas descoladas do local onde estão instaladas, ou seja, nas cidades pequenas que guardam suas características específicas no contexto da região de Presidente Prudente e que precisam ser melhor caracterizadas na elaboração das idéias e no quadro econômico do Estado de São Paulo.

3.2 A região administrativa de Presidente Prudente: uma avaliação crítica

A característica urbana principal das cidades na região administrativa de Presidente Prudente é a pouca extensão territorial e a continuidade de tecido nos núcleos urbanos (com raras exceções, como é o caso de Panorama, em razão da especulação oriunda das atividades

turísticas com a produção de loteamentos dispersos junto ao rio Paraná). Os municípios, em geral, quando não ligados às atividades de serviços e à indústria, têm no setor público e na agricultura sua principal fonte de renda e emprego.

Sendo assim, depois de Presidente Prudente (população estimada de 209.379 habitantes), quatro municípios merecem destaque, em termos de população²⁶, ou seja, Dracena (43.159 habitantes), Presidente Epitácio (41.676 habitantes), Presidente Venceslau (38.134 habitantes) e Adamantina (34.822 habitantes), representando cidades importantes no contexto de influência regional. Contudo, o gradiente de oferta de serviços ainda é limitado se comparado ao poder de centralidade da sede regional administrativa (Presidente Prudente).

Nessa região constata-se um ritmo desacelerado de urbanização e na economia, com poucas variações ao longo do tempo. O valor médio da remuneração paga ao trabalhador também é um dos mais baixos do Estado (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009a) e grande parte das indústrias instaladas são de capital local (FREITAS, 2005), pertencendo à iniciativa de empreendedores que acumularam recursos em outros segmentos de atividade econômica e passaram a investir na área industrial, como ficou evidente no processo de colonização regional e até mesmo no presente.

Mas, essa verificação deve ser enxergada pelos aspectos históricos. A região foi a última a ser incorporada no circuito capitalista cafeeiro paulista do século XX e desde seus primórdios contou com dificuldade para inserir-se com maior pujança econômica no território paulista.

O Produto Interno Bruto, por exemplo, é um dos mais baixos do Estado e sua conjuntura de crescimento econômico muitas vezes se assemelha à região do Vale do Ribeira (como se observa no gráfico 1 e tabela 3) que é a mais pobre de São Paulo, apresentando movimentos no padrão *stop and go* (ou seja, pouco expressivos, morosos e de retomada e queda, ou, em outras palavras, os chamados “vôos de galinha”) se observada a série histórica do PIB.

Como evidenciado no gráfico 1 e na tabela 3, verifica-se que a região metropolitana de São Paulo é a mais expressiva em termos de concentração econômica, possuindo um PIB da ordem de 509.498,85 milhões de reais correntes, ou seja, cerca de 56,43% do total (mais da metade da composição estadual). As regiões administrativas subsequentes (em termos de expressividade) são Campinas, São José dos Campos e Sorocaba. Já o patamar inferior é seguido por Presidente Prudente, Franca, Barretos e Registro.

²⁶ População estimada com base nos dados da Fundação Seade para o ano de 2010.

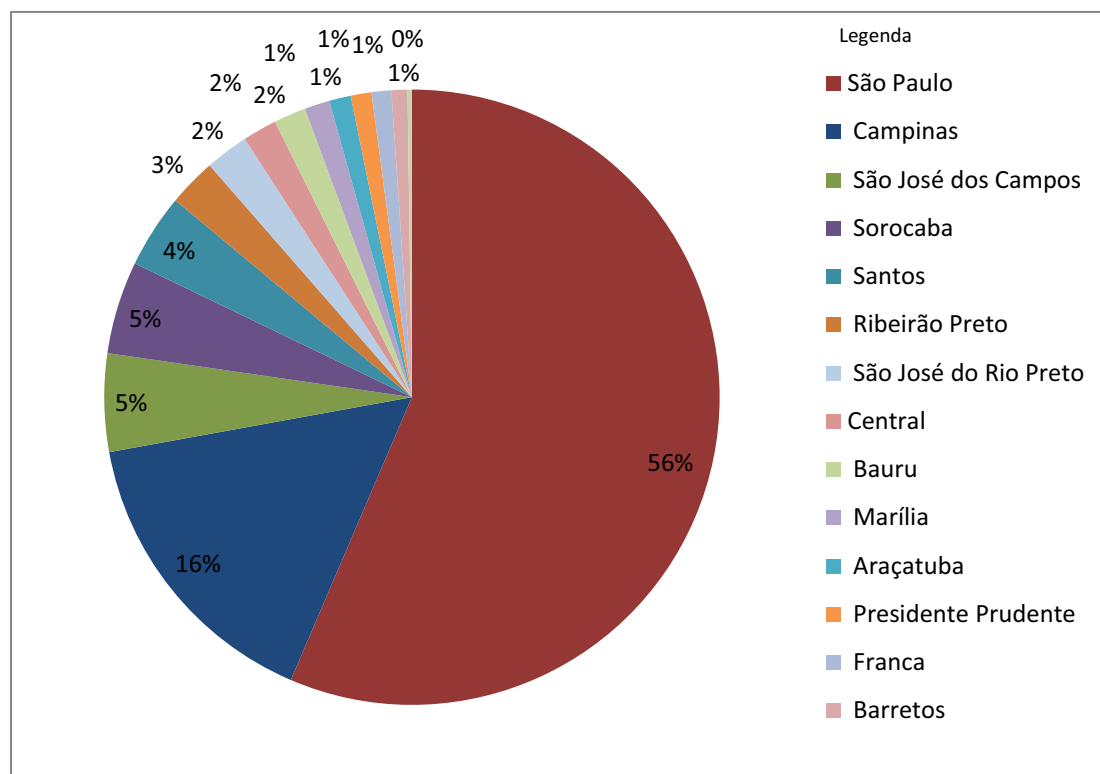


Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (PIB) em milhões de reais correntes segundo regiões administrativas no Estado de São Paulo, 2007.

Fonte: Seade, 2009. Organizado por Jurado da Silva, 2010.

Tabela 3 – Distribuição do PIB segundo regiões administrativas do Estado de São Paulo, 2007.

Regiões Administrativas	PIB em milhões de reais correntes	Participação total no PIB do Estado percentualmente
São Paulo	509.498,85	56,43639
Campinas	141.764,42	15,703022
São José dos Campos	46.496,03	5,150292
Sorocaba	43.972,31	4,870744
Santos	35.131,56	3,891467
Ribeirão Preto	22.862,97	2,532495
São José do Rio Preto	20.546,76	2,275932
Central	16.261,09	1,801216
Bauru	15.214,10	1,685242
Marília	11.987,08	1,32779
Araçatuba	10.244,38	1,134753
Presidente Prudente	9.834,53	1,089356
Franca	9.372,02	1,038124
Barretos	7.545,81	0,835837
Registro	2.052,39	0,22734

Fonte: SEADE, 2009.

Organização: Jurado da Silva, 2010



O Produto Interno Bruto, como variável de mensuração econômica, apresenta fragilidades (no que diz respeito ao seu cálculo), mas mesmo assim acaba sendo muito utilizado para comparar diferentes espaços e medir a produção econômica. Porém, é preciso não perder de vista que tal medida representa uma tentativa de mensuração generalizada e que PIB não significa distribuição de renda e desenvolvimento humano.

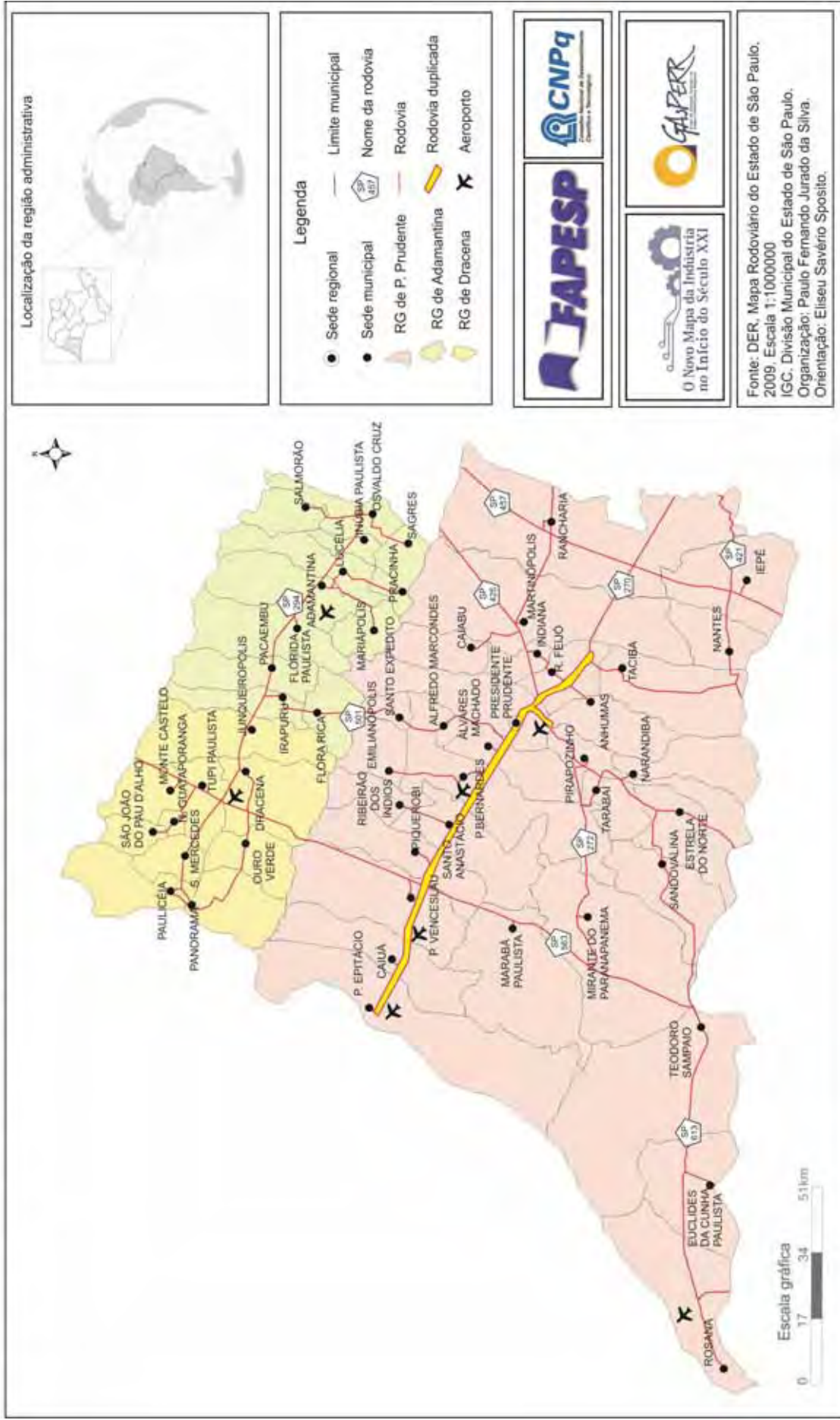
Determinada cidade pequena da região de Presidente Prudente pode ter um grande PIB como ocorre com Rosana, em razão dos *royalties* pagos pelo Estado dado o impacto da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (instalada em seu território), mas possuir uma população pobre e uma estrutura de serviços com caráter deficitário, bem como acumular diversos escândalos de corrupção em algumas de suas gestões municipais (em termos de má administração com afastamento de prefeitos).

Em 2000, por exemplo, os municípios que apresentavam maior índice de desenvolvimento humano²⁷, segundo a Fundação Seade, na região administrativa de Presidente Prudente eram respectivamente: Presidente Prudente (0,846), Presidente Venceslau (0,818), Rosana (0,815), Adamantina (0,812) e Dracena (0,800). Já os municípios que possuíam menor IDH eram: Caiuá (0,711), Nantes (0,722), Ouro Verde (0,723), Sagres (0,723) e Marabá Paulista (0,728). Como princípio comparativo é interessante verificar as desigualdades entre tais municípios, contudo, o mais importante é não perder de vista a dimensão do empírico e a essência da realidade, já que em muitos casos os dados podem representar somente a aparência, sendo necessário o trabalho investigativo para expor as contradições desse processo, como explicitado no caso de Rosana.

Continuando com essas idéias, vale destacar ainda que a região administrativa de Presidente Prudente é composta por 52 núcleos urbanos de pequeno porte e somente uma cidade de porte superior, ou seja, Presidente Prudente (consulte o mapa 5, pois este demonstra visualmente a conformação regional da Décima Região Administrativa de Presidente Prudente, expondo os limites municipais, regiões de governo, rodovias e aeroportos principais).

²⁷ No universo dos municípios selecionados para a pesquisa na região de Presidente Prudente compareciam hierarquicamente: Adamantina (0,812), Dracena (0,800), Osvaldo Cruz (0,798), Rancharia (0,789), Pirapozinho (0,783), Lucélia (0,782), Álvares Machado (0,772) e Presidente Epitácio (0,766)

Mapa 5 - Décima Região Administrativa de Presidente Prudente com suas Regiões de Governo (RG), 2009.



A centralidade econômica e urbana é exercida por Presidente Prudente, sendo que há centros urbanos que também assumem importância econômica e urbana, a saber: Dracena, Adamantina, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Osvaldo Cruz. As rodovias mais importantes são a Raposo Tavares (SP 270) e Comandante João Ribeiro de Barros (SP 294), sendo o aeroporto estadual de Presidente Prudente, localizado na rodovia Assis Chateaubriand, o principal da região em termos de vôos e estrutura.

Com isso, vale ressaltar que a regionalização administrativa foi cunhada durante o período da ditadura militar e já ganhou críticas por parte de alguns autores, tais como Selingardi-Sampaio (2009). Para essa autora, por exemplo:

[...] essa forma de segmentação do espaço, oficialmente adotada a partir de 1975 e concebida para viabilizar políticas de planejamento e ordenação do território não pode ser tomada *a priori* como base de uma compartimentação do espaço (ou regionalização) fundada na distribuição da indústria, quando se espera que tal segmentação seja historicamente definida. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 36).

Tendo como base tal questionamento, não se pretende adotar um discurso generalizante na compartimentação do espaço, como alertou Selingardi-Sampaio (2009). Espera-se, dessa forma, expor as diferenciações e o movimento da sociedade, pelo viés das cidades pequenas.

Vale frisar que como resultado da intervenção política no âmbito espacial, esse tipo de regionalização mesmo não sendo aceito por alguns teóricos e pela Nova Alta Paulista (região anexada parcialmente no sentido administrativo à Região de Presidente Prudente e representada pela Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista) produziu transformações na rede urbana e no caminho da circulação dos fluxos econômicos.

Observando empiricamente cidades como Flora Rica e Irapuru o leitor terá nitidamente essa constatação ao perguntar aos seus moradores o sentimento de integração econômica e política à Presidente Prudente.

Se analisado, isoladamente, somente a Nova Alta Paulista ou o Pontal do Paranapanema/Alta Sorocabana, o estudo não conseguiria captar as contradições produzidas a partir da intervenção político-estatal e que transformaram o âmbito das interações espaciais. Por isso, a eleição da Região Administrativa de Presidente Prudente²⁸ (mais comumente conhecida como região de Presidente Prudente, termo esse adotado para a designação deste

²⁸ Ao longo do texto, serão mais bem explorados também os significados geográficos da Nova Alta Paulista, Alta Sorocabana e Pontal do Paranapanema.

trabalho), pois nela residem as contradições e as transformações espaciais recentes que movem a trama urbana, fruto da ação das políticas do governo estadual.

Todavia, há de se ressaltar que essa regionalização alterou a ordem de expressão da identidade regional, ora negando-a, ora afirmando-a. O que se quer afirmar é que a região vista no sentido administrativo não deve ser entendida como homogênea, mas pelas suas contradições e pelo movimento da luta de classes, construída ao longo da história e transformando as relações socioespaciais. Se entendida essa regionalização como ato autoritário, compreenderá que ela é feita com base na dominação e em prol da manutenção do poder estabelecido em torno dos agentes sociais que compõem a elite e as cidades sedes regionais (ditas de porte médio).

Essa região²⁹ é tomada, então, no sentido crítico-analítico (não se pretende defendê-la ou legitimá-la) como recorte espacial onde se visualizará as desigualdades e os arranjos espaciais interativos daí decorrentes. Foi por isso que se referenciou esse estudo no exemplo das cidades pequenas, pois se procuram entender as particularidades desse processo e as diferenciações geográficas dos pequenos centros no circuito da produção industrial.

Tal postura de se analisar administrativamente as regiões foi evidenciada também nas obras de outros autores, tais como Silva (2002) e Toledo (2009), entre outros. Porém, não seria inoportuno afirmar que a divisão de influências no espaço regional da Nova Alta Paulista ficou evidente, sobretudo, nos trabalhos de Izabel Castanha Gil (2005 e 2007). Conforme sua explanação: “[...] há um ‘contorcionismo’ dos municípios e da população da Nova Alta Paulista ‘esticando-se’ ora para Marília, ora para Araçatuba, ora para Presidente Prudente, esta com maior poder de atração.” (GIL, 2007, p. 14). Desse modo, a coerência regional é relativizada face às interações econômicas e aos conflitos políticos, com a pulverização de influências na rede urbana e na drenagem econômica.

Dundes (2007), por outro lado, alertou para o fato de que a região de Presidente Prudente é também defendida pela elite, visando a ampliação de seu poder econômico em maior âmbito, extravasando os limites do Pontal do Paranapanema e incorporando a Nova Alta Paulista e a Alta Sorocabana, com limites fluidos.

No contexto da região administrativa e como é demonstrado no mapa 5, há três regiões de governo, ou seja, as regiões de Dracena, Adamantina e Presidente Prudente. Não há

²⁹ Nesse caso, há de se ressaltar a contribuição de Duarte (1980) para o estudo da região e da regionalização, no sentido geográfico, quando descreveu que numa formação social há contradições, assim como ocorre em determinada região, sendo esta uma representação social onde se conforma uma ideologia regional. Assim, para maior detalhamento do assunto consultar o artigo desse autor denominado: “Regionalização: considerações metodológicas”, publicado em 1980 pelo Boletim de Geografia Teorética.

homogeneidade entre tais centros e muito menos regionalmente, entretanto, é o decreto político por força administrativa que a coloca como um espaço regional (especialmente a partir da década de 70 do século passado), dito de Presidente Prudente (embora haja contestações, fragmentações, incongruências).

Acompanhando ainda esse raciocínio, cumpre assinalar que a região administrativa de Presidente Prudente é composta por ao menos três significados (Nova Alta Paulista, Alta Sorocabana e Pontal do Paranapanema) que se superpõem, ao longo do tempo em diferentes linhas de intersecção, como procura ilustrar a figura 6.

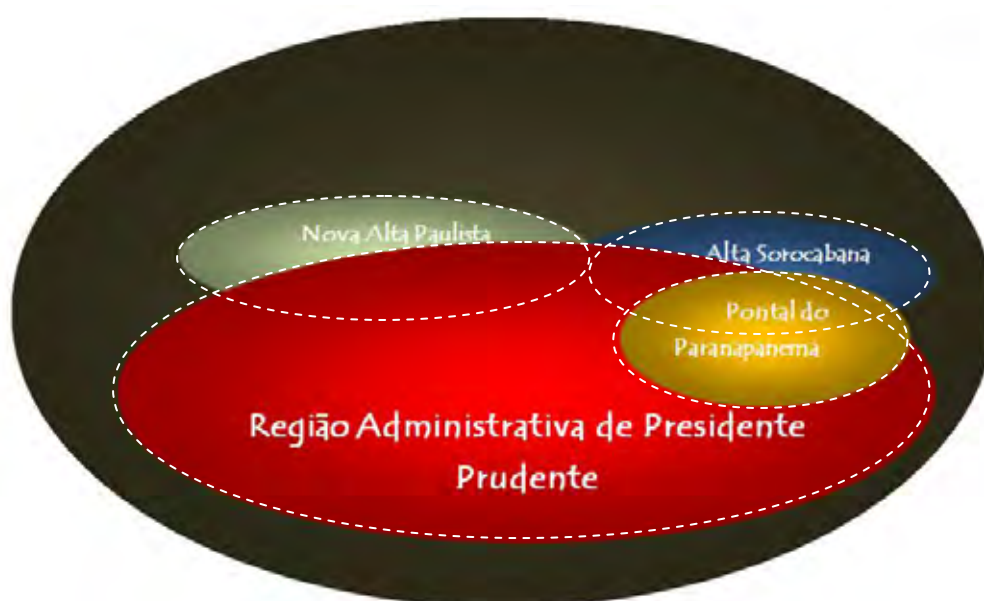
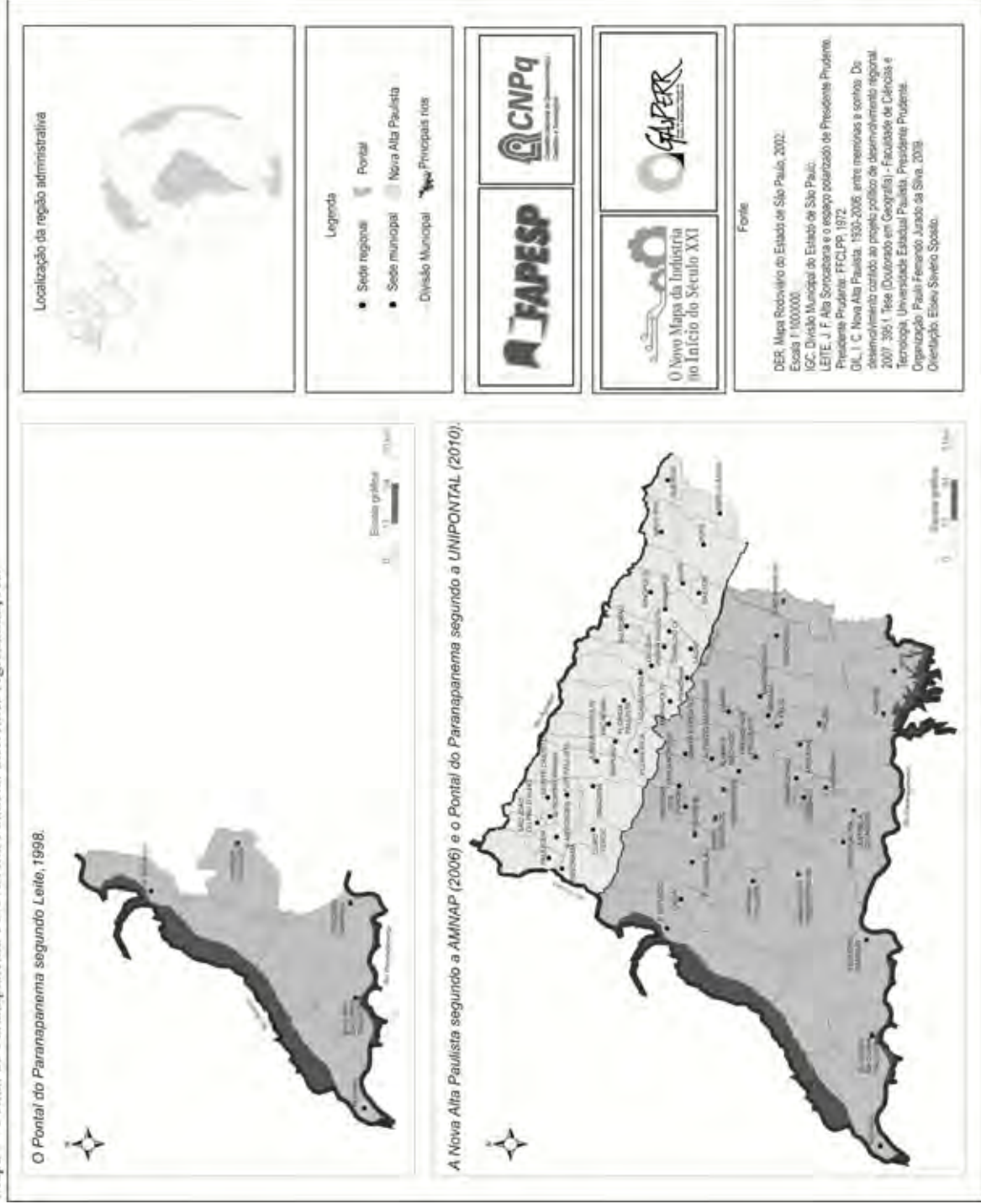


Figura 6 – A região administrativa de Presidente Prudente e suas intersecções.

Fonte: Jurado da Silva (2010). Baseado em Sposito e Dundes (2010).

Grosso modo, há a Nova Alta Paulista que fez parte do processo de colonização da região de Marília, a Alta Sorocabana (no limite próximo à Presidente Prudente) e o Pontal do Paranapanema (região conhecida pelos seus conflitos fundiários). Os mapas 6 e 7 exemplificam melhor essas regionalizações e sua configuração municipal. Observa-se, por conseguinte, que os rios além de expressarem marcos físicos demarcam também parte da regionalização como ocorre com o Rio do Peixe que separa, por exemplo, a Nova Alta Paulista da Alta Sorocabana.

Mapa 7 - Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista: diferentes regionalizações.



Assim, há diferenças nítidas entre tais regiões e até hoje os representantes municipais não reconhecem na região de Presidente Prudente uma coerência espacial, sobretudo, no que diz respeito à anexação da Nova Alta Paulista à região de Presidente Prudente.

O adjetivo “nova” expressa o desdobramento da região da Alta Paulista (conhecida atualmente como região de Marília), que recebeu a designação em razão da atuação da companhia de estradas de ferro denominada Companhia Paulista e o adjetivo “alta” expressa grande quilometragem em relação à capital paulista. Tal região é marcada por estrutura fundiária menos concentrada se comparada ao Pontal do Paranapanema. Já a Alta Sorocabana diz respeito à companhia de estradas de ferro Sorocabana e a adjetivação “alta” igualmente expressa grande quilometragem em relação à capital São Paulo.

Hoje, os políticos preferem utilizar a expressão Pontal do Paranapanema para designar a antiga Alta Sorocabana. Logo, o Pontal do Paranapanema “engoliu” a velha alcunha de Alta Sorocabana, homogeneizando o discurso e ocultando as contradições do processo com a extinção da UMAS (União dos Municípios da Alta Sorocabana), o que se constitui numa perda histórica e geográfica.

A região administrativa é, nesse sentido, uma definição, porque foi realizada como recorte espacial arbitrário, não levando em conta determinados aspectos histórico-geográficos e sintetizando/condensando no espaço as marcas identitárias do Pontal do Paranapanema, Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista.

O Pontal foi totalmente incorporado à região administrativa e esse também absorveu parcialmente o significado da Alta Sorocabana. Entretanto, vale ressaltar que a região administrativa de Presidente Prudente como definição espacial não passou por alteração ao longo do tempo, com a incorporação de outros municípios à região. Isso porque se observado o caso do Pontal do Paranapanema, Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista verificar-se-á que os limites da região são bastante fluidos, sendo alterados de acordo com a fonte pesquisada e também de acordo com o interesse político municipal, diferentemente do sentido administrativo, efetuado por decreto e entendido como definição.

Conforme evidenciado espacialmente nos mapas, basta observar que o Pontal de Leite (1998) é diferente (bem menor) daquele apresentado pela UNIPONTAL (Associação dos Municípios do Pontal do Paranapanema) e que acabou por anexar parte dos municípios que compunham a Alta Sorocabana (expressa em Leite, 1972). Nesse sentido, o:

[...] principal objetivo da Unipontal é unificar as prefeituras do Pontal do Paranapanema e reivindicar perante aos governos estadual e federal melhorias para os municípios. (Disponível em: <http://www.unipontal.com.br/_portal/conteudofixo/ver.asp?id=77>. Acesso em: 1 fev. 2010).

Ou seja, essa empreitada se refere a uma tentativa de unir força política para angariar recursos econômicos para região. Reforça-se o significado de baixo dinamismo econômico da região, assim como ocorre na Nova Alta Paulista. Essa por sua vez, altera a composição municipal de sua área de abrangência de acordo com suas conveniências de ampliação territorial e política (no sentido de se firmar como região administrativa independente), aglomerando novos municípios com o passar dos anos, que não fizeram parte do movimento histórico inicial de sua formação, como observado em Gil (2007) ao escrever que:

Inicialmente, vinte e três municípios consideravam-se como formadores da Nova Alta Paulista e, em 1977, fundaram a AMNAP. Em 1993, o distrito de Pracinha foi desmembrado de Lucélia, tornando-se município. Em 1997, seis municípios vinculados à microrregião de Tupã afiliaram-se à associação de municípios, com a justificativa de que suas demandas eram mais semelhantes aos municípios do extremo Oeste do que aos da região de Marília. Os primeiros vinte e três municípios são: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Parapuã, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, e Tupi Paulista. Pracinha tornou-se o vigésimo quarto e os últimos a serem incluídos à AMNAP foram: Arco-Íris, Bastos, Iacri, Queiroz, Herculândia e Tupã. (GIL, 2007, p. 33).

Já em 2007, outro município viria a fazer parte da AMNAP (Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista), isto é Quintana que pertence (pelo menos por decreto) à região administrativa de Marília (Alta Paulista), aumentando o nível de complexidade da discussão regional e validando seu significado fluido. Por outro lado, essa constatação tem impacto, em certo sentido, na adoção da região administrativa como recorte espacial desta pesquisa, já que essa pouco se alterou ao longo do tempo, facilitando o agrupamento de dados e a exposição textual das contradições.

Como síntese das contradições, a região administrativa (forjada na década de 70, do século XX) expressa a importância³⁰ de Presidente Prudente sobre as demais cidades

³⁰ Aqui o leitor deve ter a devida cautela para não associar essa idéia de triunfo de Presidente Prudente a uma fetichismo espacial. Em outras palavras, os conflitos são sociais e o motor desse processo é a luta de classes, entretanto, ao produzir o espaço os sujeitos se apropriam dele e aos seus propósitos para a reprodução do capital. Nesse sentido, as cidades representam a disputa de interesses de diferentes classes na luta pelo poder.

pequenas que compõem o espaço regional, demarcando o processo de transformação econômica na economia regional. Portanto, “Se até fins da década de 1970, a região tinha sua identidade essencialmente ligada à ferrovia e à agricultura, depois passa por um processo de identificação com a cidade de Presidente Prudente e com a ‘pecuarização’ da economia [...]” (DUNDES, 2007, p. 185).

Esse contexto pode ser entendido como grande corte espaço-temporal que colocaria os desafios da economia regional em outros patamares, terminando o processo geracional difuso do que hoje se entende pela afirmação da *região suplementar-articulada*; abalando os significados geográficos que as regiões carregavam historicamente, até que por sucessivos processos de construção econômica e política o símbolo maior deste espaço entra em sucateamento, decadência e destruição, isto é, a ferrovia.

A região é, então, entendida como recorte espacial político e o adjetivo *suplementar-articulada* expressa, em primeiro momento, o sentido de integração econômica da região ao espaço paulista. Na realidade essa integração é suplementar, porque significa complemento, ou seja, tal região acaba por suprir (pelo menos em partes) a capital paulista e outras partes do território em termos agroindustrial e agropecuário com a oferta de álcool combustível, carne bovina, etc., no processo de divisão territorial do trabalho.

Nesse sentido, São Paulo também serve de suplemento à economia da região de Presidente Prudente numa relação indissociável, articulada e complementar, coordenando os fluxos econômicos/financeiros e gerindo politicamente o território estadual. Essa face articulada revela sua ligação e união com o poder que emana do centro gestor da economia nacional, mas também com outras partes do espaço mundial e nacional a partir dos intercâmbios financeiros realizados, sobretudo, pelo fluxo de exportação/importação industrial, algo que se tornaria mais evidente nos anos 2000, com a expansão das atividades informacionais, com a formação de redes econômicas e questionando as velhas hierarquias, outrora, utilizadas para explicar a rede urbana.

Tal processo deve ser entendido em perspectiva histórica e pelos seus saltos do desenvolvimento desigual e combinado como amálgama das condições locais atrasadas às condições gerais mais avançadas, integrando contraditoriamente a região aos ditames do centro nacional e ao pólo internacional capitalista, conformando espaços com maior densidade técnica intra/inter regionalmente e espaços de miséria, pobreza e rarefação.

Com esse intuito, cabe ponderar que a leitura analítica proposta foi realizada pelo sentido da práxis, não separando o prático do teórico, o empírico do conceitual, a exploração da apropriação, o trabalho do espaço, a indústria do território. Talvez o que possa existir é a

predominância de um desses aspectos em detrimento do outro, porém isso não inviabilizou uma interpretação mais aprofundada da realidade.

A teoria não foi pensada e escolhida *a priori* para explicar o concreto, mas foi a avaliação do espaço que possibilitou a associação dela ao contexto em questão de maneira indissociável. Parte-se, portanto, das relações sociais de produção no contexto da economia capitalista e, conseqüentemente, da indústria e das cidades pequenas na região de Presidente Prudente. Nesse sentido, “mover-se do abstrato para o concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas, este não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto.” (MARX, 1974, p. 123 apud SPOSITO, 1990, p. 7).

Tendo como base esse raciocínio, vale destacar que, como consideraram Pintaudi e Carlos (1995, p. 5): “Quanto mais se estuda o processo de industrialização e sua materialização nos diferentes espaços, mais se compreende que, além de muito complexo, este é um processo que se concretiza de diferentes formas [...]”. Poder-se-ia afirmar, então, que “[...] O espaço é produto e condição da sociedade e, portanto, cada uma dá origem a um espaço particular [...]. (Idem).

O espaço como produto da sociedade revela suas contradições e a paisagem expressa a materialidade das ações sociais colocadas em jogo na produção econômica. Um espaço mais rico tende a hegemonizar as relações decorrentes no plano das interações e o princípio da drenagem econômica do centro em direção à periferia é colocado como idéia para a interpretação do desenvolvimento econômico da capital paulista em relação aos demais locais pela expansão do seu poder econômico e político, com o processo de industrialização mais evidentemente observado a partir da década de 30 do século XX, quando o café entra definitivamente em crise (mesmo apesar de ter sido o motor anterior do processo de desenvolvimento socioespacial e de acumulação do capital) e São Paulo, posteriormente acelera seu movimento de industrialização e urbanização.

Desse modo, a região de Presidente Prudente em seu laço periférico apresentou um significado de subordinação ao capitalismo central paulista no princípio de sua incorporação ao circuito produtivo estadual e, com isso:

De um ponto de vista geoeconômico uma região periférica caracteriza-se por seu território produzir para o exterior do qual depende em termos de mercado polarizador: a região central. Em vista dessa dependência região periférica e região central são contrapartidas de uma mesma condição geoeconômica. (SILVA, 1978, p. 118).

Em outras palavras, são unidades dialéticas, pares contraditórios do desenvolvimento desigual do espaço, mas imbricados, expressando, conseqüentemente, a feição de síntese do movimento da sociedade e da luta de classes, modelando o espaço e expondo as desigualdades socioespaciais, na produção técnico-científica das normatizações.

Nesse sentido, Sposito e Dundes (2010) escreveram, por exemplo, sobre uma *região do devir* e uma *região do atraso* para interpretar os discursos criados para se pensar acerca da condição econômica e social da região de Presidente Prudente. A região do devir é aquela ligada à modernização e ao progresso econômico e já a região do atraso é a que conforma o discurso de uma região pobre, pouco desenvolvida e que necessita de ajuda financeira externa para caminhar. Tal reflexão tem como base a unidade dialética para o entendimento da região e expressa também, em outro sentido, o que este trabalho com referencial distinto procura expor acerca do desenvolvimento desigual e combinado na região de Presidente Prudente.

Na região em questão, há uma polarização por uma determinada cidade, mas a região é comandada por outra, ou seja, uma região central, capaz de irradiar sua influência político-econômica a uma vasta dimensão territorial.

Contudo, por outro lado, vale destacar que nem sempre São Paulo foi central economicamente e industrial no território brasileiro. Esse processo foi construído, lento e gradual e tem suas raízes na economia do café, no processo de industrialização e da ampliação da urbanização no interior paulista e na capital, o que culminou na produção da maior região metropolitana do país.

Sposito (1996) auxiliou nesse processo de compreensão das mudanças territoriais ao expor que: “Poderíamos resumir, em três ‘momentos’ do século XX, as ‘cartas’ do Estado de São Paulo [...]” (p. 77). Na tentativa de sintetizar tais idéias, o autor descreveu que no primeiro momento:

[...] as cidades, principalmente, surgem baseadas naquela mercadoria que possuem em abundância: os lotes de terras. Mas elas são importantes também como pontos de beneficiamento inicial da mercadoria agrícola tanto para o consumo interno quanto para exportação. (SPOSITO, 1996, p. 76).

Já no segundo momento (situado nas décadas de 1950 e 1960), Sposito (1996, p. 78) considerou como importante as:

[...] redes de cidades consolidadas (comandadas pela metrópole São Paulo), estruturadas pela propriedade privada do solo e baseadas na especulação fundiária (o que acontece também no campo); definição de rede de

transporte ferroviário; diversificação (que deve ser compreendida como diversificada inter-regionalmente) das culturas; industrialização para a transformação de produtos primários em primeiro lugar para exportação e a produção de bebidas, alimentos e tecidos para o mercado interno.

E, por último, o terceiro momento que é demarcado sinteticamente por: “[...] rede de cidades, consolidada no momento anterior, na qual o papel das cidades médias torna-se mais significativo e visível [...]” (p.78) a exemplo do que ocorreu com as cidades de Bauru, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente que assumem o papel de núcleos centrais dos serviços e da política em suas respectivas regiões.

Assim, caberia ressaltar que o processo de industrialização paulista fortaleceu a capital paulista, o capital financeiro e o processo de urbanização acelerada. Logo, a face da urbanização paulista revelou a construção das cidades regionais e das cidades pequenas. Esse movimento favoreceu a incorporação de regiões mais longínquas, como a região de Presidente Prudente. Essas foram incorporadas pelo movimento capitalista do início do século XX e a formação socioespacial expressa seu processo de integração econômica no desenvolvimento desigual e combinado, reforçando *a posteriori* a idéia de *região suplementar-articulada*, alvo da discussão seguinte.

3.3 A região suplementar-articulada no desenvolvimento desigual paulista

Como destacado, no item anterior, o espaço não é neutro e está em constante transformação. Esse processo é acompanhado por contradições, formação de pares dialéticos e pelo desenvolvimento desigual e combinado, produzindo espaços de pobreza e riqueza, combinando progresso ao atraso na conformação de sínteses geográficas, como explicitado no estudo da região de Presidente Prudente e das cidades pequenas.

Na tentativa de compreender a região de Presidente Prudente e sua dinâmica econômica foram incorporadas ao debate as concepções teóricas propostas por Armando Corrêa da Silva (1975, 1978) e por outros autores. Silva, por exemplo, apresentou contribuição original para a discussão do capitalismo e para a compreensão das relações de dependência ao discorrer sobre a formação do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Estudos dessa envergadura na Geografia são reduzidos e pontua-se que sua reflexão extrapola uma visão de Geografia Regional e fornece, em certa medida, subsídio argumentativo para outras áreas, tais como o Pensamento Geográfico, a Geografia Econômica, etc. Isso porque a maioria

dos trabalhos tende a se concentrar na interpretação de espaços centrais, marginalizando dimensões com menor concentração econômica e que carecem de estudos mais aprofundados.

Silva (1975) considerou geograficamente o Litoral Norte do Estado de São Paulo (especificamente os núcleos urbanos de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba), explicitando algumas noções históricas para a sua compreensão descrevendo que a região, em questão, foi editando novos conteúdos com o passar do tempo, dos quais se podem citar de maneira geral a:

- a) *Região isolada*: “Desde o início de sua definição espacial o Litoral Norte viveu momentos diversos e periódicos de isolamento”. (SILVA, 1975, p. 245). O autor explica que esse relativo isolamento se dava num primeiro momento em razão da ocupação feita pelos indígenas (limitando os avanços de incorporação portuguesa) e, posteriormente, os franceses que restringiam a maior exploração das terras pelos lusitanos. Depois, foi o caso do crescimento da economia do açúcar do Nordeste, que no século XVII, restringiu a valorização de um espaço pouco habitado e ainda inexpressivo economicamente (tratando-se do Litoral Norte de São Paulo no momento).
- b) *Região marginal*: com a decadência do açúcar nordestino, ainda no século XVII, as atividades econômicas no Litoral Norte paulista ganharam um novo significado e, conseqüentemente: “De fins do século XVII a início do XVIII o ouro daria ao Litoral Norte condições de importância marginal por força de sua circulação pelos portos de São Sebastião e Ubatuba. (BRUNO, E. da S., 1957: 9).” (SILVA, 1975, p. 246).

O autor ainda explicou que o mesmo fato se processou no século XIX, quando o café passa pela região (mas, não alcança grande produtividade) e depois deixa em seu rastro a crise econômica ao ser introduzido em outras áreas mais produtivas e rentáveis economicamente do território paulista.

A partir do momento em que a região isolada começa a manter maior nível de relação econômica e política com a região central seu caráter se altera e passa a categoria de *região marginal*, mas tal quadro pode ser transitório porque seu papel tende a se alterar e tornar-se *complementar*, em função dos desígnios da região central.

- c) *Região complementar*: quando se constrói o porto de São Sebastião, ele é colocado como alternativa ao de Santos, explanando que tal processo transcorreu por volta de 1966, uma vez que: “Essa complementaridade resulta, simultaneamente, da

acentuação das características de uma economia agrária-exportadora e dos esforços que se fazem para romper essa situação de origem colonial.” (SILVA, 1975, p. 246). Esse movimento de complementaridade é visto no sentido de integração às demandas do território paulista e completando sua interação com a capital.

- d) Quando a *região central* tende a incorporar a *periferia*, o significado de complementaridade ganha força, assim como a região central que se expande e torna-se ainda mais forte. Desse modo: “A *região periférica* interna pode tornar-se uma unidade da região central passando a adquirir características próprias a esta.” (SILVA, 1975, p. 251, grifo nosso).

Assim, tal argumentação será também importante para compreender a região de Presidente Prudente. Não se trata de efetuar uma importação conceitual de Silva (1975), mas de melhor compreender geograficamente o seu significado, revisá-lo e contribuir para a análise da dinâmica econômica regional criticamente e à construção da idéia de região *suplementar-articulada*, algo que não foi sugerido, por exemplo, na abordagem de Silva (1975) e que se coloca como noção original nessa pesquisa.

Diferentemente de Silva (1975) que definiu a análise da região do Litoral Norte em grandes períodos históricos, o presente trabalho evidenciou ao longo do tempo a conformação na região de Presidente Prudente de um desenvolvimento desigual e combinado, engendrando, por fim, a região *suplementar-articulada*. Assim, uma transformação no significado regional não exclui a outra, mas se combina contraditoriamente, a nosso ver, de maneira desigual e combinada, atritando/unindo/mesclando/negando/reafirmado/sintetizando o atraso à superação (ou ao contrário), o tradicional ao moderno (vice-versa) e produzindo recortes/fragmentações/saltos/rupturas espaço-temporais.

O que se pretende afirmar, com isso, é o caráter polissêmico da região em questão. A região isolada significa um momento de não integração ao processo produtivo econômico. Talvez seu significado pudesse ser mais bem espelhado nas relações produzidas a partir das tribos indígenas aqui existentes (especialmente os *kaingang*s).

Entretanto, a expressão *isolada* pode induzir o leitor a pensar que não havia comunicação espacial com as demais parcelas do território brasileiro e pensar tal conceito como dado inerte. Por isso, o presente trabalho procura afastar essa noção do entendimento da região de Presidente Prudente e das cidades pequenas.

Ao invés da utilização da expressão de *região isolada*, a terminologia adotada é de *territórios dos indígenas* (expressão que cunhamos no plural para expressar as diversas tribos que existiam nesse momento com seus posicionamentos territoriais em ampla relação com a

natureza). Busca-se nessa nomenclatura oferecer subsídios para a compreensão desse quadro, baseado na posse comunal das terras pelos indígenas e na relação estabelecida com a natureza por meio da pesca, caça e coleta de frutos, sem uma divisão social muito complexa que pudesse desencadear um processo de urbanização e gerar cidades.

Como escreveu Monbeig (1984, p. 27), “Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes”. Ou seja, tais terras tinham proprietários iniciais: os indígenas e esses tinham os seus territórios, algo que foi perturbado com o adensamento da ocupação branca, embora Monbeig não afirmasse o sertão pela visão dos territórios indígenas, mas como região, conforme visto no trecho citado.

Grosso modo, no discurso científico clássico produzido pela Geografia (LEITE 1972, 1998; ABREU, 1972; MONBEIG, 1984) o que comparece, nesse período, sobre as concepções do que hoje se entende pela região de Presidente Prudente (SPOSITO; DUNDES, 2010) é o *desconhecido*, o *atraso* e o *sertão* que precisam ser incorporados pelo capitalismo, com a derrubada da mata, fundação de cidades, expulsão dos indígenas e instalação da ferrovia para trazer o “progresso e a modernidade”. Nessa concepção, poderia se ressaltar que: “[...] inicialmente, era nos ‘terrenos pouco explorados’ que se constrói o atual ‘Oeste Paulista’, ocupado e civilizado, e do qual faz parte a Região de Presidente Prudente.” (SPOSITO; DUNDES, 2010, p. 5).

Na realidade, segundo Leite (1998) e Abreu (1972) a última vila a Oeste da província de São Paulo, no século XIX, era Botucatu e, portanto, sendo entendido esse espaço como desconhecido e despovoado. Nesse momento, o que havia, em termos de ocupação, era: “esparsos agrupamentos indígenas de origem tupi-guarani. Além deles, as ruínas de fortes e antigas missões jesuíticas do Vale do Paranapanema, que há muito haviam sido destruídas pelas bandeiras”. (LEITE, 1998, p.31).

Ainda, nesse momento, a área em questão foi descrita cientificamente e compareceu nos estudos do Serviço Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo. Pouco a pouco, os territórios dos indígenas vão sendo ameaçados e ceifados pelas forças econômicas da época e o sertão dando lugar ao nascimento de cidades pequenas e à derrubada da mata, originando um novo *território da técnica e do capital* que suplanta a natureza primeira e a transforma radicalmente. Por isso, Monbeig ressaltou que: “[...] Desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico. Ambas não cessaram de ser solidárias.” (1984, p. 105).

Em interpretação mais recente, Sposito e Dundes (2010) buscaram compreender a região de Presidente Prudente e os discursos que foram criados em torno de seus significados ao descreverem que houve algumas metamorfoses na compreensão conceitual dessa região. Ou seja, nela é o território que aos poucos se transforma em região e acaba por sofrer metamorfoses, na conformação/negação de uma identidade regional (algo muito semelhante do que é explorado nessa pesquisa em relação aos territórios dos indígenas). Nessa concepção, tais autores buscam demonstrar:

[...] como o território se transforma em região por meio de uma recuperação histórica da construção de um território e da formação de um conceito que impregna o *habitus* e conforma a compreensão do lugar onde se vive e é referenciado como espaço do devir e espaço do atraso. (SPOSITO; DUNDES, 2010, p. 1).

Na visão clássica, não havia uma preocupação mais concreta por parte dos autores que retrataram a época em melhor diferenciar o que era considerado território do conceito de região, dando a impressão, em muitos casos, de que se estivesse tratando de sinônimos. Assim, caberia frisar que:

[...] O discurso corrobora imagens que consolidam a identidade regional, e esta se torna um trunfo político na territorialização do poder, este compreendido como um conjunto de relações sociais que extrapolam essa noção segmentada e da idéia de uma força emanada de um centro. (SPOSITO; DUNDES, 2007, p. 2-3).

Acompanhando esse raciocínio, basta citar que até mesmo institutos oficiais de pesquisa também não se preocupavam em distinguir conceitos como território e zona de região. Na década de 1950, o IBGE utilizava a expressão *zona fisiográfica* para caracterizar uma dada porção espacial que apresentasse características semelhantes em termos de ocupação em seu conjunto de municípios. Mencionava-se, então, a Zona Pioneira para designar Presidente Prudente e outros municípios adjacentes, Zona do Sertão do Rio Paraná para denominar áreas recém ocupadas a exemplo de Adamantina, Presidente Epitácio etc. Em 1960, com o avanço da urbanização e com o fortalecimento de cidades com portes maiores o mesmo órgão passou a vincular as zonas ao centro urbano dominante e assim eram reconhecidas Zonas de São Paulo, Presidente Prudente, entre outras. Porém, tais nomenclaturas foram momentâneas, sendo substituídas posteriormente por mesorregiões e

microrregiões homogêneas e na década de 1980, pelo uso das mesorregiões e microrregiões geográficas (termo esse que permanece ainda nos estudos do IBGE).

Portanto, no momento inicial de incorporação econômica e destruição dos indígenas, a natureza era caracterizada como indomada e os obstáculos à ocupação do território foram destruídos, pois:

A marcha pioneira paulista deslocava o sertão para além das barrancas do rio Paraná e o Mato Grosso passava a ser o sertão. O avanço do “progresso” representado pelas cidades semeadas nos trilhos das ferrovias empurrava as cercas do sertão atrasado para mais oeste. (SPOSITO; DUNDES, 2010, p. 8).

Tal processo foi iniciado a partir das atividades de colonização pelos mineiros sob a tutela de José Teodoro de Souza que conseguiu legalizar de maneira questionável essas terras em seu nome. Dessa maneira, o grande golpe dado pela elite branca aristocrata brasileira foi a assinatura da Lei de Terras em 1850, restringindo o acesso à terra ao processo de compra e venda, o que resultou em diversos processos de grilagem no território, visto que “Os falsários deram provas de imaginação e habilidade diabólicas” (MONBEIG, 1984, p. 114) ao criarem títulos de propriedade falsos e ao enganarem as autoridades, como aconteceu ostensivamente no Pontal do Paranapanema (alvo crescente das reivindicações dos movimentos sociais pela reforma agrária, até hoje). Nesse sentido, mais uma vez a região passa por processo de mutação e absorve o significado de território de reivindicações a partir do Pontal do Paranapanema, sendo quando a “[...] região passa a ser *território* de atuação de movimentos sociais de luta pela terra, especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)” (SPOSITO; DUNDES, 2010, p. 15-16, grifo nosso), mais recentemente.

No século XIX, com a destruição e morte dos indígenas, deu-se início ao processo de incorporação privada dessas terras. Os territórios dos indígenas perderam paulatinamente sua significação, transformando-se em corredor de passagem e como via de acesso para outras regiões como o Norte do Paraná e o Mato Grosso do Sul, conformando uma nova definição predominante, isto é, de *região marginal* (sendo tal realidade entendida como transitória até a introdução do café).

Região marginal, pois, não era central economicamente, estando no limite geográfico com outros estados da federação e porque representava o esforço das forças econômicas da época em ampliar seu poder, especular e apropriar-se dos recursos naturais e da mais-valia daí produzida.

Com isso, “para a ‘natureza selvagem’ dos sertões paulistas, para as grandes distâncias, o moderno foi carregado nos trilhos das ferrovias.” (SPOSITO; DUNDES, 2010, p. 10). Conforme Monbeig (1984, p. 197), os trilhos da Sorocabana atingiram Presidente Prudente, em 1920 e Presidente Epitácio, em 1922, entretanto, o povoamento pioneiro já se processava em Presidente Prudente por volta de 1916. Por seu turno, os núcleos urbanos nasciam das demandas da especulação de lotes de terras vastos e em ampla relação com as atividades desempenhadas no campo, assegurando a fixação da população e atendendo as necessidades rotineiras de consumo.

Essas terras se encontravam em vizinhança ao Mato Grosso do Sul e ao Paraná e distantes em termos quilométricos da capital paulista. Era necessário um esforço de colonização acentuado e isso porque o que existia era o chamado sertão com seus indígenas. Para que novos territórios e regiões pudessem surgir deu-se a incorporação econômica autoritária destas terras e a destruição dos territórios indígenas existentes com a transformação da natureza e o nascimento de diversas cidades pequenas, do mercado consumidor, da rede urbana, da indústria, etc.

Era necessário explorar a renda da terra, apropriando-se não somente do valor da renda absoluta, mas também se partindo para a exploração da renda³¹ diferencial, uma vez que, “[...] a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular.” (MONBEIG, 1984, p. 143).

Alguns fatores, nessa perspectiva, determinam a renda diferencial I agrícola, ou seja, a fertilidade e a localização, enquanto que a renda diferencial II decorreu do emprego de capital e trabalho na terra. Na região de Presidente Prudente, a localização das terras já desfavorecia maior valorização econômica, porém, tornava mais fácil sua aquisição em razão dos preços menores se comparada a áreas já incorporadas à esfera produtiva paulista. A questão da fertilidade poderia ser um atrativo para exploração da renda diferencial, visto que determinadas partes do território paulista já tinham sido exploradas e não apresentavam grande fertilidade.

Isso teve que ser feito com o acréscimo de trabalho e com a notícia de que tais terras seriam integradas territorialmente às outras parcelas do estado paulista com a instalação de ferrovias para o escoamento da produção, algo que até então poderia compensar a

³¹ Karl Marx no livro “O capital” baseou seus estudos de renda da terra tendo como fundamento a renda fundiária agrícola, mas essa deve ser entendida “[...] como realização econômica da propriedade privada, considerando o solo urbano também como base dessa relação social [...]”. (SPOSITO, 1990, p. 16), ou seja, tal abordagem pode ser transposta para um cenário mais amplo: o da colonização e urbanização da região de Presidente Prudente.

“desvantagem” da localização na obtenção de maiores lucros. Conseqüentemente, “[...] a marcha para oeste, considerada nas suas relações com os solos, não aparece como uma conquista valiosa, mas como uma devastação sem freio” (MONBEIG, 1984, p. 75).

Mesmo se as terras não contassem com a instalação da ferrovia e com dotação técnica produtiva e infra-estrutural poderiam gerar renda absoluta ao seu proprietário, “[...] pelo simples fato de a ele pertencer juridicamente como propriedade privada.” (SPOSITO, 1990, p. 25). Nesse entendimento, visando a ampliação dos lucros houve a necessidade de produção capitalista e da propriedade fundiária e, portanto, parte da mais-valia excedente é apropriada por outros setores da economia não somente pelo agrícola. Sobre essas considerações, Sposito (1990), resume o assunto da incorporação paulista da renda fundiária da terra ao explicar que:

Mais terras para a compra e venda, mais terras para especular. Ampliação do território, ampliação do número de pessoas aptas a se tornarem proprietárias da terra. Ampliação do território, mais terras para especular, aumento do preço do solo. Eis, em resumo, a produção capitalista do espaço no oeste do estado de São Paulo. (SPOSITO, 1990, p. 60).

Assim, antes da ferrovia e da expansão urbana assistida regionalmente, não existiam propriamente relações de cunho comercial fortes, havendo trocas e consumo para subsistência. Eram, especialmente, negociações mercantis embasadas em relações de trabalho não assalariadas.

O que se instaura, posteriormente, a partir da economia cafeeira é o colonato, ou seja, relações de poder econômico em que o trabalhador não era assalariado, mas obtinha renda por meio de contrato, uma vez que poderia cultivar a terra e era preso a ela, devendo repassar a maior parte da produção e dos lucros ao proprietário das terras, ou seja, ao fazendeiro.

Esse fato estabelecido no início do século XX foi uma tentativa de incorporar a mão-de-obra branca, oriunda especialmente da Europa, do nordeste e de outras áreas do país que aqui se estabeleciam em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Monbeig a esse respeito ressaltou que: “Na Alta Sorocabana uma massa de 17.310 imigrantes distribuíam-se entre Assis e Presidente Venceslau (7,4%), sendo que os melhores solos, os de Paraguaçu Paulista e Presidente Prudente foram os melhores aquinhoados.” (MONBEIG, 1984, p. 194).

Em âmbito nacional, esse processo revelou-se numa tentativa de excluir mão-de-obra negra recém “liberta” da escravidão³² do acesso à terra e construindo a arquitetura do

³² Rangel (1993) observou, por exemplo, que o Brasil ao longo de 500 anos reeditou em sua economia o comunismo primitivo que é anterior ao “descobrimento”, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Tais processos demoraram mais tempo para ocorrer na Europa, diferentemente do caso brasileiro que em pouco

cativeiro da terra (MARTINS, 1979) e do não acesso às condições de vida dignas que tal população definitivamente merecia.

Desse modo, num primeiro momento de ocupação agrícola, as relações econômicas estabelecidas se deram por meio do colonato e pelos arrendatários, e o trabalhador se via preso à terra por um contrato. “[...] O colono era essencialmente um operário rural [...]” (MONBEIG, 1984, p. 156).

No entanto, tal estrutura vai sendo minada, especialmente na Nova Alta Paulista, pois os trabalhadores vão acumulando recursos a partir da sua produção e gerando um processo de comercialização da produção (mesmo que incipiente), possibilitando a alguns deles comprarem pequenas extensões de terra, fracionando cada vez mais as grandes propriedades em menores porções e/ou possibilitando a essa população partir para os núcleos urbanos recém-fundados, com o intuito de investir no comércio e em outras atividades.

Logo, São Paulo ao incorporar Presidente Prudente³³ a sua esfera produtiva de influência no complexo cafeeiro, transforma essa região em *complementar*, integrando o território pelo princípio da subordinação de companhias de colonização nacional e/ou estrangeira, uma vez que, antes, em algumas partes da região já se praticava a pecuária (em pequena escala) ou como corredor de passagem para outras áreas do território nacional e aos países da vizinhança, como ficou evidente em Sposito (1982), ao descrever que a mesma ganhou um fluxo maior de passagem, sobretudo, durante a Guerra do Paraguai.

Nesse contexto, o interior paulista (entenda-se, principalmente o Centro e o Oeste Paulista) é colocado como alternativa e peça integrante do espaço de abastecimento agrícola do Estado de São Paulo, *integrando e completando* cada vez mais a dinâmica territorial com a relevância das cidades médias (como gestoras de suas regiões de influência) e com o crescente número de cidades pequenas (como pontos de gestão administrativa de suas áreas municipais) e o campo se tecnificando e tornando-se cada vez mais mecanizado.

tempo transformou e integrou seu território. Implicitamente, nessa concepção, constata-se a visão de saltos e do desenvolvimento desigual e combinado.

³³ Contudo, é preciso não perder de vista que a região administrativa só seria instituída na década de 1970 e que no momento inicial o texto esteja retratando o universo espacial das regiões da Nova Alta Paulista e Alta Sorocabana que iriam futuramente compor a região de Presidente Prudente no sentido político. Nesse caso, o que se tem de observar são as transformações socioespaciais que trarão alterações na dinâmica do conteúdo geográfico em questão e, portanto, esteja se tratando do Oeste Paulista e da geração da região suplementar-articulada como recorte espacial geográfico.

Para maior detalhamento acerca do processo de criação das regiões administrativas no Estado de São Paulo consultar o artigo de Lea Goldenstein e Manuel Seabra, denominado: “Divisão territorial do trabalho e nova regionalização”, publicado em 1982, na revista do Departamento de Geografia da USP.

Só com a notícia de que os trilhos de ferro seriam instalados, já se vendiam terras e se especulava fundiariamente. A propaganda era grande e circulava nas cidades maiores, favorecendo a maior atração de interessados a “desbravarem” tais terras.

Aos poucos, a mata do tipo atlântica e os resquícios de cerrado foram sendo destruídos, derrubados. Construía-se patrimônios, vilas e cidades, mas também se fazia o roçado, plantava-se café e outros produtos mais de subsistência, como a batata, cará, abóbora, etc. (principalmente entre as ruas do café). Estradas eram traçadas, ruas feitas, capelas erguidas, armazéns criados, escolas implantadas.

Marcas dessa paisagem ainda podem ser verificadas no universo regional. Em Teodoro Sampaio, por exemplo, existe o Morro do Diabo. Tal forma de relevo é oriunda de formas pretéritas da geomorfologia regional e, configura-se como um morro testemunho, contendo uma reserva florestal (que esboça bem a paisagem encontrada no início da colonização), sob a guarda do Instituto Florestal do Estado de São Paulo com uma floresta estacional semidecidual.

Outrora, os nomes dos recursos naturais³⁴ serviram para batizar algumas das diversas cidades pequenas da região. O topônimo Flora Rica advém da grande fertilidade dos solos do município e de sua diversidade ambiental; Dracena homenageia uma planta típica de solos férteis e com folhagem verde e amarela; Irapuru refere-se ao pássaro uirapuru; Panorama homenageia o rio Paraná e suas ilhas; Pirapozinho refere-se a “lugar abundante em peixes” (SEADE, 2009), entre outros casos ilustrativos.

Tal movimento favoreceu a sustentação do processo de urbanização que protagonizava o panorama da colonização da região de Presidente Prudente, possibilitando a construção de casas de madeira nos patrimônios e nas vilas recém-fundadas pelos coronéis, fazendeiros e pelas companhias de colonização. Como enfatizou Fresca (1990), esse processo estava imbricado às ações de especulação dos agentes sociais que detinham o poder de produção do espaço urbano, isto é, aos grandes senhores de terra, uma vez que:

O ato de fundação era quase que invariavelmente o mesmo: após a derrubada de uma área coberta por mata, construía-se uma capela e era realizada a primeira missa, sendo normalmente o loteador o responsável pela fundação. A partir de então rapidamente desmatava-se o solo, realizava-se algum trabalho de arruamento e as primeiras edificações apareciam. (FRESCA, 1990, p.66).

³⁴ Hoje, no cenário regional, certas sedes municipais poderiam ser reconhecidas pelas marcas de transformações agressivas nas paisagens, em razão do uso predatório dos recursos naturais, a exemplo de algumas áreas erodidas, da flora destruída, do “mar” de cana-de-açúcar, da poluição dos rios, das barragens construídas, da atmosfera cinzenta das queimadas e outros tantos processos que se somam a esse quadro diariamente.

Essas iniciativas eram tomadas no sentido de apoiarem as atividades desenvolvidas no campo e trazia à tona a própria tônica da articulação entre cidade e campo. As indústrias surgem nesse universo de transformação do campo, bem como com a expansão dos núcleos urbanos e a consolidação dos traços característicos regionais das cidades pequenas. Nessa perspectiva, a indústria nasce “ancorada” pelo latifúndio (no campo) e pelo coronelismo (nas cidades), conformando sua fragilidade face ao parque industrial de regiões mais desenvolvidas, como a metropolitana paulista.

Os núcleos urbanos de pequeno porte eram implantados, preferencialmente, junto à ferrovia e/ou em áreas mais distantes para dar suporte ao processo de ocupação espacial, assegurando o atendimento das demandas mais essenciais da população e favorecendo sua fixação. Porém, esse movimento não pode ser enxergado de maneira romântica, pois foi acompanhado pelo interesse das companhias de colonização, sejam elas estrangeiras e/ou nacionais que se envolveram na produção do espaço. Acerca dessa discussão, Jurado da Silva e Sposito (2007) argumentaram que:

Com a expansão da urbanização brasileira as cidades ganham uma nova dimensão de papéis, estes também remodelados por uma nova divisão territorial do trabalho. As voláteis redes que emergiram ou se findaram na década de 1950 foram também a expressão da especulação fundiária e financeira que assolaram o país, como as que atuaram na colonização do Oeste Paulista. Silva (1989), Corrêa (1989) e Fresca (1990) discutem estas questões e, em diferentes medidas/contextos, apontam para a CPEF, a Companhia de Boston Castle (que colonizou Adamantina), a Companhia de Max Wirth (Osvaldo Cruz) e a Companhia Japonesa (Bastos) como exemplos visíveis desta política de especulação fundiária. (p. 7-8).

Além das companhias de colonização, existiram outras iniciativas tomadas tanto por grupos econômicos da época quanto por iniciativas individuais que agiram, nesse momento, de maneira a fragmentar o território e ampliar o circuito da especulação fundiária e do adensamento humano.

Assim, na visão da crise instaurada com a decadência do café³⁵, crise de 1929, baixa dos preços, exaustão dos solos, etc., outros produtos agrícolas passam a ser pensados como alternativa para a superação do atraso.

³⁵ Gil (2007) apontou que o café continuou como um dos principais produtos da Nova Alta Paulista até por volta de 1975, quando a região sofreu com uma geada muito forte que desestabilizou a economia, fazendo com que ela se ajustasse a outros tipos de produção agrícola e à pecuária. Algo diferente do que se observou na Alta Sorocabana que abandonou o cultivo desse produto muito antes.

Tece-se tal argumentação, porque o café quando passou pela região de Presidente Prudente, já não tinha o preço tão alto como teve no momento anterior em que foi inserido em outras regiões do estado. Com isso, depreende-se que: “A crise cafeeira do início dos anos 30 foi a oportunidade para o algodão implantar-se na região. Em 1936, apenas Presidente Prudente e Rancharia já eram responsáveis por 17,8% da produção algodoeira do Estado de São Paulo.” (LEITE, 1981, p. 78). E, dessa maneira:

Os centros urbanos também se beneficiariam, pois 52 grandes armazéns e usinas de descaroçamento de algodão instalaram-se na região, a partir de 1937. Algumas extraíam óleo do caroço do algodão como a Anderson Clayton, Sanbra, Braswey, Woley-Dixon, Cook & Cia., todas estrangeiras. (LEITE, 1981, p. 78).

Nesse intuito, estimulou-se a produção do amendoim para que em períodos de ociosidade (em termos da produção de algodão) as indústrias pudessem beneficiar amendoim. Em 1940, segundo o censo demográfico promovido pelo IBGE, a capital paulista já apresentava 1.326.261 habitantes. Presidente Prudente já era o maior centro da nova região, abrigando 75.806 habitantes e Rancharia população total de 20.597 pessoas. Setorialmente, São Paulo se distinguia das demais cidades do Estado.

Assim, para se ter uma idéia desse universo, são apresentados os gráficos 2, 3 e 4 com as principais atividades desempenhadas nos municípios de Rancharia, Presidente Prudente e São Paulo, em 1940. Como se verifica nos três gráficos, Rancharia e Presidente Prudente ocupavam a maior parte da população economicamente ativa em atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura, ou seja, concentrando nesse setor 42% e 45% respectivamente. Já São Paulo possuía como principal atividade de ocupação as atividades domésticas e escolares (47%) seguida pelo segmento da indústria de transformação (22%). No que tange ao segmento primário da economia, isto é, à agricultura, à pecuária e à silvicultura, São Paulo abrigava em torno de 1% apenas da população economicamente ativa. Já se observado o papel da indústria de transformação verificaria que essa corresponderia à cifra de apenas 2% em Presidente Prudente e Rancharia.

Poderia mencionar a dependência econômica na década de 1940 dos municípios de Presidente Prudente e Rancharia em relação ao campo, enquanto São Paulo já apresentava uma composição setorial diferenciada. Eram, portanto, cidades que nasciam a partir de forte relação com o campo no interior paulista (região oeste) e São Paulo que se transformava economicamente, ampliava seu grau de urbanização e se tornava uma cidade cada vez mais complexa e industrial. Isso também teria repercussão na concentração econômica, na

diferenciação urbana, bem como no desenvolvimento econômico e social desigual entre tais centros urbanos e suas respectivas regiões.

A economia regional sofreu um processo de redefinição e os produtores rurais passaram a ter em produtos como algodão e amendoim a solução para a crise advinda da queda do café. Mas, isso durou pouco tempo, pois já em 1950 começaram a aparecer tecidos produzidos a partir de fibra artificial, o que acabou por ameaçar a cultura do algodão na região.

Outros elementos poderiam se somar ao quadro de instabilidade no campo, como a perda de fertilidade do solo em razão de seu uso intensivo, preços baixos dos produtos agrícolas, ao mesmo ritmo que se aumentavam os preços dos agrotóxicos e se ampliava o valor da terra.

Segundo o Censo demográfico de 1950, São Paulo já detinha 2.198.096 habitantes e concentrava grande parte de sua população economicamente ativa na indústria da transformação, enquanto que em municípios da região de Presidente Prudente do recorte espacial selecionado (vide tabela 4) para o estudo, como Adamantina (35.223 habitantes), Álvares Machado (17.316 habitantes), Dracena (15.680 habitantes), Lucélia (29.900 habitantes), Osvaldo Cruz (17.822 habitantes), Presidente Epitácio (6.384 habitantes), Pirapozinho (28.666 habitantes), Rancharia (27.355 habitantes) possuíam população inferior a 40 mil habitantes e considerável parte de sua população economicamente ativa ocupada no setor primário da economia. Interessante também constatar que alguns desses centros perderam parte de sua população e/ou cresceram muito pouco em termos demográficos com o passar dos anos, enquanto Dracena e Presidente Epitácio superariam os demais, em termos demográficos por diferentes motivações.

Tabela 4 – População dos municípios selecionados para a pesquisa segundo Censos Demográficos, 1950-1970.

Municípios	1950	1960	1970
Dracena	15.680	32.537	35.345
Adamantina	35.223	33.818	31.798
Presidente Epitácio	6.384	18.371	26.042
Osvaldo Cruz	17.822	26.441	23.377
Rancharia	27.355	21.496	22.041
Lucélia	29.900	23.552	20.472
Álvares Machado	17.316	19.173	17.305
Pirapozinho	28.666	27.865	15.922

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1950-1970.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

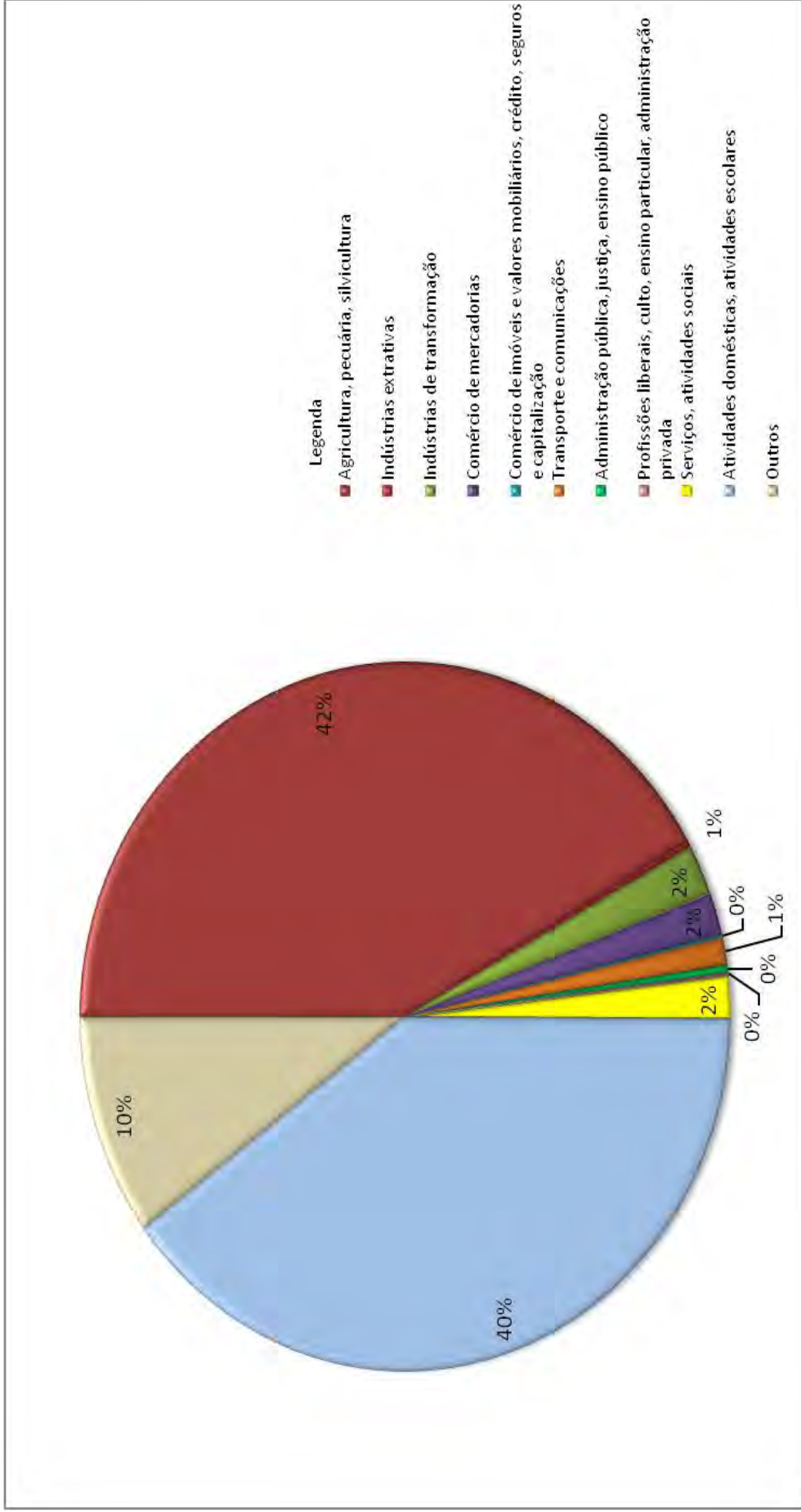


Gráfico 2 – Principais atividades desempenhadas no município de Rancheira, 1940.

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1940.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

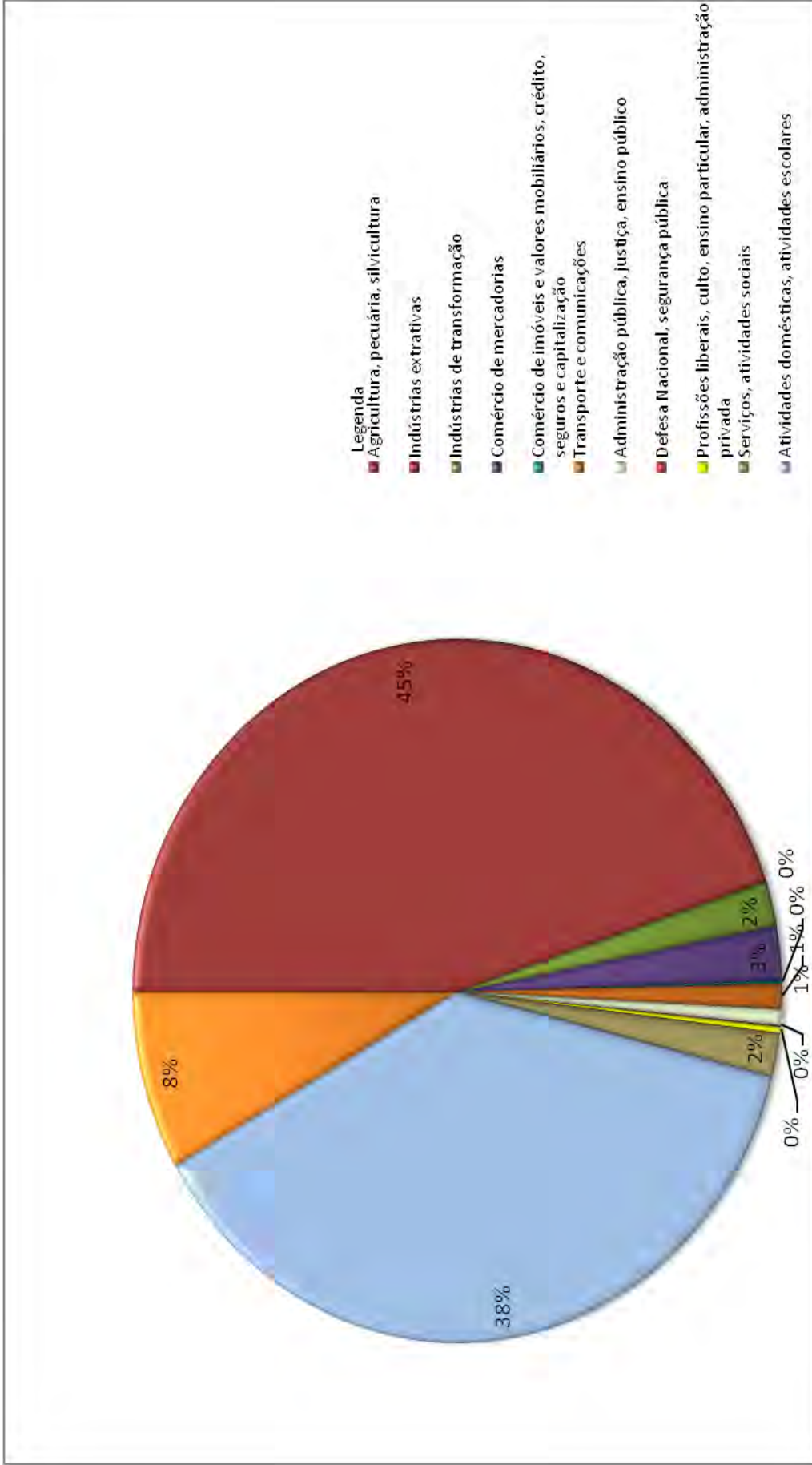


Gráfico 3 – Principais atividades desempenhadas no município de Presidente Prudente, 1940.
 Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1940.
 Organização: Jurado da Silva, 2010.

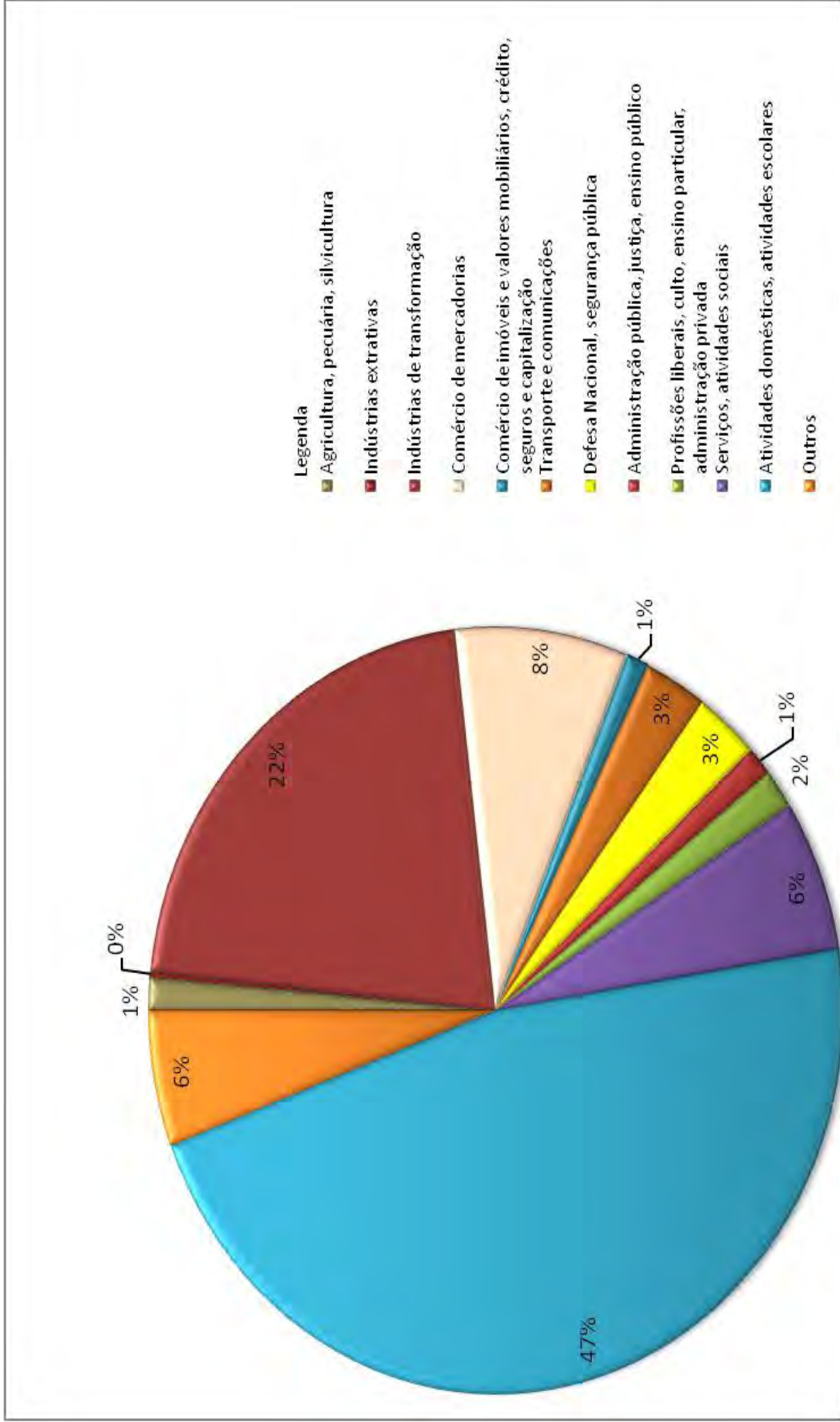


Gráfico 4 – Principais atividades desempenhadas no município de São Paulo, 1940.
 Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1940.
 Organização: Jurado da Silva, 2010.

São Paulo já ampliava sua população, na década de 1960, para 3.781.446 e municípios como Adamantina reduzia sua população para 33.818 habitantes, Pirapozinho para 27.865, Lucélia para 23.552, Rancharia para 21.496 habitantes, enquanto outros cresciam como Álvares Machado (19.173), Presidente Epitácio (18.371), Osvaldo Cruz (26.441). Porém, o destaque especial vai para Dracena que mais que dobrou sua população no horizonte de 10 anos, se comparado ao censo demográfico de 1950, alcançando a cifra de 32.537 habitantes em 1960.

Em Dracena algumas iniciativas industriais já tinham surgido na década anterior, a exemplo da Formi-Fruchi (que atua presentemente no segmento de produção moveleira), em 1954, e a arrozeira Milena, em 1958. Assim, a Companhia de Colonização “Fioravante, Spinardi & Vendramin Ltda” foi decisiva para o processo de crescimento econômico e populacional de Dracena, suplantando em termos demográficos, em uma década, cidades que até então dominavam o panorama da Nova Alta Paulista, tais como Lucélia, Adamantina e Osvaldo Cruz.

Na década de 1970, têm-se mudanças no panorama econômico regional. Frigoríficos são instalados e a cultura do tomate passa a ser disseminada em função da instalação da CICA, em Presidente Prudente, o que possibilitou transformações no campo e nas cidades. Soma-se também a esse quadro a instalação de três usinas, estimuladas pelas políticas governamentais do Proálcool, a saber: Alcídia (Teodoro Sampaio), Laranja Doce (Regente Feijó) e Dalva (Santo Anastácio). Na Nova Alta Paulista, outras usinas foram implantadas como a Vale Verde (Junqueirópolis), Floralcool (Flórida Paulista), Adalcool (Adamantina) e Central de Álcool (Lucélia).

No cenário demográfico dos municípios selecionados para o recorte da pesquisa, Dracena superou Adamantina em termos populacionais, segundo o censo demográfico de 1970, alcançando a cifra de 35.345 habitantes, enquanto essa última passou por um processo de perda populacional contando com 31.798 habitantes. No entanto, esse universo de redução demográfica não ficou restrito à Adamantina, pois Lucélia (20.472 habitantes), Osvaldo Cruz (23.377 habitantes), Pirapozinho (15.922 habitantes), Álvares Machado (17.305 habitantes) também perderam parte de sua população. Isso fica evidente, especialmente, quando se analisa a crise das atividades econômicas desenvolvidas no campo. Mas, isso não deve ser entendido de maneira genérica, já que além de Dracena, outros municípios cresceram, nesse momento, em contraste com os dados da redução populacional na região, a exemplo do que houve com Rancharia (22.041 habitantes) e Presidente Epitácio (26.042 habitantes).

Na década de 1970, são instaladas em Presidente Epitácio³⁶, conforme dados obtidos junto à prefeitura municipal, alguns estabelecimentos industriais que ainda permanecem ativos e gerando empregos no presente, como ocorre com a Cerâmica Urubi Ltda., localizada na rodovia Raposo Tavares, que se dedica à produção de telhas e tijolos; bem como, a Indústria de Extração de Areia e Pedregulho SM, na barranca do Rio Paraná, voltada à extração de areia e pedregulhos. O Laticínio Gardenia é instalado em 1970, em Rancharia e em 1975, é iniciada a atividade de um dos maiores estabelecimentos industriais da cidade que seria o responsável por beneficiar parte da produção do algodão da região, ou seja, a Algodoeira Palmeirense S/A APSA, gerando abertura de novos empregos e possibilitando a fixação da população.

Em tal processo, não se deve esquecer que a década de 1970 também foi alvo de grandes alterações no cenário internacional, com a crise do petróleo, diminuição do crédito, elevação da taxa de juros, etc. Todavia, não se deve negar também que foi a partir de 1973, com o choque do petróleo, que a economia entrou em forte processo depressivo, alimentando os processos de transformação socioespacial e de dificuldades econômicas.

Em ilustração anterior (gráficos 2, 3 e 4) municípios como Rancharia e Presidente Prudente apresentavam alta dependência do campo, enquanto São Paulo já havia se descolado do setor primário. Agora se observado o quadro das cidades pequenas (entendidas no universo da escala municipal do recorte da pesquisa) em 1970, observar-se-á alterações setoriais na economia (vide gráfico 5), embora o setor primário (faixa azul forte na base do gráfico) ainda continuasse a ser o principal absorvedor da população economicamente ativa.

Em Dracena, visualizou-se que a principal atividade setorial em termos de dependência econômica continuou sendo o setor da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca com 4.984 pessoas, isto é, cerca de 40%. Depois disso, o setor mais importante foi o dedicado às atividades de prestação de serviços (1.858 pessoas, 15%) seguido bem próximo pelo setor industrial (1.488 pessoas, 12%) e do comércio de mercadorias (1.328 pessoas, 11%).

³⁶ Nesse caso, vale ressaltar que o estabelecimento de caráter industrial mais antigo do município e em atividade trata-se da Madespe Madeira Especiais Ltda. estabelecido desde 1968, com o objetivo de produzir artefatos de madeira em geral, segundo consta na listagem disponibilizada pela prefeitura municipal.

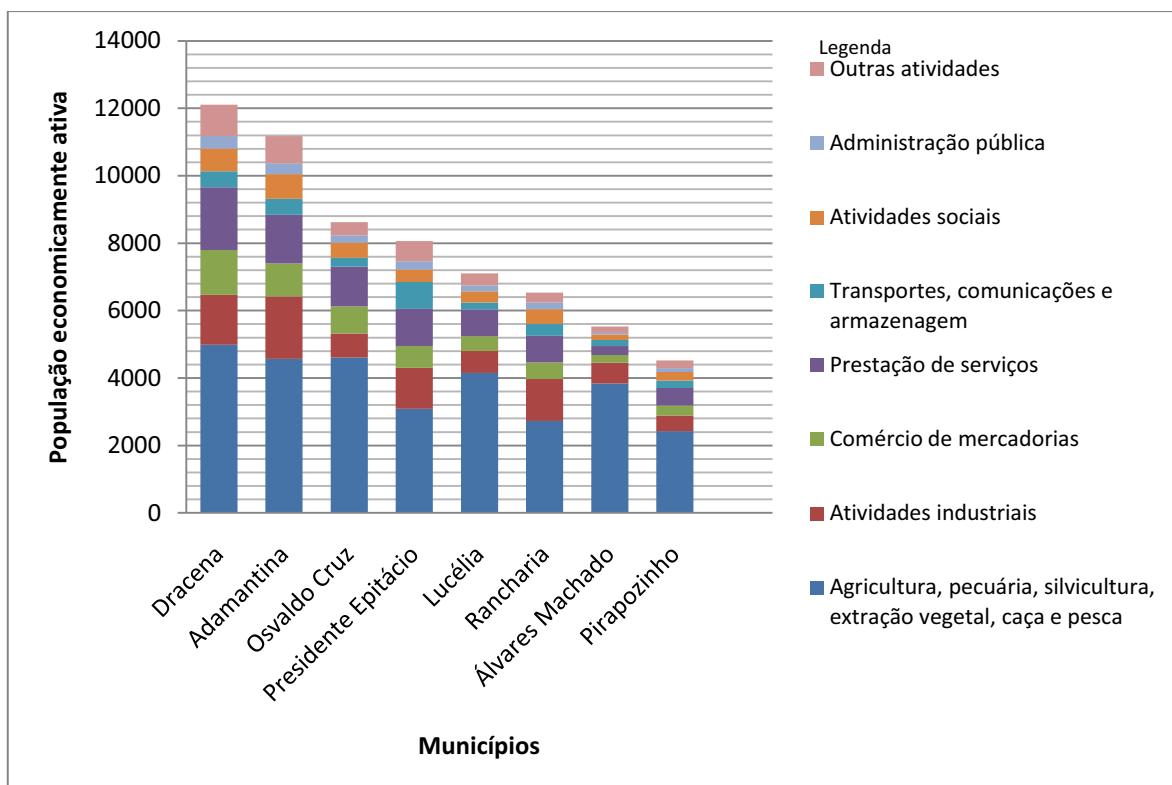


Gráfico 5 – Setor de atividade de dependência da população economicamente ativa segundo municípios do recorte espacial da pesquisa.

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1970.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

Em Adamantina, verificou-se que o setor primário também era o mais importante (4.574 pessoas, 41%), seguido pelas atividades industriais (1.843 pessoas, 16%). Já Rancharia foi o município que apresentou maior população absorvida pela indústria, ou seja, cerca de 19% (1.221 pessoas).

No cenário nacional, São Paulo já havia assumido a hegemonia econômica nacional e populacional (5.924.615 habitantes segundo o censo demográfico de 1970, publicado pelo IBGE) como capital econômica do país. Na esteira das alterações territoriais é também colocado em marcha o processo de redefinição das políticas de infra-estruturas e transportes, essas sendo alavancadas, sobretudo, a partir das medidas implementadas por Juscelino Kubitschek e na ditadura militar com enfoque direcionado para a indústria automobilística, baseadas na instalação de rodovias e de montadoras estrangeiras.

As ferrovias são relegadas ao segundo plano e a economia nacional entra em novo momento, onde o país se torna cada vez mais urbano e industrial. Acerca do assunto, Dundes (2007) relatou que a ferrovia como:

[...] um ícone regional que corrobora ao mesmo tempo para o forjar das duas representações de região: representou no passado (da chegada de seus trilhos à região, em 1917, até a década de 1970) a modernidade e o progresso, levando nos seus vagões a “pujança”, primeiro do café e depois do algodão e do amendoim; mas nas últimas quatro décadas, com o sucateamento e abandono, simboliza o inverso, reflete as transformações na economia, e a decadência da agricultura. Contudo, ainda assim é acionada nos discursos e traz à tona a memória dos tempos de riqueza agrícola. (DUNDES, 2007, p. 95).

Nessa perspectiva, o sentimento de identificação exercido pela ferrovia em parte da população ainda é presente, visto que, a ferrovia traz importantes marcas históricas relativas ao movimento de colonização regional em que a maioria das cidades surgiu em contigüidade ao seu traçado.

Notório é afirmar que a população esteja indignada mediante tal quadro deplorável de abandono e de destruição. Por isso, a desativação das ferrovias apresenta-se como um dos entraves econômicos que necessitam serem discutidos e resolvidos, além de representar uma rugosidade que se materializa por meio da contradição entre o novo e o velho. Sobre o assunto, Dundes (2007) ainda sintetizou o quadro de degradação ao expor que:

A ferrovia Sorocabana conforme Santos (2005, p.185-6), em 1971 passou a pertencer à FEPASA - Ferrovia Paulista S/A; em 1997, a FEPASA foi repassada à Rede Ferroviária Federal – RFFSA; em 1998, através do Plano Nacional de Desestatização, é privatizada pelo BNDES e a RFFSA que repassam a concessão de exploração das ferrovias paulistas. Assim, o trecho da ferrovia que vai de Presidente Epitácio a Perequê foi privatizado pela FERROBAN - Ferrovias Bandeirantes S/A. Mas em 2000 a Ferrobán realiza a cisão de sua malha e concede o trecho Presidente Epitácio-Rubião Júnior para outra empresa, América Latina Logística S/A – ALL. (DUNDES, 2007, p. 92).

A região de Presidente Prudente que foi marcada em seu processo de urbanização pela construção da ferrovia e dinamizada pelo circuito econômico cafeeiro, hoje processa sua trama espacial sob novas perspectivas econômicas, ligadas ao movimento da cana e da pecuária.

As entidades civis e as associações municipais como a AMNAP (Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista) e a UNIPONTAL (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) vêm travando grandes batalhas com o ministério público, por conta do abandono da ALL, uma vez, que expressiva parte dos trilhos encontra-se sucateado. No linguajar cotidiano, a ferrovia foi apelidada como *Ferrovia Fantasma* pelo seu estado de degradação e não funcionamento.

O péssimo estado de conservação da estrutura ferroviária é verificado tanto na dimensão dos trilhos (bastante comprometida) quanto nas antigas estações ferroviárias que eram consideradas palco da efervescência social pretérita, combinando na paisagem do presente as marcas do passado.

A figura 7 ilustra, nesse caso, o exemplo da má conservação da estação de Presidente Epitácio. O estado da pintura das paredes é deplorável, as telhas em grande parte foram retiradas e/ou danificadas, as portas arrancadas e/ou destruídas, vidros quebrados e a construção acabou por tornar-se arena da ação das intempéries e da pichação.



Figura 7 – Antiga estação ferroviária em Presidente Epitácio.
Fonte: Jurado da Silva, 2010.

Sendo assim, a combinação do passado com o presente tende a assumir a forma de determinadas rugosidades e, com isso, as cidades pequenas guardam em seu espaço urbano o processo de transformação espacial em ampla articulação com as demais escalas de compreensão geográfica.

O cenário das cidades pequenas pouco a pouco vai sendo alterado, mas o significado da região suplementar-articulada, sendo alimentado com as transformações que são postas no território paulista a partir de normatizações governamentais e da ação dos agentes que dominam a produção do espaço e acabam por promoverem articulações socioespaciais.

A região suplementar-articulada de Presidente Prudente é, portanto, entendida enquanto síntese dos diversos processos econômicos que a edificaram historicamente, revelando também seu caráter geográfico ao expor em sua adjetivação o seu papel na divisão territorial do trabalho.

Em sentido amplo, serve como suplemento à economia da capital paulista se especializando (sobretudo, a partir da década de 1970) na produção de gêneros agrícolas diversos, mas especialmente na pecuária e cana de açúcar. Ao mesmo compasso, que assume a designação complementar de maneira articulada, pois se liga cada vez mais à economia financeira e a outras escalas da economia internacional.

Não é, dessa maneira, uma região isolada, porém se relaciona potencialmente ao processo de exploração da mais-valia em escala mundial com a produção de gêneros agrícolas do tipo *commodities*, exportando parte de sua produção industrial por meio de empresas que superaram as dificuldades econômicas, aproveitando-se de vantagens econômicas locais, como será destacado nos capítulos subseqüentes.

Reforça-se, mais uma vez, o significado da região de Presidente Prudente. Agora, as alternativas em termos do crescimento econômico se vêem cada vez mais atreladas às atividades da cana-de-açúcar e à produção do etanol, ampliando a complexidade da dinâmica territorial existente e expandindo também o debate acerca da melhor alternativa para o desenvolvimento regional, posto que as indústrias e os serviços não dão conta de absorver a maior parte da população economicamente ativa e uma parcela expressiva da população jovem se vê obrigada a procurar melhores condições de vida em outros espaços, considerados mais dinâmicos.

Foi o que ocorreu em maior intensidade na década de 80, do século XX (como será mais bem explorado no tópico seguinte), com as perdas demográficas, sobretudo, na região de governo de Adamantina, e assim, que se manteve a dinâmica econômica assentada na década de 1990, seguida pelas políticas liberalizantes da economia e com o maior olhar para os corredores e eixos de desenvolvimento do país, marginalizando os espaços periféricos de maiores investimentos e planos de desenvolvimento, mas, esboçando-se nos anos 2000 as políticas de redução das desigualdades, tais como os Territórios da Cidadania, bolsa família, Programa de Aceleração do Crescimento, entre outras medidas.

Entretanto, algumas ponderações podem ser feitas a esse processo, visto que é nesse momento que se fortalece o significado da região suplementar-articulada, integrada de maneira mais forte à economia internacionalizada, sendo a partir dessa década e das seguintes que a economia informacional passa a conectar esse espaço à mundialização do capital,

ampliando o papel do desenvolvimento desigual e combinado para a compreensão socioespacial.

Assim, as articulações espaciais proporcionam múltiplas escalas de conexão entre as cidades. Uma cidade pequena pode possuir contatos econômicos, com o estrangeiro, mais relevantes e intensos, do que com seu próprio entorno espacial. Cidades essas, como Pirapozinho, que tem em seu espaço a instalação de estabelecimentos ligados ao segmento químico de capital internacional dinamarquês, como é o caso de citar a Danisco S/A (como visto no capítulo anterior).

Pensar numa hierarquia urbana do tipo rígida e estanque é incorrer, nessa questão, em um equívoco conceitual, pois as teorias clássicas de hierarquia e de centralidade urbana perdem parte de seu grau explicativo, como as proferidas por Walter Christaller, no início do século XX. Possivelmente, algumas hierarquias tendem a se manter, como é o caso da análise da rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), onde os deslocamentos das pessoas podem coincidir com elevação contínua de porte de cidade até chegar ao patamar superior em busca de serviços médicos mais sofisticados da rede urbana, nessa situação São Paulo.

Um exemplo espacial dessa afirmação é verificado em Flora Rica (município com menos de três mil habitantes da região de Presidente Prudente). Se uma pessoa utiliza o SUS, terá primeiro de passar pelo posto de saúde dessa cidade e caso o problema não seja resolvido ou necessite de uma especialidade não oferecida na sede municipal, esta (em caso hipotético e ilustrativo) poderá ser encaminhada hierarquicamente à Dracena, à Presidente Prudente, à São José do Rio Preto, à Ribeirão Preto até chegar a São Paulo; variando no gradiente da distância geográfica a ser percorrida e no sentido da oferta do serviço de saúde.

Outro exemplo clássico de hierarquia urbana e que também não perdeu sua validade é obtido por meio do estudo denominado “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC), publicado pelo IBGE, em 2008, que visou classificar as cidades e suas regiões de influência, conforme o seu poder de centralidade na rede urbana, organizando a hierarquia urbana em cinco grandes níveis, a saber: metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local.

A partir disso, a pesquisa apresentou vários mapas atinentes à composição das regiões de influência das cidades, procurando articulá-los ao universo setorial da economia, objetivando verificar as interações entre os diversos centros no território, subsidiando possível formulação de política pública e oferecendo elementos para interpretações teóricas em âmbito técnico-científico, etc. Por isso, para melhor ilustrar o exemplo de uma rede hierárquica urbana foi elaborado o mapa 8, com base na investigação do estudo REGIC (Regiões de

Influência das Cidades), tomando como caso ilustrativo a região administrativa de Presidente Prudente.

Nesse mapa, observa-se a presença de Presidente Prudente como uma única capital regional do tipo C, que tende a concentrar o maior número de conexões na rede urbana e se relaciona de maneira mais intensa com estratos superiores da rede urbana nacional (embora não seja privilegiado nessa ilustração tal recorte amplo).

Já como centros de zona A, destacam-se Adamantina e Dracena, que apesar de possuírem funções elementares na rede urbana, apresentam capacidade de gestão territorial limitada a sua área de influência próxima. Como centros de zona B, com influência mínima na rede urbana, a região administrativa conta com 5 centros, sendo eles: Rancharia, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Lucélia e Osvaldo Cruz. Com isso, as demais cidades foram classificadas como centros locais, apresentando, por sua vez, menor patamar demográfico.

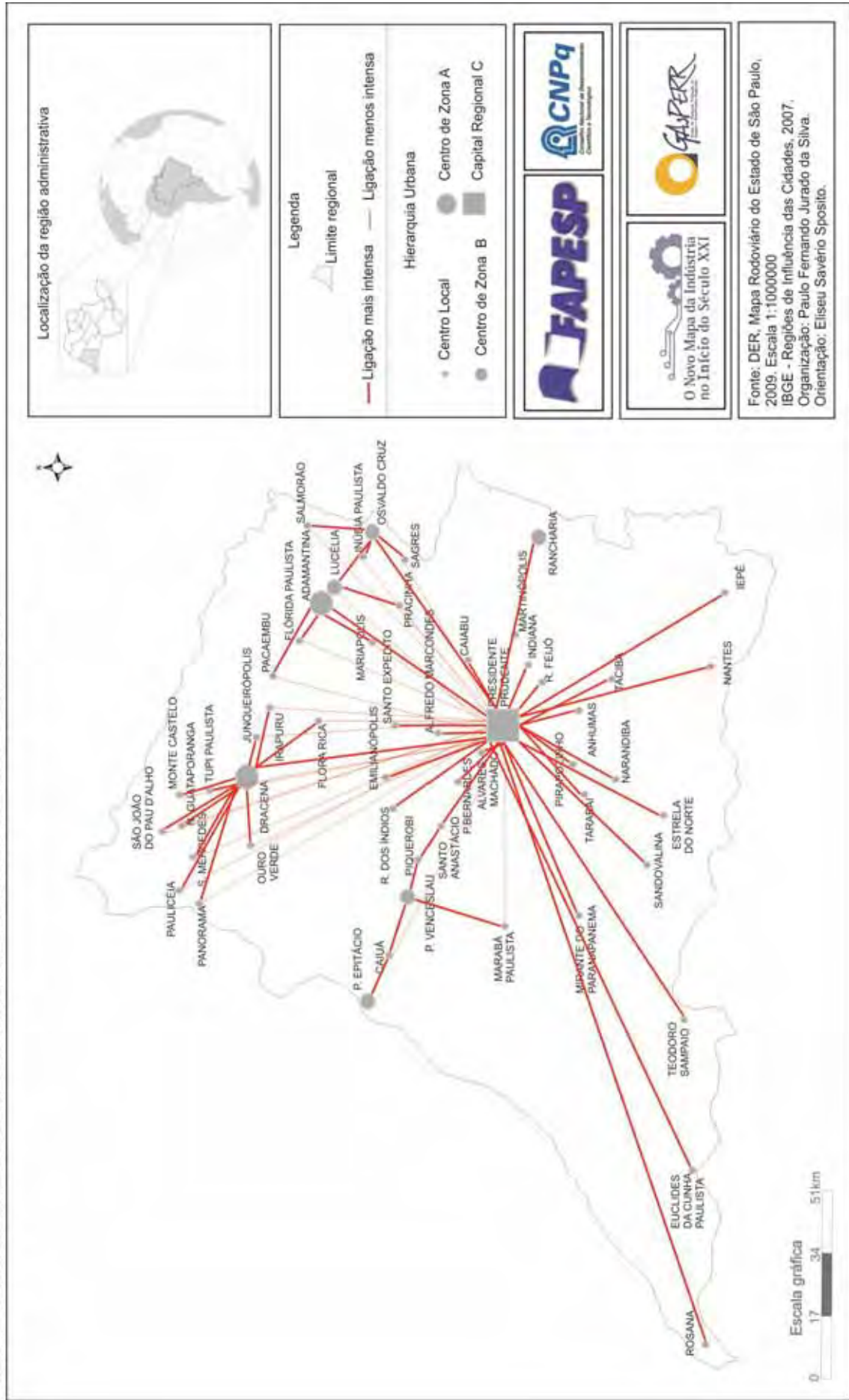
Observa-se, grosso modo, que as ligações se fazem conectando os fluxos dos centros de menor nível para os maiores, possibilitando a formação de nós que tendem a concentrar maior densidade econômica e técnica. Os centros locais são, nessa expressão, pontos que não se conectam de maneira intensa com centros de mesmo porte, algo que é visto de maneira diferenciada quando se passa a analisar a economia por meio do período informacional face ao processo de mundialização.

No que tange ao universo da economia (na sua definição ampla e dinâmica, muito embora haja contradições, desigualdades e ainda muitas pessoas não tenham acesso a condições de vida digna) é o espaço da fluidez, da circulação rápida e instantânea que altera esse nexo espacial, devido, especialmente, ao uso da informação e de sua tecnologia no gerenciamento da produção.

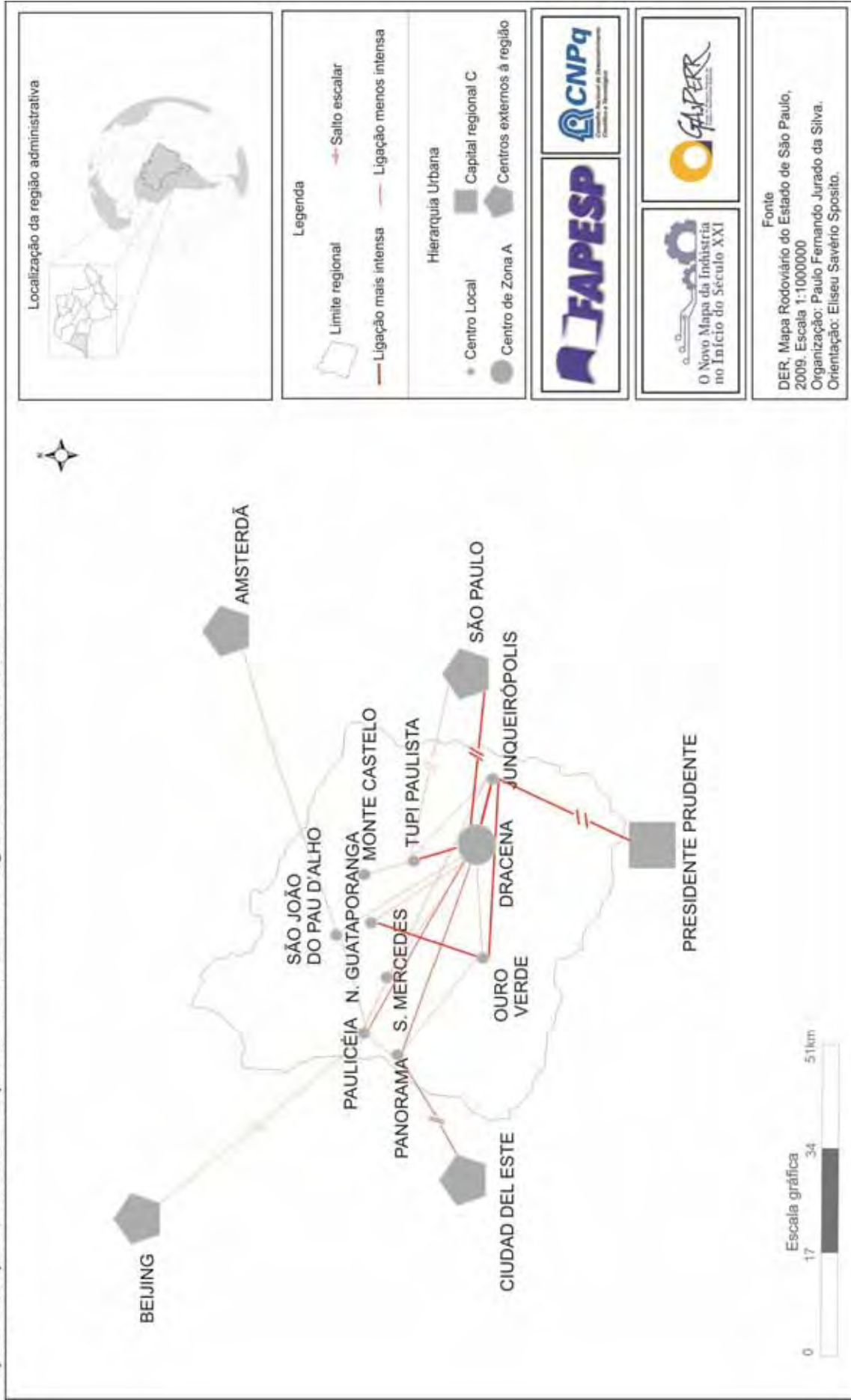
Logo, o mapa 9³⁷ busca representar o exemplo das ligações na rede urbana na região de governo de Dracena face ao período informacional e ao processo de mundialização que vivenciamos atualmente na economia.

³⁷ O autor optou por apresentar um exemplo hipotético para melhor ilustrar as informações contidas nesse tópico. No capítulo 5, o leitor entrará em contato com o estudo das cidades pequenas e das empresas mais relevantes selecionadas para a investigação e, assim, poderá observar fielmente quais são as principais ligações que os pequenos centros estabelecem, sobretudo, no cenário internacional sem ter que necessariamente passar pela esfera de gestão de outras cidades no Brasil, pela dinâmica das exportações e importações.

Mapa 8 - Região de influência na Décima Região Administrativa de Presidente Prudente, 2007.



Mapa 9 - Exemplo da rede urbana no período informacional na Região de Dracena-SP, 2009.



Não há uma linearidade entre as ligações na rede urbana, sendo que os pequenos centros podem romper hierarquias e se conectar rapidamente tanto com centros de maior nível hierárquico quanto com menores estratos e/ou com cidades de mesmo porte, produzindo saltos escalares múltiplos.

O centro local de Panorama pode, nesse exemplo, conectar-se com Ciudad del Este e realizar transações comerciais com o Paraguai, beneficiando-se da compra de produtos baratos com nível tecnológico agregado. Paulicéia pode exportar atletas para Beijing, na China, as pessoas de São João do Pau D'Alho se relacionarem em namoros virtuais com Amsterdã; sendo múltiplas as possibilidades, embora deva-se ter consciência que esse fato não é geral, sendo entendido como exemplo, visto que nem todos sujeitos ainda possuem acesso à *internet* e a outros bens da economia informacional como telefone celular, televisão por satélite e outros meios de comunicação.

Assim, na rede informacional, o dinheiro e as ordens da tirania capitalista se movimentam em escala planetária, ao som de “cliques”, no compasso da virtualidade da *internet*, conectando o imaterial (a idéia) ao material (territórios, regiões, cidades), produzindo relações dialético-espaciais e questionando até mesmo a ordem centro-periferia para a compreensão mais geral da economia.

Subverte-se, portanto, as hierarquias espaciais e, nessa esfera, se articulam o capital financeiro, o poderio das fibras ópticas, os vôos internacionais, a transmissão de dados por satélites, a comunicação por cabos; ligando lugares da exploração aos da acumulação, modificando as relações sul-norte, sul-sul e norte-norte; configurando-se novos espaços do poder e do monopólio na arquitetura da Terceira Revolução Industrial, marcadamente, conhecida pelo regime flexível de produção e pelo *toyotismo*, ainda que haja permanências e combinações na produção do desenvolvimento desigual e combinado.

Ainda com esse raciocínio, seria relevante afirmar que as redes que conectam pontos, desajustam limites e interferem na dinâmica espacial. Elas produzem também novos territórios em uma dada região, envolvendo escalas de marginalização, concentração e dispersão. São fluidas e fixas, dependendo da intensidade e da duração na qual se inserem. Quando fluidas, não obedecem a modelos, quando fixas são rígidas e dispostas hierarquicamente, conformando desigualdades espaciais.

Nesse contexto, poderia se atribuir ao período atual diversos sentidos e significados. Esse debate tem sido intenso na academia e não há consenso (pelo menos por enquanto) sobre as transformações que vivenciamos na era da informação.

Parte da dificuldade conceitual em exprimir teoricamente essas interpretações advém de dois sentidos, principalmente: a) os que negam o fenômeno da globalização/mundialização; e b) os que atribuem ao período a nomenclatura de terceira revolução industrial e reconhecem o papel da mundialização no processo de internacionalização do capital. Tais posicionamentos são complementados por outros, porém, na maioria dos casos apontam para o papel especial da informação no capitalismo e nas transformações socioespaciais.

Como um modo informacional de desenvolvimento, o momento atual é compreendido, então, pelas: “[...] interações históricas com o processo de reestruturação do modo de produção capitalista [...]”. (CASTELLS, 1992, p. 7, tradução nossa).³⁸ Além disso, torna-se coerente afirmar que apesar desse debate ocorrer e ser dinâmico, a sociedade se manifesta em rede indiscutivelmente. Por conseguinte, admite-se que ampla parcela dela não tem acesso às condições de vida dignas e sequer à informação, mas não seria impreciso afirmar que tal sociedade se conecta, mesmo que marginalmente.

O mercado nacional poderia ser visto como nome “fantasia” para o mercado global, bem como para a exploração da mais-valia, em escala mundial. Procurando entender tais contradições impostas pela seletividade espacial, Dematteis, já havia contribuído para a compreensão do fenômeno da mobilidade do capital e produtiva, ao expor que:

[...] a ascensão da economia informacional caminha de mãos dadas com a globalização do processo de produção e com o crescimento na mobilidade do capital transnacional, serviços, informação e inovação. (DEMATTEIS, 1999, p. 2).³⁹

³⁸ “[...] historical interactions with the process of restructuring of the capitalist mode of the production [...]” (CASTELLS, 1992, p.7).

³⁹ “[...] the rise of the information economy goes hand in hand with the globalization of the production process and with the growth in the trans-national mobility of capital, services, information and innovation.” (1999, p. 2).

E, com isso, “Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros.” (SANTOS, 1996, p. 222).

O que se pretende afirmar com esse conjunto de informações é que as redes ao serem produzidas, afirmam no sentido espacial desigualdades. Isso porque os pontos de comunicação não são iguais (apesar de apresentarem similitudes) e mesmo articulados em redes competem para o acirramento das desigualdades no movimento de causação circular acumulativa do capital, onde os ricos sempre terão mais em detrimento da exploração dos pobres (a exemplo dos países, empresas, pessoas, espaços, como visto anteriormente).

Isso é facilmente observável no espaço, quando se trata das diferenciações geográficas relacionadas aos objetos técnicos. Aqueles espaços dotados com maior grau de infra-estruturas, universidades, centros de pesquisa, instalações industriais tendem a levar vantagens no arranjo espacial da arena capitalista e de sua potência nos campos de força, daí instaurados. Tal fricção leva à criação de mais campos de força que se rivalizam/complementam/pulverizam/fragmentam o poder na esfera de influências e de absorção do capital, no chamado “globalitarismo” (expressão de Santos ao se referir à face totalitária da globalização).

Desse modo, o processo acaba por materializar nós de concentração do capital, que tenderão a drenar a renda excedente para seu centro de reprodução do capital. Essa gravitação polariza e produz o espaço; conformando movimentos centrípetos da periferia em direção centro (tendendo a uma aproximação). Ao mesmo tempo, que internaliza contradições na periferia, ativando forças centrífugas com a fuga de capitais, tornando-a mais distante em relação ao centro, verificando alguns aspectos vinculados à economia, condições de vida.

Nesses termos, as cidades pequenas são atraídas por pólos de difusão econômica central, mesmo em caso de regiões mais pobres, a exemplo de Presidente Prudente, desenhando áreas de prosperidade e tantas outras de pobreza, atribuindo seu significado de região suplementar-articulada no desenvolvimento desigual e combinado do espaço e na causação circular e acumulativa do capital.

Destarte, a informação enquanto movimento de revolução, causa novo significado à região de Presidente Prudente. O tempo é fracionado e o espaço conectado. Passa-se, então, a pensar numa Geografia de interação espaço-temporal, e a

desigualdade nesse par dialético tende a comparecer como resultado de articulações do contraditório dado material e da produção desigual da sociedade.

Desajustes na esfera hierárquica das relações entre os centros urbanos são produzidos e outros tantos ajustes são conformados em função da produção do espaço, das redefinições regionais pelas conexões interescolares entre centros de diferentes portes e pelos estabelecimentos industriais nele instalados.

Assim, uma pessoa que esteja, por exemplo, na cidade de Tupi Paulista (município com menos de 15 mil habitantes, pertencente à região de Presidente Prudente) e que desfrute do acesso à ABC Rede (sistema via-rádio de *internet*, com sede na cidade tupiense e de operação na escala regional de Dracena) poderá manter comunicação com várias partes do globo, sem necessariamente sair de sua residência. Nessa conveniência importará livros dos Estados Unidos, perfumes franceses; comprará passagens aéreas para Disney. Basta que o cidadão tenha recursos para tal fim.

Outro exemplo, pode ser elucidado a partir de Álvares Machado (município bem próximo à Presidente Prudente). Se o machadense deseja ir ao *shopping* ou freqüentar a universidade em cerca de quinze minutos poderá fazê-lo, porque tal cidade é conectada a Presidente Prudente tanto em termos de tecido urbano quanto nas infra-estruturas. Se ambicionar assistir um teatro na Sala São Paulo na capital também não é complicado, visto que poderá realizar tal procedimento em menos de uma hora (tomando vôo no aeroporto de Presidente Prudente) e podendo retornar ao fim do dia, caso queira.

Logo, uma pessoa que esteja na região metropolitana de São Paulo demorará mais tempo para chegar a Sala São Paulo, em razão do trânsito congestionado, se comparada ao sujeito que viajou distâncias grandes e optou pela via aérea. Essa noção espacial é advinda do capital, da densidade econômica que permite friccionar o espaço e ganhar mais tempo para as atividades banais, de maneira suplementar e articulada.

A indústria, nesse processo, também tem seu papel de destaque, pois as normatizações produzidas por ela podem engendrar novas dinâmicas territoriais, ampliando, por outro lado, o desenvolvimento desigual e combinado. Mas, tal processo deve também ser estudado pelo enfoque genético, procurando observar de maneira crítica as mudanças no tempo, como é o caso de elucidar a importância da informação na articulação de escalas inter-empresarias no cenário da mundialização, nas interações espaciais, etc.



Sem indústria seria praticamente impossível se falar em informacionalização da economia e também de um tempo mecânico, da urbanização acelerada e de grandes transformações socioespaciais.

Com isso, na tentativa de melhor desenvolver o contexto das transformações na região de Presidente Prudente, é tratado no próximo capítulo a região pelo viés do fato industrial, com enfoque voltado para as cidades pequenas do recorte da pesquisa e possibilitando vislumbrar as diferentes escalas envolvidas na produção das cidades e das redefinições regionais encaminhadas a partir do movimento da história e da construção geográfica, especialmente a partir do momento recente.



***4 A DIFUSÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NA
REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE, NO CONTEXTO
DA INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA***

4.1 Industrialização e difusão espacial da produção industrial

As idéias deste capítulo foram construídas a partir da experiência dos trabalhos de campo e da análise dos dados obtidos especialmente em prefeituras municipais, estabelecimentos industriais da região de Presidente Prudente e nos censos demográficos e industriais publicados pelo IBGE. Tal esforço busca compreender o assunto da indústria pelo seu enfoque genético e figura como postura original, no cenário das cidades pequenas da região em questão, conforme levantamento bibliográfico efetuado. Com isso, tal entendimento não excluirá a abordagem da industrialização paulista e brasileira, procurando articulá-las ao fato industrial da localidade de estudo.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a industrialização é um processo amplo e histórico, envolvendo transformações na sociedade e no espaço, com a crescente implantação de máquinas e estruturas físicas que potencializam a transformação de matérias-primas e da natureza em produto, ampliando a divisão social e territorial do trabalho. Tal dinâmica expande a capacidade produtiva da sociedade, cria e estandardiza paisagens, possibilita a formação/expansão/reprodução de mercados consumidores e traduz-se, grosso modo, na aceleração da urbanização, no êxodo rural e na substituição do trabalho humano pela máquina (objeto técnico da sociedade).

Isso também se reflete na ampliação da mais-valia absoluta e relativa gerando, por outro lado, crescimento econômico e a produção de novos espaços econômicos, seja no campo ou nas cidades, engendrando grandes inovações que assim como as invenções são postas no mercado em fase ascendente da economia. Estas, por sua vez, provocam um efeito de aumento da demanda, abertura de novos negócios e expansão do capital no processo de “destruição criativa”. Os produtos com o padrão de tecnologia anterior acabam por entrar em processo de obsolescência, estandardização, tornando-se pouco atrativos negociá-los e levando a economia à fase depressiva.

Entretanto, essas mudanças cíclicas e com caráter de inovação não podem ser tomadas de maneira estanque e linear, visto que há desenvolvimento desigual e o que se raciocina a partir dessa constatação é que os países, antes, considerados periféricos podem dar grandes saltos em termos de inovação, tirando a vantagem do atraso, incorporando (mesmo que como cópias no primeiro momento) as mudanças

organizacionais advindas desses ciclos do processo de industrialização, como ocorreu com o Brasil e outros países de industrialização tardia no século XX.

Na visão de Trotsky, “Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países reproduzindo todas as etapas de seu passado [...]” (TROTSKY, 1978, p. 24). Essa observação também é verificada entre empresas, segmentos industriais, nas diferentes cidades com produção industrial, entre países etc.

O desenvolvimento desigual poderia, portanto, vincular-se às idéias de efeito e fator de acumulação do capital, bem como da apropriação do trabalho combinado espacialmente, setorialmente e socialmente. Determinados espaços dotados de maior densidade econômica, de fixos e fluxos propiciam ganhos mais elevados na taxa de lucros, favorecendo a acumulação do capital, enquanto outros tantos são marginalizados. Assim, “[...] O uso do espaço não é o mesmo segundo a dimensão da firma, dentro de um mesmo ramo, nem entre firmas com dimensões semelhantes, mas pertencendo a ramos diversos.” (SANTOS, 1986, p. 128).

Nesse universo, coloca-se a lógica de seletividade espacial e dos circuitos espaciais de produção, emergindo espaços que “comandam” e outros que “obedecem” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), gerando acúmulos desiguais de tempo no espaço e possibilitando também que esse movimento seja superado e/ou movido por saltos, transformando as relações socioespaciais. No setor industrial, há segmentos mais rentáveis e dotados de maior grau de tecnologia e de lucro, enquanto há outros mais tradicionais e menos atrativos aos capitalistas, geralmente associados a regiões menos favorecidas economicamente, como é o caso da região suplementar-articulada de Presidente Prudente.

Por isso, quando se analisa a questão industrial exige-se que a realidade não seja interpretada desvinculada do plano histórico e das condições geográficas que estão articuladas ao universo amplo da industrialização e do conceito de indústria (no caso desta pesquisa no par dialético: cidade pequena-indústria). Mas, tal afirmação ainda envolve uma questão de escala e na forma como se visualizará o fato industrial.

Conseqüentemente, a partir da revolução industrial alterações na forma de se organizar a sociedade e de se pensar o espaço, enquanto produto dessa, acontecem e tecem-se transformações na constituição interna e externa das cidades, que as tornam sob o capitalismo cidades econômicas e produtos da indústria, como marca mais radical

da paisagem. Marx acerca do assunto trouxe contribuição adequada ao expor que nesse cenário:

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz [...]. (1985b, p.10).

Essa força motriz produz em massa, padroniza, unifica e pasteuriza. Na escala socioespacial revela, então, tensões nos segmentos da indústria e entre as diversas regiões que compõem um dado país. Isso se traduz também na disputa entre classes sociais e na apropriação da mais-valia, vista nesse momento como mundializada e por complexos circuitos espaciais de produção, em distintas escalas de interação espacial entre empresas/estabelecimentos, na dimensão inter-regional e no plano urbano das cidades, reconhecendo-se que:

Num país, ocorrem todos os dias, simultaneamente e portanto correndo paralelamente no espaço, numerosas metamorfoses unilaterais de mercadorias, ou, em outras palavras, meras vendas por um lado, meras compras por outro [...]. (MARX, 1985a, p. 102).

O que se pretende argumentar a partir dessas considerações é que o Brasil ao industrializar-se assimila o fato industrial de maneira acelerada (mesmo que tardiamente), incorporando as inovações e as transformações na indústria que demoraram séculos para ocorrer nas diferentes revoluções e inovações industriais, tirando vantagem do atraso e incorporando tecnologia estrangeira. Porém, isso não foi acompanhado por todas as regiões e cada uma processou ao seu modo uma síntese do fenômeno mais amplo da industrialização e da tecnificação do espaço.

No período de expansão cafeeira (final do século XIX e início do XX), o Brasil se une ao circuito econômico mundial de maneira a propiciar as condições essenciais para a sua inserção como país agrário-exportador, na divisão territorial do trabalho, algo que seria rompido de maneira veloz quando o café entra em crise, o país se industrializa e se torna mais urbano do que necessariamente rural.

Antes disso, o país era constituído por lógicas espaciais distintas e a economia interna não se encontrava totalmente integrada. Santos (1996, p. 17), a respeito do

assunto, forneceu os elementos de interpretação teórica para a análise do período, visto que, “no começo a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. A urbanização como fato marcante do território nacional só foi ocorrer com maior ênfase somente no século XX.

Com o advento do complexo cafeeiro, o Brasil começa a dar seus primeiros passos rumo ao processo de industrialização, encontrando suas origens, em partes, nas décadas de 1880 e 1890. Nesse momento, os imigrantes residentes no país passam a ter um papel fundamental na produção de novas atividades econômicas e na instalação industrial.

Com isso, muitos pesquisadores consideram que o capital industrial tenha sido gerado no período compreendido entre as décadas de 1880 e 1890; movido pela expansão e alta do café, sendo estabelecidos os chamados “motores primários” da acumulação capitalista brasileira. Nesse momento, grandes fábricas de tecidos se estabeleceram no território paulista e outras começaram a despontar como as pertencentes ao ramo metal-mecânico e ao de bebidas.

Além disso, há diferentes teorias que versam sobre a origem da indústria brasileira e para Suzigan (2000, p. 23)⁴⁰ elas poderiam ser resumidas em quatro principais, ou seja:

- 1) a teoria dos “choques adversos”; 2) a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações; 3) a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou o “capitalismo tardio”), e 4) a ótica da industrialização intencionalmente promovida por política do governo.

A teoria dos choques adversos centra suas preocupações nas crises e conflitos internacionais, bem como nas guerras mundiais e na crise de 1929, além de ressaltar seus respectivos efeitos. Nessa concepção, o país teria se industrializado pela necessidade de substituição das importações e que por conta da escassez de determinados produtos engendrado a necessidade de fabricá-los em território nacional.

⁴⁰ Há muitos estudiosos que empreenderam considerações acerca da gênese do processo de industrialização brasileira. Suzigan (2000), dentre os que estudaram a temática, destaca a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), Furtado (1963) e Tavares (1972) que apoiaram suas ponderações na teoria dos choques adversos. Dean (1976) e Nicol (1974) no processo de expansão das exportações. Silva (1976), Mello (1975) e Cano (1977) na abordagem do capitalismo tardio, enquanto que Versiani (1977) na temática da participação do Estado e dos instrumentos políticos criados para gestão das indústrias e o seu conseqüente desenvolvimento.

A segunda ótica da industrialização, liderada pela expansão das exportações, advém da interpretação baseada nos números internacionais de valorização/desvalorização de determinados produtos, o que traria o aumento da lucratividade ou crise.

A abordagem do capitalismo tardio discute que a industrialização ocorreria como parte do desenvolvimento capitalista, sendo que a economia cafeeira teria subsidiado a industrialização e em períodos de crise imposto determinado grau de limitação ao setor.

Já a quarta e última tese da industrialização, para o autor supracitado, estaria fundamentada na ótica das políticas públicas do Estado que ocorreram junto ao processo de industrialização brasileira, criando mecanismos de proteção aduaneira e subsídios às indústrias recém-instaladas.

Entretanto, há outras vertentes teóricas sobre a industrialização brasileira que merecem menção, como as de José de Souza Martins (1979) e Armen Mamigonian (1969, 1976). Conforme se observou na discussão desses autores, os grupos econômicos que se tornaram grandes no século XX não foram originados diretamente das sucessivas crises da economia cafeeira. Estes representaram no século XIX a substituição da produção artesanal e doméstica pela industrial, em pequena escala, como ocorreu em muitos municípios paulistas, ou seja, “nasceram, portanto, para substituírem a pequena produção intersticial e não para substituírem importações.” (MARTINS, 1979, p. 116).

Martins, ao confrontar-se com a biografia do Conde Matarazzo (importante industrial da época), constata que a industrialização não deve ser entendida pela ótica das relações produzidas no comércio colonial, porém, nas franjas das relações econômicas e, assim, “[...] a gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise [...]” (MARTINS, 1979, p. 106).

Já Mamigonian (1969, p. 57) destacou que: “A idéia segundo a qual a industrialização brasileira nasceu do café faz parte da ideologia da aristocracia rural paulista e interessa aos latifundiários brasileiros [...]”. Com efeito, o autor ainda esclareceu que:

Os 4,5 milhões de imigrantes que o Brasil recebeu na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do século XX constituíram

a classe média 'européia' dentro da qual se iniciou a industrialização brasileira [...]. (MAMIGONIAN, 1976, p. 59).

Assim, a produção artesanal já se fazia presente em vários municípios no interior paulista e não somente vinculada à capital. O nexos da questão industrial só ganha significado pela análise de múltiplos fatores que acompanharam a economia cafeeira e não tão somente pelo viés da substituição das importações.

Os imigrantes possibilitaram a formação de um mercado interno assalariado, de crescimento urbano e demográfico e da produção diversificada de gêneros agrícolas. Nas ruas de café plantavam-se gêneros agrícolas para subsistência e/ou com fins comerciais que poderiam ser vendidos, como a batata, amendoim, feijão, etc. Esse movimento foi observado, sobretudo, no Oeste Paulista.

Ressalta-se, nesse quadro, que alguns imigrantes vieram capitalizados e puderam dar início à atividade empresarial, já outros descapitalizados trabalharam na lavoura e/ou em atividades comerciais, nutrindo com seus saberes técnicos e experiência alguma atitude em torno da instalação industrial.

No que diz respeito ao fato urbano, cidades emergiram pelo movimento de dinamização do campo, abastecendo o espaço rural com bens de necessidade primeira, enquanto asseguravam a fixação da sua população. Nesse circuito, a ferrovia também possuiu um papel importante, ao conectar o território e possibilitar o escoamento da produção até o porto de Santos e de lá rumo a outros países.

Cidades que possuíam sua vinculação com ciclos econômicos pretéritos foram transformadas, como ocorreu com Campinas e Itu (antigos centros da produção do açúcar), enquanto outros centros puderam nascer e/ou ampliar suas funções nodais na rede urbana, a exemplo de Marília e Presidente Prudente.

Assim, sob a égide de Getúlio Vargas (1930-1945), o Brasil se integra economicamente e, paulatinamente, são dadas as condições para que a indústria de base fosse criada e se fortalecesse, com o investimento em diversas áreas da economia; fomentando-se uma indústria que atendesse aos interesses do chamado desenvolvimento nacional.

A partir da década de 1930, o Estado criou diversas comissões/institutos para a agricultura e à indústria, tais como a Instituto do Açúcar e do Alcool (entre outros institutos/comissões como o do café, cacau, mate, pinho, etc.), Comissão Executiva do

Plano Siderúrgico Nacional, Comissão Nacional de Ferrovias, Comissão Executiva Têxtil e Comissão Vale do Rio Doce.

Aos poucos, reconhecia-se na metrópole paulista o grande centro econômico nacional, ao passo que se difundia o crescimento econômico, favorecendo as atividades de comércio e serviços. Nesse processo, a divisão territorial do trabalho tornava-se cada vez mais complexa, conformando desigualdades regionais.

Essa área do país que apresentou maior crescimento econômico, tendeu a melhor remunerar seus investidores do que as demais partes, beneficiando-se, conseqüentemente, com o efeito das economias de urbanização, sendo esse processo alimentado e redimensionado por múltiplos fatores, fortalecendo os aspectos relacionados à causação circular e acumulativa do capital – como mencionado no capítulo anterior ao discorrer sobre a formação da região suplementar-articulada de Presidente Prudente e ao processo de divisão territorial do trabalho paulista – no contexto do desenvolvimento desigual e combinado.

Com a implementação do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a economia se expande e o país contrai expressiva dívida externa. No entanto, a partir da liberalização econômica o parque industrial nacional se diversifica e São Paulo mais uma vez é beneficiada com a construção de unidades industriais de bens duráveis, como as pertencentes ao segmento automobilístico.

Na década de 1950, importantes estabelecimentos industriais do ramo petroquímico se instalaram no litoral paulista e Cubatão passa a concentrar expressivo aporte de investimentos. Se no primeiro recenseamento brasileiro datado por volta de 1870, São Paulo contava com pouco mais de 31 mil habitantes, a partir de 1960 atinge aproximadamente 3,3 milhões de habitantes. Os resultados dessas transformações foram as concentrações industrial, econômica e populacional na capital paulista.

Nesse contexto, o governo federal cria a Petrobras além do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e passa a investir pesadamente em infraestrutura, com a participação maciça do capital externo em busca da consolidação do setor de bens duráveis. Como escreveu Negri (1996, p. 101), no período, há uma nítida concentração industrial em São Paulo, visto que:

A primeira fase da industrialização pesada (1955/1967) consolidou a expansão industrial brasileira e sua concentração em São Paulo, aí instalando grande parte da nova capacidade produtiva metal-mecânica.

É em São Paulo, também, em função da maior diversificação de sua estrutura industrial, que se vêem, com maior clareza, os efeitos de encadeamento dos investimentos do Plano de Metas, a exemplo da montagem do setor de autopeças em relação à automobilística [...].

Nesse compasso, Brasília surgiu pela iniciativa de Juscelino Kubitschek e, aos poucos, o poderio econômico e político do Rio de Janeiro foram colocados num segundo patamar. Ademais, tanto São Paulo quanto Brasília acabaram por se configurarem como os novos centros de poder econômico e político nacional.

Dessa forma, o Brasil se inseriu no mundo capitalista como um país industrial e urbano, diferentemente da conotação que assumia no passado, quando a sua vinculação era agrária e exportadora; embora haja permanências, complementaridades e contradições.

Como ponto estratégico de incorporação capitalista do território nacional, a partir da construção de Brasília, deu-se as condições para a criação de diversas rodovias no país. O processo de ocupação e expansão demográfica é acentuado, frente especialmente ao avanço da urbanização no centro-oeste e norte brasileiro; estabelecendo-se os marcos geográficos para a criação de novas fronteiras agrícolas no país. O território é dinamizado e assegura-se a estratégia geopolítica de defesa das áreas de fronteira, centrada na política de ocupação e dotação de infra-estrutura.

Porém, essa situação não transcorreu de maneira homogênea, mas em alguns espaços restritos de produção e de articulação econômica. Outros, porém, permanecem à margem desse processo e/ou se integraram de maneira precária e não foram capazes de assimilar em grande monta as inovações produzidas na escala dos séculos e/ou fizeram de maneira frágil e incompleta, alimentando um processo menor de instalação industrial que é nutrido pelos segmentos mais tradicionais da indústria, como o alimentício e o de confecção/vestuário, facilmente detectado por meio da análise dos dados obtidos em instituições como a Fundação SEADE, IBGE e qualitativamente nos trabalhos de campo, na região de Presidente Prudente. Embora, possa existir um número considerável de estabelecimentos, mas esses sendo de micro, médio e pequeno porte – com algumas exceções.

Os estabelecimentos industriais da região de Presidente Prudente surgem com o advento da economia cafeeira e com os processos desdobrados desta iniciativa, a partir da construção da ferrovia, fundação de núcleos urbanos, construção de casas, derrubada

da mata, produção agrícola, etc., que ocorreram depois do impulso dado pelo processo de industrialização paulista.

Tais iniciativas industriais, em grande parte, eram marginais e davam sustentação à economia agrícola e às necessidades mais básicas vivenciadas pela população nas cidades pequenas e em Presidente Prudente, no início e em meados do século XX. Eram atividades ligadas às serralherias, às máquinas de beneficiamento e ao segmento de confecções.

Essa dinâmica não pode ser descontextualizada do processo de formação da região em questão e de incorporação do interior paulista à esfera produtiva capitalista. Com base na leitura de diversos autores, os primeiros segmentos da indústria aqui instalados se referiam à dimensão tradicional da indústria. Eram atividades, em grande parte, fundadas a partir de iniciativa do capital local, acumuladas tanto no campo, quanto nos setores urbanos, como o comércio (armazéns, oficinas, padarias etc.).

O caráter marginal desse tipo de indústria já era sentido desde o início de sua atividade face ao parque industrial que se constituía na capital paulista e em outras áreas do país, mas ao mesmo tempo complementar pelo fato de se ligar à industrialização do interior paulista, em articulação com a capital. Por não ser central, não gozava de melhor remuneração, grande mercado, aporte tecnológico elevado, maior oferta de crédito e capital, apoio governamental como ocorria com São Paulo que já havia desatado os nós do processo de industrialização, com maior força, já no final do século XIX, diferentemente da região de Presidente Prudente que tentava se inserir, nesse cenário, depois de meio século da capital paulista.

Tal processo teve conseqüências no universo de intensidade do processo de instalação industrial, visto em pequena escala e com suas fragilidades, distintamente da magnitude da industrialização paulista que suplantaria, paulatinamente, em ordem de grandeza todas as demais do Brasil. Poderia, desse modo, não se remeter genericamente a um processo industrialização grande (tomado em sentido amplo como processo de transformações espaciais e de mudança na sociedade, com a expansão da urbanização, crescimento econômico, etc.), mas de uma *difusão espacial da produção industrial*, ou seja, entendida enquanto dinâmica de *disseminação/instalação* de estabelecimentos industriais no espaço de modo a produzir novas paisagens, todavia em menor intensidade do que ao processo veloz que aconteceu na capital paulista e funcionou

como motor do processo de urbanização, do crescimento populacional e econômico e, por fim, de um denso processo de industrialização.

Assim, compreende-se que a industrialização gera transformações socioespaciais profundas, especialmente no que diz respeito às economias de urbanização com o aumento do número e tamanho das cidades, ampliação da população, bem como trazendo à tona alterações profundas no mercado de trabalho, o que implica em mudanças nas formas de consumo da sociedade com a compra de produtos padronizados, especializações funcionais e a expansão da produção desigual do espaço.

Já como parte do aperfeiçoamento do processo de industrialização tem-se a idéia de industrialismo que significa um nível bastante avançado do uso da técnica e da ciência (especialmente a aplicada) em uma produção industrial efetuada em larga escala de maneira acelerada, com a utilização de diversas fontes de energia (principalmente a mecânica), em um mercado consumidor amplo, com densa divisão territorial do trabalho e mão-de-obra altamente especializada.

O industrialismo, por sua vez, acelera a maior mecanização da indústria (sustentada pelo pilar técnica/ciência) movendo seu eixo de articulação não somente à cidade, mas também ao campo de forma combinada ao processo de industrialização, implantando um novo meio técnico e, no outro extremo, dando as condições para o maior desenvolvimento de tecnologias nas áreas de comunicação e transporte.

Atualmente, muitos cientistas sociais (dentre eles SOJA, 1993) substituíram a expressão do industrialismo e de sociedade industrial por pós-industrialismo e sociedade pós-industrial, onde são as atividades de serviços que ocupam a posição central na vida de relações sociais, alicerçada na informação e no processo de evolução das telecomunicações. Entretanto, a indústria como produtora de bens de consumo e duráveis não perde o seu valor na sociedade, apesar de ter sofrido modificações substanciais, sobretudo, a partir da década de 70 do século XX, com a ascensão do regime flexível de produção e sob a égide da Terceira Revolução Industrial.

Portanto, a idéia geográfica de difusão espacial da produção industrial se associa ao processo de industrialização, mas representa um processo específico de instalação industrial em caráter não adensado, o que não significa conter sociologicamente a expressão que acompanha a industrialização, ou seja, o industrialismo. Não se pode, desse modo, reconhecer a difusão espacial da produção industrial em momento pré-

técnico, mas essa deve ser contextualizada historicamente sob o domínio da técnica, da ciência e mais presentemente da informação.

Assim, compreende-se que a economia informacional possibilita a cisão territorial entre produção e gestão, ao mesmo compasso que as conecta virtualmente, embora isso fisicamente não ocorra. Determinados estabelecimentos industriais podem se fazerem presentes em certos espaços, impondo suas normas e diretrizes, mesmo que a sede administrativa da empresa esteja muito distante da unidade produtiva.

Por outro lado, na difusão espacial da produção industrial (em caráter marginal) não há geograficamente o fortalecimento de um ambiente densamente industrial, sendo os segmentos mais tradicionais da indústria, como o alimentício e o de confecção/vestuário os mais expressivos na composição subsetorial. Ainda que possa haver exemplos de empresas que mesmo estando situadas nesses segmentos consigam por meio da inovação, qualidade e gestão competitiva ganhar novos mercados, principalmente, internacionais por meio de exportações e/ou mesmo com a instalação de unidades fabris e escritórios de representação em outros países, participando da economia mundializada e agregando novos papéis e significados aos pequenos centros, com o rompimento de hierarquias e a formação de uma rede urbana complexa de múltiplos circuitos, por meio de novas interações e estratégias espaciais.

Com isso, na região de Presidente Prudente observa-se, grosso modo, um divórcio entre os diferentes segmentos da indústria que muitas vezes não estão articulados entre si. A industrialização acompanhada do industrialismo (não detectado conceitualmente em escala geral nessa região) não foi capaz de engendrar economias de urbanização e maiores transformações na dimensão espacial das cidades pequenas, embora se possa reconhecer, em alguns casos, a produção de um espaço industrial como ocorre em Pirapozinho com a Bracol e Danisco e em Presidente Epitácio com a JBS/Friboi e a Rousselot Gelatinas. Portanto, o que se instaura nesse quadro particular é a maior complexidade no estudo do fato industrial e aos aspectos geográficos concernentes à reprodução do capital.

Portanto, essa *difusão espacial da produção industrial* não deve ser confundida com o processo de *industrialização difusa* (discutida especialmente na Europa para descrever as transformações no campo, oriunda a partir do processo de industrialização, do crescimento econômico, etc.), tal como fizeram diversos autores portugueses, dentre

eles, Artur da Rosa Pires (1986), e muito menos com o sentido de difusão empregado genericamente para explicar o processo de disseminação industrial.

Neste caso, há de se ressaltar que essa adoção terminológica é uma contribuição original da presente pesquisa e se associa à idéia defendida de padrão marginal de implantação industrial na região de Presidente Prudente, entendida como uma disseminação em sentido restrito do fato industrial, ou seja, de uma *difusão marginal de caráter não adensado da indústria*, isto é, rarefeita, numa região que não é o nó econômico no conjunto nacional de fluxos/fixos econômicos. Contudo, isso não significa afirmar que não haja estabelecimentos relevantes em âmbito regional como será mais bem descrito no capítulo final desta dissertação (com exemplos empíricos para se interpretar os estabelecimentos industriais mais relevantes) que conseguiram articular acordos comerciais em âmbito internacional e demonstram forte inserção no processo de competição e inovação.

A adoção dessa expressão advém, então, da necessidade de melhor caracterizar tal fenômeno no quadro industrial regional e colaborar para a compreensão dos espaços com menor densidade econômica e que também necessitam ser estudados do ponto de vista geográfico, haja vista a quantidade de pesquisas que se direcionam ao entendimento de realidades metropolitanas e de espaços com maior concentração econômica, industrial e produção de valor adicionado fiscal.

Nesse contexto, cabe ressaltar que Sforzi (1999, p. 13-14 apud ENDLICH, 2006, p. 328) em estudo sobre a indústria também focou sua atenção para áreas onde a concentração industrial não era tão evidente. Conforme esse autor, não há somente um modo de industrialização, sendo que outras dimensões do fato industrial podem conviver com o modelo de industrialização dominante e isso leva em conta diferentes formas de desenvolvimento. Essa postura não considera somente a lógica dos distritos marshallianos, mas também o entorno e a dinamicidade espacial daí decorrente. Já no caso brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda (1963) explica como determinadas partes do país se industrializaram de maneira particular no sentido regional em um momento anterior ao processo de industrialização concentrada.

No que tange à metrópole paulista e regiões vizinhas já existem muitos trabalhos que procuram teorizar sobre as transformações socioespaciais desencadeadas a partir do fenômeno da industrialização. Não se pretende afirmar que tais estudos não são necessários, pois com toda certeza contribuem para a discussão econômica e para a

Geografia Industrial. O que se quer defender é a premência para uma visão do conjunto. Tanto é fato que esta obra não despreza a articulação de escalas e reconhece na capital São Paulo o seu papel na gestão econômica.

Em linhas gerais, o que é proposto é o entendimento do fato industrial numa escala diferenciada de análise a partir das cidades pequenas da região de Presidente Prudente, localizada no interior paulista, e que apresenta suas especificidades. Tornou-se mister, para tanto, que fosse construída uma abordagem original para o entendimento do quadro industrial, em uma região relativamente distante do grande centro nacional. O leitor até pode não concordar com essa proposição, mas é a contribuição da investigação e que poderá ser também incorporada ao longo do tempo em futuros debates.

Basta citar que enquanto a região de Presidente Prudente encontrava-se em constituição, São Paulo já se fortalecia como pólo econômico e urbano, ampliando sua dinâmica central e seu papel como núcleo gestor do território nacional, conectando-se aos demais centros de gestão do capital (em escala internacional), como observado nas décadas de 50 e 60 do século XX.

Com isso, em São Paulo, os ramos mais antigos e tradicionais instalados com o advento da indústria automobilística e com forte ação do Estado na década de 1950 se transformam. Paulatinamente, nova tecnologia vai sendo implantada, tornando-se mais complexos os efeitos sociais e econômicos e conforme escreveu Selingardi-Sampaio (2009, p. 162):

[...] Assim, a uma atividade industrial de característica tradicional, instalada em etapas diversas de industrialização e dominada por setores e ramos de bens de consumo não-duráveis veio se justapor (e com ela coexistir) um compartimento industrial mais moderno, formado por ramos e setores mais dinâmicos, o qual desencadeou uma nova fase no desenvolvimento de tais lugares, geradora de todo um cortejo de efeitos sociais, econômicos, urbanos e espaciais, positivos e negativos (urbanização acelerada, expansão desordenada dos espaços urbanos, migração cidade-campo e inter-regional, favelização, marginalização social etc.) [...].

Enquanto a região metropolitana de São Paulo se firmava na produção de automóveis e máquinas, a região de Presidente Prudente encontrava-se ainda em processo de expansão urbana e os estabelecimentos industriais instalados apresentavam uma feição tradicional e eram ligados, sobretudo, às atividades de sustentação do

campo, como máquinas de beneficiamento, fábrica de carroças e implementos agrícolas, etc.

Algumas das primeiras indústrias estavam ligadas ao beneficiamento inicial da matéria-prima, como o café, o algodão e o amendoim, bem como as cidades pequenas que nasciam nesse contexto. Tais núcleos tinham a função de atender as demandas inadiáveis da população e do campo. Os processos desencadeados nessas máquinas de beneficiamento não eram tão complexos e possuíam a função preliminar de trabalhar com a matéria-prima sem transformá-la e/ou dá-la um valor diferencial agregado.

Na década de 1950, o IBGE (no censo demográfico e industrial) denominava São Paulo e sua região como Zona Industrial, dada a magnitude do processo de industrialização e as transformações na paisagem. São Paulo contava, segundo censo industrial de 1950, com 7.374 estabelecimentos e com pessoal ocupado de 299.213. Nesse momento, Presidente Prudente tinha 74 estabelecimentos e 710 pessoas ocupadas na indústria.

No conjunto dos municípios selecionados para a pesquisa, no que tange ao número de estabelecimentos⁴¹ em termos de ordem de importância, seguiam: Adamantina com 80; Rancharia 43; Lucélia 40; Osvaldo Cruz 37; Dracena 21; Pirapozinho 21; Presidente Epitácio 13; e Álvares Machado 11.

No que diz respeito ao pessoal ocupado, Rancharia era líder na questão com 543 pessoas ocupadas na indústria, seguida por Adamantina 385; Lucélia 239; Osvaldo Cruz 199; Pirapozinho 158; Presidente Epitácio 191; Dracena 89; e Álvares Machado 62. Já era visível que Rancharia mesmo não tendo maior número de estabelecimentos tinha maior capacidade de absorver vínculos empregatícios, consolidando-se como centro do beneficiamento agrícola, especialmente com estabelecimentos ligados ao descaroçamento de algodão.

Na realidade, as indústrias que nasciam na região de Presidente Prudente possuíam relação íntima com o capital local. Não eram unidades industriais, nesse

⁴¹ O autor optou por não demonstrar uma série histórica desses dados em tabela, já que a metodologia dos censos se alterou ao longo do tempo e na década de 1980 os dados para a indústria em termos de estabelecimento e vínculos empregatícios são demonstrados pela RAIS do MTE. Caso elaborada uma tabela síntese, isso poderia levar o leitor a conclusões que apontassem para distorções conceituais. A terminologia pessoal ocupado, por exemplo, difere da expressão vínculo empregatício, posto que determinado estabelecimento pode ter menos pessoal ocupado do que vínculos empregatícios. Entretanto, isso não inviabiliza a descrição dos dados para efeito histórico da contextualização a que se propõe a dissertação. Isso se aplica aos capítulos seguintes quando será tratado ainda do tema da indústria.

momento, com padrão tecnológico acentuado, mas tocadas com base no esforço familiar e no pouco capital acumulado, em geral, a partir do desenvolvimento de outras atividades econômicas. Entretanto, havia ainda estabelecimentos industriais de capital externo à região, especialmente, aqueles relacionados ao beneficiamento dos produtos agrícolas, esses sendo de maior porte.

Na maioria dos casos, os empreendimentos com capital externo à região eram ligados ao descaroçamento e moagem de oleaginosas. Surgiram no período entre guerras já que tais produtos escasseavam-se no mercado internacional e o Brasil detinha o potencial agrícola para o apoio à instalação dessas agroindústrias como destacou Dundes (1992), pois:

[...] As primeiras indústrias estrangeiras surgiram, em Presidente Prudente, nas seguintes datas: em 1935, instalou-se a Continental Gin Co; em 1937 a Matarazzo e a Anderson Clayton e em 1939 a Mac Fadder. A instalação dessas indústrias se acentuou no período de 1939 a 1945, coincidindo, portanto, com o período da 2ª Guerra Mundial. (p. 30).

Mas, isso não é exemplo exclusivo de Presidente Prudente, sendo também presente, em diferentes contextos e momentos, em cidades pequenas como Rancharia, com a instalação de estabelecimentos; como a Matarazzo, voltada ao descaroçamento e processamento de oleaginosas.

Freitas (2005) em estudo sobre o setor secundário em Presidente Prudente auxiliou, nesse entendimento, ao pontuar que a articulação entre cidade e campo foi responsável pelo nascimento de alguns estabelecimentos industriais no Oeste Paulista e, assim:

Os tipos de atividade industrial desenvolvidas na cidade foram um complemento à economia agrícola, predominante até hoje. Surgem então, as máquinas beneficiadoras da produção agrícola regional (café, algodão e amendoim). Observamos que além do café ter sido um importante produto agrícola, sua presença favoreceu a instalação das primeiras máquinas beneficiadoras da região, sendo as pequenas de iniciativa local e as maiores vindas de fora. (FREITAS, 2005, p. 59).

Dessa maneira, nessa fase, algumas atividades industriais surgiram da acumulação do capital proveniente do campo e outras em decorrência da acumulação dos setores urbanos como o comercial.

Essa primeira fase da instalação industrial na região ainda guardava ampla relação com a terra e com os anseios do ideal dos senhores de terra que inundavam o campo ideológico da colonização, e alguns desses estabelecimentos estavam profundamente ligados à extração da madeira e de outras matérias-primas encontradas (grosso modo) na natureza.

Nesse circuito foram engendradas as primeiras fábricas de carroças, os matadouros, as serralherias, as fábricas de gelo e as oficinas de costura que se relacionavam diretamente com as necessidades mínimas da população. Se as cidades pequenas também nasciam como centros de apoio para a população do campo e em detrimento da especulação, as indústrias da região surgiam para atender as demandas mais inadiáveis e básicas da urbanização, o que necessariamente não significou sua ampliação.

No censo industrial de 1960, São Paulo já contava com 14.576 estabelecimentos (com destaque para a indústria da transformação nos segmentos metalúrgico, mobiliário e mecânico) e com pessoal ocupado de 463.867, alcançando a cifra de Valor de Transformação Industrial (VTI) superior a todos os municípios do Estado, isto é, com Cr\$ 163.925.265.

Adamantina contava com 70 estabelecimentos e 527 pessoas ocupadas, possuindo um VTI de Cr\$ 181.952. Já Osvaldo Cruz possuía 66 estabelecimentos e 317 pessoas ocupadas, produzindo o VTI de Cr\$ 163.767. Segundo Fresca (1990, p. 222), foi em 1962 que se instalou a Indústria de Móveis Linoforte em Osvaldo Cruz, sendo hoje uma das grandes empresas brasileiras de móveis nacionalmente. Sua produção, nessa fase inicial, era comercializada na Alta Paulista e Alta Sorocabana, além de possuir interações espaciais em termos de aquisição de matérias-primas com os municípios de Bauru (compra de algodão), São Paulo (napa) e Campo Mourão (madeira).

Presidente Epitácio computava positivamente 34 estabelecimentos e 388 pessoas ocupadas na indústria, VTI de Cr\$ 120.100. Álvares Machado contava com 41 estabelecimentos, 193 pessoas ocupadas e VTI de Cr\$ 99.514.

Dracena apresentava, no momento, 117 estabelecimentos, 433 pessoas ocupadas e o VTI mais alto dos municípios selecionados para a pesquisa, ou seja, Cr\$ 280.993.

Determinadas empresas também puderam se consolidar nessa atmosfera de crescimento econômico, como foi o caso da COIMMA (segmento agroindustrial) na

cidade de Dracena, sendo marca da iniciativa do capital local e do esforço de família tradicional da cidade para que viesse a firmar, atualmente, sua atuação em escala nacional e até mesmo internacional.

Hoje, a COIMMA é a maior empresa de seu segmento na América do Sul, comercializando sua produção em diversos continentes e concorrendo em escala internacional, por meio do desenvolvimento de novos produtos com padrão técnico de inovação e qualidade.

Nesse momento, Pirapozinho contava com 28 estabelecimentos e 188 pessoas ocupadas e com um dos valores de transformação industrial mais baixos da região: Cr\$ 71.717.

Lucélia havia sofrido perdas em termos de estabelecimentos e pessoal ocupado, passando a contar com 39 e 188 respectivamente, bem como VTI de Cr\$ 126.219, mas o segmento de produtos alimentícios prosperava, especialmente com a contribuição da J. Rapacci (mais conhecida como Vinagre Saboroso) para o município. Tal empresa:

[...] tem o começo de sua história há mais de 50 anos, quando o Sr. Eduardo Rapacci mudou-se para Lucélia, uma pequena cidade do Estado de São Paulo e iniciou sua empresa de bebidas que fazia refrigerantes, bebidas quentes e vinagre. O tempo passou e seus filhos também entraram para o negócio. A empresa deixou de fabricar refrigerantes, depois bebidas quentes, especializando-se em vinagres de álcool e vinho por volta de 1965. (Disponível em: <<http://www.saboroso.com.br/empresa.php>>. Acesso em: 23 abr. 2010).

Mais tarde essa empresa foi uma das pioneiras a produzir vinagres em embalagem plástica no Brasil, sendo marca forte no contexto regional e comercializando com outras partes do território nacional.

Rancharia, por sua vez, possuía 34 estabelecimentos, 410 pessoas ocupadas e VTI de Cr\$ 188.192. Mesmo assim, ainda apresentava um VTI expressivo entre os municípios do recorte de pesquisa.

Esse momento faz parte, portanto, do movimento de formação da indústria na região de Presidente Prudente e se configurou como ponto para a leitura da interpretação econômica da região, já que essa se tornava cada vez mais urbana, embora ainda estivesse bastante ligada à economia do campo em termos de pessoal ocupado.

A década seguinte guardará maiores transformações. Nesse momento, é criada de fato a região administrativa de Presidente Prudente, a pecuária passa a ocupar um papel de destaque e surgem as primeiras atividades no segmento da cana, voltada tanto à produção do açúcar quanto do álcool, estimuladas pelos programas governamentais.

Esse entendimento se faz interessante, porque a presença intensa da cana é observada atualmente, pois tanto esse produto agrícola quanto à pecuária continuaram ainda a ter um papel de destaque no cenário regional, como será demonstrado no tópico seguinte, procurando articular espacialmente tanto a idéia de redefinição econômica regional quanto os aspectos mais amplos ligados ao fato industrial no Brasil, como o processo de desconcentração industrial e as transformações socioespaciais no estado paulista (sobretudo, tratando-se do interior, no caso da região de Presidente Prudente).

4.2 Desconcentração industrial e redefinições regionais

Na década de 1970, o Brasil já era *Newly Industrialized Country* (NIC), isto é, era um país de industrialização tardia, urbano e com forte crescimento econômico, mesmo que se questione o “milagre econômico” colocado em curso, haja vista a ampliação das desigualdades regionais, má distribuição de renda etc.

Esse capitalismo de Estado não se preocupou com a reprodução social das pessoas, mas sim com o crescimento econômico em favor da abertura ao capital internacional, chefiado pelos grandes oligopólios.

Nesse contexto, o país possuía algumas vantagens econômicas, como a presença abundante de recursos naturais, mão-de-obra barata e farta (recém expulsa do campo), grande mercado interno, extensão territorial continental, legislação ambiental frouxa e políticas de financiamento/estímulo fiscal atrativas às grandes corporações que aqui viessem a se instalar e lucrar com essas e outras benesses.

Internacionalmente, a política de bem estar social, mantida pelos países desenvolvidos na chamada Era de Ouro, começa a entrar em decadência face às fortes crises econômicas de 1973 e 1978, advindas do aumento exacerbado do preço do petróleo, o que numa fase seguinte levaria as economias a elevarem as taxas de juros e a diminuir a oferta de crédito. Entretanto, são nos períodos depressivos, em escala mundial, que os países considerados periféricos têm a possibilidade de crescer acima da

média mundialmente, utilizando-se da técnica já desenvolvida no centro do sistema capitalista, como fez o Brasil, a Coréia do Sul e outros NICs em diversos momentos da história da industrialização.

Por conseguinte, poder-se-ia afirmar, com toda certeza, que esse momento também ficou demarcado por uma transição política, econômica e financeira com o enfraquecimento do paradigma *keynesiano* e com a ascensão do neoliberalismo. No plano industrial, o Japão assumia a liderança em termos de inovação e o mundo entrava numa nova era assentada, grosso modo, na informação, na tecnologia computacional, nas telecomunicações e na robótica, o que aceleraria o fenômeno de internacionalização do capital e o processo de mundialização.

Esse momento, ainda expôs o problema dos Estados Unidos com relação ao investimento maciço de recursos na guerra contra o Vietnã, colocando à tona a quebra do padrão de paridade ouro/dólar (concebido no Tratado de *Bretton Woods*).

No cenário nacional, dificuldades econômicas ainda eram pouco sentidas, pois o país se fundamentava em processo de crescimento econômico e de maior integração físico-territorial, alimentada pela intervenção estatal durante a ditadura militar.

Algumas dessas ações foram desencadeadas a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) geridos pelos militares. O PND I data de 1972-1974 e o PND II de 1975-1979, sendo uma expressão nacional desenvolvimentista de integrar o país competitivamente, tendo como apoio o fortalecimento da indústria nacional, construção de rodovias, hidrelétricas e outras obras que pudessem consagrar o modelo do Brasil como potência, sustentando o ideal do “milagre brasileiro”. Entretanto, como destacou Singer (1977), é preciso lembrar que:

Não há como desconhecer que a política trabalhista posta em prática após 1964 foi um importante fator para que a economia alcançasse elevadas taxas de crescimento de 1968 em diante. Mas há, como sempre, o reverso da medalha. Os autores da proeza – os trabalhadores – sofreram sensível piora em suas condições de vida, que transparece por exemplo no avultado número de acidentes de trabalho, que caracteriza nossa economia [...]. (SINGER, 1977, p. 82).

Nessa concepção, esse autor traz ainda importantes contribuições para o debate do crescimento econômico, auxiliando teoricamente no entendimento do quadro de efervescência social e econômica da época. O chamado “milagre” econômico é interpretado em sentido crítico, pois a distribuição da renda não havia acontecido e o

arrocho salarial aliado à ausência de liberdade na ditadura decretava a ordem de repressão e burocracia.

Com relação ao fato industrial, São Paulo já havia concentrado a maior parte de estabelecimentos em território nacional, segundo censo industrial de 1970, com 20.543 estabelecimentos de caráter industrial. Em termos subsetoriais, destacavam-se a indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecido (2.657 estabelecimentos), produtos alimentares (2.591 estabelecimentos) e metalúrgica (2.501 estabelecimentos). Eram 643.672 pessoas ocupadas na indústria, sendo os setores de têxtil (94.822 pessoas ocupadas), metalurgia (85.122 pessoas ocupadas), material elétrico e de comunicações (61.937 pessoas ocupadas) os que mais absorviam a população economicamente ativa.

Com isso, na década de 1970, São Paulo começa a desenhar seus traços marcantes, acumulando: alto congestionamento viário e aporte populacional; aumento do custo de vida; crescimento do grau de poluição; ascensão de movimentos sindicais; etc.

Foi nesse momento que os governos federal e estadual atuaram no território, visando incentivar a instalação de estabelecimentos industriais em outras localidades do país e do estado, fundamentando-se na teoria dos *Pólos de Desenvolvimento* (baseando-se nas idéias de François Perroux) e visando desencadear um processo de desconcentração industrial.

São instituídas as regiões administrativas no Estado de São Paulo, a Zona Franca de Manaus, a Rodovia Transamazônica se posiciona no cenário nacional, assim como o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, entre outras obras importantes que contribuiriam para redefinições regionais e novas articulações espaciais.

No governo paulista de Abreu Sodré (1967-1971) a questão da desconcentração industrial tinha se tornado um imperativo. Os debates se intensificaram com a criação do Grupo de Análise Territorial (GAT) e do Grupo de Descentralização Industrial (GDI). Juntamente, tentaram articular propostas relacionadas à redução das desigualdades regionais, com vistas à desconcentração industrial e o incentivo à instalação de estabelecimentos industriais no interior paulista, com a criação de distritos industriais, implantação de políticas de fortalecimento dos núcleos mais dinâmicos, como Ribeirão Preto.

No quadro das políticas de desconcentração industrial paulista, ainda destacam-se as medidas proferidas no governo por Paulo Egydio Martins (1975-1979)⁴², sendo criados vários programas que procuravam integrar a rede urbana paulista com a implantação da “Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo”.

Nesse sentido, buscando discutir a desconcentração industrial, Lencioni (1999a) comentou que não se deve cometer o equívoco de exemplificá-la por meio de uma “descentralização” da indústria, uma vez que, as empresas mantêm algumas de suas sedes e escritórios jurídicos e administrativos na cidade de São Paulo. Isso torna ainda mais forte o argumento de que a metrópole paulista se estrutura como cidade mundial e organiza em seu território a conjugação de redes materiais e imateriais de serviços e informações.

Lencioni (1999a) preferiu utilizar a expressão desconcentração para elucidar esse processo, pois:

Utilizamos o adjetivo desconcentrada para nos referir a esse processo de expansão da indústria para o Interior, porque esse é, sobretudo, orquestrado pela atenção das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que através de fusões, absorções e associações de empresas têm cada vez mais, centralizado o capital social [...]. (LENCIONI, 1999a, p. 121).

Nessa concepção, o processo de descentralização não teria ocorrido de maneira enfática, mas haveria um fenômeno de desconcentração como considerou Lencioni (1999a, p. 121), pois, se “[...] usássemos a palavra descentralização metropolitana cremos que estaríamos mais confundindo que esclarecendo, pois o que vem ocorrendo não é um processo de descentralização, nem social e nem espacial [...]”. Por conseguinte, poder-se-ia afirmar que a expansão da mancha urbana metropolitana de

⁴² Nas gestões posteriores o enfoque de desconcentração industrial foi ganhando novas características. Na gestão de Franco de Montoro (1983-1987) a discussão econômica foi dada no sentido de melhorar e ampliar a infra-estrutura dos transportes. Os recursos tiveram de ser angariados junto ao Banco Mundial e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Nesse período, também são criados os Escritórios Regionais de Governo e as Regiões de Governo.

O governo paulista sob a égide de Orestes Quéricia (1987-1991) agiu radicalmente no sentido de completar e dar as condições propícias para a desconcentração industrial. Novamente, são ampliadas e melhoradas importantes rodovias e outras foram criadas. Quéricia deu autonomia às prefeituras que não passaram a legislar somente sobre o uso do solo para a instalação de indústrias, mas agora passaram a ser agentes de investimento na política de “industrialização”, com a doação de terrenos e outros incentivos, embora a maioria dos municípios não tivesse os recursos necessários para a atração das mesmas.

São Paulo foi acompanhada pela desconcentração da indústria rumo ao interior (pontualmente e restritamente), assim como nos empregos, onde esse ganha cada vez mais importância.

De acordo ainda com a mesma autora, houve um aumento expressivo no que diz respeito ao setor terciário em São Paulo que cresceu 53,9% no período de 1977 a 1987, com a expansão crescente de empregos ligados à propaganda, ao *marketing*, à consultoria, ao planejamento, à gerência, finanças, escritórios de direito e *designer*; concentrando cerca de 1/3 das agências bancárias do Estado.

Junto à metrópole, concentra-se uma rede forte de investimentos abarcando a articulação de pistas e autopistas para descargas de matérias-primas e outros produtos. Acrescente-se a esse fato, a consolidação de terminais de fibra ótica que garantem a dinamização e a rapidez na transmissão de dados e informações. Faz-se conveniente ressaltar também que é na capital que se concentram grandes parcelas de trabalhadores qualificados e especializados e, portanto, as indústrias que tendem a se instalar na região metropolitana estão interessadas, sobretudo, nessas e em outras vantagens.

O processo de transformação da metrópole é grande e subordinado a diversas escalas, como ocorre com o fenômeno da especulação imobiliária que incorpora determinadas áreas e as deixa ociosas em busca de ganhos futuros; o que dificulta a aquisição de terrenos pelas empresas. O resultado mais evidente desse processo é a compra de terrenos no interior, que possui valores mais baixos e mão-de-obra barata.

Formam-se, portanto, novos tecidos urbanos e espaços industriais que estão subjacentes à ordem de comando da capital paulista com ligações intra e inter-setoriais entre ramos conexos, com relações econômicas e espaciais inter-fábricas.

Aproveita-se da presença de mão-de-obra qualificada e treinada, oferecendo baixa remuneração; das estruturas rodoviárias modernas, incorporando o que antes era a periferia econômica ao centro capitalista; além da forte configuração bancária, financeira e administrativa localizada na capital paulista conectada ao espaço próximo por uma arquitetura de fibras ópticas e densidade técnico-informacional em processo de integração físico-virtual do território, numa escala mais ampla.

Essa expansão industrial rumo ao interior caminha a passos largos, mas restritamente. Contudo, falar em interiorização da indústria é arriscado, pelo menos sob o ponto de vista de dois aspectos, pois: I) revela uma noção de homogeneização do espaço e dá a entender que não há desigualdades regionais; II) leva a crer que antes não

havia indústria no interior e que o mesmo só passa a contar com instalação de estabelecimentos a partir dessa chamada interiorização. Desse modo, já é sabido que existiam estabelecimentos industriais no interior com diferentes composições subsetoriais, instaladas tanto em cidades pequenas quanto em cidades de porte médio.

Assim, o processo de desconcentração industrial favoreceu o crescimento de cidades de porte médio localizadas em proximidade aos grandes eixos rodoviários paulistas, além de propiciar a ampliação demográfica de cidades situadas na região metropolitana e adjacências.

A partir do centro da cidade de São Paulo, destaca-se um eixo que dista pouco mais de 150 quilômetros por onde se expandiu a instalação de estabelecimentos industriais, aproveitando-se da estrutura técnica existente e de rodovias modernas, como a Anhanguera e Bandeirantes.

Sposito (2005), buscando apreender as mudanças na realidade espacial do fato industrial e com base em dados estatísticos, lançou a idéia de “eixos de desenvolvimento” no caso brasileiro, para a compreensão desse processo de desconcentração industrial na forma de eixos, ao expor que:

[...] partindo-se da Região Metropolitana de São Paulo rumo ao interior paulista, verifica-se a existência dos seguintes eixos: aquele definido pela Via Dutra (BR 116) com destaque para Jacareí, São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá; o eixo São Paulo-Sorocaba mediado pela Rodovia Castelo Branco (SP 280); o eixo servido pela Via Anhanguera (SP 348), o qual possui centros industriais importantes como Jundiaí, Campinas e Americana desdobrando-se ao longo da Rodovia Washington Luís (SP 310) que abriga importantes cidades tais como Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Matão, chegando a São José do Rio Preto. (SPOSITO, 2005, p. 66).

Como se verifica, pode-se afirmar que embora tenha havido um processo de desconcentração industrial que o mesmo foi restrito aos espaços próximos à capital paulista, como aventou Sposito. Entretanto, isso não significa afirmar que não haja desigualdades nesses espaços e que os eixos sejam preenchidos de estabelecimentos industriais em toda sua extensão territorial, já que há descontinuidades nesse processo e espaços de rarefação.

Logo, poder-se-ia falar de uma reconcentração da indústria assentada, sobretudo, na instalação industrial às margens de pistas de circulação rápida (configurando-se como corredores de exportação e de apropriação da mais-valia) e em áreas de densidade

técnico-informacional com a presença de condomínios empresarias, terminais de fibra óptica, universidades, centros de pesquisa, etc. Assim, tal processo não beneficiou diretamente áreas mais distantes da capital paulista, como o Oeste do Estado de São Paulo.

No interior distante da capital, a dinâmica industrial tende a se concentrar nas cidades de porte médio e em menor monta nas cidades pequenas. Na realidade, grande parte do interior tem processado o desenvolvimento de uma agricultura moderna e versátil, ligada principalmente ao ramo da laranja e da cana-de-açúcar.

Tal afirmação tem seu sentido também aplicado à região de Presidente Prudente que, ao longo do tempo, têm nas atividades agropecuárias (especialmente a cana e pecuária) uma das principais atividades econômicas, como evidenciado no capítulo 3. Essa não se beneficiou em tese do processo de desconcentração da indústria paulista, pelo fato de estar distante de São Paulo e não contar com densidade técnica e estímulos fiscais vantajosos que pudessem beneficiar a vinda maciça de estabelecimentos industriais, na chamada “guerra entre os lugares”

Em outras palavras, não houve, pelo menos em linhas gerais, a formação de economias de urbanização que nas palavras de Roberto Camagni poderiam ser compreendida como as “[...] vantagens, típicas de um ambiente urbano, que se derivam da presença de infra-estruturas genéricas, utilizáveis por todas indústrias e da estreita interação entre instituições e atividades diferentes.” (CAMAGNI, 2005, p. 24, tradução nossa).⁴³

Nesse contexto histórico-geográfico, a região assume, sobretudo, a partir da década de 1970, seu papel suplementar-articulado, no contexto de complementaridade à economia da capital paulista como plataforma agroindustrial no interior paulista, de maneira articulada ao processo de transformação da economia paulista.

Nesse quadro foi, conseqüentemente, defendida a idéia de difusão espacial da produção industrial. Processo esse que desencadeou a instalação de estabelecimentos industriais na região sem que isso tivesse um rebatimento muito forte em termos de ampliação da urbanização e no desenvolvimento econômico. Mas, negar o papel da indústria também é um erro, porque muitos estabelecimentos industriais tendem a gerar normatizações, produzindo e dominando território no universo das interações

⁴³ “[...] ventajas, típicas de un ambiente urbano, que se derivan de la presencia de infraestructuras genéricas, utilizables por todas las industrias y de la estrecha interacción entre instituciones y actividades diferentes.” (2005, p. 24).

econômicas, como é o caso de se observar a indústria do etanol e da carne, influenciando tanto a cidade quanto o campo, bem como produzindo redefinições regionais.

No campo, a modernização decretou a exclusão de muitos trabalhadores e a concentração da renda em mãos de poucos, o que facilitou aos senhores de terra a expansão de seus negócios em íntima sintonia com o mercado internacional, aumentando o PIB de seus respectivos municípios em detrimento da marginalização de amplo setor da sociedade e, por conseguinte, trazendo à tona a ampliação da especulação no campo e na cidade.

No espaço urbano, verifica-se um contingente importante de mão-de-obra que trabalha no campo para responder às necessidades de reprodução do capital, como visto em muitas cidades pequenas da região de Presidente Prudente, como Mariápolis e Caiabu.

Para Jurado da Silva (2009), esse processo também trouxe ao debate político a questão da absorção da população oriunda do campo pelas cidades pequenas da região de Presidente Prudente. Por isso, a esperança foi depositada no setor industrial que não foi capaz de empregar grande contingente de mão-de-obra, em razão das especificidades encontradas no contexto regional e, portanto:

Esse quadro trouxe rebatimentos à dinâmica territorial e as relações econômico-espaciais foram transformadas no âmbito regional. A necessidade de absorção da população que antes trabalhava no espaço rural, passou a fazer parte do discurso político dos agentes locais, pois era fundamental atender aos novos desafios impostos pela urbanização, o que se traduziu na ampliação da desigualdade social e econômica. (JURADO DA SILVA, 2009, p. 54).

Nas regiões de governo de Adamantina e Dracena, esse processo também foi alimentado por forte geada que acabou por colocar ainda maiores dificuldades aos produtores rurais e por colocar em definitivo uma “pá de cal” na cultura do café que, conforme Gil (2007), ainda se fazia presente no espaço rural, embora já tivesse sido banida, grosso modo, no contexto especialmente da região de governo de Presidente Prudente.

O tomate passa a ser processado pela CICA em Presidente Prudente; a Arroeira Troyano (1970), Móveis Zanon (1975) instaladas em Dracena, além de tantos outros

estabelecimentos ligados ao segmento de cana-de-açúcar que passam a operar em escala regional.

Segundo censo industrial de 1970, Dracena contava com 98 estabelecimentos industriais (98 estabelecimentos) e 555 pessoas ocupadas na indústria. Adamantina passou a contar com 84 estabelecimentos industriais, 670 pessoas ocupadas, sendo os gêneros relacionados aos produtos alimentares (35 estabelecimentos e 225 pessoas ocupadas) e mobiliário (10 estabelecimentos, 168 pessoas ocupadas), os mais relevantes na dinâmica industrial.

No momento, Lucélia tinha 42 estabelecimentos, contando com 229 pessoas ocupadas e com destaque para o segmento de produtos alimentares. Osvaldo Cruz despontando no segmento mobiliário (destaque para a empresa Linoforte) possuindo 66 estabelecimentos e 437 pessoas ocupadas na indústria, sendo 147 ocupadas no segmento mobiliário. Outro município que se destacou foi Rancharia com 50 estabelecimentos e 687 pessoas ocupadas na indústria com destaque para a indústria alimentícia.

Presidente Epitácio e Pirapozinho contavam com 36 estabelecimentos; todavia, esse último absorvia quantidade menor de mão-de-obra no segmento, com 248 pessoas ocupadas na indústria, enquanto Presidente Epitácio mais que o dobro dessa com 529 pessoas ocupadas, com relevância para o gênero da madeira. Nesse cenário, Pirapozinho ainda seria beneficiada com a instalação da Danisco S/A. No contexto do recorte espacial da pesquisa, Álvares Machado era o município que apresentava menor capacidade industrial, totalizando 23 estabelecimentos e 98 pessoas ocupadas.

Na década seguinte, houve a aceleração do processo de urbanização e da ampliação dos papéis das cidades pequenas regionalmente. Nacionalmente, os grandes centros se tornavam cada vez mais centros de absorção da população e seus habitantes, quando não conseguiam inserir-se no circuito formal da economia, dedicavam-se às atividades informais.

Favelas eram construídas e os índices de poluição e degradação ambiental acentuavam-se. São Paulo, em 1980, possuía segundo censo demográfico e industrial, 7.114.258 habitantes, 24.842 estabelecimentos industriais e 920.481 pessoas ocupadas na indústria.

Os municípios da região de Presidente Prudente que não conseguiram, em muitos casos, criar atividades econômicas dinamizadoras perderam parte de sua população rural e urbana. Esse processo foi mais evidente especialmente na região de

governo de Adamantina, como demonstrou o estudo da Coordenadoria do Planejamento e Avaliação (CPA) e pela Unidade de Assessoria Econômica (UAE) do Governo do Estado de São Paulo ao expor que:

A evolução da população se deu de forma diferenciada entre as três Regiões e Governo (RGs de Adamantina, Dracena e Presidente Prudente). Um novo padrão demográfico surgiu a partir da década de 80, com algumas regiões apresentando até mesmo perda absoluta de população, como foi o caso da RG de Adamantina, por exemplo, cuja população diminuiu, entre 1980 e 2000. Somente a RG de Presidente Prudente vem registrando crescimento expressivo de população nos últimos anos, o que reflete sua posição como pólo dinâmico dentro da RA. (Disponível em: <<http://www.ppa.sp.gov.br/perfis/PerfilRAPresidentePrudente.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010).

O estudo explica ainda que a população da região administrativa tinha o maior índice de população jovem no conjunto etário. Tal parcela da população foi absorvida por outras regiões do Estado de São Paulo, apontadas com maior potencial de crescimento econômico e geração de empregos.

Dracena havia apresentado segundo censo demográfico de 1980 (consultar tabela 5), 35.973 habitantes. Nesse âmbito, compareciam hierarquicamente: Adamantina (32.049 habitantes); Presidente Epitácio (29.608 habitantes); Osvaldo Cruz (26.113 habitantes); Rancharia (23.341 habitantes); Lucélia (18.709 habitantes); Pirapozinho (17.918 habitantes); e Álvares Machado (14.653 habitantes).

Tabela 5 – População dos municípios selecionados para a pesquisa, segundo Censos Demográficos, 1980-2010.

Municípios	1980	1991	2000	2010*
Dracena	35.973	39.532	40.500	43.219
Presidente Epitácio	29.608	34.792	39.928	41.319
Adamantina	32.049	31.903	33.490	33.792
Osvaldo Cruz	26.113	28.721	29.649	30.912
Rancharia	23.341	26.669	28.772	28.397
Álvares Machado	14.653	18.810	22.661	23.424
Pirapozinho	17.918	20.882	22.104	24.535
Lucélia	18.709	19.185	18.316	19.883

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1980-2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Publicado no Diário Oficial da União, em 4 de novembro de 2010.

Presidente Prudente tinha saltado sua população para 136.849 habitantes, sendo o centro na região que mais havia crescido em termos demográficos, desde 1940, como acompanhado na discussão desse trabalho. Mas, esse era um fenômeno que *a posteriori* também foi apoiado pelo governo estadual, com as políticas de criação das regiões administrativas.

Assim, as cidades de porte médio multiplicavam-se e sustentavam influência espacial com serviços mais sofisticados em suas respectivas hinterlândias. Conformavam-se nós funcionais que conectavam o espaço produtivo na lógica do desenvolvimento desigual e combinado, ampliando os fluxos e fixos materiais/imateriais, configurando-se nesse sentido uma população cada vez mais urbana, industrial e informacional no Estado de São Paulo, mesmo que restrita a alguns pontos dotados de maior densidade técnica e de concentração de mais-valia.

O perfil econômico é alterado e a hierarquia urbana sofre transformações. Ampliam-se a segregação socioespacial, as desigualdades regionais e instalam-se novos objetos técnicos e de consumo em cidades médias, a exemplo dos *shoppings*, hipermercados, grandes hotéis, atividades ligadas ao lazer e ao turismo.

Para Dundes (1998), na década de 80 do século XX, é a primeira vez que a indústria de alimentos tem uma queda expressiva no número de estabelecimentos, pois é o segmento de vestuário que toma a ponta da liderança industrial em Presidente Prudente. Igualmente, nesse período, o couro passa a ter importante papel na composição industrial de Presidente Prudente, absorvendo expressivo contingente de trabalhadores. Nesse quadro, só para se ter uma noção, são abertos trinta e um estabelecimentos do setor de couro, dos quais destacam-se em especial a Casa de Couros Casagrande (1982) e a Indústria de Calçados Touro (1981).

No campo, também houve um processo de concentração de terras, modernização conservadora (sem a promoção da reforma agrária) e enxugamento de crédito rural que colocariam os produtores cada vez mais em dificuldades até mesmo para assegurar sua reprodução social.

No plano industrial, foram instalados alguns estabelecimentos industriais em Álvares Machado, a exemplo da Hiraquim Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda (dedicada especialmente à produção de detergentes), a Coalgodão Indústria e Comércio de Máquinas Ltda, entre outras. Conforme censo industrial de 1980, Álvares

Machado tinha 23 estabelecimentos e 214 pessoas ocupadas, com destaque para o segmento tradicional de produtos alimentícios.

Dracena, nesse censo, contava com 85 estabelecimentos e 928 pessoas ocupadas na indústria. Nessa década, houve a instalação de empresas como Visset Confecções Ltda, Teldra Transf. Eletr. Com. e Ind. Ltda, etc. Dessa maneira, visando ilustrar esse momento de transformação em Dracena, Jurado da Silva considerou que:

Com o avanço das transformações territoriais, o espaço econômico foi sendo alterado e a cidade tornou-se *locus* da gestão do campo. Isso se expressou nitidamente quando a especulação na cidade passou a aflorar com bastante intensidade: surgem novos loteamentos e diversificam-se as atividades concernentes à produção industrial, pois, não são somente os estabelecimentos ligados ao beneficiamento inicial da matéria-prima é que farão parte da pauta econômica do município, o que ampliou também o significado e o papel de Dracena face às demais cidades da região. (JURADO DA SILVA, 2009, p. 54).

Mas, isso também foi sentido em outros municípios da região de Presidente Prudente, como Osvaldo Cruz que também teve seu incremento industrial, passando a contar com 60 estabelecimentos e 908 pessoas ocupadas na indústria, além da instalação de uma indústria de grande porte denominada Granol Indústria, Comércio e Exportação S/A. Sobre o caso, Fresca (1990) exemplificou o assunto ao comentar que:

Trata-se de uma indústria de óleos vegetais cuja matéria-prima básica é a soja, proveniente de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esta indústria conta com várias unidades instaladas na região da Alta Paulista, como em Junqueirópolis (unidade de esmagamento de amendoim), Pacaembu (no momento desativada), Adamantina (no momento desativada), Lucélia (fábrica completa, ou seja, esmagamento da soja, refino e enlatamento do óleo vegetal) e Tupã (fábrica completa). Estas unidades foram adquiridas a partir do início da década de 1970. (FRESCA, 1990, p. 223).

A Granol (presente ainda no momento atual em Osvaldo Cruz) apesar de ser uma empresa externa à região de Presidente Prudente possuía um raio de atuação em várias cidades pequenas, dentre elas Lucélia que faz parte do recorte da pesquisa. No período, esse último município tinha aumentado tanto o seu número de estabelecimentos (total de 46 estabelecimentos) quanto seu pessoal ocupado (543), e continuando a se apoiar especialmente no segmento tradicional alimentício.

Entretanto, tal movimento não foi acompanhado pela questão demográfica, visto que Lucélia havia perdido população em relação ao censo anterior (como apontado), explicitando relações não tão claras de absorção da população e reforçando-se a idéia defendida de difusão da indústria, sem que tenha ocorrido necessariamente um processo de industrialização – no sentido amplo do conceito –, acompanhado por aumento populacional, fortalecimento do processo de urbanização, maior tecnificação do espaço, etc. dada as condições encontradas na região suplementar-articulada e ao desenvolvimento desigual paulista, embora não se deva negligenciar o papel da indústria nas transformações socioespaciais.

Em Adamantina, na década de 1980, também houve a instalação de alguns estabelecimentos industriais, mas os que permanecem ativos no espaço municipal se referem especialmente à década de 1990 e anos 2000, como será explorado adiante. No censo industrial de 1980, Adamantina tinha 69 estabelecimentos e 803 pessoas ocupadas na indústria.

No caso de Pirapozinho e Presidente Epitácio houve um destaque positivo em termos de estabelecimentos e pessoal ocupado, embora o papel de Presidente Epitácio na questão industrial fosse maior. Pirapozinho contava com 40 estabelecimentos e 896 pessoas ocupadas com relevância para a indústria de vestuários, calçados e artefatos de tecido e de minerais não metálicos, enquanto Presidente Epitácio com 47 estabelecimentos e 1.094 pessoas ocupadas, com destaque para os segmentos da madeira e da indústria alimentícia. Nessa década, também foi instalada uma importante indústria em Presidente Epitácio, sendo hoje uma das mais relevantes no contexto municipal, isto é, a Rebière Ingredientes Alimentícios, dedicada à fabricação de gelatinas (sob a designação atual de Rousselot Gelatinas).

Rancharia totalizava 57 estabelecimentos e 661 pessoas ocupadas. Nessa década, ainda foram instalados estabelecimentos como os Laticínios Rancharia Ltda., Curtume Apucar S/A.

Com isso, os municípios que contaram com instalação de estabelecimentos industriais de grande porte (especialmente sociedade anônima), foram Presidente Epitácio, Rancharia e Osvaldo Cruz. Empiricamente, ainda constata-se que os centros urbanos desses municípios guardam tal especificidade, com instalações ligadas, sobretudo, aos subsetores mais tradicionais da indústria, como os produtos alimentícios

em base agroindustrial, com forte relação com o campo e com processos modernos de beneficiamento da produção.

Tal quadro é observado de maneira distinta em Lucélia, Adamantina e Dracena. Essas cidades têm no capital local e no desempenho, em geral, das empresas de médio porte a característica marcante do fato industrial, no âmbito urbano, com iniciativas que superaram as diferentes crises que sobrevieram ao país e hoje ampliam seus mercados e potenciais de produção.

Isso porque a década de 1980 ficou marcada por crises inflacionárias, instabilidade econômica e política no Brasil. Muitas empresas faliram, estabelecimentos industriais fecharam, as cidades grandes aumentaram ainda mais sua população, as cidades médias ampliaram a função de gestão em suas regiões de influência e as cidades pequenas, em muitos casos, redefiniram sua lógica de papéis urbanos.

Nesse sentido, valeria ponderar que a região suplementar-articulada de Presidente Prudente continuou com seu perfil tradicional de indústria, mas houve a instalação de estabelecimentos modernos na expressão do desenvolvimento desigual e combinado, especialmente no segmento de alimentos de caráter agroindustrial e químico. São, portanto, novos arranjos que se formam na produção do espaço e no âmbito das redefinições regionais, ao longo do tempo.

Por outro lado, a sede administrativa de Presidente Prudente, nos anos 1980 e 1990, assistiu o fechamento de muitos estabelecimentos. A guerra fiscal se ampliou e as promessas de maior industrialização não vingaram e, por fim, os distritos industriais que foram lançados não responderam a contento as demandas do setor industrial.

Determinadas empresas ficaram insatisfeitas com as promessas políticas de incentivo prudentina e a cidade pequena mais beneficiada com esse arranjo foi Regente Feijó (município vizinho à sede administrativa da região) que recebeu parte dos estabelecimentos industriais de Presidente Prudente.

Regente Feijó, mesmo não fazendo parte do recorte espacial de pesquisa prioritário, apresenta potencial industrial interessante no contexto regional, com estabelecimentos de pequeno e médio porte, instalados às margens da rodovia Raposo Tavares e firmas relevantes, tais como a Alimentos Wilson. No *site* dessa empresa, têm algumas informações a respeito do período em análise que auxiliam a melhor identificar a dinâmica industrial ao ressaltar que:

Em 1985, a Wilson inaugurou uma nova unidade industrial em Regente Feijó, município vizinho à localização da matriz, também no interior do Estado de São Paulo. Neste ano, foram inauguradas as linhas de processamento de produtos atomatados, dando origem então a uma nova marca campeã de vendas nacional: o catchup e a linha de molhos e extratos D'ajuda. Posteriormente foram sendo incorporadas novas linhas de produtos alimentícios, que hoje fazem parte integrante da história de sucesso da empresa, como: a linha de refrescos em pó, maionese, mostarda, molhos diversos, condimentos e achocolatados em pó. (Disponível em: <http://wsouzen.alimentoswilson.com.br/quem_somos.php>. Acesso em: 7 abr. 2010.).

Nesse sentido, caberia mencionar que a cidade pequena de Regente Feijó nutre forte relação com o espaço urbano de Presidente Prudente e, em determinado sentido, se beneficiou desse quadro de instalação de estabelecimentos que antes se localizavam em Presidente Prudente.

Poderia, portanto, a partir desses apontamentos propor diferentes tipologias para o estudo das cidades pequenas no âmbito da questão industrial. Há cidades que apresentam forte relação com o campo na produção industrial, outras com especialização na produção de móveis, algumas com forte presença do segmento alimentício, vestuário etc.

Nesse raciocínio, vale frisar que como os censos industriais foram interrompidos a partir de 1985 e o censo demográfico de 1990 não ocorreu, isso acaba por afetar na dimensão temporal do estudo. Contudo, isso não inviabiliza que seja ainda utilizado censo de 1991 para efeito de compreensão histórica do fenômeno demográfico e a RAIS⁴⁴ para o estudo da questão industrial, já que essa passou a ser publicada em 1985 por meio do Programa de Disseminação Estatística do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, tal fonte apresenta um caráter censitário, já que cobre, segundo o MTE, 97% da economia formal do país e todo estabelecimento formal público ou privado tenha que efetuar obrigatoriamente sua declaração, seja ele com vínculo empregatício ou não.

⁴⁴ Informações metodológicas sobre o uso da RAIS foram delineadas na parte inicial desse trabalho e devem ser consultadas para efeito de citação e contextualização, caso o leitor tome como referencial a leitura analítica dessa interpretação. São tomados como indústria somente apenas os subsetores ligados à indústria da transformação nos 12 subsetores do IBGE listados nos procedimentos metodológicos do trabalho, excluindo-se, por exemplo, a extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública. Além disso, só entram nessa relação da metodologia da pesquisa os estabelecimentos com CNPJ e os que apresentaram pelo menos um vínculo empregatício (não fazendo parte desse cálculo a RAIS Negativa).

Em 1985, por exemplo, ano inicial de divulgação da RAIS, verificou-se no recorte espacial de pesquisa que o município que mais empregava em termos industriais era Osvaldo Cruz (1.018 vínculos empregatícios), seguido por Rancharia (966), Pirapozinho (936) e Presidente Epitácio (768). Entretanto, em termos de números de estabelecimentos Dracena era o município com maior expressividade (58), seguido por Adamantina (56) e Osvaldo Cruz (53).

Em Osvaldo Cruz, o subsetor da madeira e mobiliário era o mais importante em termos de números de vínculo empregatícios, apresentando um estabelecimento industrial que possuía na faixa de 250-499 vínculos empregatícios. Já em Dracena era o subsetor de alimentos, bebidas e álcool etílico o que mais absorvia vínculos empregatícios (228).

Em 1991⁴⁵, ano em que foi realizado o censo demográfico, o município que apresentava maior número populacional do recorte de pesquisa era Dracena com 39.532 habitantes, seguido por Presidente Epitácio (34.792 habitantes), Adamantina (31.903 habitantes), Osvaldo Cruz (28.721 habitantes), Rancharia (26.669 habitantes), Pirapozinho (20.822 habitantes), Lucélia (19.185 habitantes) e Álvares Machado (18.810 habitantes). Assim, Presidente Epitácio torna-se o terceiro município (depois de Dracena e Presidente Prudente) com maior número populacional, superando Adamantina, que praticamente se manteve estagnada em seu crescimento demográfico desde 1950 e em alguns momentos acumulando perdas em termos de população.

Lucélia foi outro município que teve perdas demográficas, oscilando na dimensão industrial ao longo dos censos e perdendo neste último sua posição para Pirapozinho, apesar desse ser apenas um centro local, conectado a Presidente Prudente e Lucélia ser um centro de zona (mesmo que com restrita influência espacial), como demonstrado no último estudo da REGIC.

Nesse contexto, tanto Presidente Epitácio quanto Dracena foram os municípios que apresentaram maior crescimento demográfico ao longo dos últimos anos. Por outro lado, incrementaram a dimensão da economia, da indústria e da produção do espaço.

Em 1991, segundo dados da RAIS, Dracena era o município com maior número de estabelecimentos industriais de transformação, preponderando o subsetor da madeira

⁴⁵ São Paulo já havia disparado em termos demográficos, alcançando a cifra de 9.545.797 habitantes e Presidente Prudente apresentado crescimento, em relação ao censo anterior, com uma população total de 164.275 habitantes.

e do mobiliário (24 estabelecimentos com 345 vínculos empregatícios). Depois comparecia Adamantina com 73 estabelecimentos e Pirapozinho com 56.

Pirapozinho apresentava-se como o município que mais tinha vínculos empregatícios na indústria, ou seja, 1.048 ao todo, com representatividade para o subsetor da borracha, fumo, couro, peles e similares. Em seguida apareciam Osvaldo Cruz (875 vínculos empregatícios) e Dracena (856 habitantes), ambos com destaque para o subsetor da madeira e mobiliário, ou seja, com a produção de móveis em geral.

No conjunto dos municípios selecionados para a pesquisa seguiam em ordem de expressão, em termos de vínculos empregatícios: Rancharia (563), Lucélia (516), Adamantina (449), Presidente Epitácio (398) e Álvares Machado (136).

Na década de 1990, em Álvares Machado observa-se que a Matsuda Equipamentos Ltda amplia cada vez mais seu papel de destaque com mais de trezentos vínculos, bem como projeção nacional e internacional.

Em Dracena, são instalados vários estabelecimentos de capital local ligados especialmente ao segmento alimentício e mobiliário. Dentre eles caberia ressaltar, segundo a prefeitura municipal: a Dimension Indústria e Comércio de Móveis, Móveis Ataide, Laticínios Trevizan, entre outros.

No caso de Adamantina, houve a criação de diversas empresas como a Adasebo dedicada à produção e comercialização de farinha de carne e osso, extração de sebo, salga de couro e prestação de serviços; a Portage voltada ao ramo de confecções de alta costura; além de outros estabelecimentos que ainda encontram-se instaladas no espaço urbano da cidade pequena.

Em Rancharia, houve um fortalecimento de seu poder agroindustrial e desta vez o pequeno centro expandiu suas atividades para o setor frigorífico com a instalação do Frigorífico São Gabriel Ltda e do Frigorífico São Martinho Ltda, mas também de estabelecimentos industriais relacionados a sua antiga função de centro industrial de beneficiamento agrícola, a exemplo da Cargill Agrícola S/A, Granosul Agroindustrial Ltda. Além disso, o núcleo urbano contou ainda com investimentos no segmento de ração animal, curtimento de couro, etc.

Nos anos 2000, são instalados vários estabelecimentos industriais nas cidades pequenas da pesquisa, dentre elas poderia se citar a Couroada Comercial e Representações Ltda com atividades de curtimento de couro em Adamantina, bem como

a Bunge Alimentos S/A, o Frigorífico Beter Beef Ltda, a Palmali Industrial de Alimentos Ltda pertencentes ao segmento agroindustrial em Rancharia.

Em 2000, o município do recorte de pesquisa que apresentava maior população era Dracena (40.500 habitantes) e depois seguiam: Presidente Epitácio (39.928 habitantes); Adamantina (33.490 habitantes); Osvaldo Cruz (29.649 habitantes); Rancharia (28.772 habitantes); Álvares Machado (22.661 habitantes); Pirapozinho (22.104 habitantes); e Lucélia (18.316 habitantes).

Álvares Machado foi o município que contou com maior incremento populacional no período, superando municípios como Pirapozinho e Lucélia. A proximidade em relação à cidade de Presidente Prudente possibilitou que os habitantes deste pequeno centro pudessem se deslocar rapidamente para o centro maior, podendo usufruir de emprego, estudo, saúde sem necessariamente precisar mudar de cidade.

De modo geral, a região também tem auferido investimentos em atividades econômicas diversas (serviços, indústria, turismo, comércio, etc.) tanto de ordem nacional quanto internacional, apesar da soma montante ser inferior a maioria das regiões no estado de São Paulo.

No campo da indústria, segundo Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP) para análise dos anos 2000, várias cidades pequenas da região têm recebido investimentos.

Caiuá contou com ampliação da Destilaria Decasa do segmento de refino petróleo e álcool; a Fruteza em Dracena passou por processo de modernização, a Usina Dracena foi implantada; a Usina Alta Paulista foi ampliada e modernizada em Junqueirópolis, bem como instalada a Usina Rio Vermelho; a Central de Álcool de Lucélia ampliada; a Usina Decasa foi expandida em Marabá Paulista; Martinópolis contou com a implantação da Usina Atena; ETH Bioenergia/Odebrecht foi implantada em Mirante do Paranapanema; a Usina Cocal foi colocada em funcionamento em Narandiba; a Usina Futura implantada em Paulicéia; Laticínios Oeste Paulista instalado em Piquerobi; Gurgel Motors implantada em Presidente Venceslau, assim como a ETH Bionergia em Teodoro Sampaio, entre outras iniciativas.

Ainda, segundo relatório produzido pela PIESP referente ao ano de 2008, observou-se que:

Os valores de investimentos anunciados para a RA de Presidente Prudente, sexta colocada entre as regiões paulistas, declinaram de US\$ 937,1 milhões, em 2007, para US\$ 563,5 bilhões, em 2008.

A quase totalidade desses recursos concentrou-se no setor industrial (98,6%), envolvendo apenas dois anúncios, ambos da norueguesa Biofuel Energy, destinados aos municípios de Sandovalina e Narandiba. O montante mais elevado (US\$ 444,6 milhões) associou-se ao ramo de refino de petróleo e álcool, com a construção de duas usinas para produzir álcool combustível, enquanto o de eletricidade, gás e água quente recebeu os restantes US\$ 111,2 milhões, relativos à instalação, nessas usinas, de cogeneradoras de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar. (PIESP-SEADE, 2010, p. 13-14. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/piesp/relatorios/relato-2008.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2010).

Dos dados apresentados e da citação do estudo da PIESP identifica-se que a indústria da região de Presidente Prudente mantém-se vinculada às atividades desenvolvidas no campo, especialmente, no que tange aos derivados da cana-de-açúcar, com fortes investimentos tanto de caráter nacional quanto internacional. Tal evidência tem que ser visualizada historicamente, pois, a mesma configura-se como complementar à economia da capital paulista de maneira desigual e combinada ao seu processo de desenvolvimento.

A importância das usinas já havia sido detectada desde 1970, quando avaliada a questão econômico-industrial e a formação da região administrativa de Presidente Prudente. Ao longo do tempo, essa indústria se moderniza, ganha investimentos, mas a dinâmica territorial produzida a partir dela leva a transformações nos pequenos centros também.

Algumas cidades pequenas abrigam expressiva quantidade de mão-de-obra que é empregada no campo e passam a receber migração de outras áreas do país, como ocorreu em Santo Expedito, que contou com a presença de pessoas oriundas do Nordeste para trabalhar no corte da cana. O efeito imediato desse processo tem sido o aumento da demanda por casas (sobretudo aluguel), ampliação da especulação imobiliária e fundiária desta e de outras cidades que têm quadro similar.

Além disso, as transformações na paisagem têm sido intensas. No campo, novas estradas são criadas, cercas derrubadas/refeitas, limites alterados e nas cidades visualiza-se o movimento constante de caminhões, máquinas e ônibus com trabalhadores da cana.



Em 2010, por exemplo, os municípios do recorte espacial de pesquisa também tinham incrementado sua população, segundo o Censo Demográfico, com exceção de Rancharia. Assim, compareciam hierarquicamente: Dracena (43.219 habitantes); Presidente Epitácio (41.319 habitantes); Adamantina (33.792); Osvaldo Cruz (30.912); Rancharia (28.397); Pirapozinho (24.535 habitantes); Álvares Machado (23.424 habitantes); e Lucélia (19.883). Tais mudanças no cenário demográfico apontam, pelo menos em tese, para fixação da população regional, entretanto, tal consideração deve ser compreendida criticamente e à luz do estudo do presente e dos novos papéis que essas cidades pequenas adquirem face ao avanço do capitalismo e da economia informacional.

Como tal processo encontra-se em andamento é necessária uma análise cautelosa das transformações socioespaciais nos pequenos centros. Com esse intuito, será apresentado nos itens seguintes, resultados oriundos dos trabalhos de campo efetuados nos estabelecimentos industriais, mais relevantes, e nas prefeituras municipais do recorte espacial de pesquisa, dando-se especial atenção às interações e estratégias espaciais.



5 CIDADES PEQUENAS E INDÚSTRIA

5.1 A interpretação

Pelo fato de se ter uma amostra ampla (oito cidades pequenas e seus respectivos estabelecimentos industriais principais) para o debate da pesquisa é preciso esclarecer que as argumentações embasam-se numa visão panorâmica, bem como no sentido qualitativo da argumentação. O objetivo não é apresentar uma análise aprofundada das particularidades e especificidades das cidades pequenas, e muito menos oferecer um leque variado de estatísticas e descrições a respeito do fenômeno da indústria no cenário quantitativo.

O texto prioriza a discussão geográfica, a análise subsetorial da indústria e dos principais estabelecimentos industriais instalados nas cidades pequenas selecionadas para a investigação (trazendo reflexões em tópicos distintos ou em conjunto acerca desses centros e de seus estabelecimentos). Embora, saliente-se que as cidades pequenas apresentam suas singularidades enquanto centros diferenciados entre si (como será levantado adiante), particularidades no que diz respeito a sua inserção na rede urbana e aspectos mais amplos (gerais) comuns, como inserção na economia de mercado, participação na divisão territorial do trabalho, atendimento das demandas mínimas da população, etc.

Tal empreitada intenta responder, portanto, ao objetivo específico de avaliar as informações coletadas nas empresas e órgãos relacionados à indústria, procurando evidenciar em diferentes momentos as estratégias espaciais das empresas e as interações espaciais no que diz respeito à circulação de mercadorias, compra de matérias-primas, centros consumidores, etc., no contexto da difusão espacial da produção industrial, na região suplementar-articulada de Presidente Prudente.

Assim, caberia ressaltar que a literatura sobre interações espaciais é bastante ampla e diversa e, por isso, neste trabalho tomou-se o devido cuidado de selecionar teoricamente as interpretações de Roberto Lobato Corrêa (1997, 2006) para embasar as interpretações analítico-descritivas elaboradas, reconhecendo que:

As interações espaciais constituem parte integrante e tradicional do temário geográfico. A continuidade desta tradição, em um mundo que rapidamente tem suas interações complexificadas constitui uma tarefa que os geógrafos devem assumir, visando contribuir para, através de sua visão particular da realidade, torná-la desmistificada e inteligível. (CORRÊA, 1997, p. 314).

Em linhas gerais, são interpretadas as interações que se constituem em ligações amplas que podem se processar tanto no âmbito de fluxos de pessoas (o que envolve necessariamente a dimensão de fixos), quanto de dinheiro, ordens, relações de consumo, bem como:

As migrações em suas diversas formas (definitivas, sazonais, pendulares etc.), as exportações e importações entre países, a circulação de mercadorias entre fábricas e lojas, o deslocamento de consumidores aos centros de compras, a visita a parentes e amigos, a ida ao culto religioso, praia ou cinema, o fluxo de informações destinadas ao consumo de massa ou entre unidades de uma mesma empresa são, entre tantos outros, exemplos correntes de interações espaciais em que, de uma forma ou de outra, estamos todos envolvidos. (CORRÊA, 1997, p. 302).

Desse modo, pelo fato das interações espaciais serem muito extensas, neste texto, serão consideradas apenas as interações no âmbito da dimensão econômica, no que diz respeito ao universo dos estabelecimentos industriais, no circuito de aquisição de matérias-primas, mercados consumidores, bem como à interpretação das exportações e importações nas cidades pequenas (como já adiantado anteriormente).

Com isso, cabe frisar que os outros capítulos já tocaram, em diferentes momentos, alguns pontos da realidade socioespacial encontrada nesses pequenos centros e fazem parte do estilo do autor em não revelar o conteúdo desses centros de maneira direta e em único tópico, mas de contemplá-los à luz de todo trabalho, em diferentes momentos, fazendo com que o leitor “pince” em cada detalhe descrito o desejo de mais bem conhecer o recorte espacial da pesquisa e ao final do trabalho construa uma leitura geral sobre o assunto. A abordagem é conseqüentemente pouco específica.

Neste intuito, a tarefa é organizar a argumentação em torno das interações espaciais e estratégias espaciais dos principais estabelecimentos industriais nas cidades pequenas (na escala municipal) de Dracena, Adamantina, Lucélia, Osvaldo Cruz, Álvares Machado, Pirapozinho, Rancharia e Presidente Epitácio.

Tais variáveis foram pensadas a partir da escala municipal, embora o foco analítico seja as cidades pequenas (como mencionado anteriormente). Em termos de PIB (em milhões de reais correntes), em 2006, o destaque foi Rancharia que apresentou o maior valor, isto é, 607,58, acompanhado por Adamantina (419,26), Dracena

(406,46). No ICMS arrecado pela indústria (2002), em reais correntes de 2008, comparecem Pirapozinho com 11.646.168, Osvaldo Cruz 5.320.600 e Lucélia 2.875.496. Em 2006 (reais correntes de 2008), no quesito IPI, os municípios com maior expressão eram Rancharia (142.737), Presidente Epitácio (132.755) e Dracena (83.901).

Para tanto, a argumentação foi fundamentada no sentido de apresentar sinteticamente as cidades e de expor, logo em seguida, a atuação das principais empresas no contexto geográfico para, por último, sintetizar as informações a respeito das exportações e importações e, portanto, se construa um quadro geográfico sobre as interações e estratégias espaciais que, nesse caso, são embasadas nas proposições teóricas decorrentes do trabalho de Fischer (2008). Tal autor resume o assunto das estratégias espaciais ao afirmar que:

Em todo processo industrial, a empresa, qualquer que seja seu tamanho, é levada a tomar decisões fundamentais que lhe permitirão definir suas principais estratégias (a estratégia sendo aqui definida como o conjunto de dispositivos decisoriais que permitem à firma antecipar seus futuros resultados). As respostas às questões sobre o que produzir e em qual quantidade (escolha do mercado e da escala) permitem definir as estratégias econômicas; a resposta à questão como produzir; conduzem a definir uma estratégia às vezes social e técnica; a resposta à questão onde equivale a definir a estratégia espacial da empresa? Desse modo, essas questões e as estratégias que elas sustentam são sempre estreitamente interdependentes. (FISCHER, 2008, p. 23).

Em outras palavras, buscar-se-á a partir da leitura dos principais estabelecimentos industriais instalados nas cidades pequenas a descrição das interações e estratégias espaciais, mesmo que para isso se tome como foco analítico, em muitos casos, a empresa, o grupo, a corporação, embora cada uma dessas expressões carregue consigo significados distintos, ao mesmo compasso que não se desvinculam do plano material e das relações sociais.

Nesse contexto, observar-se-á que as unidades industriais selecionam o espaço onde irão atuar, seja por relações de apego familiar dos dirigentes/fundadores com dado local, seja por justificativas econômicas e pelo contexto geográfico.

Pierre Veltz (1997), em estudo mais amplo sobre a mundialização e as cidades, verificou que os custos sociais são maiores nas cidades pequenas porque tais custos são diluídos nas cidades de porte maior e isso tem também repercussão na dimensão total dos vínculos empregatícios que são concentrados nos grandes centros. Entretanto, pode-

se avaliar que a estratégia espacial de instalação industrial nem sempre é pensada a partir da temática dos custos sociais, uma vez que as empresas da região de Presidente Prudente têm alegado motivações de origem diversa para sua instalação industrial nos pequenos centros.

Com isso, compreende-se que a difusão espacial da produção industrial na região de Presidente Prudente coloca-se como ponto analítico para a leitura geográfica proposta e sintetiza as transformações socioespaciais que as cidades pequenas vêm passando. As interações e estratégias espaciais entram nessa questão, portanto, na medida em que colaboram para melhor caracterizar a dinâmica industrial e para se evidenciar as alterações que as cidades pequenas e as indústrias vêm processando.

Assume-se, nessa postura, a concepção de que a indústria tem um papel significativo nas cidades pequenas ainda que no estágio atual não seja possível verificar elos fortes de cooperação, multiplicação de estabelecimentos por relações inter e intra-setoriais, grandes alterações em termos de expansão de urbanização e ampliação da população em função de um denso processo de industrialização.

Ademais, tanto as empresas quanto as cidades pequenas representam, no sentido espacial, diferentes lógicas, embora algumas possam ser semelhantes, convergentes/divergentes ou mesmo contraditórias na produção do desenvolvimento desigual do espaço e no cenário mais amplo da difusão da indústria entendida enquanto instalação industrial rarefeita, no âmbito da região suplementar-articulada de Presidente Prudente.

5.2 Dracena: uma cidade complexa de segmentos industriais variados

Dracena surgiu da iniciativa da empresa de colonização denominada “Fioravante, Spinardi & Vendramin Ltda”, movida basicamente pelo capital de três sócios (como destaca o próprio nome da empresa) que foi acumulado em detrimento de atividades de loteamento urbano no município de Tupã (situado na Região de Marília).

Na perspectiva histórica, foram muitos os agentes sociais que estiveram envolvidos na formação socioespacial de Dracena, entre os quais se destacou Lélío Pizza, sendo o proprietário inicial de vastas extensões de terras na Alta Paulista. Tal

empreendimento recebia a designação de Fazenda Guataporanga e foi paulatinamente fracionado em diversas partes que deram origem aos patrimônios e as novas fazendas.

Esse negócio foi extremamente rentável e quando Írio Spinardi (fundador da cidade) compra parte de suas terras na localidade que hoje seria Dracena, dá-se início a um processo de adensamento da ocupação humana e de dotação e de infra-estrutura que levaria este centro (no futuro) a polarizar os demais núcleos urbanos da sua região de governo.

Hoje, Dracena conta com uma estrutura diversificada de comércio com redes de mercados, como a Troyano que atua em outras cidades pequenas da região como Tupi Paulista, empreendimentos como Magazine Luiza, Casas Bahia, etc. Além disso, no centro urbano se encontra em construção o *Shopping Dracena* que logo abrirá suas portas para atender a população da cidade, região e aos demais visitantes.

A abertura de novos estabelecimentos se refere tanto à iniciativa local quanto ao capital externo que investe na cidade. Assim, Dracena mesmo sendo pequena tende a se transformar constantemente no sentido de sua paisagem urbana, contando cada vez mais com a atração de pessoas ao comércio e eventos.

A tabela 6⁴⁶ ilustra essa afirmação ao fornecer dados para exemplificar que o setor de comércio com 648 estabelecimentos e 3.122 vínculos empregatícios é o mais relevante na dimensão dos setores formais da economia municipal, seguido bem proximamente pelo setor de serviços (288 estabelecimentos e 3.061 vínculos empregatícios) e depois em outro patamar pela indústria (92 estabelecimentos, 1.586 vínculos empregatícios). Nesse caso, pode-se observar que a agropecuária é o setor menos representativo no município o que comprova a afirmação de que Dracena vem se diferenciando economicamente, tornando-se mais complexa.

⁴⁶ Há a necessidade de ressaltar que o número total de estabelecimentos industriais na categoria subsetorial da indústria diverge dos grandes setores do IBGE no quesito total da indústria, já que no recorte subsetorial foram incluídas apenas a dimensão dos subsetores que se relacionam à indústria de transformação. Nesse sentido, enquanto o número de estabelecimentos da indústria segundo grandes setores é de 92 estabelecimentos (tabela 6), no total dos subsetores selecionados para a pesquisa e já destacados na parte inicial desse trabalho (ou seja, na metodologia) é de 89 estabelecimentos (tabela 7). Isso vale também para a distribuição dos vínculos empregatícios e para a análise dos demais municípios a serem examinados nesse trabalho adiante.

Tabela 6 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Dracena, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria	92	1.586
Construção civil	23	309
Comércio	648	3.122
Serviços	288	3.061
Agropecuária	7	485
<i>Total</i>	<i>1058</i>	<i>8.563</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Sua influência não se restringe a sua área municipal, mas também às cidades pequenas (consideradas como centros locais) de sua vizinhança a exemplo de Flora Rica, Irapuru, Junqueirópolis, Tupi Paulista, São João do Pau d'Alho, Nova Guataporanga, Paulicéia, Panorama e Monte Castelo, como elucidado no estudo da REGIC e dialogando empiricamente com os sujeitos que consomem o espaço urbano da cidade.

Nesse sentido, há de se ressaltar que as cidades, antes nascidas com o advento da ferrovia e que apresentavam um tipo de rede urbana no padrão axial (conexão de fluxos em sentido linear acompanhando a direção da linha férrea) altera-se para um padrão dendrítico com centros de polarização, como Dracena e Adamantina e outros núcleos se conectando a esses na dimensão regional ou mesmo para um nível mais amplo se tomado como exemplo o processo de mundialização e a economia informacional, o que permitiria questionar se há em construção uma rede de múltiplos circuitos (animada especialmente pelo movimento das exportações e importações dos pequenos centros no processo de difusão espacial da produção industrial).

Ao dissertar acerca das redes de múltiplos circuitos, Corrêa (1997, p. 312) escreveu que: “[...] É, assim, uma rede mais complexa, na qual, adicionalmente as ligações podem se cruzar sem a mediação de um nó.” Isto é, “[...] As redes em questão podem tanto apresentar uma hierarquia entre os seus nós como complementaridade entre eles” (Idem). Em outras palavras, configura-se uma nova complexidade no fenômeno da urbanização e até mesmo entre estabelecimentos industriais e comerciais que se ligam em distintos pontos do mundo pelo sistema informacional, numa nova

divisão territorial do trabalho, assentada nas telecomunicações, favorecendo a ampliação das interações espaciais e produzindo desenvolvimento desigual e combinado nas (entre) regiões, cidades, corporações, lugares, etc.

A partir dessas considerações poder-se-ia afirmar que é por meio das interações espaciais que novas redes se formam ou desajustam as realidades socioespaciais, conformando transformações, na dimensão das ligações entre centros de porte semelhante e/ou distinto. Nesse universo, algumas cidades tendem a crescer, estagnar ou mesmo entrar em declínio, ganhando a adição de novos conteúdos e de dinâmicas econômicas que se superpõem junto ao nexos espacial existente ou em ativação num dado momento e contexto geográfico.

Assim, apesar de contemporaneamente se vivenciar essa chamada “era da informação” determinados marcos materiais de tempos pretéritos podem permanecer no presente e delimitar novos espaços de transformação econômica. O que se quer afirmar é que se pelo menos a ferrovia não influencia mais a dinâmica da rede urbana no contexto regional, seu sentido concreto no plano da cidade Dracena se mantém como linha para a expansão urbana. Dessa maneira, a cidade que cresceu a partir dela, projeta sua expansão presentemente em direção à rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, onde também houve a instalação de distritos industriais, a unidade diferenciada da UNESP, como mostra a figura 8.

Próximo à área industrial foi instalado um conjunto de bairros voltados à classe média, denominado Palmeiras (no sentido nordeste em relação ao centro da cidade). Já no lado noroeste observam-se chácaras com o cultivo, em geral, de frutas como a acerola e que estão em proximidade à unidade diferenciada da UNESP, na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP 294) sendo processadas, em grande parte, por determinados estabelecimentos industriais, como a Poder Fruit e Fruteza, ambas instaladas em Dracena, sendo a primeira de capital externo à região e a segunda de iniciativa local.

No universo industrial, verifica-se conforme dados obtidos na prefeitura municipal que a maior parcela dos estabelecimentos industriais instalados na cidade são de capital local e encontram-se em proximidade à rodovia, seja no distrito industrial ou em lotes amplos e particulares adquiridos pelas empresas, como a Coimma e Hidromecânica (conhecida mais comumente como “Caçula”), etc.

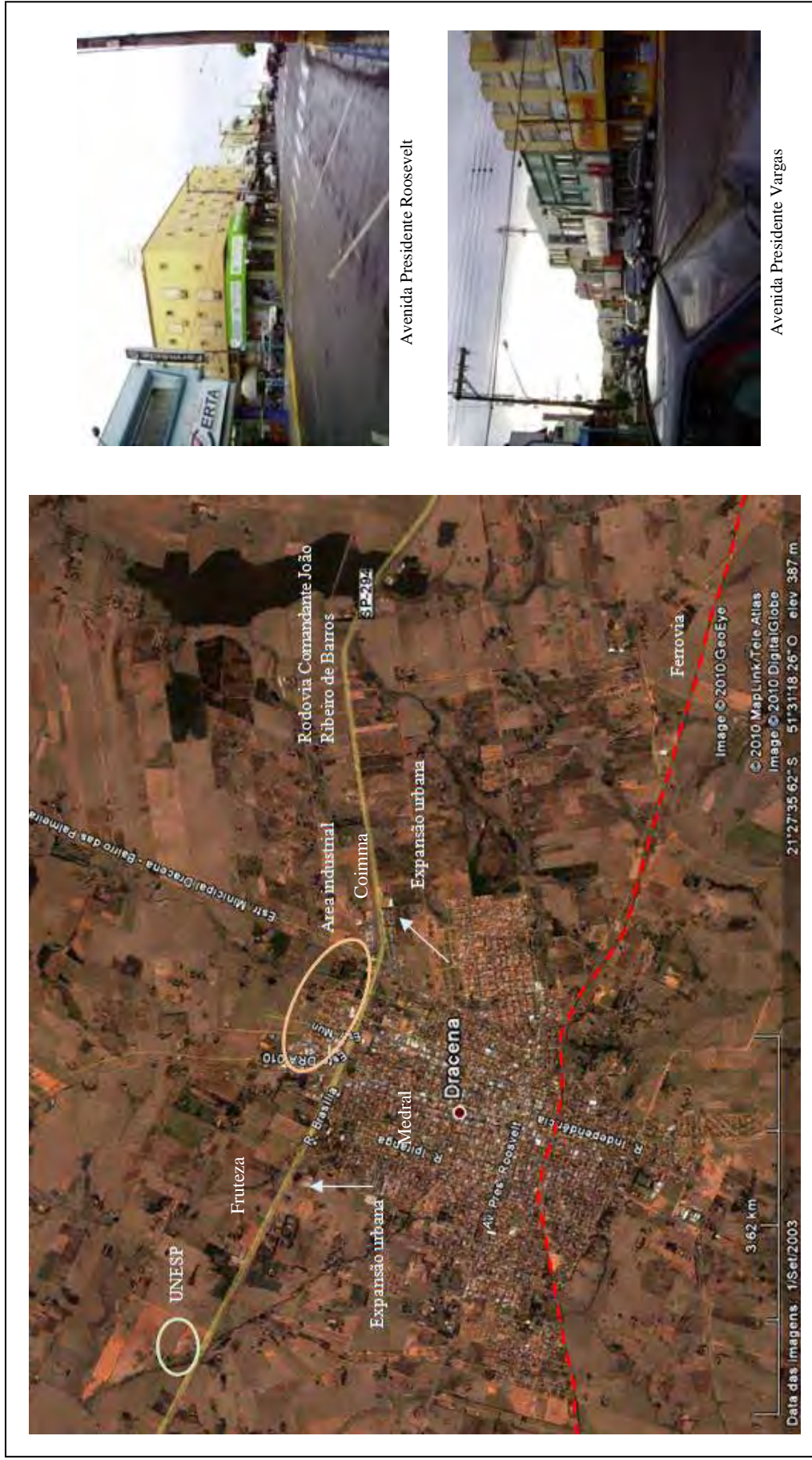


Figura 8 – Imagem de satélite da cidade pequena de Dracena e das Avenidas Presidente Roosevelt e Vargas. Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Earth. Acesso em: 30 mai. 2010. Adaptado por Jurado da Silva (2010) e fotografias do mesmo autor.

Na composição subsetorial da indústria de Dracena (conforme ilustrado na tabela 7) destaca-se o subsetor tradicional da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (25 estabelecimentos e 546 vínculos empregatícios), seguido pela indústria da madeira e do mobiliário (13 estabelecimentos, 230 vínculos empregatícios) e pela indústria mecânica com 4 estabelecimentos que foram capazes de gerar 191 vínculos empregatícios.

Tabela 7 – Composição subsetorial da indústria em Dracena, 2008.*

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos Empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	7	128
Indústria metalúrgica	14	96
Indústria mecânica	4	191
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	4	12
Indústria da madeira e do mobiliário	13	230
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	6	57
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	3	24
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	6	106
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	7	34
Indústria de calçados	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	25	546
Total	89	1.424

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

No subsetor alimentício o destaque é dos estabelecimentos ligados ao beneficiamento de frutas, em geral, com a produção de sucos e concentrados em plantas industriais modernas e compactas, a exemplo da empresa Fruteza; no setor de móveis tem-se destaque para a Formi-Fruchi, Olivar Móveis que comercializam sua produção com grandes companhias nacionais do varejo; no segmento mecânico/metalúrgico para a Hidromecânica e no agroindustrial para Coimma. Mas, cada uma dessas empresas conta com sua lógica de atuação espacial e com interações espaciais (no campo das parcerias comerciais, nacional e estrangeira) diversa.

Com isso, visando ilustrar melhor tais considerações foram eleitas as empresas Fruteza, Coimma e Medral para estudo analítico deste trabalho das quais são apresentadas a seguir algumas considerações a respeito de interações e estratégias espaciais. Observa-se que as mesmas rompem com a lógica de atuação apenas regional e comercializam com outras partes do território nacional, possuindo em alguns casos

ainda comunicação com o estrangeiro. Isso significa afirmar que Dracena, além de se destacar como cidade de comércio e serviços, também possui papel importante na indústria, na divisão territorial do trabalho, em escala internacional.

No campo das exportações (vide mapa 10), segundo a SECEX (2009), Dracena tem como principal parceiro comercial Porto Rico com 368.695 (US\$ F.O.B.), seguida pela Argentina (US\$ F.O.B. 284.125), Israel (US\$ F.O.B. 263.332), e Jamaica (US\$ F.O.B. 188.808). Quanto ao desempenho das exportações por blocos econômicos verifica-se que o Mercosul é o principal destino, além da Comunidade do Caribe, Oriente Médio, entre outros. Nesse cenário, os principais produtos exportados foram sucos de frutas; produtos hortícolas; frutas congeladas; heparinas e seus sais; móveis de madeira; aparelhos de pesagem; etc.

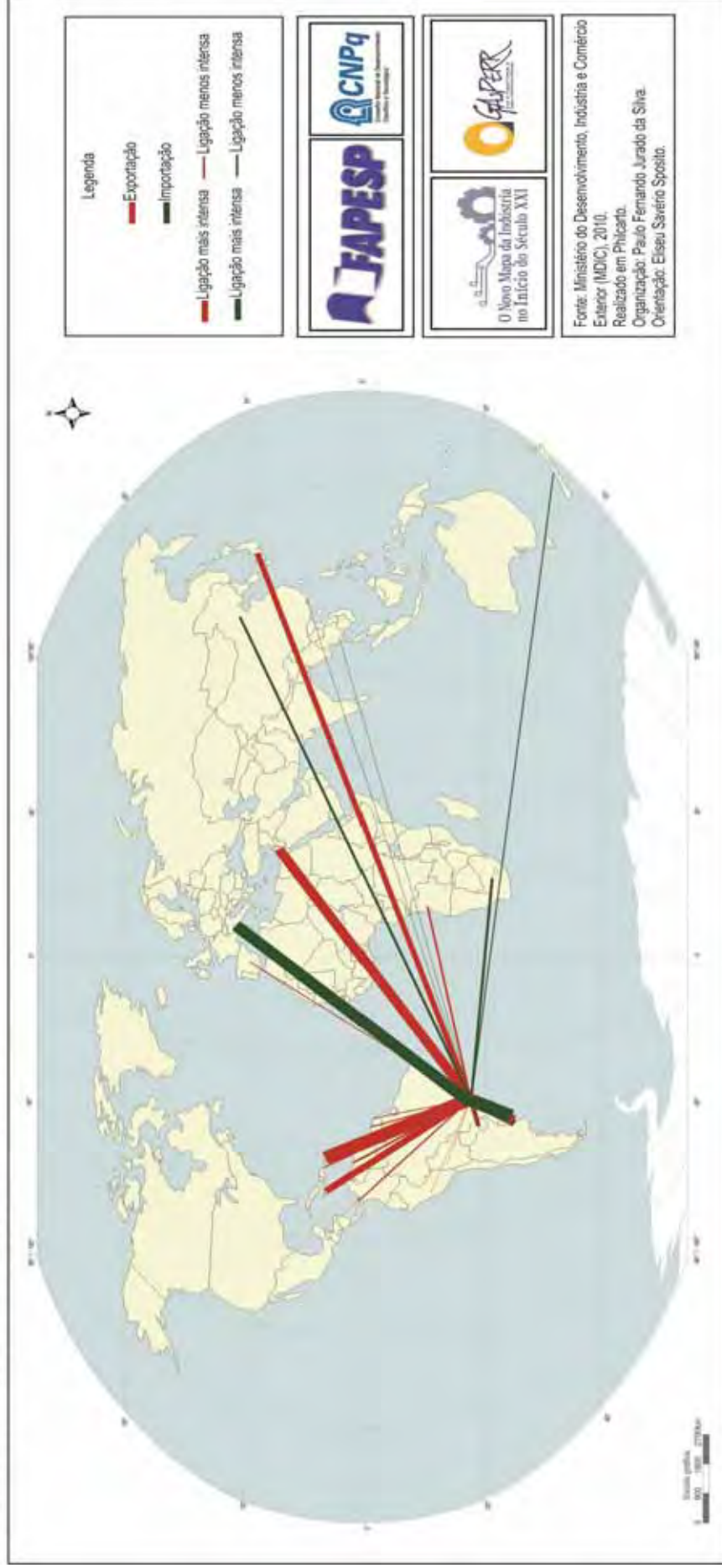
Já no quesito importações (mapa 10), observa-se que Dracena possui como principais países parceiros comerciais o Uruguai (US\$ F.O.B. 431.866), China (US\$ F.O.B. 77.789), Nova Zelândia (US\$ F.O.B. 37.589) e Paraguai (US\$ F.O.B. 36.660), tendo como produtos importados arroz, aparelhos de pesagem, células de carga, entre outros voltados especialmente para a atividade industrial.

Tais interações com o estrangeiro são bastante amplas e a lógica da questão industrial é a chave para a compreensão dos novos papéis que as cidades pequenas assumem no processo de mundialização. Nesse caso, constata-se que as estratégias espaciais das empresas são as mais variadas possíveis e o caminho para se alcançar mercados distantes é diversa, dependendo do segmento, do grau de inovação e capacidade de gestão que adquirem, com o passar do tempo, sabendo se aproveitar dos momentos de crise, oscilações e de bonança na economia e ampliando, por conseguinte, seu nível de competitividade.

a) Comércio e Indústria de Madeira e Metalúrgica São Cristóvão Ltda (COIMMA)

A COIMMA é uma das empresas mais tradicionais de Dracena, situada às margens da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 646, em Dracena. Hoje é a maior empresa do segmento de troncos e balanças para contenção bovina da América do Sul, com posição de destaque no contexto brasileiro e no exterior.

Mapa 10 - Exportações e importações em Dracena, 2009.



Tal empreendimento nasceu no período de formação regional da Nova Alta Paulista por meio da iniciativa do casal José Dancieri e Maria Encarnação Zurita Dancieri, por volta do início da década de 1950. As primeiras atividades se sustentaram através de uma pequena oficina de consertos de carroças e outros veículos para tração animal.

Os produtos que eram fabricados, nesse momento, estavam em íntima ligação com a economia regional, pois, naquele momento, se vivenciava a expansão dos núcleos urbanos e de atividades econômicas embasadas fundamentalmente no campo. A escolha desse segmento foi bem pensada, pois se abriam, cada vez mais, picadas, estradas e povoamentos.

A idéia da produção evoluiu, o que levou o casal a diversificar, passando a fabricar carroças leves e carrocerias de caminhões. A partir da década de 1960 e 1970, com a abertura de novas áreas de fronteira agrícola, como àquela do Mato Grosso do Sul, conduziram a empresa a elevar seus investimentos para atender um mercado em constante expansão, fabricando balanças e troncos para contenção bovina.

No início da década de 1990, a empresa deixou seus antigos barracões no centro de Dracena para se abrigar em amplo espaço junto à SP 294, numa área construída de aproximadamente 100 mil metros quadrados.

Atualmente, sua principal fonte de obtenção de matéria-prima advém de serraria própria situada em Juína (Mato Grosso). Ali, extrai-se a madeira bruta, fruto de manejo florestal certificado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis). Em Juína é efetuado o processamento inicial da matéria-prima, com o objetivo de minimizar as perdas econômicas, ou seja, a madeira chega a Dracena pré-aparada, visando limitar a geração indesejável de pó de serra.

A espécie mais adequada às características dos produtos da empresa é o Cumaru-ferro, mais comumente conhecido como Ipê do Norte ou Ipê Champanhe. Tal madeira é reconhecida por seu alto grau de resistência e durabilidade, o que a coloca numa condição ideal para a produção de troncos e duchas.

Em geral, são os pecuaristas – em âmbito nacional – seus principais clientes, mas há de se destacar que as mercadorias são ainda comercializadas no Mercosul e na África, entre outros mercados. Os acordos são firmados junto às Câmaras de Comércio

Internacional, em feiras de exposição agropecuária e em viagens de negócios ao exterior.

A etapa da produção é dividida especialmente em quatro momentos, ou seja, àquela atinente à preparação da madeira (como citado anteriormente), fundição, metalurgia e usinagem. As principais matérias-primas utilizadas são madeiras, ferro, aço e componentes eletrônicos.

No processo de fundição o ferro gusa é transformado em ferro fundido, passando por moldagem de pressão, e a fundição do alumínio é condição essencial para a produção de caixas reforçadas que são utilizadas como componentes de alguns indicadores de balanças eletrônicas, numa faixa média aproximada de 1300° C.

No setor metalúrgico, são trabalhadas vigas, barras e chapas de aço obtidas nas principais siderúrgicas do país, como Belgo Mineira, Villares, Usiminas e Bardella. Objetivando o melhor acabamento e segurança aos objetos fabricados são ainda utilizados no processo soldas MIG (*Metal Inert Gas*) e prensas hidráulicas.

Já o setor de usinagem possui gerenciamento computadorizado, onde se pode garantir a uniformidade e a qualidade das peças aos produtos finais. Nele, estão máquinas como plainas limadoras, hidráulicas, fresadoras universais, tornos de CNC (controle numérico), etc.

No estabelecimento ainda são bem definidos o departamento de vendas, coordenação comercial, entrega e montagem, assistência comercial e técnica, além de departamento financeiro e setor de recepção.

A empresa permanece sob o controle acionário familiar, ou seja, pertence aos filhos do casal Dancieri. Os empresários atualmente possuem quatro fazendas no Brasil que estão diretamente ligadas à produção da COIMMA, sendo constituída, portanto, pelas Balanças COIMMA em Dracena; Fazenda São Cristóvão I em Nova Andradina (Mato Grosso do Sul); Fazendas São Cristóvão II e III em Juína (Mato Grosso); e Fazenda São Cristóvão IV em Rio Branco (Acre), todas atuando no segmento agropecuário e madeireiro.

O escoamento da produção se dá por meio do transporte rodoviário próprio, abrangendo uma frota terrestre de aproximadamente 42 veículos. A produção é organizada em estruturas departamentais, sendo que o planejamento da empresa é realizado anualmente e dividido em territórios de atuação.

Há aproximadamente 98 empregados formais vinculados à empresa em Dracena, regidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), além de estagiários. As políticas de treinamento são objetos constantes da empresa, já que a mão-de-obra está intimamente relacionada ao município, onde não há escolas ainda especializadas nesse segmento.

O setor operacional com trabalhadores escolarizados (segundo grau completo) é o que mais concentra número de empregados, e no setor administrativo é exigido curso de ensino superior, sendo o turno somente diurno.

Além disso, a empresa há um bom tempo se dedica ao desenvolvimento de *softwares* de gerenciamento de pesagem animal, bem como aqueles ligados ao setor administrativo. No campo das inovações, tem cada vez mais criado e acumulado novos produtos, sempre atenta ao processo de flexibilização da produção e implementação de processos de gestão de qualidade, sendo associada à ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) e à FIESP, divulgando seus produtos por meio da imprensa e em feiras de exposições agropecuárias.

b) Medral Engenharia Elétrica Ltda (Medral)

A Medral originou-se em Dracena por iniciativa de capital familiar em 1961. O empreendimento se processou com sucesso, pois a região estava em período de expansão urbana e era necessário dotar de infra-estrutura mínima as cidades que nasciam junto à ferrovia da Companhia Paulista.

Suas atividades iniciaram-se no segmento de energia e eletricidade e, como já afirmado, os núcleos urbanos precisavam de energia elétrica, saneamento básico, etc. Como a empresa trabalhava nesse segmento, possuiu um papel central na execução de negócios na Nova Alta Paulista e adjacências.

Hoje a empresa é uma das maiores do país no setor de engenharia elétrica, aliando tradição, modernidade e inovação. Oferece e agrega valor aos serviços prestados e aos seus produtos atendendo as maiores concessionárias de energia do país, e interagindo espacialmente no setor comercial com a Elektro, Cerj, Light, Eletropaulo, Bandeirante Energia, Celesc, Cemig, Ceb, Enersul, Coelc, Celg e com instituições públicas como a prefeitura de São Paulo.

Atualmente, a sede da empresa não se encontra mais em Dracena, mas em São Paulo, por uma estratégia empresarial em consonância com os maiores fluxos econômicos da capital paulista. Como escreveu Lencioni (1999), as empresas ao adotarem sua política de ação espacial, tendem a se instalar em grandes cidades, centralizando seus negócios e racionalizando sua lógica produtiva. Destarte, existem 13 bases de operação da Medral, distribuídas em três estados do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, o que lhe assegura contar com mais de 1.400 profissionais, uma frota composta por quinhentos veículos e 4,4 milhões de consumidores atendidos, onde cada unidade possui um papel específico no processo de divisão territorial do trabalho no caso brasileiro.

Assim, a unidade da Medral em Dracena se especializou, ao longo do tempo, na reforma de transformadores de energia elétrica. Suas principais matérias-primas são: cobre, papel e isoladores, sendo obtidas em diversas partes do país. A empresa não é mais dirigida pelo núcleo familiar, mas por administrador qualificado em gestão de empresas.

O escoamento de sua produção ocorre por transporte rodoviário próprio. Os bens de produção são adquiridos principalmente em São Paulo (capital) e o processo produtivo é dividido por setores, sendo que o tempo médio gasto para a produção da mercadoria final em Dracena é de aproximadamente três dias.

O planejamento do estabelecimento é estruturado a partir de sua sede, São Paulo, e suas principais competências pautam-se em soluções inovadoras e de serviços em engenharia elétrica, engenharia cartográfica, engenharia ambiental e engenharia mecânica, atuando nas áreas de:

- a) construção, manutenção de linhas e redes energizadas/desenergizadas aéreas ou subterrâneas;
- b) construção, manutenção e prevenção corretiva de subestações elétricas de até 138 Kv;
- c) conversão de redes aéreas para instalações de redes subterrâneas⁴⁷;
- d) reforma de transformadores e equipamentos especiais de distribuição de energia elétrica;

⁴⁷ Entre os principais projetos desenvolvidos destacaram-se a instalação de redes subterrâneas de energia na Rua Oscar Freire e nas avenidas Nove de Julho, Rebouças e Eusébio Matoso na capital paulista.

e) poda de árvores, iluminação pública, projetos e implementação de melhorias na performance de distribuição da energia elétrica, etc.

No campo trabalhista, em Dracena, a MEDRAL concentra seus vínculos no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e estagiários, tendo por volta de 55 funcionários, sustentados por programas de segurança elétrica, utilizando-se de EPI (Equipamentos de Proteção Individual), EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva), cumprindo normativas de segurança como a NR10 (Normas regulamentadoras de segurança em serviços e instalações elétricas), vigente no Brasil.

O perfil técnico do trabalhador é aquele voltado à eletrotécnica. Os trabalhadores são tanto de Dracena quanto de municípios vizinhos como Junqueirópolis. O turno é diurno e o setor que mais concentra trabalhadores é o de orçamento, sendo também associada e parceira do SENAI.

c) Fruteza Sucos Naturais Ltda (Fruteza)

A Fruteza é uma das empresas mais novas em termos de fundação da amostra da pesquisa, sendo o início de suas atividades em 1992, atuando no segmento de sucos, em Dracena, com máquinas modernas e se aproveitando de determinadas vantagens locais, como a utilização de acerola produzida na região.

Criada por iniciativa familiar de dois irmãos Olívio e Antonio Zanatta, a empresa ocupa posição de destaque na produção de sucos à base de frutas “tropicais” como maracujá, goiaba, acerola, manga. A iniciativa se deu por conta de que a região de governo de Dracena (especialmente Junqueirópolis e Tupi Paulista) já vinha se dedicando à fruticultura, principalmente, na escala da agricultura familiar. Os empresários pensaram na perspectiva de absorção dessa produção em escala regional, entretanto, isso não significa afirmar que essa é abastecida exclusivamente por produtos da região, mas negociando e interagindo espacialmente com outras parcelas do território nacional.

Assim, os produtores rurais da região que já tinham sofrido com sucessivas perdas de sua produção e com gastos excessivos de juros cobrados pelos bancos na década de 1980, encontraram na produção de frutas uma alternativa para sair da crise: não vender ou arrendar sua propriedade para as usinas de cana (em avanço na região) e

garantir o sustento de sua família com dignidade e sem precisar migrar para outras regiões.

Com isso, os produtores de fruta (especialmente acerola e uva) de Junqueirópolis (município vizinho à Dracena) perceberam que a alternativa era se organizar em associação para se ter um ganho mais acentuado e uma visão coletiva sobre o negócio.

Isso permitiu que o lucro dos produtores ganhasse maior impulso e serviu como estímulo para que a associação viesse a se tornar realidade. Atualmente, ela conta com aproximadamente noventa associados, sendo que grande parte se vincula à produção da acerola, mas havendo também outros que se dedicam à produção da uva, café, etc.

Para os associados, há dois grandes gargalos de mercado da fruta, ou seja, o de polpa/suco e o da indústria farmacêutica. Para o mercado que exige um maior teor de vitamina C, como a indústria farmacêutico/química, existem variedades mais potentes do que a mais comumente utilizada (Olivier) no segmento de sucos, bem como o uso da acerola verde – algo que precisa ser expandido em Junqueirópolis – visto que esse mercado é bastante seletivo e rentável. Mas, hoje em dia, o município já realiza pesquisas para desenvolver outras variedades, intentando não depender exclusivamente de uma variedade e diminuir possíveis perdas de lucratividade, caso haja algum ataque de pragas desconhecidas na lavoura.

Ademais, preocupados com a maior inserção no mercado brasileiro – dividido, no caso da acerola, com o Nordeste, especialmente Pernambuco – e internacional, os associados vêm medindo esforços para padronizar a produção, com a busca de certificação internacional como o sistema *Global Gap* que visa a qualidade na gestão da produção.

No momento, não há nenhum produto registrado no Ministério da Agricultura que possa ser utilizado na acerola e determinada multinacional química interessada em sua produção. Com isso, optou-se por utilizar aqueles empregados em frutos suculentos de morfologia semelhante como é o caso da uva, adotando-se uma lista de “produtos de emergência” para se fazer o controle de pragas.

Atualmente, pequenas propriedades se sustentam graças à diversificação econômica. Torna-se comum, nesse contexto, o trabalhador ter sua plantação de uva, acerola, mandioca, café, etc., evitando, com isso, prejuízos de maior escala em razão da monocultura. Em alguns casos, os filhos que antes tinham migrado para outras áreas em busca de emprego e melhores condições de vida até retornaram à propriedade para

ajudar na lavoura, pois o negócio se tornou estável em contraste com a volatilidade do mercado de trabalho privado na cidade.

O setor público municipal também apóia, fortemente, a manutenção da associação. Para tanto, o mesmo compra da associação polpa recém processada e a repassa para várias instituições públicas, como é o caso de citar creches, escolas e hospital. Além disso, custeia a energia utilizada na câmara fria da cooperativa que foi recentemente criada.

Pelo fato da associação não ter fins lucrativos, a entidade precisou originar uma cooperativa para se inserir na arena de comercialização e da ampliação dos lucros (vistos como sobras juridicamente). Apesar de instalada em um antigo galpão de estocagem de café, a mesma já possui câmaras frias que possam assegurar a conservação da acerola por um tempo mais longo e, conseqüentemente, lidar com as oscilações de mercado em investimentos que superam a marca de 100 mil reais.

Outro fator de parceria da associação são as empresas Fruteza e Poder Fruit, como salientado. No caso da empresa Fruteza esta vem constantemente melhorando seu desempenho no mercado interno e externo, chegando a ganhar o prêmio “Exporta São Paulo” (dado pela parceria entre o governo paulista e a federação das associações comerciais de São Paulo) de 2007, pelo seu alto desempenho no comércio exterior. São exportadas polpa de frutas individuais, além de *mix*, acondicionando cerca de 200 kg de suco concentrado por tambor metálico, cabendo ao importador (em geral, engarrafador de sucos) efetuar alterações e/ou devidas formulações.

Possui como principais clientes o grupo Del Valle (maior estabelecimento latino-americano de sucos, com sede no México e subsidiária nos EUA que foi recentemente incorporado pela Coca Cola) e o Suco Mais (pertencente à companhia Coca Cola), ambos com atuação no mercado brasileiro. Explorando amplo mercado de exportação, comercializa no exterior aproximadamente 40% de sua produção, firmando acordos em viagens internacionais e câmaras de comércio.

A Fruteza, nesse caso, produz suco durante quase todo ano, trabalhando com as oscilações de mercado e com a oferta de frutas no mercado regional, considerando-se flexível face à demanda, com tecnologia que propicia qualidade e prazo cumprido, no modelo *just in time*. Entretanto, apesar de destacar-se pelas suas exportações a empresa também interage com o mercado nacional, sendo a capital São Paulo a sua maior consumidora e escoando sua produção via transporte rodoviário.

O planejamento da empresa é centralizado e o processo produtivo dividido em recepção, extração da polpa e envasamento, sendo a mercadoria produzida no prazo máximo de duas horas. A organização da produção está dividida na esteira de recepção das frutas; tanque de pré-lavagem; escovação e seleção; tanque de lavagem; extratora; centrífuga; pasteurizador; tanques de estocagem; e concentrador.

Seus vínculos trabalhistas são do tipo CLT e estagiários, sendo residentes em Dracena – na sua maioria – com nível técnico de formação. Há políticas de treinamento entre o período de safras e o setor de produção é o que mais ocupa trabalhadores.

Tem recebido certificados do tipo HACCP (*Análise de Perigo e os Pontos Críticos de Controle*, sigla traduzida do inglês) pela SGS (Certificação de Sistemas de Gestão, EUA), realizando testes microbiológicos por meio de laboratórios do tipo *Controlbio*. O estabelecimento ainda é associado à FIESP e concentra seu *marketing* em equipe técnica especializada, buscando a oficialização de novos contratos comerciais em câmaras de comércio, etc.

5.3 Adamantina e Lucélia no contexto da indústria de alta costura, alimentícia e de energia

A escolha de condensar nesse tópico a análise de Adamantina e Lucélia decorre pelo fato de que tais cidades, além de apresentarem proximidade geográfica, possuem trajetórias semelhantes no que diz respeito principalmente à questão demográfica e histórica já que fazem parte de um processo de formação socioespacial semelhante.

As terras que formaram o município de Lucélia pertenceram inicialmente, em termos de atividade de colonização, ao engenheiro Luiz Ferraz de Mesquita a título de pagamento por seus serviços prestados na demarcação da Fazenda Monte Alegre, quando a ferrovia Sorocabana passava por Assis, no início do século XX.

Tais terras, anteriormente, pertenciam a outros municípios, como Presidente Prudente, Valparaíso, Araçatuba, Guararapes, Martinópolis e Tupã. O nome Lucélia surge, então, pela agregação da primeira sílaba do nome Luiz à primeira sílaba do nome de sua mulher Cecília mais a designação “lia”, ou seja, *Lu + Ce + lia = Lucélia*.

Para que a atividade de colonização pudesse ser desencadeada com maior sucesso o engenheiro Luiz se associou à CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e

Colonização) e a Max Wirth (empresário de origem suíça) que esteve envolvido na fundação de outros núcleos urbanos na Nova Alta Paulista, como Osvaldo Cruz.

Adamantina, nesse caso, surgiu a partir do desmembramento de terras oriundas do município de Flórida Paulista e Lucélia e, em pouco tempo, passou a figurar como um dos centros mais importantes da nova região, concentrando população e atividades de destaque. Tal cidade nasceu no contexto da expansão da estrada de ferro da Companhia Paulista, pois os trilhos estavam parados no município de Tupã. Foi uma ação conjunta da CAIC e da empresa estrangeira de colonização denominada Boston Castle Company Limited.

Adamantina, nos idos das décadas de 50 e 60 do século XX, apresentava maior contingente populacional e econômico do que em relação a outras cidades pequenas da região, mas aos poucos a cidade foi sofrendo com perdas demográficas e as atividades econômicas reduzindo seu destaque ou sua influência para centros emergentes como Dracena. Entretanto, apesar desse movimento, o PIB de Adamantina (2006, como visto anteriormente) é maior que Dracena e outros municípios da região, o que lhe assegura ainda condição de centro econômico.

Atualmente, Adamantina destaca-se no cenário universitário com a FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas), isto é, uma autarquia municipal que tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Adamantina. Entretanto, distintamente de Dracena que não possui em seu horizonte imediato centros de porte semelhante, Adamantina tem Lucélia e Osvaldo Cruz em seu espaço próximo com determinada influência na rede urbana.

A tabela 8, por exemplo, representa a distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE no município de Adamantina e confirma a importância dos serviços (278 estabelecimentos, 3.527 vínculos empregatícios), seguido pela indústria com 91 estabelecimentos, 2.015 vínculos empregatícios.

Conforme tabela 9, em Lucélia, assim como Adamantina, o destaque maior é para as atividades de serviços com 2.275 vínculos empregatícios e 148 estabelecimentos, seguido pela indústria com 1.140 vínculos empregatícios e 37 estabelecimentos.

Tabela 8 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Adamantina, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria	91	2.015
Construção civil	8	151
Comércio	456	1.977
Serviços	278	3.527
Agropecuária	11	56
<i>Total</i>	<i>844</i>	<i>7.726</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Tabela 9 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Lucélia, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria	37	1.140
Construção civil	6	73
Comércio	181	732
Serviços	148	2.275
Agropecuária	1	2
<i>Total</i>	<i>373</i>	<i>4.222</i>

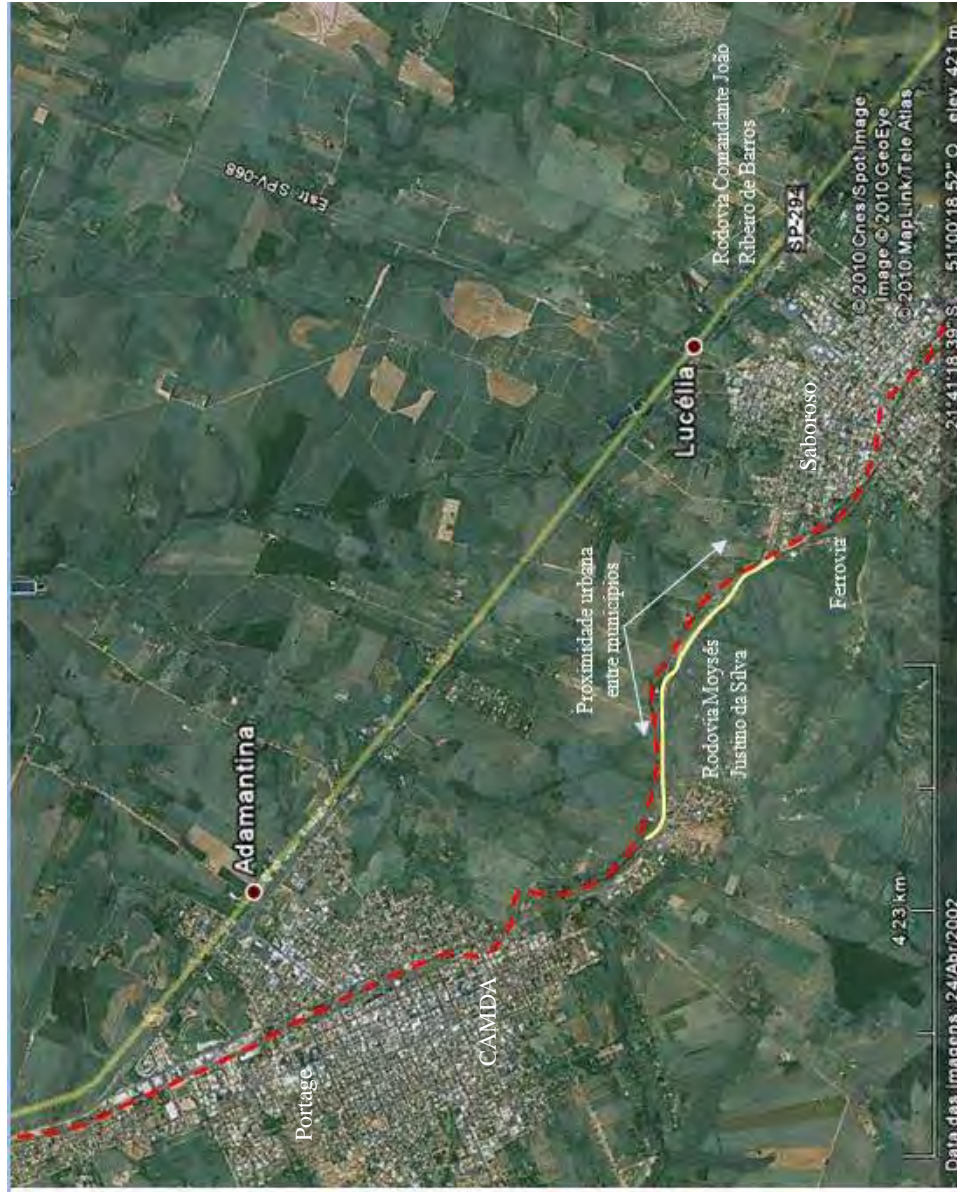
Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Como se pode notar, Adamantina e Lucélia apresentam um perfil semelhante, no que diz respeito aos grandes setores da economia, embora a capacidade econômica de Adamantina seja maior do que a verificada em Lucélia. Essa última cidade ainda conta com duas faculdades distintas: o Centro de Ensino da Alta Paulista (pertencente à Rede Gonzaga de Ensino Superior – REGES – com atuação em outras cidades da região como Dracena e Tupi Paulista), além da Faculdade Municipal de Lucélia.

Continuando com essa discussão é apresentado na figura 9 a proximidade espacial entre os núcleos urbanos de Adamantina e Lucélia (distância essa inferior a 10 quilômetros) que possuem conexão tanto pela Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP 294) quanto pela Rodovia Moyses Justino da Silva que acompanha proximamente o traçado da linha férrea.



Rua Osvaldo Cruz - Adamantina



Vista parcial da Vinagre Saboroso - Lucélia

Figura 9 – Imagem de satélite de Adamantina e Lucélia e fotografias da Rua Osvaldo Cruz (Adamantina) e Vinagre Saboroso (Lucélia).
Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Earth. Acesso em: 30 mai. 2010. Adaptado por Jurado da Silva (2010) e fotografias do mesmo autor.

Os núcleos urbanos estão prestes a se tocarem nessa direção, ampliando-se as interações espaciais entre tais centros especialmente na dimensão econômica e na dinâmica de expansão imobiliária com a construção de novos empreendimentos.

No futuro, talvez tais núcleos urbanos tenham que pensar em estratégias conjuntas de gestão, especialmente no que diz respeito às atividades de serviço de água e esgoto, bem como eletricidade. Porém, esse não é caso exclusivo destes dois pequenos centros na região, já que Álvares Machado e Presidente Prudente também contam com tal especificidade, formando uma aglomeração urbana (MIYAZAKI, 2008).

Por outro lado, Adamantina tem conexão com Mariápolis (anteriormente distrito de sua jurisdição) que é um pequeno centro com 3.749 habitantes que possui economia ligada ao setor sucroalcooleiro e Lucélia com Pracinha (antigo distrito de sua jurisdição) que tem também economia relacionada ao campo e apresenta população estimada em 2010, pela Fundação Seade, de 2.744 habitantes.

Constata-se também que próximo à rodovia SP 294 estão instaladas um câmpus da FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas) e o distrito industrial Senhor Otávio Gavazzi que possui estabelecimentos industriais especialmente de pequeno e médio porte dos mais variados subsetores da indústria.

No que diz respeito à caracterização subsetorial da indústria em Adamantina, evidencia-se, conforme tabela 10, que é a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos o subsetor mais relevante com 28 estabelecimentos e 824 vínculos empregatícios e em seguida, comparece a indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas.

No subsetor do vestuário e artefatos de tecido em Adamantina verifica-se que a Portage Confecções e Comércio Ltda é uma das empresas mais importantes, no contexto da região de Presidente Prudente, iniciando suas atividades nos anos 90 do século XX, com a estratégia de produzir roupas relacionadas à alta costura. No segmento agroindustrial, destaca-se a CAMDA que é uma cooperativa bastante sólida e com raio de atuação importante no cenário nacional.

Por outro lado, Lucélia nos últimos anos vem apresentando na indústria alimentícia e de álcool combustível sua principal mola propulsora para o crescimento do seu PIB e de sua economia. O destaque na indústria da cana é para a empresa Bionergia, enquanto que no segmento industrial alimentício urbano é para J. Rapacci & Cia. Assim, o subsetor da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico é o mais representativo com 12 estabelecimentos e 954 vínculos empregatícios, de acordo com a tabela 11.

Tabela 10 – Composição subsetorial da indústria em Adamantina, 2008. *

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	7	40
Indústria metalúrgica	7	31
Indústria mecânica	2	3
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	2	51
Indústria da madeira e do mobiliário	11	69
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	7	32
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	8	537
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	2	16
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	28	824
Indústria de calçados	1	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	12	356
<i>Total</i>	<i>87</i>	<i>1.959</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Tabela 11 – Composição subsetorial da indústria em Lucélia, 2008. *

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	3	6
Indústria metalúrgica	5	37
Indústria mecânica	0	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	1	1
Indústria da madeira e do mobiliário	2	5
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	3	5
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	1	7
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	3	8
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	5	99
Indústria de calçados	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	12	954
<i>Total</i>	<i>35</i>	<i>1.122</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

A Bionergia S/A é resultado das transformações econômicas e administrativas que passou a empresa Central de Álcool Lucélia que começou pela iniciativa de produtores rurais com o apoio da prefeitura municipal e do governo federal (no final do Pró-álcool), no início da década de 1980, numa tentativa de continuar no campo e superar a crise econômica.

Com o decorrer do tempo, a empresa se tornou uma sociedade anônima e passou a captar recursos de origem externa e se tornou mais versátil em termos de atuação nacional e internacional. Hoje, conta não somente com produção de álcool e açúcar, mas também de

levedura e energia, além de firmar acordos na área de créditos de carbono a exemplo do que ocorreu com a empresa Ecosecurites. Ademais, ampliou sua capacidade produtiva e seus acordos comerciais e científicos, visto que:

A unidade desenvolve trabalhos com a Ufscar e o IAC na avaliação e melhoramento de novas variedades e foi pioneira no apoio e fomento ao projeto de desenvolvimento de plantas transgênicas junto à USP em conjunto com a Fapesp e o CTC. Também utiliza métodos de controles biológicos e fisiológicos no controle de pragas. (Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/pdf/154/%5Cusinadomes.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2010).

A empresa aumenta a capacidade em termos de produtividade e se insere cada vez de maneira mais forte no mercado internacional, tendo a América do Norte, no que tange ao álcool e derivados, como uma de suas principais clientes.

No caso de Adamantina, há também uma grande empresa no segmento de produção de álcool que é pertencente ao grupo Branco Peres que desde a década de 1950 vem atuando no mercado rural com a produção de café e depois passou a investir na pecuária, laranja, cana de açúcar e até mesmo no setor imobiliário, diversificando suas atividades econômicas e o leque de interações espaciais. Assim, a empresa ainda é capaz de aproveitar a produção de álcool na usina se aproveitando do bagaço da cana hidrolisada para fabricar ração animal e abastecer o rebanho bovino.

Há, ainda, outras atividades industriais que poderiam ser mencionadas como alguns estabelecimentos que lidam com o beneficiamento do couro e derivados, como a Adasebo que, mais especificamente, é uma indústria e comércio de farinha de carne e osso, extração de sebo e salga de couro e a Couroada que trabalha com o curtimento de couro, ambas localizadas no bairro Córrego Tocantins.

O couro considerado como pré-acabado da Couroada é exportado para países da Ásia e Europa, sendo utilizado até mesmo para produção de bancos automotivos. Todavia, sua ação produtiva não se restringe somente à cidade pequena de Adamantina tendo investimentos, entre outros, nas cidades de Londrina e Colorado no Paraná. A empresa está entre as maiores exportadoras de couro do país, assim como a Vitapelli, de Presidente Prudente, que é o maior curtume do mundo em única planta.

No cenário das exportações (consulte mapa 11), segundo a SECEX (referente a 2009), Adamantina exportava US\$ F.O.B. 63.343.890, tendo como principais países de destino a Itália (US\$ F.O.B. 30.412.081), Alemanha (US\$ F.O.B. 7.232.477), Rússia (US\$ F.O.B.

4.707.609), Bangladesh (US\$ F.O.B. 3.083.279) e Emirados Árabes Unidos (US\$ F.O.B. 2.536.650). A lista de países aos quais a cidade exporta supera a marca de trinta países, comercializando com a Europa, África, Oriente Médio, Ásia, América do Sul e do Norte. Seus principais produtos exportados foram couro bovino, açúcar, café e sucos de laranja não congelados.

Em termos de importação (vide mapa 11), compareciam Itália (US\$ F.O.B. 6.51.750), Argentina (US\$ F.O.B. 326.063), Uruguai (US\$ F.O.B. 152.508) e África do Sul (US\$ F.O.B. 121.631). As importações totalizavam US\$ F.O.B. 1.331.161, tendo como principais produtos importados tanantes à base de sais de cromo, agentes de acabamento para indústria do couro, agentes orgânicos de superfície, máquinas para costurar tecidos, entre outros produtos, especialmente os relacionados aos segmentos da indústria do couro e de confecções.

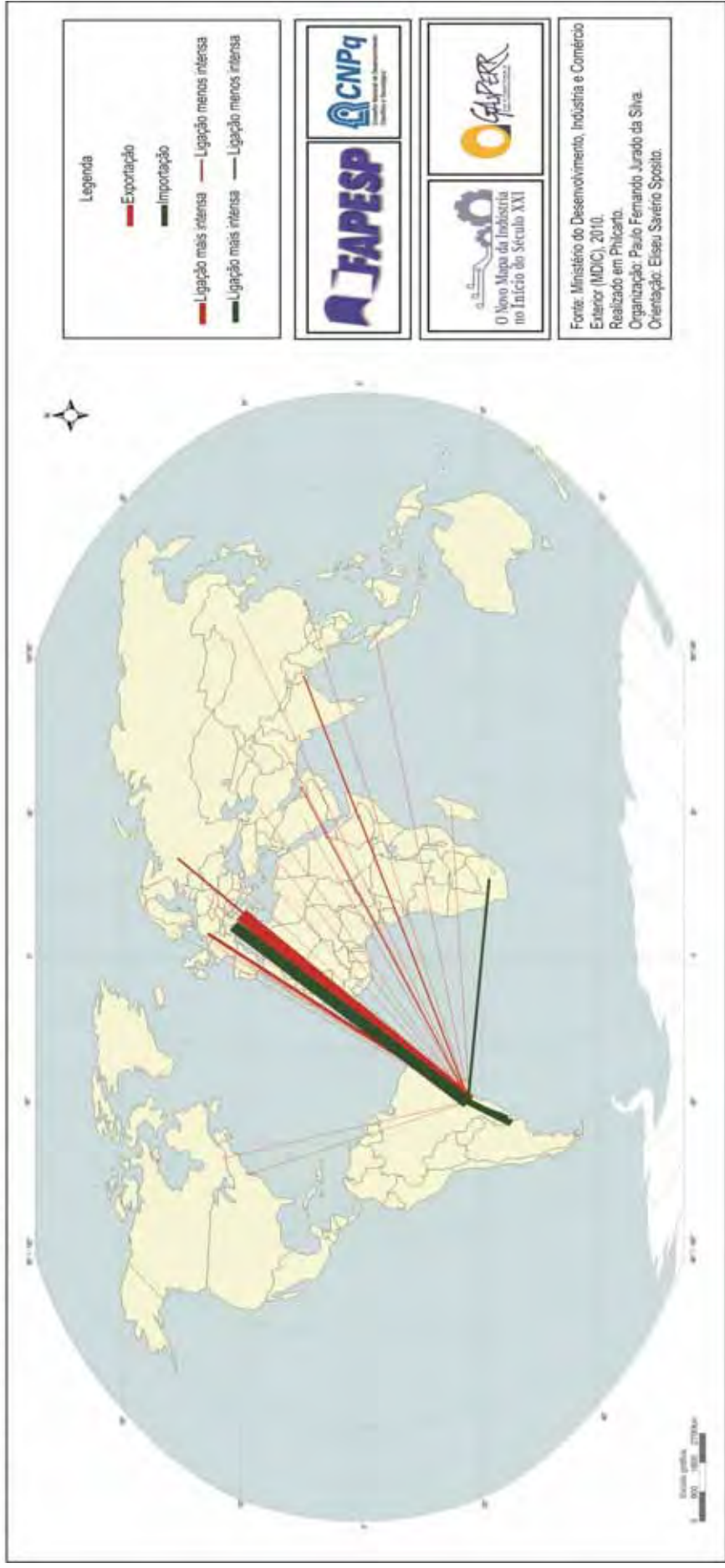
Já em Lucélia (observe mapa 12), só foram detectados, na SECEX (2009), dados referentes à exportação que totalizavam US\$ F.O.B. 3.291.801, apresentando como parceiros centrais a Índia (US\$ F.O.B. 5.018.575), Bangladesh (2.664.916), Rússia (US\$ F.O.B. 2.664.916), Coreia do Sul (US\$ F.O.B. 2.076.228) e Egito (US\$ F.O.B. 2.011.103). Os principais produtos exportados foram açúcar e álcool, além de derivados relacionados à indústria alimentícia, o que comprova o papel da Bionergia S/A como grande empresa do segmento sucroalcooleiro na cidade e região.

Com isso, na tentativa de melhor ilustrar e continuar o debate acerca da realidade industrial desses centros são apresentadas a seguir informações a respeito de algumas das principais empresas dessas cidades com a descrição dos casos da CAMDA e Portage, em Adamantina; e a tradicional J. Rapacci, em Lucélia.

a) Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina (CAMDA)

A CAMDA, com sede administrativa em Adamantina (localizada na Vila Endo), surgiu na década de 1960 pela parceria de 20 pessoas (quorum mínimo para ser fundada uma cooperativa). Essa é a única cooperativa que faz parte do recorte espacial de pesquisa e sua relevância se justifica pela sua ação espacial nacional e pela importância histórica e econômica que assumiu em Adamantina e região.

Mapa 11 - Exportações e importações em Adamantina, 2009.



Mapa 12 - Exportações em Lucélia, 2009.



A CAMDA nasceu em 1965, da necessidade de fortalecer o café e a sua venda na região, barateando o acesso a mercadorias variadas e indispensáveis à produção no campo. No início, destinava-se a comercializar o café (produto predominante na Nova Alta Paulista na época) e depois da geada e dos nematóides, por volta de 1975, começou a comercializar outros produtos, embora, continue no presente com a venda do café, recebendo mais de 50 mil sacas (destaque para Minas Gerais) por ano.

Na década de 1970, a cana entra no cenário da cooperativa e hoje responde por mais de 60% do faturamento da empresa, que em 2007 chegou a cifra de aproximadamente 350 milhões de reais, estando entre as 500 maiores empresas do segmento agrícola do país, segundo *ranking* da revista Exame da Editora Abril. A participação dos pequenos produtores no contexto da cooperativa é importante, porém são os grandes proprietários os responsáveis pela maior expressividade econômica no montante arrecadado.

Pela venda do produto e pelo preço do insumo ser mais acessível do que aquele praticado no mercado (cerca de 10% mais barato), o produtor tem um ganho de escala interessante. Nesse contexto, a CAMDA só vende para os seus associados, ainda que a lei de cooperativas permita que possa ocorrer a venda a terceiros de 30% das mercadorias. Vendendo somente ao cooperado, a “empresa⁴⁸” fica menos exposta ao calote e, também, não se paga determinados tributos em razão dessa movimentação. Ademais, a mesma oferece apoio técnico-profissional em suas filiais, acompanhando a atividade agrícola de seus membros, com no mínimo um agrônomo e um veterinário; proporcionando assistência técnica de qualidade e vendendo produtos da marca CAMDA, como o sal mineral produzido em suas fábricas.

Como a produção agrícola não apresenta muitas garantias de ganhos futuros está exposta à dificuldades/incertezas climáticas, doenças/pragas, além dos problemas de crédito e de preço no mercado. Por isso, o cooperado possui direitos e responsabilidades, além de ter um foco bastante pertinente no sentido de fortalecer a atividade desenvolvida por ele. São muitos os insucessos históricos das cooperativas brasileiras que a CAMDA não deseja que lhe ocorra.

Nos últimos anos, a cooperativa tem crescido economicamente e em 1996 deu-se início ao processo de abertura de filiais no Mato Grosso do Sul. Tal estado contribuiu muito para o desenvolvimento e expansão da CAMDA; sendo que a década de 1990 foi marcada

⁴⁸ As diferenças entre empresa e cooperativa residem no plano jurídico-político, na utilização do termo “sobras” para designar os lucros, na proibição de abertura de capital da cooperativa em mercado financeiro, dentre outras.

pela maior abertura de filiais. Atualmente, a CAMDA tem mais de 11 mil cooperados, distribuídos entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná.

A cooperativa conta, segundo a exposição realizada na sede administrativa com 28 filiais; duas fábricas voltadas à produção de sal mineral para gado com a marca “Minercamda”; estrutura de silos; central de estoques com destaque para Adamantina; campo experimental com a elaboração de pesquisas em parceria com universidades, relacionadas ao campo com o desenvolvimento de plantas resistentes a determinados tipos de doenças, como é o caso do café; clube de campo para lazer de seus associados e funcionários; 512 trabalhadores com uma política de incorporação de seus estagiários; e o transporte é terceirizado.

A cooperativa ainda conta com a CREDI-CAMDA (cooperativa de crédito de seus funcionários) e com a CAMDA-COCREALPA (Cooperativa de Crédito Rural da Alta Paulista). Ambas são fiscalizadas pelo Banco Central e devem apresentar austeridade e transparência para com os seus capitalizadores, bem como face ao poder público.

A entrada de novos integrantes na cooperativa é facilitada. Para se ter idéia disso, basta afirmar que um salário mínimo é o suficiente para uma pessoa jurídica e menos de um salário mínimo para o pequeno produtor ingressarem no seu quadro de cooperados. Tal valor fica depositado em conta da cooperativa e quando ele sair terá ainda acesso as suas sobras (valor medido pela sua participação e pelos ganhos do produto comercializado no ano pela empresa). Contudo, nos últimos anos não tem sido oferecido sobras. Se o produtor sair, ele só poderá retornar após dois anos de sua desistência. Pelo seu estatuto, se o produtor ficar mais de um ano sem movimentar nenhum valor (condição de inativo) será automaticamente desligado.

Há a realização também de assembleias gerais, pré-assembleias como um instrumento participativo da cooperativa. Tendo-se o poder para definir o futuro da entidade e nela eleger o conselho administrativo, congregando nove membros que escolhem a diretoria, composta por três profissionais para a administração da cooperativa. Nessa perspectiva, o diretor presidente é representado por Osvaldo Kunio Matsuda (membro da família fundadora da cooperativa, sendo que seu pai já tinha exercido esse mesmo cargo por trinta anos) que encaminha um mandato de 12 anos presentemente (sendo reeleito com o passar do tempo).

Nesse sentido, no caso da CAMDA, pôde-se visualizar não somente a exposição de estratégia de ação espacial da cooperativa, mas também suas instalações de armazenamento de café, milho, arames, ferramentas agrícolas, defensivos e sua loja com produtos agropecuários diversos. Com isso, frisa-se que a cooperativa opera tanto na escala de

armazenamento da produção de seus cooperados, na venda de insumos para a agricultura, quanto na assistência técnica e na produção de sal mineral para o rebanho bovino.

b) Portage Confecções e Comércio Ltda (Portage)

A Portage Confecções é uma empresa de capital local da cidade pequena de Adamantina, localizada no desmembramento do Bairro San Conrado, em proximidade à rodovia SP 294. Surgiu da iniciativa de empreendedores que já atuavam no ramo de alfaiataria e resolveram ampliar suas atividades industrializando o processo e expandindo os lucros daí decorrentes, dedicando-se até hoje ao processo de gerenciamento da empresa.

A unidade está voltada à confecção e comércio de roupas de alta costura, comercializando sua produção com diversas empresas no território nacional. As peças são, em linhas gerais, camisas e ternos variados. As principais matérias-primas utilizadas são tecidos, linhas, botões, forros e entretelas (empregadas nos colarinhos de camisas).

No processo de comercialização, em termos de interações espaciais, observa-se que são as cidades de Londrina e São Paulo os maiores centros consumidores da produção, sendo o escoamento da produção desempenhado por via rodoviária.

Nesse cenário, assistiu ao longo do tempo o fechamento de muitas empresas no mesmo segmento, mas manteve-se forte junto às oscilações de mercado, superando as dificuldades e elevando o padrão de qualidade das peças.

Os bens de produção como máquinas de costura industrial são adquiridas na Itália, sendo gastos aproximadamente oito horas para a produção de mil ternos, divididos nos turnos da manhã e tarde. O maquinário é trocado aproximadamente a cada dez anos de uso.

O processo produtivo é organizado em gestão administrativa, recepção, produção e transporte. Apesar de empregar grande quantidade de trabalhadores no processo de costura, a empresa conta com moderno maquinário, o que permite a ampliação e padronização da produção. São aproximadamente 550 empregados formais em regime de CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

A escolaridade média do trabalhador é referente à formação do ensino médio, havendo processo de treinamento. Os trabalhadores são oriundos de Adamantina e dos demais centros pequenos do entorno.

Em termos de modernização, a empresa conta com vários computadores ligados à *internet*, caminhões, carros próprios para circulação da mercadoria, *softwares* específicos para a gestão da empresa. Não há ligações formais com centros de pesquisa e órgãos de

representação da indústria a exemplo da FIESP, mas a empresa declara possuir processo de inovação, sobretudo, no que diz respeito ao processo de *design* das roupas.

Os principais contatos comerciais com empresas nacionais são a Aramis Menswear que é uma rede de lojas de grife masculina instalada em vários estados do país, com destaque para os *Shoppings* Iguatemi, Morumbi, Higienópolis, Ibirapuera, entre outras localidades de alto padrão e luxo; a Garbo que é uma das maiores redes de grife masculina do país, oferecendo *blazers*, ternos e outras mercadorias relacionadas; e Dorinho's que também configura-se como uma rede de lojas direcionadas ao público masculino com atuação no Estado de São Paulo.

c) J. Rapacci & Cia Ltda (Vinagre Saboroso)

A Vinagre Saboroso é um estabelecimento industrial tradicional no segmento alimentício na cidade pequena de Lucélia, localizada na Avenida Internacional, sendo que sua origem data há mais de cinquenta anos. O senhor Eduardo Rapacci foi o responsável pela fundação da empresa e no início dos negócios dedicava-se à produção de refrigerantes e, posteriormente, a partir de 1965, voltou-se à produção de vinagre de álcool e vinho.

A empresa foi pioneira na adoção de plástico em embalagem no estilo “jarrinha”, sendo marca consagrada no mercado e símbolo de indústria regional forte. Atualmente, é administrada pela terceira geração da família, configurando-se como uma das maiores produtoras de vinagre do país.

As principais matérias-primas utilizadas na produção do vinagre são álcool; polietileno e pré-formas para as embalagens. A empresa tem como foco de interação espacial a América do Sul, em termos de comercialização de produtos, além de negociar sua produção com diversas grandes redes de hipermercados a exemplo do Carrefour, Walmart, atacados, indústrias de polpa de tomate e condimentos diversos.

Os principais concorrentes são, no momento, os vinagres Castelo, Palhinha e Toscano e as dificuldades enfrentadas pela empresa são a alta competitividade no mercado, além do valor agregado do produto não ser muito alto, o que faz com que o estabelecimento amplie sempre seu grau de produtividade e o alcance espacial com a abertura de novos mercados.

Os bens de produção são, em geral, adquiridos no Paraná e em São Paulo e em média se gasta dois dias para a produção das mercadorias, já que o processo envolve fermentação e outras etapas que demandam tempo.

A perspectiva de mercado é de agregar maior valor ao seu produto e ampliar ainda mais seu mercado consumidor. Ao todo são aproximadamente 85 vínculos empregatícios formais na empresa, havendo políticas de treinamento e boas práticas de fabricação. Os trabalhadores (em geral com o perfil de nível médio) são residentes na cidade de Lucélia e Adamantina e o setor que mais concentra empregados é na produção da embalagem plástica e no envase, sendo que a empresa trabalha durante a manhã, tarde e noite.

Nos aspectos concernentes à modernização, observam-se conexões com a rede financeira, inovações e *softwares* específicos de gestão. A empresa adapta sua linha produtiva de acordo com as demandas do mercado, possuindo acordos com entidades de representação industrial, com universidades, etc. O *design* do produto é elaborado em agências específicas para tal fim e a política de *marketing* é baseada no estilo *low profile*, ou seja, com presença na medida correta e com a lembrança de um produto de qualidade e de paladar suave.

5.4 Osvaldo Cruz e a indústria de confecções e vestuário

As terras que deram origem ao município de Osvaldo Cruz são resultado do processo de loteamento e colonização conduzido pelo suíço Max Wirth que era empresário do segmento têxtil em seu país de origem e que veio ao Brasil se tornar grande latifundiário. Na realidade, eram duas glebas (oriundas de duas fazendas: Guataporanga e Monte Alegre) que geraram tanto o município de Osvaldo Cruz quanto outros centros, como Inúbia Paulista e Salmorão.

As atividades de exploração fundiária de Max Wirth não se restringiram somente ao Oeste Paulista, possuindo negócios também no Paraná, além de investimentos em empresas do ramo industrial no Brasil, como a Leite Vigor (hoje pertencente ao grupo Bertin) e uma fábrica de óleo no Paraná.

Aos poucos, a ocupação demográfica foi se intensificando no município e o campo produzindo mercadorias, como o café, algodão, amendoim, etc. As serralherias, indústrias de beneficiamento surgindo e a cidade se dinamizando com novos empreendimentos na área comercial.

Hoje Osvaldo Cruz é uma cidade pequena que se destaca no recorte espacial de pesquisa. Diferencia-se, por exemplo, no PIB, no crescimento econômico e na quantidade de estabelecimentos industriais instalados. Pelo fato de estar ligada por via rodoviária à Presidente Prudente, tem nessa cidade forte ligação especialmente tratando-se da área de

saúde, serviços e ensino superior. Em termos populacionais, comparece logo após os municípios de Dracena, Presidente Epitácio e Adamantina.

No espaço rural, o destaque é para os canaviais que paulatinamente vão ocupando o espaço, que antes pertencia a outras culturas, gerando arrendamentos e novas paisagens. Na dimensão urbana, a importância é para as atividades ligadas ao setor de serviços (2.392 vínculos empregatícios e 249 estabelecimentos) e à indústria (76 estabelecimentos, 1.928 vínculos empregatícios), conforme se verifica na tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Osvaldo Cruz, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria	76	1.928
Construção civil	7	34
Comércio	377	1.452
Serviços	249	2.392
Agropecuária	13	25
<i>Total</i>	722	5.831

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

No campo industrial, apresenta estabelecimentos de grande porte vinculados aos mais variados segmentos como o agroindustrial, alimentício, têxtil, mobiliário, etc. Em termos setoriais, segundo interpreta-se da tabela 13, verifica-se que é a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos com 15 estabelecimentos e 846 vínculos empregatícios, seguida pela indústria da madeira e mobiliário com 9 estabelecimentos e 467 vínculos empregatícios os subsetores mais relevantes.

Nesse sentido, seria interessante ressaltar que a cidade não é “refém” de uma única grande unidade industrial, mas possui várias das quais caberia mencionar: Trinys, Linoforte, Granol, Oeste Transporte, Brastank, Caliman Lolita, Capezio, segundo informações prestadas pela prefeitura municipal. Dessas empresas mencionadas, este trabalho se deterá na análise da Trinys (segmento de confecção) e Linoforte (segmento de móveis), como será explorado mais adiante.

Tabela 13 – Composição subsetorial da indústria em Osvaldo Cruz, 2008. *

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	3	33
Indústria metalúrgica	8	94
Indústria mecânica	8	74
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	2	14
Indústria da madeira e do mobiliário	9	467
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	7	20
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	2	6
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	3	28
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	15	846
Indústria de calçados	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	15	282
<i>Total</i>	<i>72</i>	<i>1864</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Nessa perspectiva, a prefeitura municipal vem apoiando a instalação de novos estabelecimentos industriais na cidade com infra-estrutura necessária por meio de Distritos Comerciais e Industriais, lançando mão de um período de isenção de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e atendendo empresas de diversos portes e segmentos da indústria.

Um dos estabelecimentos industriais relevantes instalados no Distrito Industrial é a Brastank que está voltada para a produção de eletrodomésticos como climatizadores, lavadoras semi-automáticas, secadoras centrífugas e ventiladores, competindo nacionalmente e se impondo com tecnologia, garantia e bom preço.

No segmento de esmagamento de grãos, a cidade conta com a atividade da Granol que motivou, entre outros aspectos, a formação de uma grande frota de caminhões “bi-trens graneleiros”, inclusive com a criação de uma grande empresa no segmento: a Oeste Transporte.

Segundo estimativas da prefeitura municipal, existem cerca de 500 veículos desse porte gerando por volta de 1.500 empregos na cidade. Assim, o grupo supracitado trabalha especialmente no transporte de milho, soja, fertilizante e algodão interagindo espacialmente com estados como o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (dentre outros) e transportando a carga para os portos de Santos e Paranaguá, bem como conectando o pequeno centro a outras cidades como Maringá e Ourinhos.

A Granol, por sua vez, está localizada na estrada municipal Roberto A. Romanini que tem conexão direta com o centro urbano e na outra direção com a rodovia Comandante João Ribeiro de Barros. Na figura 10, a elipse laranja se relaciona à área de concentração industrial

do município e é justamente nesse trecho que se localiza essa grande unidade esmagadora de grãos (uma das maiores unidades da rede Granol). Segundo informações obtidas junto ao *site* da empresa, evidencia-se que:

A empresa emprega mais de 1.300 funcionários diretos e dispõe de uma capacidade anual de esmagamento de 1,9 milhão de toneladas de grãos, refino de 250 mil toneladas de óleo bruto, envasado em 250 milhões de unidades (latas, fibra-pack e garrafas PET) e conta com mais de 8.000 clientes ativos.

A Granol realiza exportações para diversos países, utilizando sua Unidade portuária de Vitória/ES, assim como os Portos de Paranaguá/PR, Santos/SP e Rio Grande/RS. Suas exportações respondem por metade de seu faturamento que totalizou 270 milhões de dólares em 2004. (Disponível em: <<http://www.granol.com.br/telas/empresa.php>>. Acesso em: 14 jun. 2010).

A partir dessas observações verifica-se que a capacidade e o raio de articulação espacial da empresa não se restringe somente ao município de Osvaldo Cruz, mas também a outros centros nacionais e com escala de exportação relevante, sendo sua matriz localizada em São Paulo, contando com 5 unidades fabris, 25 estabelecimentos regionais de compra/venda e armazenagem, além de terminal marítimo e fluvial.

Contudo, é no segmento vestuário que Osvaldo Cruz se eleva como grande centro de produção industrial especialmente na moda *fitness* e dança. A Caliman Lolita com unidade em Santos e Osvaldo Cruz é um exemplo disso firmando acordos na moda dança com Ana Botafogo e Carlinhos de Jesus, além de produzir roupas voltadas ao estilo *fitness* e praia. A Capezio é outro estabelecimento que trabalha em Osvaldo Cruz com moda dança e *fitness* com o *slogan* “a favorita do mundo” e detendo importante parcela do segmento nacional.

No campo das exportações (vide mapa 13), segundo a SECEX em referência ao ano de 2009, os valores de Osvaldo Cruz totalizaram US\$ F.O.B. 84.044.931, tendo como principal parceiro comercial a França (US\$ F.O.B. 42.086.607), correspondendo a cifra de mais de 50% do valor comercializado pelo município internacionalmente. Depois compareciam Coreia do Sul (US\$ F.O.B. 10.118.239), Eslovênia (US\$ F.O.B. 6.439.761) e Holanda (US\$ F.O.B. 5.711.717), compondo uma listagem de mais de trinta países em que Osvaldo Cruz mantém relações de comércio, tendo a União Européia como destino mais relevante. Assim, os principais produtos exportados foram bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja, óleo de soja, calçados, vestuário de malha de fibra sintética, bem como uma grande variedade de mercadorias relacionadas especialmente ao setor de confecção.

No quesito importações, compareciam Coreia do Sul (US\$ F.O.B. 544.885), Coreia do Norte (US\$ F.O.B. 270.947), Hong Kong (US\$ F.O.B. 160.720), além de outros países como

Uruguai, Alemanha, Itália, China, Argentina, Cingapura e Chile. O total de importações foi de US\$ F.O.B. 1.171.624. Já os principais produtos importados foram polieterpoliois (em formas primárias), mistura de isômeros de disocianatos de tolueno, fibras de náilon e outros.

Nesse sentido, com o intuito de ampliar as análises referentes às empresas de Osvaldo Cruz, são apresentados, a seguir, os casos das empresas Trinys (segmento de confecções) e Linoforte (mobiliário) por representarem exemplos de sucesso industrial e por conterem ações e interações espaciais que interessam à Geografia.

a) Trinys Indústria e Comércio Ltda (Trinys)

A Trinys é das maiores empresas do mundo no ramo de produção de artigos para esporte e dança. A mesma está localizada na Rua Santa Augusta, em Osvaldo Cruz, em proximidade a uma empresa do ramo moveleiro: a Linoforte.

A unidade industrial começou suas atividades em Osvaldo Cruz, em 1989 e inicialmente localizava-se em São Paulo, porém pelo fato de Osvaldo Cruz ser a cidade de origem dos sócios proprietários resolveu-se instalá-la nesse pequeno centro, possibilitando a abertura de novos empregos e negócios na cidade. Assim, continua ainda a ser dirigida em conjunto pelos sócios proprietários, atuando tanto nacionalmente quanto internacionalmente (com interação espacial em mais de quarenta países).

Seus principais produtos fabricados são calçados, confecções voltadas ao esporte e dança, tendo como principais matérias-primas utilizadas o couro, material sintético, tecidos tecnológicos e malhas, sendo a matéria-prima de origem nacional. Como principais clientes destacam-se as academias, lojas especializadas em artigos esportivos e dança.

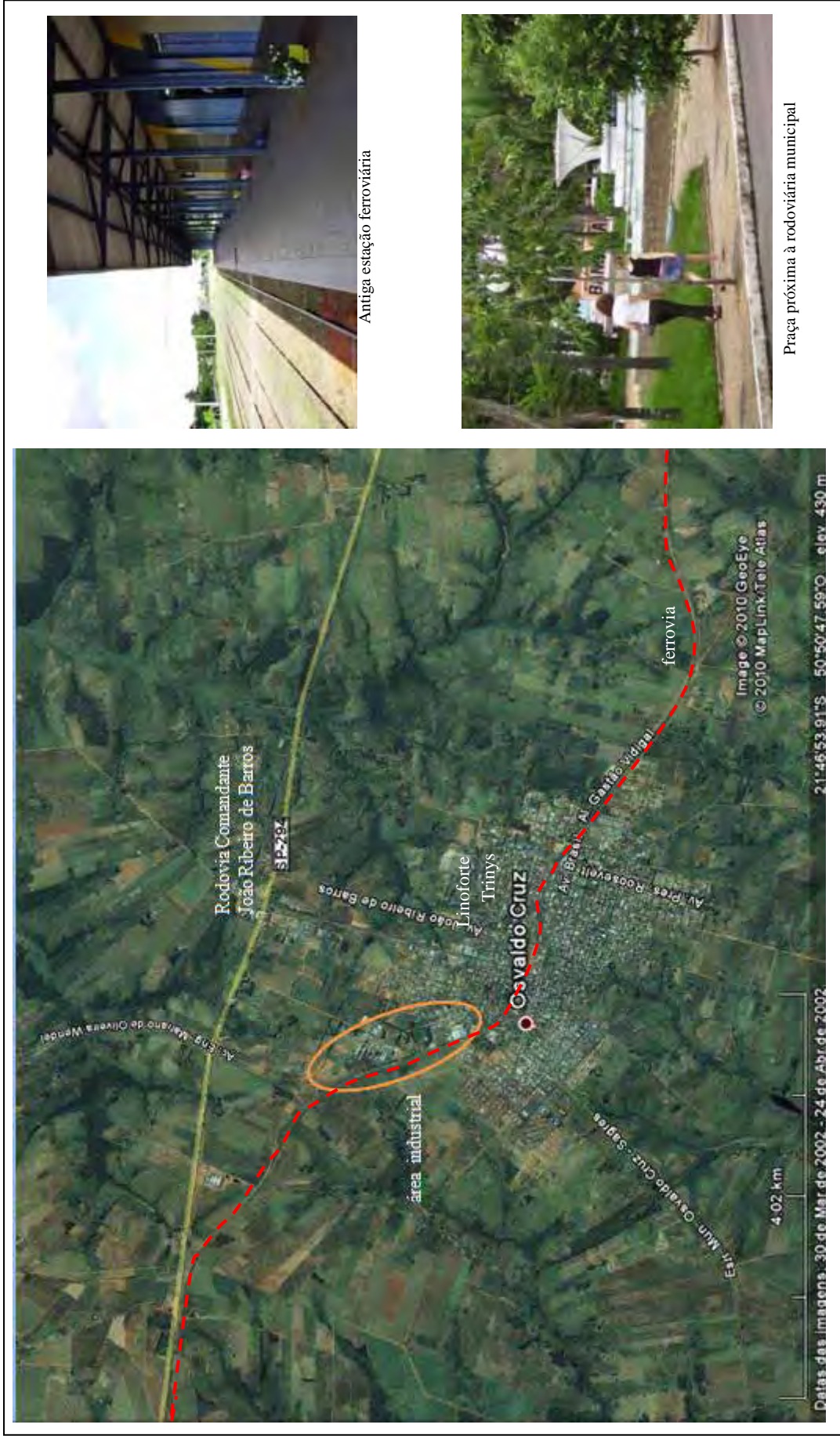
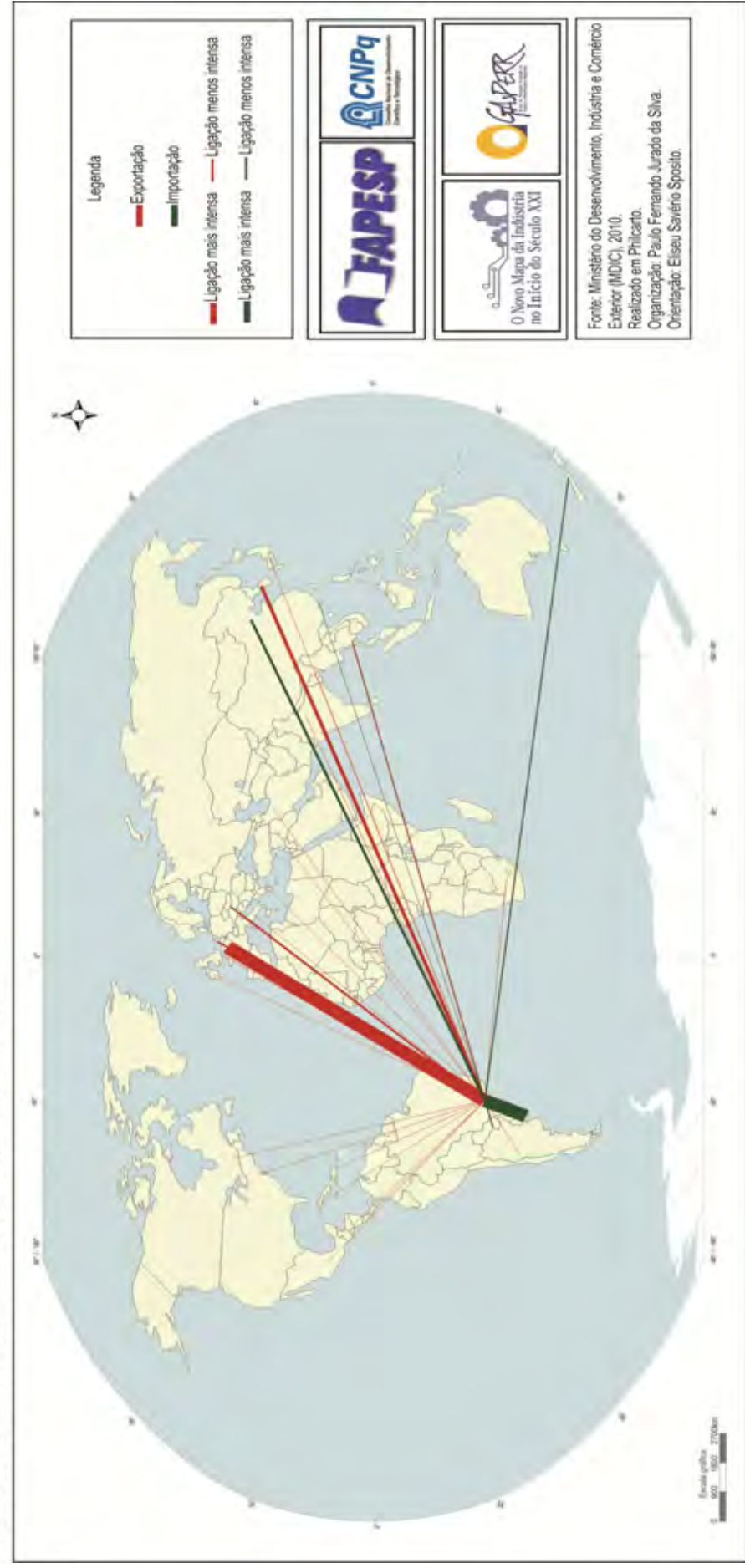


Figura 10 – Imagem de satélite de Osvaldo Cruz e ao lado fotografias da antiga estação ferroviária e de uma praça. Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Earth. Acesso em: 14 jun. 2010. Adaptado por Jurado da Silva, 2010 e fotografias do mesmo autor.

Mapa 13 - Exportações e importações em Osvaldo Cruz, 2009.



O transporte da mercadoria é feito tanto por meio rodoviário quanto aéreo. O processo produtivo é organizado no sentido de formar estoque e de trabalhar de acordo com a encomenda, sendo o planejamento realizado anualmente e a relação de negócios no estrangeiro efetuada por distribuidoras. Segundo informações disponibilizadas no *site* da empresa, verifica-se que:

A conquista e o sucesso extraordinário das marcas Só Dança e Trinys no mercado internacional se devem à abertura de distribuidores nos Estados Unidos da América, em 1997, na Europa, com sede em Portugal, em 2000, e no Canadá, em 2004, e também à importantes parcerias com distribuidores e representantes comerciais espalhados pelos cinco continentes: Alemanha, Bulgária, Espanha, Estônia, França, Grécia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Portugal, Suíça, Israel, África do Sul, Japão, Singapura, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Chile, Costa Rica, México, Panamá, Paraguai, Peru, entre outros. No Brasil, atualmente, a empresa está presente em mais de 1.200 pontos de venda, com representantes em todo o território nacional. (Disponível em: <[http://208.109.252.178/\\$sitepreview/trinys.com.br/empresa/default.asp](http://208.109.252.178/$sitepreview/trinys.com.br/empresa/default.asp)>. Acesso em: 16 jun. 2010).

Além disso, tais ações espaciais possibilitaram com que a companhia caminhasse a passos largos no processo de internacionalização da produção, uma vez que:

Em 2008 a empresa se destaca ainda mais no mercado externo, avançando rumo a uma nova fase, com a parceria para o estabelecimento de uma unidade de produção na República Dominicana. Instalada em uma área de 9.700 m² de construção, e com grande perspectiva de crescimento, a Soles del Mar, visa agilizar o atendimento da grande demanda de sapatilhas, sapatos e confecções para exportação. (Disponível em: <[http://208.109.252.178/\\$sitepreview/trinys.com.br/empresa/default.asp](http://208.109.252.178/$sitepreview/trinys.com.br/empresa/default.asp)>. Acesso em: 16 jun. 2010).

Assim, a perspectiva de mercado da empresa é crescente em termos de novas negociações comerciais e de maiores investimentos. Dentre os países em que mantém acordos poder-se-ia destacar os seguintes: Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, República Dominicana, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina, Paraguai, Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Áustria, Suíça, Países Baixos, Luxemburgo, Escandinávia, Islândia, Polônia, República Checa, Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Bulgária, Romênia, Eslovênia, Hungria, Turquia, Grécia, Israel, Singapura, Japão, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul.

As mulheres são maioria no setor produtivo, sendo a repartição de costura a que mais concentra trabalhadores, havendo políticas de treinamento por um período de quinze dias antes do processo de admissão. O turno da empresa é diurno e os trabalhadores são originários de Osvaldo Cruz; tendo por volta de 500 vínculos empregatícios.

A empresa destaca que procura sempre se adequar ao processo de modernização do mercado possuindo diversos computadores ligados à *internet* e à rede financeira, bem como *softwares* específicos para a gestão da empresa. A linha produtiva pode ser adaptada de acordo com a demanda, possuindo inovações no processo de produção e confecção das mercadorias. O *marketing* e o *design* são elaborados internamente, sendo a empresa associada a entidades de representação industrial como a CIESP, no caso brasileiro.

b) Linoforte Móveis Ltda (Linoforte)

A Linoforte é uma indústria do ramo moveleiro que surgiu em 1962, por iniciativa de um casal de imigrantes (Lino Ferrari e Maria Forte) produzindo colchões. Atualmente, localiza-se na Avenida Felipe Carmona, em Osvaldo Cruz, sendo uma das maiores empresas da cidade e detendo importante fatia no mercado de móveis no Brasil.

A fábrica que antes produzia colchões, hoje se dedica à fabricação de estofados, tendo como principais matérias-primas utilizadas a madeira de reflorestamento, tecido, espuma e grampo. A qualidade da matéria-prima é uma variável de preocupação da empresa que procura industrializar parte dela, como a espuma utilizada nos estofados (são mais de 50 modelos com duas linhas de mercado: a Decorare e a Clean), oferecendo grande diversificação em termos de cores e *design*.

A empresa proveniente de capital familiar continua sendo administrada diretamente por membros que deram origem ao empreendimento. Seus principais clientes são lojas especializadas em móveis e grandes redes de varejo, não possuindo filiais, mas atendendo em âmbito nacional. No *site* da empresa há uma síntese de sua atuação, destacando que:

Ao longo dos anos, o mercado brasileiro reconhece a marca Linoforte como símbolo de qualidade, tanto em seu design inovador, como no arrojo empresarial. Para entender o que isto significa, apresentamos alguns números: 52 mil m² de área total, sendo 28 mil m² de área construída, responde por 6% do mercado nacional, são mais de 2.500 clientes no Estado de São Paulo e 5.500 no Brasil, conta com aproximadamente 600 colaboradores diretos, e desde 1962 já fabricou mais de 1 milhão de conjuntos de estofados; trazendo segurança aos nossos clientes que necessitam de garantias e certezas para firmar-se junto ao mercado

consumidor. (Disponível em: <<http://www.linoforte.com.br/empresa.php?id=6>>. Acesso em: 17 jun. 2010).

Apesar do foco da empresa ser o mercado nacional, ela importa do estrangeiro determinadas matérias-primas para utilização no processo produtivo. A perspectiva de mercado é estar sempre nas tendências da moda, para aumentar as vendas e cada vez mais atender a novos clientes. Com isso, a produção de estofados é diária e há um processo de logística interna que viabiliza o processo, bem como transporte próprio para o escoamento de mercadorias.

A empresa possui em torno de 450 vínculos empregatícios formais em regime CLT, menor aprendiz e estagiários. Políticas de treinamento também são aplicadas, visando melhor preparar os trabalhadores por meio de palestras, etc.

Não há um perfil bem definido em termos de vínculos empregatícios, uma vez que a empresa conta com diferentes etapas no processo produtivo e gerencial, havendo as mais variadas formações técnicas e específicas às diversas funções desempenhadas.

Em termos de interação regional, observa-se que os trabalhadores não são exclusivos de Osvaldo Cruz, possuindo também trabalhadores de outras cidades pequenas próximas, como Lucélia, Salmorão, Parapuã e Inúbia Paulista.

No que tange à modernização, poder-se-ia destacar que a empresa possui uma frota de aproximadamente 50 veículos para efetuar o escoamento das mercadorias. Há diversos computadores ligados à *internet* e à rede financeira, facilitando o processo de comercialização dos produtos.

A empresa adapta sua linha produtiva de acordo com as demandas, declarando possuir inovações em termos de *design* e outros diferenciais de produtos. Não há um período médio para a utilização dos bens de produção, sendo esses trocados de acordo com as necessidades experimentadas no processo produtivo e no sentido de ampliar a capacidade de produção em termos de escala.

Com isso, o departamento de desenvolvimento de produtos é responsável pela criação e desenho de modelos de estofados e o *marketing* é centrado em mostrar o produto e seus benefícios.

5.5 Álvares Machado e Pirapozinho no quadro da indústria de sementes forrageiras, alimentícia e química

As cidades pequenas de Pirapozinho e Álvares Machado fazem parte de um processo de formação socioespacial semelhante. Ambas surgiram a partir da atividade de intensificação econômica e crescimento do povoamento em Presidente Prudente, sendo oriundas de ações de desmembramento territorial deste último município.

Atualmente, tais cidades pequenas ainda guardam forte relação com Presidente Prudente, tanto no que diz respeito às interações espaciais (em termos de deslocamento de pessoas ao trabalho e estudo), quanto em outras dimensões da vida social e da conexão territorial entre tais centros (em alguns pontos expressa pela contigüidade dos tecidos urbanos), o que motivou a realização de estudos de reflexão empírica como o de Miyazaki (2008) que debateu essas ligações pelo processo de aglomeração urbana de Presidente Prudente e das cidades pequenas do entorno como Álvares Machado e Regente Feijó, por exemplo. A figura 11 ilustra essa argumentação ao mostrar que Álvares Machado (figura 12) e Presidente Prudente praticamente formam um tecido urbano único enquanto Pirapozinho (figura 13) está mais distante de Presidente Prudente, embora também mantenha fortes relações com este centro.

Álvares Machado teve como fundador o mineiro Manoel Francisco de Oliveira que adquiriu terras da viúva de um dos colonizadores de Presidente Prudente (Manoel Pereira Goulart), na chamada fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Derrubando a mata, construindo casa e estabelecimento comercial, Manoel começou atrair moradores para a sua propriedade e com o advento da estrada de ferro Sorocabana iniciou o loteamento dessas terras. Deste modo, nascia o patrimônio de São Luis, que posteriormente foi denominado de Álvares Machado pelo governador do Estado e, logo, deram-se as condições para a criação do distrito de paz e da cidade que passaria a atrair importante contingente de japoneses em razão do processo migratório na época.

Já Pirapozinho se configurava como uma espécie de lugarejo ligado a Presidente Prudente em meio à densa vegetação, sendo as terras de propriedade de Francisco Bertasso e Benedito Reis Barreiro. Por volta de 1933, o engenheiro da prefeitura municipal de Presidente Prudente traçou a planta que iria dar origem ao processo de loteamento da área.



Avenida das Américas – Álvares Machado



Vista parcial da Bracol - Pirapozinho

Figura 11 – Imagem de satélite de Presidente Prudente e entorno, além das fotografias da principal avenida de Álvares Machado e do estabelecimento Bracol, em Pirapozinho.

Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Earth. Acesso em: 14 jun. 2010. Adaptado por Jurado da Silva, 2010 e fotografias do mesmo autor.



Figura 13 – Imagem de satélite de Pirapozinho.
Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Earth. Acesso em: 6 nov. 2010. Adaptado por Jurado da Silva, 2010.

Portanto, a escolha de condensar nesse tópico tais cidades decorre pelo fato de ambas possuírem a especificidade de se ligarem no âmbito das relações sociais à Presidente Prudente e por participarem de um processo de formação socioespacial semelhante (sendo resultantes de desmembramento de terras antes pertencentes ao município de Presidente Prudente), embora haja diferenciações socioespaciais, na dimensão da constituição do espaço urbano e da vida de relações daí produzidas, o que lhes assegura determinadas singularidades nesse processo e na forma como se vinculam às particularidades da formação socioespacial e ao arranjo geral da rede urbana como centros locais dependentes de Presidente Prudente.

Com isso, poderia se argumentar que “As diferenças constituem a forma geral do ser, a partir da qual desenvolvem-se contradições [...]” (CHEPTULIN, 1982, p. 290). São contradições que surgem a partir do movimento da sociedade e da luta de classes na produção da cidade, nas redefinições regionais e nas transformações socioespaciais e, assim, “[...] O caráter contraditório é universal, mas ele não é a única forma de ligação. Na realidade objetiva, existem também relações de harmonia, de concordância, de correspondência.” (CHEPTULIN, 1992, p. 291).

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que Pirapozinho e Álvares Machado participaram de um processo de formação socioespacial análogo, as diferenças tendem a comparecer em determinados momentos e as combinações dessas articulações espaciais também se fazem presentes no processo de desenvolvimento desigual, com a ação de diversos agentes sociais, das instituições e das empresas que estão instaladas nessas cidades e que possuem lógicas distintas de atuação e estratégia espacial.

Em 2008, no quadro setorial formal da economia, Álvares Machado e Pirapozinho apresentavam composições similares, embora Pirapozinho possuísse maior contingente em termos de vínculos empregatícios e de estabelecimento do que se comparado a Álvares Machado, como mostra as tabelas 14 e 15.

Nos dois centros, o setor da economia formal com maior destaque era o de serviços com 73 estabelecimentos e 1.033 vínculos empregatícios em Álvares Machado e, em Pirapozinho, 111 estabelecimentos e 1.488 vínculos empregatícios. Em seguida, comparecia a indústria em Álvares Machado com 37 estabelecimentos, 658 vínculos empregatícios; e Pirapozinho com 41 estabelecimentos, 1.054 vínculos empregatícios, sendo a agropecuária o setor com menor importância na dimensão dos vínculos empregatícios.

Tabela 14 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Álvares Machado, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria	37	658
Construção civil	8	74
Comércio	182	559
Serviços	73	1.033
Agropecuária	5	5
<i>Total</i>	<i>305</i>	<i>2.329</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Tabela 15 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Pirapozinho, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria	41	1.054
Construção civil	6	104
Comércio	266	860
Serviços	111	1.488
Agropecuária	7	39
<i>Total</i>	<i>431</i>	<i>3.545</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Desse modo, valeria ressaltar que Álvares Machado possui poucos estabelecimentos industriais e vínculos empregatícios ocupados na indústria se comparado aos demais centros, entretanto sua participação nas exportações é importante e quando se analisa a dinâmica geográfica decorrente desse processo observar-se-á que a empresa Matsuda é uma das responsáveis pelo aumento crescente dos índices econômicos do município, ligada ao capital tradicional local de família de origem nipônica.

Pirapozinho, por sua vez, é uma das cidades com menor porte demográfico da pesquisa, mas apresenta a particularidade de possuir indústrias ligadas ao ramo químico e agroindustrial de capital e projeção relevante, como é o caso de citar a antiga Braswey (hoje Bracol) e a Danisco instalada em seu território.

No campo setorial da indústria (vide tabelas 16 e 17), o destaque tanto em termos de vínculos empregatícios quanto estabelecimentos é para a indústria de produtos

alimentícios, bebidas e álcool etílico com 13 estabelecimentos e 447 vínculos empregatícios em Álvares Machado; e 15 estabelecimentos, 781 vínculos empregatícios em Pirapozinho.

Tabela 16 – Composição subsetorial da indústria em Álvares Machado, 2008. *

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	3	16
Indústria metalúrgica	1	4
Indústria mecânica	4	42
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	3	71
Indústria da madeira e do mobiliário	1	3
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	3	32
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	2	5
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	3	13
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1	0
Indústria de calçados	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	13	447
<i>Total</i>	<i>34</i>	<i>633</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Tabela 17 – Composição subsetorial da indústria em Pirapozinho, 2008. *

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	1	4
Indústria metalúrgica	3	5
Indústria mecânica	0	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	0	0
Indústria da madeira e do mobiliário	3	18
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	5	45
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	0	0
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	1	100
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	11	61
Indústria de calçados	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	15	781
<i>Total</i>	<i>39</i>	<i>1.014</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Além disso, caberia frisar que há outras empresas importantes em atuação em Álvares Machado, a exemplo da Mecânica Implemac Ltda sendo uma das mais antigas instaladas

(desde a década de 1960 no município e que se dedica à produção de peças para tratores). Sua atividade iniciou-se a partir do capital local, no centro da cidade de Álvares Machado, em um prédio de madeira e atendia aos pequenos produtores da região de Presidente Prudente, oferecendo manutenção e consertos de tratores e implementos agrícolas.

Com o passar do tempo, o estabelecimento industrial passou a fabricar peças para tratores e, assim, sua trajetória econômica e de expansão de mercados tornou-se ascendente, inclusive com a construção de uma unidade com 10.000 m² em um novo espaço próximo à rodovia Raposo Tavares, no bairro Brejão.

Tal empresa trabalha cada vez mais com marcas conhecidas do ramo agropecuário, a exemplo da Massey Ferguson, New Holland, Ford, Valtra, John Deere, Agrale, Fiatallis, entre outras conhecidas do ramo. Com isso, é líder na produção de terminais de direção e recentemente tem se destacado em termos de exportação, inclusive auferindo o prêmio “Exporta São Paulo” (2008), através da Secretaria de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, comercializando em grande parte sua produção com a América Latina.

Já no que tange a Pirapozinho observam-se, também, outras empresas relevantes no contexto industrial, a exemplo da Foyer que se dedica à produção de roupas *jeans* com representações em Presidente Prudente e em outras localidades. A Sumetal, voltada à produção de fivelas e botões, entre outras como as pertencentes ao segmento alimentício, como Charque Favorito e Frigorífico Oeste Paulista. No entanto, no contexto de Pirapozinho, a pesquisa se aterá aos casos da Danisco e da Bracol e no âmbito de Álvares Machado à descrição da Matsuda. A escolha dessas empresas justifica-se em razão de seus papéis complexos nas interações espaciais, na questão dos vínculos empregatícios, além de comporem estratégias espaciais relevantes para a compreensão geográfica.

Assim, no campo das exportações (mapa 14), segundo a SECEX em referência ao ano de 2009, Pirapozinho totalizou US\$ F.O.B. 10.330.229, tendo como principais países de destino a Bolívia (US\$ F.O.B. 1.863.563), Argentina (US\$ F.O.B. 1.698.457), Peru (US\$ F.O.B. 1.592.777) e Chile (US\$ F.O.B. 1.581.843), entre outros relacionados, sobretudo, à América Latina. Com isso, os produtos exportados se relacionaram especialmente à indústria química e alimentícia dos quais valem menção como mais expressivos no conjunto das exportações: preparações alimentícias; ceras preparadas; derivados de ácidos graxos; preparos de cremes, sorvetes, gelatinas, flans, etc.

As importações de Pirapozinho (mapa 14) foram superiores às exportações somando U.S\$. F.O.B. 15.670.741 e os países que mais apresentaram relevância no conjunto das importações foram Dinamarca (US\$ F.O.B. 6.421.604), França (US\$ F.O.B. 1.585.081),

Espanha (US\$ F.O.B. 1.171.219), Chile (US\$ F.O.B. 1.074.841) e Alemanha (US\$ F.O.B. 986.119), numa listagem de 28 países, sendo que a União Européia concentra o maior valor numérico entre blocos econômicos parceiros. Os principais produtos importados foram ceras artificiais, enzimas preparadas, produtos mucilaginosos e espessantes, goma xantana e outros produtos relacionados especialmente à indústria alimentícia e química.

Por sua vez, Álvares Machado (mapa 15) totalizou US\$ F.O.B. 6.145.028 nas exportações e nas importações US\$ F.O.B. 144.526. O principal país, no conjunto das exportações, foi a Venezuela (US\$ F.O.B. 3.888.421, ou seja, 63,29% do total), seguido muito de longe por Honduras, Paraguai, Belize, Costa Rica e pelos demais países. Nas importações, Álvares Machado comercializou com apenas 4 países: Taiwan, China, Reino Unido e Bolívia com valores inferiores a US\$ F.O.B. 150.000. O principal produto exportado foi sementes forrageiras para semeadura (95,80% do total na participação dos produtos exportados com um valor de US\$ F.O.B. 5.887.226) e o produto importado foi torno para trabalho com metais.

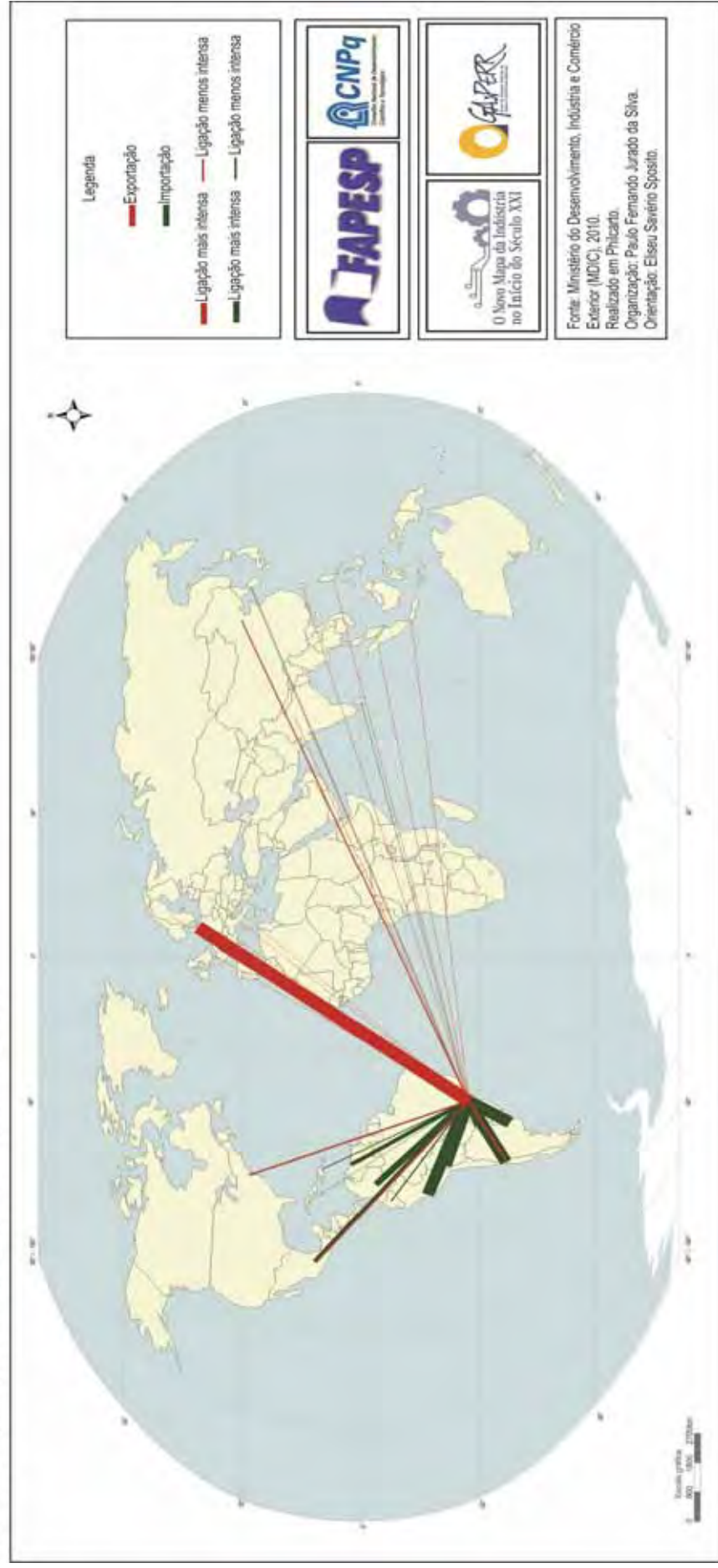
a) Matsuda Importadora e Exportadora Ltda (Matsuda)

Com mais de 60 anos a Matsuda é uma das empresas mais relevantes no contexto regional, sendo a iniciativa oriunda de capital local proveniente de famílias nipônicas que vieram para o Brasil (Matsuda, Susuki e Sammi) em busca de melhores condições de vida e de estabilidade econômica e se instalaram em Álvares Machado.

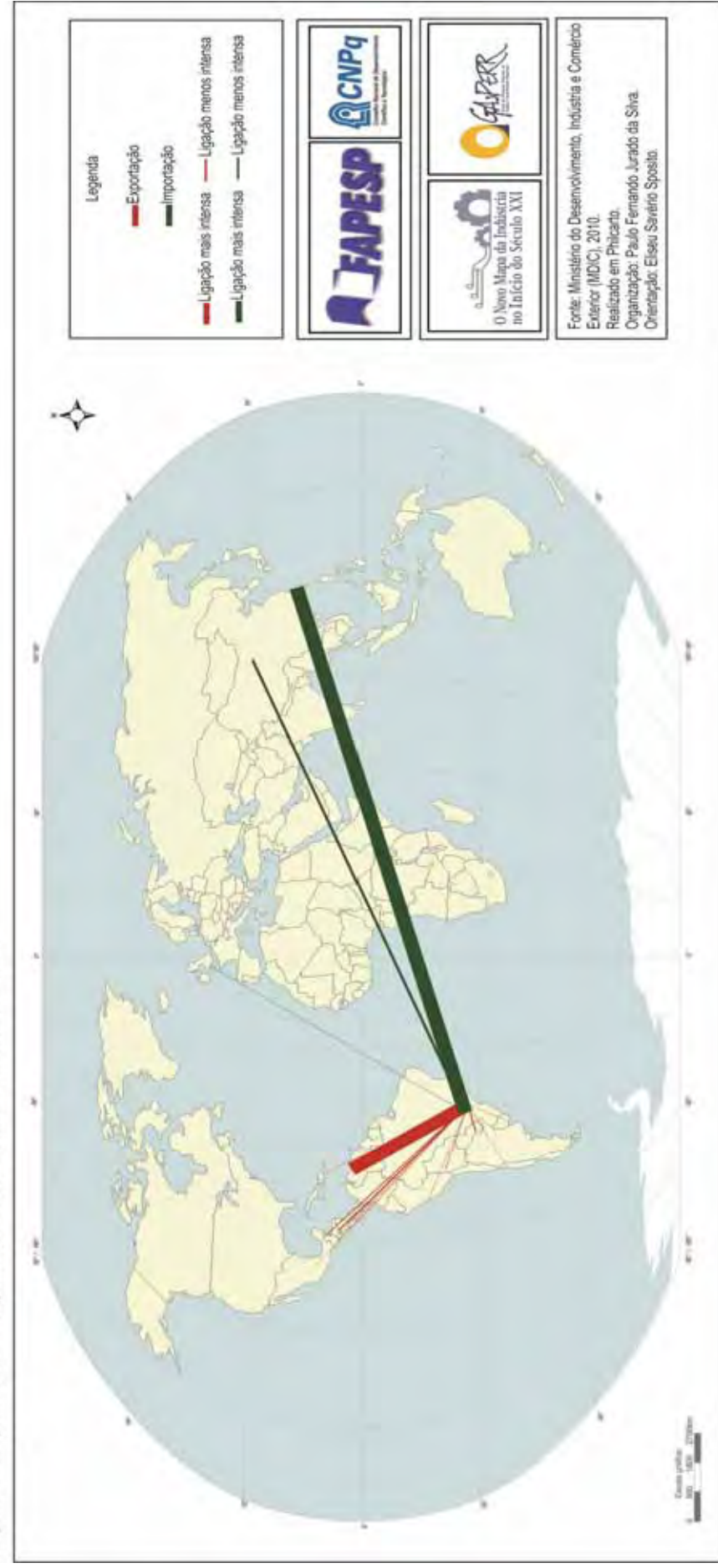
Segundo Carvalho e Matsuda (2008), a família Matsuda trabalhou no Brasil na agricultura, comércio e até mesmo como cerealista antes de vislumbrar o mercado de sementes. Tal alteração de curso ocorreu por volta da década de 70 do século XX, quando houve forte geada na região e os produtores optaram pela produção de gado como alternativa mais segura para escapar da crise. Foi com esse impulso que a Matsuda resolveu se inserir em um mercado onde não havia empresas importantes especializadas, ou seja, na produção de sementes, desenvolvendo produtos de alta qualidade, produtividade e adaptabilidade.

Com essa evolução, a empresa Matsuda “[...] tem o maior banco particular de sementes do mundo.” (CARVALHO; MATSUDA, 2008, p. 387), sendo o ritmo de crescimento acelerado por instalações de novas fábricas e até mesmo partindo para a produção de produtos.

Mapa 14 - Exportações e importações em Pirapozinho, 2009.



Mapa 15 - Exportações e importações em Álvares Machado, 2009.



A empresa conta com mais de trezentos funcionários em Álvares Machado, onde estão presentes os laboratórios de sementes, setor administrativo, suplementos minerais e a divisão de pesquisa e desenvolvimento.

As sementes passam por um processo rigoroso de seleção, peneira, limpeza, mesa densimétrica e por outras máquinas que classificam e procuram ofertar produtos homogêneos e com qualidade. As unidades de beneficiamento das sementes são as responsáveis por organizar as mercadorias para a exportação e ao mercado nacional. Além disso, em Álvares Machado está instalada a Matsuda Equipamentos voltada ao segmento vagões forrageiros, equipamentos para efetuar a colheita de sementes e peças de reposição correlatas.

A mais antiga empresa de suplementos minerais do grupo também está localizada em Álvares Machado interagindo espacialmente, sobretudo, com as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste do país e com o exterior.

Em São Sebastião do Paraíso (Minas Gerais), a Matsuda possui uma unidade de beneficiamento de sementes, fábrica de ração animal (para cães, gatos e peixes), uma fábrica de suplementos minerais que atende aos estados de Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Além disso, há também laboratórios de análises visando propiciar maior qualidade aos seus produtos.

Em Cuiabá está instalada outra unidade de produção de suplementos minerais que comercializa sua produção com estados pertencentes ao Centro Oeste e Norte do país, bem como uma unidade de beneficiamento de sementes.

O departamento de exportações é estabelecido em Álvares Machado; e em São Paulo situa-se o escritório comercial, com o papel de auxiliar no processo de comercialização e de facilitar o processo de exportação da empresa, além de ficar encarregado de verificar documentações perante o Ministério da Agricultura e as demais burocracias decorrentes do processo.

Nessa perspectiva, a empresa ainda mantém acordos com universidades e centros de pesquisa visando aprimorar a qualidade de suas sementes e garantir a melhor oferta em termos de produto, tanto no que diz respeito ao mercado nacional quanto internacional, já que as exigências são grandes em termos de barreiras fitossanitárias, etc.

b) Danisco S/A (Danisco Pirapozinho) e Bracol Holding Ltda (Bracol)

A Danisco do Brasil Ltda (Danisco Pirapozinho) é uma empresa pertencente ao grupo Danisco S/A com sede na Dinamarca (Copenhague) com atuação em mais de quarenta países,

sendo um dos maiores grupos de alimentos do mundo e atuando nos segmentos de alimentos e bebidas, nutrição animal, farmacêutica e química, compondo um rol de produtos bastante diversificado.

No Brasil, a Danisco tem atuação em Cotia, concentrando departamento de vendas, administração, centro de inovação e distribuição com 101 vínculos empregatícios; e em Pirapozinho, onde de fato ocorre o processo industrial da empresa há por volta de 102 vínculos empregatícios. A Danisco do Brasil é a responsável por coordenar as atividades industriais na América do Sul, uma vez que a Danisco S/A ainda mantém atividades em outros países como Colômbia e Argentina, no continente.

A Danisco Pirapozinho (localizada na Vila Santa Rosa, em proximidade à Bracol) integra a Danisco Emulsificantes com a produção multidivisional de emulsificantes, antioxidantes, alimentos funcionais, ingredientes estruturais, etc., trabalhando no turno diurno de segunda a sexta-feira. A unidade detém certificados como ISO 9001, 14001 e 2000, além de outras certificações relacionadas às boas práticas de produção, qualidade e segurança.

Iniciando sua produção em 1988, a empresa foi o resultado de uma *joint venture* com a Braswey (também instalada na cidade e atualmente operando com o nome Bracol Holding Ltda), sob a designação de Grindsted do Brasil, aproveitando-se das externalidades decorrentes das atividades da Braswey na localidade, ao mesmo tempo em que produziam complementaridades. Por volta de 1993, a Danisco adquiriu 100% das participações na empresa e, portanto, passou a imprimir um ritmo maior de expansão das atividades industriais e comerciais.

Segundo Silva (1998, p. 54), as principais matérias-primas utilizadas pela Danisco são “[...] óleos vegetais (soja e algodão) e animais e glicerina, adquiridos da Braswey, além do babaçu, palma, limão, algas, etc.”, sendo que grande parte das suas matérias-primas são importadas de outros países, segundo a mesma autora, com destaque para Chile, Estados Unidos, Argentina e outros. Já a comercialização de seus produtos ocorre tanto no Brasil quanto no mercado externo.

A Bracol Holding Ltda, por sua vez, atua em Pirapozinho na antiga grande planta industrial da empresa Braswey, localizada na entrada da cidade, em proximidade à Rodovia Assis Chateaubriand. A Braswey, conforme Silva (1998), teve suas atividades iniciadas em:

[...] 1965, na área correspondente as terras de propriedade das famílias Soler e Vantini, área cortada pela linha férrea e outras importantes vias de comunicação (como a rodovia Assis Chateaubriand, que corta o município, e faz ligações entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul).

A fábrica foi instalada no local em que funciona até hoje, aproveitando-se das instalações já existentes da firma Sanbra.

Ainda conforme a autora, o estabelecimento atuava no segmento de óleos vegetais e de origem animal, possuindo interações espaciais tanto com o mercado nacional quanto internacional.

Já presentemente, no que diz respeito à Bracol Holding Ltda observa-se grande complexidade para sua compreensão, pois a mesma é ligada ao grupo Bertin S/A que iniciou suas atividades em Lins (região administrativa de Marília) com um frigorífico em 1977, e a partir de então vem se expandindo e ganhando expressão. Hoje, o grupo é um dos maiores da América Latina em termos de produtos de origem animal, a exemplo de lácteos, carne bovina, couros, linha *pet* e produtos de higiene e limpeza, atuando em mais de 100 países, somando 40 unidades produtivas e mais de 35.000 vínculos empregatícios. Além disso, a Bracol/Bertin, junto ao grupo JBS, anunciou em 2009 um processo de associação que ampliou ainda mais o papel da JBS como líder no mercado de carne bovina no Brasil e no mundo.

Em Pirapozinho, o estabelecimento industrial se dedica à produção de determinados ácidos como os graxos e esteáricos, glicerinas e alguns óleos vegetais processados para a Bunge. As matérias-primas utilizadas são óleos vegetais, gordura animal (sebo bovino).

A área de origem da matéria-prima é decorrente do mercado nacional, especialmente das propriedades do grupo Bertin. A empresa é dirigida por diretor comercial que também é o responsável pelo setor de biodiesel em Lins do grupo.

Seus principais clientes são as empresas do segmento de pneumáticos, como Firestone, Goodyear e Michelin. A empresa escolheu esse segmento porque apresenta grande viabilidade em termos de mercado, representando uma inovação para o grupo Bertin que tem uma diversificação de atividades industriais considerável, diferentemente da antiga Braswey que se dedicava à produção de margarinas e outras mercadorias.

A cooperação do estabelecimento industrial se dá no âmbito das empresas do grupo Bertin, com o aproveitamento de subprodutos do biodiesel em Lins para a produção de determinados ácidos em Pirapozinho.

O escoamento da produção se dá por via rodoviária (rodovias Assis Chateaubriand e Raposo Tavares), sendo o mesmo efetuado por frota da Bertin em Lins e/ou de forma terceirizada. A produção não visa a formação de estoques, mas é direcionada de acordo com a demanda. A atuação do estabelecimento tem como foco o mercado nacional, mas parte da sua produção pode ser exportada também para atender a possíveis demandas.

São aproximadamente 250 funcionários oriundos da localidade e região com grau de instrução variando de acordo com o setor da fábrica, sendo o “chão de fábrica” o que mais concentra menor nível de escolaridade. Nesse sentido, o estabelecimento também oferece políticas de treinamento, visando garantir a segurança do trabalho, a qualidade do produto e a preocupação com o meio ambiente.

A unidade é associada a órgãos de representação industrial, possui inovações, articula seu *marketing* com profissionais especializados e o departamento de vendas do grupo Bertin é responsável pela comercialização das mercadorias.

Além disso, a empresa sempre procura adotar procedimentos técnicos referentes ao processo de modernização, como adequações voltadas às certificações ISO, bem como se preocupar com a questão ambiental com a adoção de programas de reciclagem de óleo usado para a produção de biodiesel, etc.

5.6 Rancharia e a indústria frigorífica de carne bovina e aves

O nascimento de Rancharia decorre das atividades de construção da ferrovia Sorocabana, no início do século XX, no processo de formação da região de Presidente Prudente. Como era necessário abrir estradas e derrubar as matas, foram edificados vários ranchos (daí a derivação Rancharia – local de ranchos) para o estabelecimento dos trabalhadores. Entretanto, há outra vertente histórica que considera a designação desse topônimo em decorrência de um período anterior à construção da ferrovia, ou seja, em razão dos pousos de sertanistas que se envolviam no processo de colonização de áreas adjacentes e que tinham o lugar como um ponto de parada de suas tropas, com a instalação de ranchos.

Presentemente, este município é considerado o maior no Oeste do Estado de São Paulo em termos de extensão territorial com 1.588,7 Km². Na questão demográfica, não possui uma das maiores populações da região, mas em termos de centralidade na rede urbana comporta-se como centro de zona B, na região de Presidente Prudente, segundo a investigação REGIC (2008), o que lhe garante relativa influência espacial.

Rancharia ainda conta com dois distritos ligados ao seu município, sendo eles: Ajicê e Gardênia. Na dimensão do campo, segundo plano diretor municipal (2006), o destaque é para as áreas de pastagem seguidas por culturas como a cana de açúcar, milho e soja. Na realidade, o município desde o início de sua fundação guardou forte relação com o campo e com as atividades econômicas decorrentes desse processo.

Em termos setoriais (conforme tabela 18), a relevância é para os serviços que concentram maior quantidade de vínculos empregatícios com 174 estabelecimentos e 1.937 vínculos empregatícios, seguido pela indústria com 42 estabelecimentos e 1.391 vínculos empregatícios.

No aspecto industrial, Rancharia é marcada pela estreita ligação com o campo, abrangendo estabelecimentos industriais relacionados ao processamento de oleaginosas, atividades frigoríficas e isso foi claramente demonstrado ao longo deste trabalho na perspectiva histórica.

Assim, Rancharia contou com a atuação de diversos estabelecimentos agroindustriais em sua sede municipal que, em alguns casos, encerraram suas atividades e/ou mesmo arrendaram a sua estrutura física para que outras empresas atuassem apesar de se conectarem ao mesmo segmento produtivo (algo que semelhantemente ocorreu a Pirapozinho, no caso da Sanbra-Braswey-Bracol).

Tabela 18 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Rancharia, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria	42	1391
Construção civil	2	26
Comércio	288	1148
Serviços	174	1937
Agropecuária	12	142
<i>Total</i>	518	4644

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Nesse caso, é possível detectar nessas empresas determinada mobilidade do capital no sentido de estender sua ação territorial a outras partes do país, combinando no espaço local novas lógicas econômicas e, por conseguinte, transformações socioespaciais. Isso tem reflexo na produção do desenvolvimento desigual e nas diversas interações espaciais decorrentes desse processo, ao mesmo tempo em que desarticulam/reproduzem/ampliam os laços espaciais que as empresas anteriores teciam. Nesse universo, se insere especialmente os empreendimentos do tipo sociedade anônima e que podem ser caracterizados como *trading companies*, a exemplo da Cargil, Bunge, entre outras e que em diferentes momentos se instalaram em Rancharia.

Tabela 19 – Composição subsetorial da indústria em Rancharia, 2008. *

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	1	7
Indústria metalúrgica	4	32
Indústria mecânica	0	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	0	0
Indústria da madeira e do mobiliário	7	105
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	5	6
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	2	35
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	0	0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2	3
Indústria de calçados	3	6
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	16	1.179
<i>Total</i>	<i>40</i>	<i>1.373</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Já no que diz respeito ao panorama subsetorial da indústria (vide tabela 19), o destaque é para a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico com 1.179 vínculos empregatícios e 16 estabelecimentos formais. Os demais subsetores nem se comparam ao de maior destaque por apresentarem menores números tanto em termos de estabelecimentos quanto em vínculos empregatícios.

Na rodovia Homero Severo Lins (SP 284) estão instalados alguns dos principais estabelecimentos industriais do município no segmento frigorífico, ou seja, no subsetor alimentício, como a Better Beef e a Palmali. Já no sentido nordeste da cidade, tem-se a área de concentração industrial como se observa na figura 14 (elipse laranja) com a presença do distrito industrial.

Entretanto, há de se destacar que existem estabelecimentos industriais importantes instalados em outras partes da área urbana, a exemplo do laticínio Rancharia (com a marca de produtos Ipanema que se dedica à produção de queijos), sendo localizado na Avenida Pedro de Toledo, próximo à rodoviária municipal. Este empreendimento apesar de possuir sede em São Paulo, capital, concentra em Rancharia toda a sua produção e escoar as mercadorias no território nacional, tendo como clientes o varejo, atacado e mercados *food service*.



Figura 14 – Imagem de satélite de Rancharia e fotografias com vista parcial da entrada da cidade e do setor de vendas Better Beef. Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Earth. Acesso em: 14 jun. 2010. Adaptado por Jurado da Silva (2010) e fotografias do mesmo autor.

Já no que diz respeito às exportações (vide mapa 16), segundo a Secex, em referência ao ano de 2009, Rancharia totalizou US\$ F.O.B. 38.317.554, comercializando com uma lista de mais de trinta países. Angola foi o mais expressivo, nesse quadro, com US\$ F.O.B. 15.979.680, isto é, cerca de 41,70% do valor total das exportações. Depois desse país compareciam ainda como principais parceiros: Hong Kong (US\$ F.O.B. 4.334.761), República Democrática do Congo (US\$ F.O.B. 4.281.865) e Emirados Árabes Unidos (US\$ F.O.B. 4.109.025) etc.

O principal produto exportado foi carnes de galos/galinhas cortadas em pedaços congelados, totalizando 65,64%, ou seja, US\$ F.O.B. 25.151.167 e os demais se relacionavam aos derivados de frango, cortes bovinos, etc. Ainda conforme a Secex, não houve registro de importação para o ano em análise.

Nesse sentido, na tentativa de melhor caracterizar casos da indústria em Rancharia é apresentado a seguir algumas informações a respeito de dois dos principais estabelecimentos industriais instalados no município, ou seja, os frigoríficos Better Beef e Palmali.

a) Better Beef Ltda (Better Beef) e Palmali Industrial de Alimentos Ltda (Palmali)

Os frigoríficos Better Beef Ltda e Palmali Industrial de Alimentos Ltda constam na listagem industrial do município de Rancharia desde 2003. Na década de 1980, as unidades físicas desses frigoríficos pertenciam ao grupo Floresta.

O Better Beef tem como principais produtos fabricados a carne com/sem osso, miúdos, sebo, farinha de carne e osso bovino. As áreas de origem da matéria-prima são compostas pelas fazendas da região. Seus principais concorrentes no mercado nacional são grandes corporações como a JBS/Friboi (com uma unidade produtiva na região, isto é, em Presidente Epitácio) e Marfrig. A iniciativa não é de origem local, sendo de investimento externo à cidade.

A empresa não passa por processo de reestruturação produtiva, sendo o território nacional entendido como foco de atuação prioritário da unidade. O turno de trabalho é diurno, possuindo trabalhadores tanto do município de Rancharia quanto de Presidente Prudente, que dista menos de cem quilômetros em relação ao pequeno centro, sendo gerados aproximadamente 470 vínculos empregatícios. No terreno da unidade industrial, ainda tem-se uma Boutique de Carnes (como visto na figura 14) para atender à população do município e região, onde são vendidos alguns cortes bovinos em embalagens especiais da empresa.

Mapa 16 - Exportações em Rancharia, 2009.



Já a Palmali iniciou suas atividades no segmento frigorífico na década de 1980, no Paraná, mais especificamente na cidade de Palmas (localizada no sul paranaense). Tal região é conhecida pelo seu potencial relacionado à suinocultura, sendo que sua unidade produtiva possui capacidade para abater mais de 1.200 suínos por dia, exportando grande parte de carne especialmente para África e Ásia.

Em 1995, a empresa dá mais uma vez um salto produtivo e passa a produzir embutidos na cidade de Maringá, atuando nos segmentos de salames, *bacon*, lingüiças frescas e defumadas, salsichas, mortadelas, presuntos, apresuntados, etc.

Com o intuito de expandir suas atividades produtivas a empresa investiu em Rancharia, no início dos anos 2000, voltando-se para o abate de frangos com uma capacidade para abater mais de 100 mil aves por dia, atendendo em grande parte ao mercado externo.

Em Rancharia, os principais produtos fabricados são aves inteiras e em cortes temperados congelados. A matéria-prima é proveniente de Bastos, município localizado na região de Marília, e reconhecido nacionalmente pelo seu desempenho na produção de aves destinadas tanto ao corte quanto à produção de ovos.

Dentre os países de atuação da empresa poderia se destacar os mercados relacionados especialmente a Ásia, África e Oriente Médio, comercializando com países como: China, Japão, Angola, Congo, Moçambique, Sudão, Gana, Gabão, África do Sul, Costa do Marfim, Guiné, Libéria, Togo, Benin, Camarões, Cazaquistão, Paquistão, Iêmen, Omã, Emirados Árabes, Iraque, Líbano, Afeganistão, Kuwait. Além disso, ainda comercializa com países como Rússia, Uruguai, Peru, Haiti, entre outros.

No cenário de concorrência nacional, compete com grandes corporações a exemplo da *BR Foods* (detentora de marcas como a Perdigão e Sadia), etc. Assim, o escoamento da produção é feito por via rodoviária até portos secos ou encaminhado diretamente ao Porto de Santos, rumo ao mercado externo.

As máquinas empregadas na produção são adquiridas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O gerenciamento do empreendimento é efetuado pelo núcleo familiar fundador do empreendimento, sendo o planejamento gestado em reuniões com a diretoria.

Atualmente, a empresa conta com aproximadamente 400 vínculos empregatícios, havendo políticas de treinamento (especialmente na área de qualificação profissional e segurança), sendo os trabalhadores oriundos de Rancharia.

A empresa possui ainda programas voltados à segurança do trabalho, tais como: Boas Práticas de Fabricação (BPF), Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle

(APPCC), Procedimento Padrão de Higiene Operacional e Pré-Operacional (PPHO), Controle Integrado de Pragas, etc.

No que tange aos aspectos relacionados à modernização, destacam-se computadores ligados diretamente à rede financeira, *softwares* específicos para gestão de empresas, inovações nos aspectos concernentes à produção, adaptação da linha produtiva de acordo com as demandas do cliente e do mercado consumidor, sistemas de vídeo-conferência, etc. A empresa ainda é associada a órgão de representação industrial, o *marketing* e o *design* são efetuados por estabelecimentos contratados, sendo os acordos comerciais firmados com a apresentação dos produtos, além da mostra de vídeos, demonstração de vantagens contratuais, etc.

5.7 Presidente Epitácio e a indústria de processamento da carne bovina e derivados

Historicamente, Presidente Epitácio surgiu das atividades de expansão econômica e colonização do Oeste Paulista, no início do século XX, com a construção da chamada Estrada Boiadeira, sob a égide de Francisco Guilherme de Aguiar Whitaker que foi o encarregado de cumprir a complicada missão de interligação do território com o Mato Grosso do Sul (até então na região sul do Estado do Mato Grosso).

No início, Presidente Epitácio, que é um dos centros mais antigos em termos de povoamento na região, contou com a função de porto fluvial e como local de passagem de gado e tropas. Assim, paulatinamente, foi ganhando maior contingente populacional e se tornando um dos núcleos urbanos mais expressivos regionalmente, sendo o último ponto da linha férrea da antiga Companhia Sorocabana.

Atualmente, Presidente Epitácio tem nas atividades turísticas ligadas à exploração do Rio Paraná uma das suas principais atividades, a exemplo da pesca e das atividades náuticas. A cidade conta com serviços importantes (especialmente na área de hotelaria e restaurantes), empreendimentos imobiliários de padrão aquisitivo alto e uma dinâmica comercial e de serviços interessante.

Na esfera da especulação e dos investimentos imobiliários, observa-se também o lançamento de vários loteamentos às margens do Rio Paraná e em outras partes do município, visando atender distintas parcelas de consumo do espaço urbano e da produção da cidade.

Na dimensão turística, verificam-se dois momentos distintos ao longo do tempo, ou seja, o primeiro atinente à exploração natural dos recursos hídricos com atividades de pesca,

uso do antigo Parque Municipal Figueiral e o atual, demarcado pela formação do Lago Paraná com a construção da usina hidrelétrica em Rosana e que acabou por interferir na dinâmica ambiental regional, com forte impacto tanto no universo da paisagem natural quanto dos usos que eram feitos do território por comunidades ribeirinhas em Presidente Epitácio. Tal movimento ainda foi acompanhado pela necessidade de dar andamento ao projeto da Hidrovia Tietê-Paraná e de maior captação de recursos econômicos pelo município.

Atualmente, o setor com maior destaque na economia (tabela 20), em termos de vínculos empregatícios, é o de serviços com 2.518 e 182 estabelecimentos formais, seguido bem proximamente pela indústria com 57 estabelecimentos e 2.285 vínculos empregatícios.

Tabela 20 – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios segundo grandes setores do IBGE em Presidente Epitácio, 2008*.

Grandes setores	Estabelecimentos	Número de vínculos empregatícios
Indústria	57	2.285
Construção civil	11	55
Comércio	402	1.667
Serviços	182	2.518
Agropecuária	7	15
<i>Total</i>	659	6.540

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Presidente Epitácio constitui-se em uma das cidades pequenas que mais apresentaram crescimento demográfico e econômico, possuindo estabelecimentos industriais vinculados à esfera da indústria alimentícia, capital agroindustrial, extrativa mineral, minerais não metálicos, etc.

No campo subsetorial da indústria (tabela 21), verifica-se que o subsetor que mais absorve vínculos empregatícios é a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico com 1.846 vínculos empregatícios e 16 estabelecimentos, acompanhado de longe pelos demais, como a indústria de produtos minerais não metálicos (190 vínculos empregatícios e 12 estabelecimentos).

Por conta da instalação de usina hidroelétrica no município de Rosana, grande parte das atividades vinculadas à indústria de produtos minerais não metálicos perdeu parte de sua expressão no contexto regional, uma vez que houve a formação de um grande lago para captação de energia e isso resultou na inundação de várias áreas. Assim, houve uma redução

das jazidas minerais que supriam tal demanda e isso é evidenciado tanto em Presidente Epitácio quanto em outros pequenos centros que estão às margens do Rio Paraná, como Panorama e Paulicéia, na região de governo de Dracena.

Tabela 21 – Composição subsetorial da indústria em Presidente Epitácio, 2008. *

Subsetores IBGE	Estabelecimentos	Vínculos empregatícios
Indústria de produtos minerais não metálicos	12	190
Indústria metalúrgica	4	7
Indústria mecânica	0	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0
Indústria do material de transporte	3	50
Indústria da madeira e do mobiliário	0	0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	7	21
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	1	7
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	1	2
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	5	22
Indústria de calçados	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	16	1846
<i>Total</i>	<i>49</i>	<i>2145</i>

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Organização: Jurado da Silva, 2010.

* Baseada somente nos estabelecimentos com CNPJ, excluindo-se do cálculo a RAIS Negativa.

Mas, no que tange ao processo de divisão territorial do trabalho, em escala internacional, Presidente Epitácio tem figurado como plataforma agroindustrial de produtos alimentícios derivados do beneficiamento bovino por parte de duas importantes empresas instaladas na cidade e atuando em nichos de mercado distintos, ou seja, uma relacionada ao segmento de gelatinas (Rousselot) e a outra ao segmento frigorífico e de couro (JBS).

Nas proximidades do Rio Paraná (no sentido sudoeste da cidade, vide figura 15) estão localizados os estabelecimentos industriais supracitados (elipse laranja da figura), ambos grandes empreendimentos de atuação no mercado global de alimentos.

Suas ações e estratégias espaciais na localidade são de complicado acesso em termos de obtenção de dados e por isso, nesse trabalho, optou-se por oferecer noções gerais a respeito do assunto numa escala ampla de atuação dessas corporações, sendo que as mesmas se utilizam da matéria-prima bovina para a produção de suas mercadorias.

Tais empresas também impulsionam as exportações do município que alcançaram, segundo a SECEX, para o ano de 2009, a cifra de US\$ F.O.B. 81.628.860 (vide mapa 17), tendo o Reino Unido como grande parceiro comercial (US\$ F.O.B. 31.603.135 o que equivale a 38,72% do total). Após esse país, comparecia uma lista com mais de trinta parceiros, dos quais vale mencionar Hong Kong (US\$ F.O.B. 11.962.582), Estados Unidos (US\$ F.O.B.

4.919.378), Arábia Saudita (US\$ F.O.B. 4.284.368), Jordânia (US\$ F.O.B. 3.952.985) e Irã (US\$ F.O.B. 2.249.186).

O principal produto exportado foi preparações alimentícias e conservas a partir da carne bovina (US\$ F.O.B. 50.208.974, cerca de 61,51% do total do valor das exportações), seguidas por derivados do processamento industrial bovino, como carnes desossadas congeladas, frescas ou refrigeradas, miudezas, entre outros.

Por outro lado, as importações foram inexpressivas somando US\$ F.O.B. 510.194, dos quais a Espanha respondia por US\$ F.O.B. 493.097 o que equivaleu a 96,65% do total das importações. Os principais produtos importados foram roldas e acessórios para embalagens de metais, compondo 96,65% (US\$ F.O.B. 493.097) do total das importações.

Assim, verifica-se pela análise dessas interações espaciais e dos principais produtos exportados que os derivados bovinos na indústria ocupam a posição central na dinâmica dos fluxos econômicos desencadeados no comércio internacional pela cidade pequena de Presidente Epitácio. Com isso, valeria destacar que a marca da pecuária na região de Presidente Prudente é uma forte constante na paisagem, sendo uma das maiores áreas produtoras de gado de corte do país.

A pecuária é reconhecida pela sua tradição na produção de gado nelore com laboratórios de melhoramento genético; exposições agropecuárias; fabricação de medicamentos homeopáticos para o gado bovino (Presidente Prudente); produção de sementes especiais para pastagens (especialmente em Álvares Machado, Rancharia e Presidente Prudente); troncos para contenção bovina (destaque para Dracena); curtumes (Adamantina, Presidente Prudente, Pirapozinho, etc.); frigoríficos (Presidente Epitácio, Rancharia etc.); exploração química do couro e sebo bovino (Pirapozinho); além de tantos outros exemplos que poderiam ilustrar esse contexto de produção econômica e o seu respectivo circuito espacial de produção.

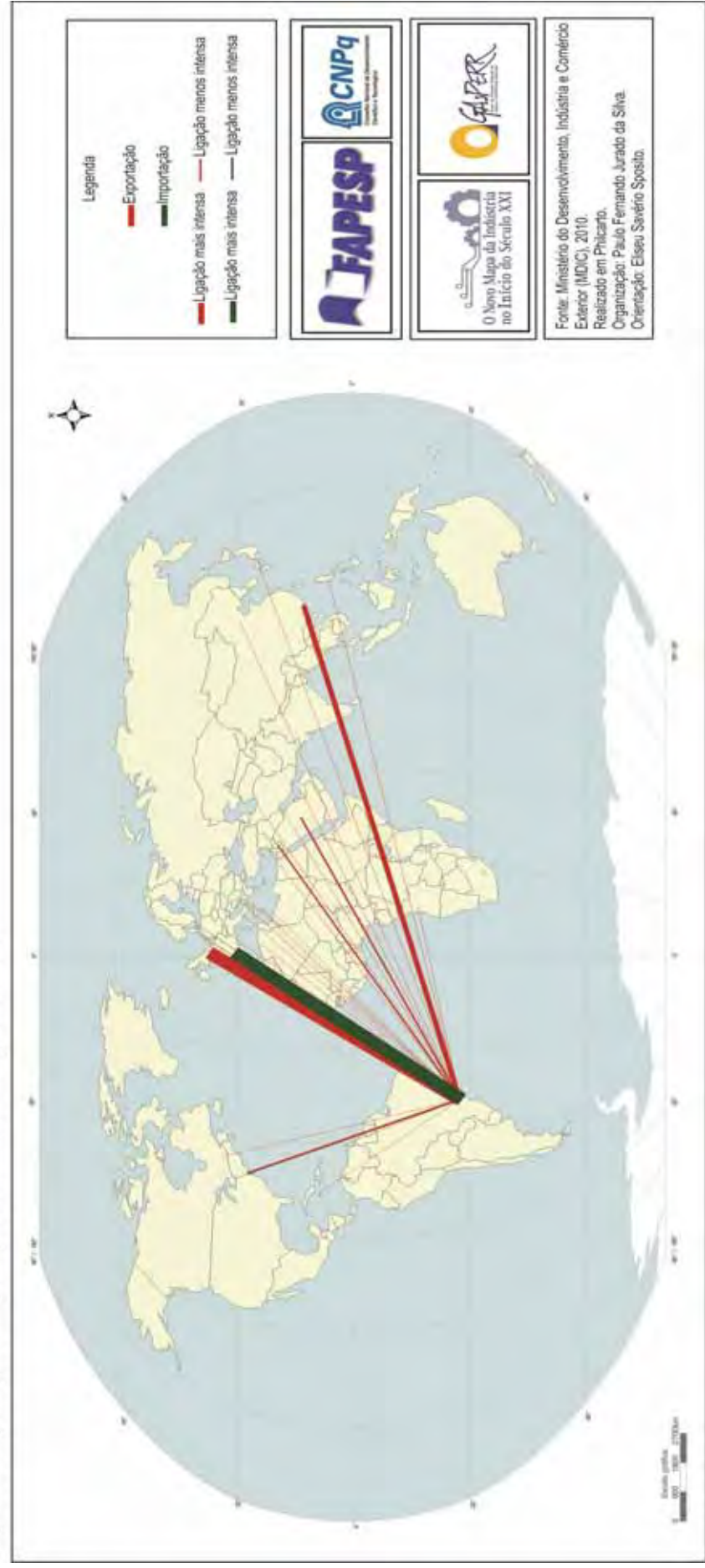
a) Rousselot Gelatinas do Brasil S/A (Rousselot) e JBS Friboi S/A (JBS)

Na década de 1980, conforme dados obtidos junto à prefeitura municipal de Presidente Epitácio foi instalada um dos estabelecimentos industriais mais importantes no município, ou seja, a Rebière Ingredientes Alimentícios dedicada à produção de gelatinas.



Figura 15 – Imagem de satélite de Presidente Epitácio e fotografias com vista parcial da Avenida Presidente Vargas e da guarita da JBS. Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Earth. Acesso em: 14 jun. 2010. Adaptado por Jurado da Silva (2010) e fotografias do mesmo autor.

Mapa 17 - Exportações e importações em Presidente Epitácio, 2009.



Mas, foi no início do século XXI (mais precisamente em 2008), que esse estabelecimento ganhou maior destaque, pois no âmbito nacional a empresa se uniu à Rousselot, sendo hoje uma das maiores corporações no segmento de gelatinas no mundo com uma estrutura de doze plantas, 10 escritórios e com aproximadamente 2.400 vínculos empregatícios. Na realidade, a Rousselot é uma unidade de negócios ligada à divisão de ingredientes de um dos maiores grupos alimentícios da Europa, ou seja, o Grupo Vion N. F., com sede na Holanda e forte atuação internacional.

A Rousselot vem atuando no mercado desde 1891, sendo marca líder no segmento de colágeno hidrolisado e gelatina, tendo como principais clientes a indústria farmacêutica, alimentícia e fotográfica. Na América do Sul, têm atividades industriais e representações no Brasil e Argentina, sendo duas unidades industriais instaladas no Estado de São Paulo, isto é, em Presidente Epitácio e Amparo.

Em Amparo, há uma unidade misturadora onde se dá a produção de colágenos hidrolizados e gelatina e em Presidente Epitácio, ocorre a produção de gelatina por meio da utilização do couro bovino. Além de exportarem para outras unidades do grupo Rousselot, essas unidades e a da província de Buenos Aires representam a empresa na América Latina, comercializando com diversas empresas e grupos os seus produtos.

Com uma produção estimada de 80 mil toneladas de gelatina produzida por ano, a Rousselot detém cerca de 25% do mercado, em escala internacional, o que comprova de fato sua importância como empresa global e sua participação em todos continentes, seja com escritórios de representação em suas respectivas áreas de mercado, seja com unidades fabris de produção de gelatina e colágenos hidrolizados.

Já outra grande corporação instalada em Presidente Epitácio e que tem como principal fonte de matéria-prima os bovinos é o frigorífico JBS Friboi S/A que adquiriu em sua política de expansão e aumento da capacidade de abate o frigorífico Bordon, que era o antigo proprietário do estabelecimento industrial em Presidente Epitácio. Juntamente à Rousselot Gelatinas se projetam no cenário da cidade pequena como os maiores estabelecimentos industriais em termos de planta industrial, vínculos empregatícios e receita gerada.

O Grupo JBS iniciou suas atividades de maneira pequena, em Goiás, e aos poucos foi se notabilizando em expandir sua capacidade produtiva por meio de aquisições e fusões, sendo hoje o maior exportador de carne do mundo e um dos maiores grupos alimentícios do planeta, tendo como plataformas de produção os países com maior rebanho bovino, ou seja, Brasil, Argentina, Estados Unidos e Austrália.

Com base nos dados organizados por Corrêa (2009) para Presidente Epitácio, observa-se que o estabelecimento industrial possui área total construída de 40.404 m², 1.792 funcionários, capacidade de abate bovina de 1.050 cabeças por dia e processamento diário de 160 toneladas por dia, estando entre as maiores unidades fabris do grupo no Brasil.

Atuando como matadouro, frigorífico e fábrica de conservas a unidade de Presidente Epitácio produz carne cozida e congelada, carne "in natura", conservas enlatadas, envoltórios naturais, extrato de carne, miúdos de bovino "in natura", entre outros produtos e derivados da carne bovina.

No âmbito da cidade pequena, empiricamente detecta-se que a estratégia do estabelecimento vai além da produção, mas também atua na comercialização que é efetuada, por via das vezes, nas ruas por veículos particulares da empresa, conduzidos por grupos de funcionários treinados em vender a carne e seus derivados, com sistema de som e anúncio próprio.

Esse programa ficou conhecido na empresa como "Swift bate à sua porta" oferecendo carnes frescas, nos moldes internacionais da Swift, em dias e horários específicos e se o morador desejar ainda pode ligar para a central de atendimento da empresa que será atendido no mesmo dia. Tal empreitada teve um grande efeito no comércio de carnes local (especialmente açougues) que não consegue competir à altura com essa grande corporação em razão do preço e variedade dos seus produtos.

Além disso, o estabelecimento tem firmado até mesmo parcerias com o poder público municipal na área da saúde, contribuindo financeiramente para a construção de um posto de saúde que possa atender aos moradores da Vila Tibiriçá e Bordon, bem como ao bairro Jardim das Paineiras, em proximidade à unidade industrial.

A atuação comercial do estabelecimento não se restringe somente ao mercado local e nacional, comercializando sua produção com países da América do Sul, África, União Européia, Ásia, América do Norte, etc., tendo cada produto um destino e um público diferenciado no mundo, sendo seus principais clientes grandes redes de mercado, curtumes, restaurantes e o varejo em geral.

No âmbito nacional, segundo relatório anual da JBS (2008, p. 9), são 22 unidades de produção, totalizando 16.900 funcionários e uma capacidade de abate bovina de 18.900 cabeças por dia, concentrando sua produção nos estados de Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, comercializando sua produção com mais de 100 países (destaque para Rússia, União Européia, Arábia Saudita, Irã).

Em sua estratégia de expansão, a JBS tem demonstrado seu poder de competitividade com a aquisição de mais de trinta unidades nos últimos anos. Dentre essas, poderia se destacar a Swift (Argentina), Inalca (Itália), Swift Foods Co. (Austrália, EUA), Five Rivers (EUA), Tasman (Austrália), entre outras grandes corporações de destaque mundial, o que comprova sua capacidade financeira e o papel que tem assumido no processo de internacionalização da produção face ao processo de mundialização com uma das lógicas mais complexas de ação e estratégia espacial, no universo das interações espaciais e da circulação de mercadorias, matéria-prima e capital no recorte espacial de pesquisa.

5.8 Síntese e descrição do par geográfico cidade pequena-indústria

Parte das empresas selecionadas para a investigação surgiram da iniciativa de empreendedores locais e representam uma história de crescimento e de superação da crise numa região que não possui indicadores favoráveis na economia e que, de certo modo, representa a combinação da modernidade e do atraso na produção do desenvolvimento desigual e combinado, numa síntese espacial de múltiplas relações.

No desenvolvimento desigual, as cidades pequenas participam de uma rede de múltiplos circuitos, sobretudo, pelas interações detectadas entre as empresas instaladas nesses centros e assumem um papel/significado que não se refere somente à expressão de centros locais, mas participam da divisão territorial do trabalho em escala internacional. As cidades pequenas podem, portanto, estabelecer relações econômicas de troca (em termos de exportação e importação, como verificado nas discussões anteriores) sem necessariamente ter que passar por centros de gestão do capital nacional, a exemplo de São Paulo, e terem, em muitos casos, uma relação mais direta e forte com o exterior.

Por isso, a necessidade de ter em vista para a análise geográfica o par cidade pequena-indústria, visto que é o capital industrial que passa a organizar no tecido das cidades pequenas uma nova produção do espaço, uma redefinição regional em sentido mais amplo (tratando-se da região de Presidente Prudente) e o arranjo de novas interações espaciais (numa escala maior, em sentido mundial).

Torna-se igualmente importante ressaltar a presença de empresas de capital externo às cidades pequenas, como a JBS e a Rousselot em Presidente Epitácio e a Danisco em Pirapozinho, sendo essas entendidas como empresas globais, por apresentarem expressiva participação no comércio internacional, além de possuírem a estratégia espacial de instalação

industrial em distintas partes do mundo, formando nesse processo uma divisão territorial do trabalho entre suas diversas unidades de produção industrial. Por sua vez, isso representa a conformação de papéis variados entre os seus estabelecimentos, em regiões que possuem especificidades e particularidades distintas, potencialidades, vantagens e desvantagens econômicas e geográficas; o que tem influência no uso do território e, assim, valeria destacar o que Santos e Silveira (2001) escreveram, ou seja, que:

Cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica. Visto assim, o território aparecerá como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias. (p. 290).

O território, nesse ponto de vista, não é uno, sendo, sobretudo, fragmentado, rendilhado ou em outras palavras heterogêneo, diverso, fragmentado, contraditório. Há, conseqüentemente, pontos de interesse em disputa, em confronto pela hegemonia de determinados *players*. A formalização de tratados internacionais de comércio gera não somente a abertura de novos fluxos econômicos, mas ainda a disparidade espacial e competição pela abertura de novos mercados, consumidores, investimentos; o que tem se acelerado nos últimos anos, em razão do avanço das tecnologias da comunicação e da informação.

Com isso, a economia informacional possibilita a cisão territorial entre produção e gestão, ao mesmo compasso que as conecta virtualmente (embora, isso fisicamente não ocorra). A partir da análise da indústria na região de Presidente Prudente é possível traçar, desse modo, um novo caminho para a compreensão das interações espaciais numa região que foi considerada, neste trabalho, como suplementar-articulada, isto é, como complementar à economia paulista, produtivamente assentada no capital agroindustrial e articulada cada vez mais pelo nexos informacional da Terceira Revolução Industrial, pelo papel das telecomunicações e pela dissociação geográfica entre produção e gestão.

Isso proporcionou a instalação industrial de estabelecimentos que mantém suas sedes administrativas a quilômetros de distância de suas plantas de produção industrial na região; além de uma implantação de unidades industriais de capital local que não causaram grandes repercussões espaciais em termos de criação de economias de urbanização, não possibilitando a ampliação do tamanho e da população das cidades pequenas.

Assim, comparece a idéia de difusão espacial da produção industrial em caráter não adensado para a compreensão do par indústria-cidade pequena, na região de Presidente

Prudente. Em outras palavras, tal difusão representa o sentido geográfico de instalação industrial, tomado não na definição ampla do processo de industrialização ocorrido nos grandes centros, acompanhada pelo industrialismo, mas de uma disseminação industrial de caráter pontual e seletiva que beneficia determinados grupos econômicos e sujeitos, sem que isso tenha gerado uma atmosfera industrial com amplos espaços industriais e cadeias de interação entre empresas em torno de segmentos específicos, embora se reconheça em algumas das cidades pequenas uma tendência atual à especialização, como ocorre com Osvaldo Cruz, no segmento da moda dança e *fitness*.

A partir desse raciocínio, poder-se-ia frisar que são as tramas inter e intra-setoriais que devem ser pensadas para que o fato industrial na região de Presidente Prudente ganhe novos patamares e, conseqüentemente, não haja um divórcio na produção industrial entre os distintos estabelecimentos, embora a região esboce nos ramos mais tradicionais da economia (alimentício e de confecção/vestuário) seu perfil econômico, acompanhado logicamente em outra medida pelo forte poder agroindustrial de empresas ligadas à produção do etanol e frigorífica. São, portanto, lógicas cada vez mais complexas que são desenhadas com o tempo e com o processo de modernização industrial, tornando o enfoque geográfico mais dinâmico e amplo na tentativa de capturar a essência das transformações socioespaciais recentes.

Como observado em Dracena, apesar da indústria de sucos Fruteza operar na escala regional a mesma também possui ampla articulação com o capital internacional, exportando parte de suas mercadorias, além de manter acordos com empresas que igualmente agem no mesmo segmento, mas afirmadas em estratégias espaciais distintas, como é o caso do grupo Del Valle e Coca Cola.

Com isso, há o desenho de papéis específicos nesse arranjo da interação espacial onde a Fruteza produz e embala o suco, vendendo aos grandes grupos e esses últimos fazem readaptações químicas e/ou estampam a sua marca no produto. Por isso, como afirmou Santos, pode-se falar de uma mais valia mundializada – diluída no cenário internacional por diversos agentes e interesses nas suas várias escalas – e como comentou Arroyo (2006, p. 74):

As diversas instâncias produtivas – a produção, a distribuição, a troca e o consumo – tornam-se cada vez mais independentes das condições propriamente locais e cada vez mais dependentes de um nexos que escapa à comunidade. Aumentam, desse modo, as possibilidades de uma dissociação geográfica de atividades.

Um exemplo de dissociação geográfica ou de cisão territorial da produção/gestão é dado pela Medral. Como destacado anteriormente, tal empresa nasceu em Dracena, mas com o passar do tempo sua sede passou a se localizar na capital paulista. Hoje, é uma das maiores no segmento de soluções de energia do país, possuindo muitos clientes no território nacional, produzindo articulações políticas e econômicas em grandes obras do setor público e da iniciativa privada.

Já a COIMMA (outra empresa importante estabelecimento industrial instalado em Dracena) apresenta alto potencial para crescer ainda mais mundialmente. Possui uma linha de produtos inovadora, aliando modernidade e aplicabilidade efetiva. Por lidar com troncos para contenção animal e balanças eletrônicas poder-se-ia integrar com maior força ao cenário de competição internacional e se destacar ainda mais como empresa líder do mercado, em escala mundial (posição essa já alcançada na América do Sul).

Em Adamantina e Lucélia, empresas de diferentes segmentos da indústria, consolidaram-se em nichos de mercado específico, representam interações espaciais e processos de produção distintos, mas que estão inseridos em processo de fortalecimento especialmente assentado no mercado nacional. Expressam a iniciativa de um capital local que superou as dificuldades de mercado e se inseriu tanto no quadro nacional quanto internacional, em termos de articulação comercial, como ocorre com a Vinagre Saboroso, em Lucélia.

Entretanto, não se observa no plano dessas cidades uma cooperação do tipo industrial ou a concentração ampla de estabelecimentos do mesmo segmento no espaço. Houve apenas o processo de difusão espacial da produção industrial (como propõe a idéia geral desse trabalho), sem que isso tenha engendrado economias de urbanização e um processo de industrialização acentuado. As iniciativas industriais existem e se somam no espaço urbano, fazendo desses centros pontos de comunicação com a mais-valia mundializada, reproduzindo o desenvolvimento desigual em suas escalas particulares, na tentativa de superação dos desafios regionais e da crise.

No caso de Osvaldo Cruz, verificou-se que a Trinys é uma das empresas com maior grau de interação espacial com o estrangeiro, chegando até mesmo a instalar unidade industrial na República Dominicana, no sentido de ampliar seu grau de comercialização dos produtos e de expandir-se cada vez mais como uma marca consumida internacionalmente no segmento de moda dança e esporte.

Por outro lado, em Pirapozinho é o capital externo à cidade o grande elo estrutural do fato industrial na cidade. Assim, é nessa atmosfera industrial que foi instalada a Danisco a

partir de uma empresa no estilo *joint venture* com a Braswey e que com o passar do tempo se tornou independente e foi comprada por essa corporação dinamarquesa.

No caso da Braswey, constata-se que sua planta tem apresentado diferentes usos ao longo do tempo e hoje atende pela designação de Bracol. Assim, a mobilidade do capital representa uma forma contemporânea de seletividade espacial e de aproveitamento das vantagens espaciais daí suscitadas, já que o estabelecimento industrial não foi fechado, mas ganhou uma nova forma de gerenciamento, inclusive com a produção de itens que antes não eram fabricados pela empresa anterior, em um processo de reestruturação produtiva.

Em Álvares Machado, a Matsuda é tida como um modelo de empresa que deu certo na região e que expandiu seus negócios rumo a outras áreas do país e hoje tem importante papel na inovação com o desenvolvimento de sementes forrageiras e capacidade acentuada de exportação; centralizando nessa cidade pequena sua divisão administrativa, enquanto o suporte ao setor de comercialização está instalado na capital São Paulo, viabilizando maiores interações espaciais e alcance espacial mais amplo.

Em Rancharia, as empresas selecionadas apesar de atuarem no ramo alimentício, isto é, no segmento frigorífico, apresentam diferentes produtos e atuam de maneira distinta no mercado de carnes, visto que a Palmali volta-se às aves (frangos); enquanto a Better Beef à carne bovina. Juntas, empregam um quociente interessante de trabalhadores (tratando-se na escala de uma cidade pequena) e expressam um caso prático de estabelecimentos industriais compactos, flexíveis e com capacidade de expansão.

A Palmali, por exemplo, tem uma produção flexível, incorporando as especificidades solicitadas por países do Oriente Médio que requerem um corte particular de frango ou quando não inteiro (em menor porte para ser consumido individualmente). A sua estratégia espacial é, portanto, diversificar e combinar qualidade para atender a vários países que exigem diferentes normativas para ingresso da carne de frango, em seus respectivos mercados, além de atender as normas fitossanitárias cobradas para o ingresso de suas mercadorias, o que determina organização empresarial.

No contexto industrial regional, as empresas mencionadas não se referem a iniciativas isoladas, já que existem outras atividades industriais similares e inclusive em competição no mercado. Assim, a região que desde a década de 1970 esteve vinculada à pecuária, mesmo com a adição de monoculturas, como a da cana-de-açúcar, ainda continua a guardar forte relação econômica com fazendas de gados no estilo extensivo para corte (especialmente nelore).

Em Presidente Epitácio, a realidade industrial é bastante interessante, sendo as duas iniciativas industriais exploradas (JBS e Rousselot) de capital externo à cidade e atuando como empresas globais, com uma estrutura de ação espacial organizada e extensa, que não se restringe apenas a um segmento, mas abarca a dimensão de vários produtos e configurações gerenciais específicas, em distintos locais da produção, com a verticalização da produção (tratando-se da escala da empresa em sentido amplo).

A Rousselot e a JBS estão instaladas em espaço próximo ao Rio Paraná e somam grandes superfícies no espaço. Tais estabelecimentos industriais têm ampla relação com as demais unidades de seu grupo e participam de uma divisão inter-fábricas densa e que extrapola os limites de uma dada cidade, região, país para assumir um circuito espacial de produção, em escala global.

Tais empresas competem com outras instaladas na região no mercado nacional e internacional, mas o que se observa até o momento é que as mesmas possuem diferentes espaços de atuação e mercado, adotando estratégias diferenciadas quer seja na produção, quanto nas mercadorias finais e no escopo de alcance espacial que suas marcas são capazes de articular globalmente.

Assim, como se pode denotar, os exemplos dessas empresas são bastante complexos e entender a lógica de ação, estratégia e interação espacial dessas é um esforço, sobretudo, geográfico. Com isso, no universo dessa proposição este capítulo é encerrado e espera-se ter oferecido os subsídios necessários para a compreensão do processo de transformação socioespacial a que estão submetidos os pequenos centros, no âmbito da região suplementar-articulada de Presidente Prudente, na difusão espacial da produção industrial em caráter não adensado, pontual e seletivo.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Para terminar...

Terminar este trabalho não é uma tarefa fácil. As considerações finais não expressarão uma síntese empobrecida do texto e nem tão pouco se renderá à idéia de afirmar que o assunto das cidades pequenas e da indústria está esgotado. Torna-se preciso ressaltar, então, que há questões que foram respondidas nesta investigação e que outras necessitam ser retomadas, melhor avaliadas por investigações futuras.

Nesse sentido, a pesquisa possibilita a leitura geográfica e econômica das cidades pequenas da região de Presidente Prudente, oferecendo subsídios para a interpretação do papel que a mesma assume no cenário da divisão territorial do trabalho, com a adjetivação de *suplementar-articulada*.

Assim, o termo “suplementar” procura expressar o significado de complementaridade da região face à economia da capital paulista e ao restante do território estadual, como plataforma agroindustrial, baseada especialmente na pecuária, cana e no processamento de frutas e oleaginosas. Já a idéia de “articulada” refere-se à ligação econômica e geográfica que a região desempenha com as demais parcelas do globo, sobretudo, pelos fluxos de exportação e importação, impulsionados pelos estabelecimentos industriais instalados seja nas cidades pequenas ou na cidade sede da região (Presidente Prudente).

Com isso, a noção da indústria foi trabalhada, conseqüentemente, pelo sentido da desconstrução conceitual da industrialização e da elaboração de uma nova caracterização para o fato industrial na região suplementar-articulada, ou seja, a interpretação da difusão espacial da produção industrial em caráter não adensado, de disseminação pontual e seletiva, em uma configuração espacial particular distante do industrialismo.

Dessa forma, os resultados da investigação se colocam no sentido de possibilitar uma leitura geral do fato industrial nas cidades pequenas da região de Presidente Prudente. Portanto, o que deve ser colocado em questão é o tempo em que foi realizada esta dissertação, uma vez que a realidade encontra-se em constante transformação e que novas pesquisas possam apontar para outras vertentes interpretativas do problema de pesquisa.

Não há dúvida que há relevância no estudo das cidades pequenas na análise espacial contemporânea. Além de expressarem importante fatia do fato urbano, demonstram significados cada vez mais econômicos e ligados ao capital internacional, numa síntese de contatos e interações espaciais múltiplas e complexas que merecem cada vez mais o olhar

atento do pesquisador, na tentativa de capturar analiticamente as recentes transformações socioespaciais a que estão submetidos tais centros.

A idéia, por exemplo, de associar as cidades pequenas ao lugar de descanso, pacato e da produção econômica periférica não é tomada sequer como hipótese nesta empreitada. Velhos modelos explicativos da hierarquia urbana são afastados e aqui se adota o enfoque das interações espaciais diversas, uma vez que os centros pequenos, ao produzirem sua trama de relações no universo da mundialização, dão novo contorno ao processo de compreensão da espacialidade econômica, sob a égide da Terceira Revolução Industrial e do papel das telecomunicações e das tecnologias da informação.

Por isso, a postura teórica de estudar as cidades pequenas e a indústria é pensada por meio de um híbrido das teorias mais clássicas marxianas e de contribuições mais recentes do fato urbano, como as proferidas por Milton Santos e Manuel Castells. Partindo da realidade concreta, procurou-se expor ao longo do texto distintas teses e antíteses na construção de uma síntese geográfica para o entendimento das relações entre cidades pequenas e indústria, na região de Presidente Prudente.

Para tanto, destaca-se que este trabalho não foi só realizado no sentido concreto da argumentação e que em alguns momentos se recorreu à promoção de abstrações teóricas mais amplas, na tentativa de melhor caracterizar a realidade espacial de estudo e formular noções para o estudo de formas/conteúdos particulares que não mereciam ser analisadas por meio da importação teórica de determinados autores que possuem outros pontos de vista e recortes, quase que invariavelmente restritos ou senão exclusivos à análise dos grandes centros.

A hipótese de se afirmar que as cidades pequenas representam não somente locais da produção da vida, mas também do fato industrial é nitidamente confirmada e desenvolvida durante toda argumentação textual. Com essa preocupação, tomou-se como fonte orientadora a perspectiva histórico-geográfica, pois escrever sobre cidades pequenas é um exercício que requer articulação de escalas temporais e espaciais, já que a cidade está localizada em um dado espaço e inserida em determinada perspectiva de tempo econômico.

Assim, enquanto se desenhava este trabalho, certamente outros mais sobre cidades pequenas estavam e estão surgindo. A realidade conceitual se torna, portanto, cada vez mais complexa e de difícil apreensão. Esta é, logo, uma leitura do momento empírico vigente, em que se procuram resgatar a expressão de um contexto geográfico, na interpretação do problema de pesquisa.

A lógica de se considerar que a produção industrial das cidades pequenas não é capaz de irradiar dinamismo e/ou se vincular à esfera do capital internacional é refutada. Portanto, a

escala de tratamento é diferenciada. Isso ficou demonstrado, sobretudo, no último capítulo quando foi abordada a temática das interações e estratégias espaciais das principais empresas.

Neste quadro, cidades pequenas, como Osvaldo Cruz, mantêm fortes relações com o exterior e empresas de atividade industrial que surgiram por iniciativas de capital local se modernizam cada vez mais, instalando escritórios de representação e unidades produtivas no exterior. Desse modo, tem-se o papel da inovação e das medidas gerenciais adequadas para a expansão da produção e a estabilidade econômica.

As empresas que atuam em nichos específicos, como o setor alimentício, esforçam-se também para inovar. Entretanto, dada a alta competitividade no mercado, a estratégia tem sido a ampliação da produção e a formulação de acordos com outras empresas de segmentos complementares, com a produção realizada por encomenda, entre outras medidas.

Torna-se importante também frisar que, apesar da maioria das empresas possuírem vínculos com o exterior, todas centram fortes investimentos em território nacional, tendo como principal plataforma de ação espacial o Brasil.

Ademais, os estabelecimentos industriais são parte integrante da leitura central do território e do espaço. São eles que proporcionam, em grande parte, as transformações socioespaciais nos pequenos centros, mas não devem ser interpretados de maneira isolada e são colocados em perspectiva pelo movimento da sociedade ao longo do tempo, e pelos reflexos econômicos daí desencadeados.

Essa espacialidade da economia propicia, então, uma contribuição geográfica ao estudo das cidades pequenas no âmbito da região de Presidente Prudente, e coloca-se possivelmente como uma fonte teórica para as demais pesquisas que se esforçarem em continuar com a abordagem das cidades pequenas e, especialmente, tratando-se da região em questão.

Nesse caso, é no desenvolvimento desigual do espaço que as cidades pequenas da região de Presidente Prudente participam de uma rede de múltiplos circuitos, sobretudo, pelas interações detectadas entre as empresas, assumindo um papel/significado que não se refere somente à expressão de centros locais, mas participando da divisão territorial do trabalho em escala internacional.

Em suma, é o movimento da sociedade, a luta de classes como motor da história que agem no sentido de produzir as transformações recentes da economia nesses pequenos centros. Em outras palavras, nas empresas estão também contidos interesses de classes específicos e, nesse contexto, as cidades pequenas se tornam cada vez mais arenas para a disputa e conflitos de negócios diversos que colocam tanto em jogo o rumo da produção do



espaço, quanto novas interações espaciais. Assim, não são isoladamente os espaços que concorrem, mas determinados sujeitos que se apropriam do espaço, competindo e reproduzindo novas interações espaciais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

ALEGRE, M. **Aspectos do fato urbano no Brasil: análise quantitativa pelo método cartográfico**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - UNESP de Presidente Prudente, 1970.

Alimentos Wilson. Disponível em: <http://wsouzen.alimentoswilson.com.br/quem_somos.php>. Acesso em: 7 abr. 2010.

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de Geografia Urbana retrospectiva. **Anais...** São Paulo: AGB, v. 11, tomo I, 1954-1955, p. 168-184, 1957.

BACELAR, W. K. A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**. 2008. 411 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BEDÊ, M. A. (Coord.). **Onde estão as micro e pequenas empresas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: SEBRAE, 2006.

BELL, D.; JAYNE, M. (Eds.). **Small cities: urban experience beyond the metropolis**. 1. ed. New York: Routledge, 2006.

_____. Small cities? Toward a research agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford, v. 33, n.3, p. 683-699, set. 2009. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/journal/118511932/home>>. Acesso em: 17 dez. 2009.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em

Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRACOL. Disponível em: <<http://www.bracolonline.com/bracol/pt/index.php>>. Acesso em várias datas.

BUKARIN, N. I. **O imperialismo e a economia mundial**. Análise econômica. Rio de Janeiro: Melso, [s.d].

CAMAGNI, R. **Economía urbana**. Barcelona: Antonio Bosh, 2005.

CAMDA. Disponível em: <<http://www.camda.com.br>>. Acesso em várias datas.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARVALHO, F. A.; MATSUDA, F. S. **A saga da Matsuda**. 1 ed. Presidente Prudente: Matsuda, 2008.

CASTELLS, M. **The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban regional process**. Oxford e Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

_____. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 4. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CENÁRIOS. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Departamento de Prospectiva e Planeamento. n. 5. mai. – ago., 2006.

CHAUÍ, M. S. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**. Categorias e leis da dialética. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. 1. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc., 1966.

COIMMA. Disponível em: <<http://www.coimma.com.br>>. Acesso em várias datas.

CORRÊA, D. S. Organização espacial, estratégias de expansão e diversificação do grupo JBS-Friboi. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 12. 2009, Montevidéo. **Anais...** Montevidéo, 2009. p. 1-10.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. - jun., 1999.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana. X. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. In: América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, São Paulo. Dezembro de 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2009.

DANISCO. Disponível em: <<http://www.danisco.com/wps/wcm/connect/www/corporate>>. Acesso em várias datas.

DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 263-362, abr. - jun., 1961.

DEMATTEIS, G. Introduction. Cities as nodes of urban network. In: BONAVERO, P.; DEMATTEIS, G.; SFORZI, F. (Orgs.). **The Italian urban system: towards European integration**. Aldershot e Vermont: Ashgate Publishing LTD, 1999.

DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1972.

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

DUNDES, A. C. **Industrialização e produção do espaço urbano: o caso e Presidente Prudente**. 1992. 73 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente – SP**. 1998. 288 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Região do devir e região do atraso: discurso e representações sobre a região de Presidente Prudente-SP**. 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

EGLER, C. A. G. **Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Petrópolis, 2001. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Redeur.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.

ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. XV, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2008. 1 CD-ROM.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. 505p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FERREIRA, E. O poder público na produção do espaço urbano em cidades pequenas: o caso do programa de desfavelamento em Paraguaçu Paulista – São Paulo. In: I SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, XVII Semana de Geografia,

2008. Maringá. **Anais...** Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/semana>>. Acesso em dezembro de 2008.

FIESP/SEADE. **Atlas de Competitividade da Indústria Paulista**. Disponível em: <<http://intranet.seade.gov.br/projetos/fiesp>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul**: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000. 2008. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FIRKOWSKI, O. L. C.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Indústria, ordenamento do território e transportes**: a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 160 p.

FREITAS, M. P.; MIRANDA, M.; MARQUEZ, L. N. et al. Pequenas cidades do cerrado mineiro: reflexões sobre suas diversidades e particularidades socioespaciais. In: SOARES, B. R.; OLIVEIRA, H. C.; MARRA, T. B. (Orgs.) **Ensaio geográficos**. Uberlândia: UFU/PET-Geografia, 2006. p. 45-72.

FREITAS, O. L. C. Capital e força de trabalho no setor secundário em Presidente Prudente. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente: AGB, v. 1, n. 27, p. 59-75, 2005.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, 2001. Disponível em <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2010.

Fruteza. Disponível em: <<http://www.fruteza.com.br>>. Acesso em várias datas.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 395 f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. In: **Revista NERA**, ano 7, n. 4, Presidente Prudente, jan/jul. 2004. Disponível em <<http://www.prudente.unesp.br/nera>> Acesso em: 15 dez. 2009.

GOLDENSTEIN, L; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia: FFLCH/USP**, n. 1 (1), p. 21-47, 1982.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GOTTMAN, J. **La città invincibile**: uma confutazione dell'urbanistica negativa com uma introduzione di Calogero Muscará. 4. ed. Milão: Fraco Angeli, 1988.

Granol. Disponível em: <<http://www.granol.com.br/telas/empresa.php>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 1963.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/dicionario>>. Acesso em várias datas.

IBGE. **Censo demográfico e econômico de 1940, 1950**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas.

IBGE. **Censo demográfico de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas.

IBGE. **Censo industrial 1960-1985**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas.

IBGE. **Dados sobre a dinâmica econômica e populacional dos municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em várias datas.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em várias datas.

Imagens de satélite das cidades de Álvares Machado, Presidente Prudente, Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz, Lucélia, Rancharia, Presidente Epitácio, Pirapozinho. Programa Google Earth. Acesso em várias datas.

Informações sobre a empresa Bionergia. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/pdf/154/%5Cusinadomes.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2010.

JACOBI, P. Causas recientes del crecimiento urbano actual de América Latina y las tendencias de corto plazo. In: CHORNET, A. P. (Org.). **Las ciudades de América Latina: problemas y oportunidades**. Valencia: Universitat de Valencia, 1994, p. 73-80.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, F. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JBS. Relatório Anual 2008. Disponível em: <http://jbs.riweb.com.br/JBS/Show.aspx?id_materia=UltryCzSIRA27QzlnTNbIw==>. Acesso em: 26 jul. 2010.

JUANICO, M. B. O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 252, p. 24-35, jan.-mar. 1977.

JURADO DA SILVA, P. F. Contextualização histórico-geográfica e apontamentos sobre o papel da cidade pequena de Dracena na Nova Alta Paulista. **Geoingá**, Maringá, v. 1, n.1, p. 49-58, jan. - dez., 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/viewArticle/7214>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

JURADO DA SILVA, SPOSITO, E. S. Pequenas cidades da região de Presidente Prudente: produção do espaço e redefinições regionais. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente: Departamento de Geografia, v. 1, n. 7, p. 1-15, 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/revistas/geografiaematos/n7v2.php>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

_____. A indústria na região de Presidente Prudente, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 12. 2009, Montevidéo. **Anais...** Montevidéo, 2009a. p. 1-8.

_____. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro: AGETEO, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai. – ago., 2009b.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

LEÃO, C. S. **Rede urbana e cidades pequenas**: os casos de Ouro Verde e Dracena (SP). 2008. 66 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LEITE, J. F. **Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

_____. A Alta Sorocabana (uma região em busca de sua vocação). **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente: AGB, v. 1 n. 2, p.75-83, 1981.

_____. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais. In: SPOSITO, E. S. (Org.) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. 1 ed. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GAsPERR, 1999a, p. 115-136.

_____. **Região e Geografia**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1999b.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1982.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Neto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Linoforte. Disponível em: <<http://www.linoforte.com.br/empresa.php?id=6>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim do Departamento de Geografia**, Presidente Prudente, n. 2, p. 55-63, 1969.

_____. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 83-102, mar. 1976.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. (Tomo 1).

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Tomo 2).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Matsuda. Disponível em: <<http://www.matsuda.com.br>>. Acesso em várias datas.

MDIC/SECEX. **Dados sobre exportação e importação dos municípios da Décima Região Administrativa de Presidente Prudente**, 2009. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/secex/competencia.php>>. Acesso em várias datas.

MEDEIROS, D. A.; CARVALHO, A. A. T. A propósito da “revanche” das cidades de pequeno porte na Geografia Urbana brasileira – notas preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. XV. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2008.

Medral. Disponível em: <<http://www.medral.com.br>>. Acesso em várias datas.

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 437f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MIN, M. S. Growth of Small and Intermediate Cities in Korea, 1975-1980. **Korea journal of population and development**, Coréia do Sul, v. 19, n. 1, jul. p. 47-70, 1990. Disponível em: <<http://sociology.snu.ac.kr/isdpr/publication/journal/19/1990-07-19-01-03.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2009.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. Loyola: São Paulo, 2000. (Tomo 1).

MTE. **RAIS 1985-2008**. Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet>>. Acesso em várias datas.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Editora: Saga: Rio de Janeiro, 1965.

NASCIMENTO, M. A. **Planejamento ambiental para cidades pequenas**: o caso de Perdões, MG. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. Tradução: Valdemir Lisboa dos Santos em 1988. Copyright: Rabisco Criação e Propaganda Ltda. Disponível em: < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/valerio/desenvolvimentocombinado.html>>. Acesso em: 5 mai. 2009.

OLANDA, E. R. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 4, p. 183-191, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/viewFile/4699/3956>>. Acesso em: 9 ago. 2009.

OLIVEIRA, B. S.; SOARES, B. R. O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG no contexto regional. **Revista Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2002. Disponível em: < <http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/> >. Acesso em: 3 set. 2009.

OLIVEIRA, J. A. (Org.) **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2009.

OWUSU, G. Small Towns in Ghana: Justifications for their Promotion under Ghana's Decentralisation Programme. **African Studies Quarterly**, Florida, v. 8, n. 2, primavera, p. 48-69, 2005. Disponível em: <<http://www.africa.ufl.edu/asq/v8/v8i2a3.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

Palmali. Disponível em: <<http://www.palmali.com.br>>. Acesso em várias datas.

PARTRIDGE, M. D. et al. Lost in space: population growth in the American hinterlands and small cities. **Journal of Economic Geography**, Oxford, v. 8, n. 6, set. p. 727-757, 2008. Disponível em: <<http://joeg.oxfordjournals.org/cgi/content/abstract/lbn038>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

PINTAUDI, S. M.; CARLOS, A. F. A. Espaço e indústria no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n.1, p. 05-23. 1995.

PIRES, A. R. Industrialização difusa e modelos de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro. **Finisterra**, Lisboa, v. 21, n. 42, p. 239-269, 1986.

Prefeitura municipal de Dracena. Plano diretor municipal. Disponível em meio eletrônico, 2006.

Prefeitura municipal de Rancharia. Plano diretor municipal. Disponível em meio eletrônico, 2006.

Prefeituras municipais. Cadastro dos estabelecimentos industriais instalados em Rancharia, Presidente Epitácio, Pirapozinho, Álvares Machado, Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz e Lucélia, 2009/2010.

Questionários aplicados nos estabelecimentos industriais mais relevantes na Décima Região Administrativa em 2009 e 2010.

RANGEL, I. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Revista Geosul**, Florianópolis, ano 7, n. 15, p. 7-12, 1993.

Região Administrativa de Presidente Prudente. Estudo realizado pela Coordenadoria do Planejamento e Avaliação (CPA) e pela Unidade de Assessoria Econômica (UAE) do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ppa.sp.gov.br/perfis/PerfilRAPresidentePrudente.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Rousselot. Disponível em: <<http://www.rousselot.com>>. Acesso em várias datas.

SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1982a.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982b.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. (Orgs.) **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. Tradução de Antônia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. S. C. J. **Contribuição ao estudo geográfico das cidades pequenas do Estado de São Paulo**. 1988. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE, UNESP, Rio Claro.

SANTOS, W. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico**: o exemplo da região de Campinas-SP. 1989. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SCHWARM, W.; CUTLER, H. Building small city and town SAM and CGE models. **Review of Urban & Regional Development Studies**, Tokyo, v. 15, n. 2. p. 132-147. jul. 2003. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/journal/118887323/abstract>>. Acesso em: 09 mai. 2009.

SEADE. **Dados sobre a economia e a população paulista**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em várias datas.

SEADE. Relatório 2008 – Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP). Disponível em: <<http://www.saboroso.com.br/empresa.php>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo**: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista: 1950-2005. 1. ed. Campinas: Alínea, 2009

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. C. Características do espaço econômico industrial. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 48, p. 93-106, nov. 1973.

_____. **O litoral norte do Estado de São Paulo (formação de uma região periférica)**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1975. (Série Teses e Monografias, n. 20).

_____. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978. (Série Geografia: teoria e realidade).

SILVA, A. M. **Dinâmica em cidades pequenas**: Pirapozinho articulações internas e externas. 1998. 72 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Indústria e mudanças tecnológicas**: considerações sobre a Décima Região Administrativa de Presidente Prudente-SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. IX, 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2005. 1 CD-ROM.

SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. X, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. 1 CD-ROM.

SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, SEMANA DE GEOGRAFIA, I, XVII. 2008. Maringá. **Anais...** Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/semana>>. Acesso em 8 ago. 2009.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: Sposito, M. E. B. (Org.) **Cidades médias**: espaços em transição. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

_____. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24. 2008.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Revisando o tema de cidade pequena: uma busca de caminhos metodológicos. In: MARAFON, G. J.; PÊSSOA, V. L. S (Orgs.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. 1. ed. Uberlândia: Assis Editora, 2008. p. 319-346.

SOJA, E. W. **Geografias Pós Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORIANO, E. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo**: avaliação geral e o caso Itirapina. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SPOSITO, E. S.; DUNDES, A. C. **Metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso**. No prelo.

SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. 1990. 156 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Fluxos e localização industrial. In: MELO, J. G. (Org.) **Região, cidade e poder**. 1. ed. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996. p. 69-96.

_____. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

TOLEDO, E. F. T. **Industrialização de Bauru**: a atividade industrial e o espaço geográfico, das origens à situação atual. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

Trinys. Disponível em: < [http://208.109.252.178/\\$sitepreview/trinys.com.br/empresa/default.asp](http://208.109.252.178/$sitepreview/trinys.com.br/empresa/default.asp)>. Acesso em: 16 jun. 2010.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967. v. 1.

_____. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 23-33.

UNIPONTAL. Dispõe sobre informações a respeito da Associação dos Municípios do Pontal do Paranapanema. (Disponível em: <http://www.unipontal.com.br/_portal/conteudofixo/ver.asp?id=77>. Acesso em: 1 fev. 2010.)

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territories**. L'économie d'archipel. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

_____. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 155-170.

Vinagre Saboroso. Disponível em: <<http://www.saboroso.com.br/empresa.php>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

WIKIPEDIA la enciclopèdia libre. **Informações sobre o conceito/definição de cidade**. Disponível em: <<http://es.wikipedia.org/wiki/Ciudad>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

WIKIPEDIA l'enciclopedia libera. **Informações sobre a conceituação/definição de cidade na língua italiana.** Disponível em: <<http://it.wikipedia.org/wiki/Citt%C3%A0>>. Acesso em: 07 abr. 2009

WIKIPEDIA the free encyclopedia. **Informações sobre a conceituação/definição de cidade na língua inglesa.** Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/City>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

ZHU, Yuhong. **Urbanisation et urbanism des petites villes en Chine.** 2006. 543 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro Interdisciplinaire d'Estudes Urbaines, Université de Toulouse II – Le Mirail.



APÊNDICE

1 QUESTIONÁRIO APLICADO NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Data: _____
Nome da Empresa: _____
Endereço: _____
Responsável pelas informações: _____
Telefone para contato: _____

I Dados históricos e estruturais

1. Ramo: _____
2. Produtos fabricados: _____
3. Matérias-primas utilizadas: _____
4. Área(s) de origem da matéria-prima: _____
5. Início das atividades da empresa: _____
6. Composição do capital: () familiar () S/A () LTDA
7. Natureza do capital (município de origem): _____
8. Como surgiu a empresa? _____
9. Quem dirige a empresa? É ligada diretamente ao comando acionário da empresa? _____

10. A unidade industrial está ligada a uma rede? () sim () não
11. Localização municipal da matriz: _____ Por que ela se localiza nesse endereço? _____
12. Localização municipal das filiais: _____
13. Área geográfica de atuação da empresa: _____
14. Quais são os principais clientes? _____
15. Onde estão localizados os clientes? _____
16. Como é a relação da empresa com o município e região, bem como com o poder público? _____

17. Se existem vantagens (incentivos, infra-estrutura, mão de obra etc.) regionais/municipal quais são elas? _____
18. Por que a empresa escolheu este município para sua instalação?
() subsídios de ordem pública. Quais? _____
() município de residência do empresário
() mão-de-obra disponível
() situação geográfica do município (rodovias, contexto econômico, etc.)
() ambiente industrial
() outros. Quais? _____
19. Quais as desvantagens de se localizar nesse município? _____
20. Por que a empresa escolheu este segmento para atuação? _____
21. Houve alteração de endereço de instalação da empresa ao longo do tempo? Se sim: a) Quando? Quais os principais motivos? _____
22. Existe alguma cooperação com outras empresas? _____
23. Quais são os principais concorrentes e dificuldades de mercado da empresa? _____

II Dados da produção e circulação das mercadorias

1. A empresa passa por processo de reestruturação produtiva? Ou em outras palavras produz para outra empresa maior, por exemplo? _____
2. Como é desempenhado o escoamento da produção? _____
3. A empresa possui transporte próprio para mercadorias e funcionários? _____

4. Onde são adquiridos os bens de produção da empresa (máquinas, etc.) ?

5. A empresa considera sua produção (sistema produtivo): () flexível () fordista () automatizada () artesanal
6. Como se caracteriza o processo produtivo da empresa? _____
7. Quanto tempo é gasto para a produção da mercadoria final? _____
8. Como é gestado o planejamento da empresa? _____
9. Como é a relação de negócios com o estrangeiro? _____
10. Quais são os países de atuação da empresa? _____
11. Por que a empresa optou por investir no mercado externo? _____
12. Qual a perspectiva de mercado da empresa a médio e longo prazo? _____

III Dados da política de trabalho

1. A empresa possui vínculos: () terceirizados () CLT () menor aprendiz
() estagiários () contratado () diarista
() cedido pelo município () outro
2. Número de empregados formais: _____
3. Há políticas de treinamento? Quais?: _____
4. Como é o perfil do trabalhador? _____
5. Quais os municípios onde os trabalhadores residem? _____
6. Quais os turnos de trabalho? _____
8. Qual o setor da empresa que concentra maior número de empregados? _____
9. Há políticas de bonificação para o trabalhador racional? _____

IV Modernização

1. Número de veículos (aéreos, rodoviários, aquáticos) da empresa: _____
2. Número de computadores ligados à internet: _____
3. Número de computadores ligados à rede financeira: _____
4. A empresa possui *software* específico para a gestão da empresa? _____
5. A empresa possui inovações?: _____
6. A empresa adapta sua linha produtiva de acordo com as demandas? _____
7. A empresa é associada a entidades como a FIESP, CIESP, SEBRAE? _____
8. A empresa possui ligação com universidades e centros de tecnologia? _____
9. A empresa tem financiado sua produção? Como? _____
10. A empresa é ligada a terminais de fibra ótica? _____
11. Há uma relação na gestão da empresa com o exterior? _____
12. Qual é o período máximo de utilização dos equipamentos de produção? _____
13. Como é elaborado o produto (*design*)? _____
14. A empresa possui sistema de vídeo-conferência? _____
15. Como é o *marketing* da empresa e como são firmados os acordos comerciais?

16. Quais outros aspectos relacionados à modernização que a empresa tem implementado como adequação às certificações ISO, por exemplo? _____

2 QUESTIONÁRIO APLICADO NAS PREFEITURAS

Requerimento

Ao Departamento de Planejamento da Prefeitura ou ao setor competente que possa atender à solicitação abaixo descrita,

Vimos mui respeitosamente requerer dados referentes às particularidades da indústria em seu município. Neste sentido, colocamo-nos à disposição do órgão competente para possível averiguação e esclarecimento da solicitação. Para isso, basta entrar em contato por meio do telefone (18) 3229 53 75 do DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE, por meio do professor supervisor da pesquisa Doutor ELISEU SAVÉRIO SPOSITO (coordenador do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GASPERR).

Assim queremos esclarecer que os dados cedidos pelas empresas e pela prefeitura serão úteis para a realização e efetivação da pesquisa: *CIDADES PEQUENAS E INDÚSTRIA: CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP* que contou com financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e, no momento, da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), além do apoio Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente.

A pesquisa consiste na interpretação da dinâmica econômica da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, na qual seu município insere-se. Os dados obtidos junto às prefeituras, empresas e aos demais órgãos competentes (SEADE, IBGE, FIESP) serão sistematizados e organizados em um banco de dados que contribuirá para a elaboração de mapas temáticos das indústrias instaladas na região, para a análise da dinâmica do emprego e dos principais segmentos econômicos industriais contextualizados às particularidades da área em questão.

Desta forma, contamos com a vossa colaboração para que possamos dar continuidade a essa pesquisa e para que assim corroborem, *a posteriori*, para a realização do Atlas da Indústria do Estado de São Paulo e subsidiemos possíveis ações de políticas públicas de desenvolvimento regional. Sendo assim, seguem, adiante, as questões que deverão ser respondidas.

- 1) Quantos estabelecimentos de caráter industrial existem no município?
- 2) Descrever o nome das indústrias e exemplificar os principais produtos fabricados e/ou segmentos de atuação, além de seu endereço (localização no município) e ano de abertura.

Exemplo: HARD CORE S/A – Softwares e Periféricos – Endereço Rua da Saudade, nº 40. Jardim da Esperança. Ano de abertura: 1995.

- 3) Qual é arrecadação equivalente ou aproximada de impostos relacionados ao setor industrial?
- 4) Existem impostos cobrados de especificidade municipal? Quais?
- 5) Quantos vínculos empregatícios são aproximadamente absorvidos pelas indústrias?
- 6) Qual a maior contribuição das indústrias para a economia do município? Existem contrapartidas do município para a atração das indústrias como a isenção de impostos, distritos industriais e outros incentivos?
- 7) Como é a relação das indústrias com o poder público?
- 8) Qual a principal política do município para o planejamento e desenvolvimento?
- 9) Quais são as empresas consideradas mais relevantes pelo poder público municipal?



Sem mais a tratar agradecemos pela atenção,

Paulo Fernando Jurado da Silva
Pesquisador responsável